



PROFECIAS DE DANIEL

Uriah Smith



Uriah Smith

As profecias de Daniel

*— E sua maravilhosa confirmação
histórica —*

3ª edição

2015

Itaquaquecetuba-SP

Edições Vida Plena

2015, Uriah Smith

As profecias de Daniel

Título do original em inglês: *Thoughts on Daniel and the Revelation*

1ª edição: 1991

2ª edição: 1994

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por Edições Vida Plena Setembro de 2015

Imagem de capa: *dollar photo club*
(<https://br.dollarphotoclub.com/>) — Todos os direitos de imagem reservados

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Supervisão Geral: Marcelo de Araújo Silva

Tradução e revisão (1ª e 2ª edições): Olintho Soares

Revisão e copidesque para a 3ª edição: Dorval Fagundes Furtado Júnior

Diagramação: Dorval Fagundes Furtado Júnior
(edição eletrônica) e Danilo Rodrigues da Conceição
(edição impressa).

Capa: Danilo Rodrigues da Conceição

Gerente Financeiro: Emerson da Costa Libório

Gerente de Produção: Nemias Prado

Edições Vida Plena Livros, revistas e folhetos sobre
família, saúde e religião

Rua Flor de Cactus, 140 — Quinta da Boa Vista
(Industrial)

Itaquaquecetuba-SP

CEP 08597-640

Telefones:

(11) 2198-1800

(11) 95936-8299 (Tim) (11) 98450-0923 (Tim) (11)

95394-3090 (Tim) (11) 99332-6501 (Claro) (11)

96161-4724 (Oi)

(11) 99537-6113 (Vivo) E-mail:

atendimento@emvp.com.br Loja virtual:

www.emvp.com.br/loja/

Histórico do Autor

Uriah Smith (*West Wilton*, New Hampshire, 1832 — Battle Creek, Michigan, 1903). Foi editor e autor que dedicou cinco décadas de serviço à obra dos Adventistas do Sétimo Dia. Em sua infância, foi impressionado pelo Milerismo que acometeu os Estados Unidos, no biênio 1843-1844.

Quando tinha treze anos, devido a uma infecção fortíssima e quase letal, sua perna esquerda foi amputada acima do joelho, *sem anestesia*. De 1848 a 1851, frequentou o Colégio *Phillips*, em *Exeter*. Na época, rejeitou um convite para lecionar no Colégio *Mount Vernon*, New Hampshire. Na esperança de ganhar dinheiro para pagar a escola, trabalhou durante pouco tempo em um comércio que logo faliu. Em 1857, casou-se com *Harriet Newall Stevens*. Ao final de 1852 ele se tornou um Adventista guardador do Sábado. Sua primeira obra escrita que veio a fazer parte da literatura Adventista foi um poema de 35 mil palavras intitulado “A Exortadora Voz do Tempo e da Profecia” publicado em série no periódico adventista *The Review and*

Herald, em 1853, quando se uniu a sua irmã *Annie*, como funcionário no escritório de publicações da mesma revista, em Rochester, Nova York. Manteve uma ligação muito íntima com os Adventistas até o tempo de sua morte.

Em 1855, a *Review and Herald* mudou-se para Battle Creek, Michigan. Nessa época, seu nome apareceu pela primeira vez como editor. Nos anos iniciais, a *Review* foi acometida por vários problemas financeiros, mas a revista cresceu. Smith foi editor por um tempo, depois revisor de provas, diretor administrativo e contador. Sendo assim, ele chegou ao limite de suas forças físicas. Em 1869 ele recebeu um ano para recuperação e John N. Andrews substituiu-o nesse intervalo.

Smith tinha uma enorme inteligência para habilidades mecânicas. Devido ao fato de sua perna artificial lhe permitir insuficiente liberdade de movimento, em 1863 ele patenteou um modelo aperfeiçoado, com um joelho flexível e juntas. Em 1874, ele registrou a patente de uma carteira escolar com um banco dobrável. Por isso, recebeu US\$ 3,000,00 (três mil dólares) que lhe permitiram construir uma nova casa. Não se esqueça, prezado

leitor, de fazer a comparação de valor entre os dólares daquela época e os de hoje. Um trabalhador recebia menos de US\$ 1,00 por semana no final do século XIX.

No ano de 1890 ele pôde se dedicar por mais tempo à escrita. Em 1894, fez uma turnê pela Europa e o Oriente Próximo. *Alonzo T. Jones* tornou-se o editor da *Review and Herald* em 1897, tendo Smith como associado; mas Smith retornou ao cargo em 1901.

Em acréscimo aos seus deveres editoriais, ele assumiu outras responsabilidades. Foi o primeiro secretário da Associação Geral organizada em 1863 e manteve a posição em cinco diferentes ocasiões. Foi também instrutor de Bíblia no *Battle Creek College* por muitos anos. Trabalhou como tesoureiro da Associação Geral em 1876-1877.

Uriah Smith faleceu em 1903, vítima de um acidente vascular cerebral, em Battle Creek, Michigan, a caminho da *Review and Herald*, aos 71 anos, carregando uma bolsa com material preparado para publicação.

Edições Vida Plena

Apresentação à terceira edição

A você, que está tendo seus primeiros contatos com este livro e com o estudioso e dedicado homem que o escreveu, desejamos deixar algumas informações essenciais:

O autor deste livro viveu e escreveu seguindo um estilo literário caracteristicamente polêmico, como era de se esperar naqueles tempos. No entanto, sua interpretação da profecia e as doutrinas de verdade que estabeleceu por um intenso estudo das Escrituras, têm suportado o teste do tempo e do exame detalhado dos estudantes da Bíblia. Sua qualidade tem se mostrado tão eficiente que achamos por bem preparar esta edição revisada, que, dentro de um estilo de nossa própria época, temos a imensa alegria de oferecer aos queridos estudantes da profecia.

O trabalho de revisão e copidesque não poupou esforços a fim de melhorar o texto e ao mesmo tempo preservar o estilo do autor, tornando-o simples e fácil de ser entendido. O resultado foi um

texto coeso, informativo, líquido e versátil, com um número muito menor de termos rebuscados.

Contudo, o trabalho não parou por aí. Atualizamos os números de página das fontes citadas pelo autor, e incluímos fontes mais atuais, reforçando seu ensino tão convincente com novas evidências, indisponíveis na época da criação desta obra, na última década do século XIX.

Ao final desta rápida apresentação, só nos resta convidá-lo a conhecer estas páginas maravilhosas. Temos certeza de que você se emocionará profundamente ao pesquisar e entender as maravilhosas verdades contidas neste livro. É o sincero desejo das

Edições Vida Plena.

Prefácio

O livro bíblico de Daniel foi escrito pela pessoa que tem o nome no título e disso não há razão para duvidar. Ezequiel, contemporâneo de Daniel, dá testemunho, pelo Espírito de Profecia, de sua piedade e retidão, classificando-o neste aspecto com Noé e Jó: *“Ou se eu enviar a peste sobre a tal terra e derramar o meu furor sobre ela com sangue, para arrancar dela homens e animais; ainda que Noé, Daniel e Jó estivessem no meio dela, vivo Eu, diz o Senhor Jeová, que nem filho nem filha eles livrariam, mas só livrariam a sua própria alma pela sua justiça.”* (Ezequiel 14:19 e 20).

Porém, acima de tudo, o Senhor Jesus reconheceu Daniel como profeta de Deus e exigiu que Seus discípulos entendessem as predições dadas por meio dele para o benefício de Sua igreja: *“Quando, pois, virdes que a abominação da desolação, de que falou o profeta Daniel, está no lugar santo (quem lê, que entenda), então, os que estiverem na Judeia, que fujam para os montes.”* (Mateus 24:15 e 16).

Apesar de termos um relato mais detalhado da juventude de Daniel do que o registro da vida de qualquer outro profeta, seu nascimento e sua ascendência não são revelados. O que é mencionado é que ele pertencia à linhagem real, provavelmente da casa de Davi, que nesse tempo se tornara muito numerosa. Aparece primeiramente como um dos nobres cativos de Judá, no primeiro ano de Nabucodonosor, rei de Babilônia, no início dos setenta anos do cativeiro, em 606 a.C. Jeremias e Habacuque ainda proferiam suas profecias. Ezequiel começou logo após e, um pouco mais tarde, Obadias, mas estes dois últimos concluíram sua obra anos antes da conclusão da longa e brilhante carreira de Daniel. Apenas três profetas o sucederam: Ageu e Zacarias, que exerceram o profético ofício contemporaneamente, por um breve período, 520-518 a.C., e Malaquias, o último dos profetas do Antigo Testamento, que floresceu pouco antes, por volta de 397 a.C.

Durante o cativeiro de setenta anos dos judeus, de 603 a 536 a.C., predito por Jeremias (Jeremias 25:11), Daniel residiu na corte de Babilônia, na maior parte do tempo como primeiro-ministro

daquela esplendorosa monarquia. Sua vida proporciona uma lição muito impressionante da importância e vantagem de manter, logo desde o início da juventude, rigorosa integridade para com Deus. Ela fornece também um notável exemplo de um homem que mantém elevada piedade no desempenho de todos os deveres do serviço de Deus, ocupando-se ao mesmo tempo nas mais comoventes atividades, e desempenhando-se nas mais pesadas responsabilidades que possam ser postas sobre os homens nesta vida terrena.

Que repreensão sua conduta contém para muitos nos dias atuais, que não têm, como Daniel, um centésimo das obrigações que absorviam seu tempo e exigiam atenção, e desculpam-se de sua quase total negligência dos deveres cristãos, afirmando não ter tempo para estes!

Não é, porém, apenas nem principalmente sua ligação com o Império Babilônico — a glória dos reinos —, que eterniza a memória de Daniel, e lhe cobre de honra o nome. Do alto de sua corte ele viu aquele reino declinar e passar a outras mãos. O período de maior prosperidade do reino esteve compreendido nos limites do tempo de vida de um

homem. Sua supremacia e glória foram muito rápidas e passageiras. Mas a Daniel foram concedidas mais duradouras honrarias. Embora amado e honrado pelos príncipes e líderes de Babilônia, desfrutou exaltação infinitamente mais elevada ao ser amado e honrado por Deus e Seus santos anjos, e convidado a conhecer os conselhos do Altíssimo. Sua profecia é, em muitos aspectos, a mais notável de todas as profecias dos registros sagrados. E a mais abrangente. Foi a primeira profecia a descrever a história sequencial do mundo desde aquela época até o fim. Situou a parte de suas predições dentro de períodos proféticos bem definidos, atingindo muitos séculos no futuro. Deu a primeira profecia cronológica definida da vinda do Messias. Marcou tão precisamente o tempo desse evento, que os judeus proibiram qualquer tentativa de lhe interpretar os números, pois essa profecia os torna indesculpáveis no ato de rejeitarem Cristo. Cada século sucessivo tem trazido mais evidência da verdade da profecia e estamos, exatamente agora, aproximando-nos do clímax de seu cumprimento.

A história pessoal de Daniel sobrevive alguns anos à queda do reino de Babilônia pela mão do

Império Medo-Pérsico. Supõe-se que Daniel tenha morrido em Susã, na Pérsia, por volta do ano 530 a.C., na idade aproximada de noventa e quatro anos, tendo sido sua idade a razão de ele não haver voltado a Jerusalém com outros cativos hebreus, sob o decreto de Ciro (Esdras 1:1), em 536 a.C., que assinalou o fim do cativeiro de setenta anos.

Edições Vida Plena, 7 de setembro de 2015.

Sumário

Histórico do Autor

Apresentação à terceira edição

Prefácio

Um escravo na corte real de Babilônia

O sonho sobre os impérios mundiais

A integridade provada pelo fogo

O Altíssimo reina

A escritura na parede

Daniel na cova dos leões

Quatro domínios mundiais revelados

A visão simbólica do carneiro, do bode e do chifre pequeno

A “linha do tempo profética” que atravessa os séculos

Deus intervém nos negócios do mundo

O futuro desdobrado

Cenas finais

Um escravo na corte real de Babilônia

Daniel, capítulo 1

Versículos 1 e 2 — *“No ano terceiro do reinado de Jeoaquim, rei de Judá, veio Nabucodonosor, rei da Babilônia, a Jerusalém e a sitiou. E o Senhor entregou nas suas mãos a Jeoaquim, rei de Judá, e uma parte dos utensílios da Casa de Deus, e ele os levou para a terra de Sinar, para a casa do seu deus, e pôs os utensílios na casa do tesouro do seu deus.”*

Com a precisão própria dos sagrados escritores, Daniel entra imediatamente no assunto. Inicia seu livro no estilo simples, histórico. Os primeiros seis capítulos — exceto a profecia do capítulo 2 — têm caráter narrativo. Com o capítulo 7 começa a parte profética do livro.

O cerco de Jerusalém — Como pessoa conscienciosa ao ponto de dizer somente verdades bem conhecidas, ele passa logo à apresentação de

uma série de detalhes capazes de comprovar sua exatidão. A queda de Jerusalém aqui mencionada fora predita por Jeremias, e ocorreu em 606 a.C. (Jeremias 25:8-11). Jeremias situa este cativeiro no quarto ano de Jeoaquim; Daniel, no terceiro. Essa aparente divergência fica explicada pelo fato de que Nabucodonosor começou sua expedição quase no fim do terceiro ano de Jeoaquim, que é o ponto do qual Daniel inicia sua contagem. Mas o rei não conseguiu dominar completamente Jerusalém até o nono mês do ano seguinte, que é o que Jeremias usa em seu cálculo. Jeoaquim, embora preso ao ser conduzido a Babilônia, humilhou-se, e foi-lhe concedido ficar como governador de Jerusalém, vassalo^[1] do rei de Babilônia.

Foi essa a primeira vez que Jerusalém foi tomada por Nabucodonosor. Posteriormente, por duas vezes seguidas a cidade, tendo-se revoltado, foi capturada pelo mesmo rei, sendo que o rei tornou a se apoderar dela, e cada vez a tratou com mais severidade. A segunda queda foi durante o reinado de Joaquim, filho de Jeoaquim, e então foi quando todos os vasos sagrados foram saqueados e

destruídos, e os melhores habitantes foram levados presos com o rei. A terceira ocorreu sob o reinado de Zedequias, quando a cidade sofreu seu mais terrível cerco, durante o qual os habitantes da cidade sofreram todos os horrores da fome. Finalmente, a guarnição real, bem como o próprio rei, tentando escapar da cidade, foram capturados pelos caldeus (babilônios). No episódio, os filhos do rei foram assassinados em sua presença. Em seguida, Zedequias teve os olhos vazados e arrancados, e foi levado para Babilônia. Assim se cumpriu a predição de Ezequiel, a saber, que ele seria levado a Babilônia e ali morreria, mesmo sem ver o lugar. (Ezequiel 12:13). Nessa ocasião, a cidade e o templo foram completamente destruídos, e toda a população da cidade, com exceção de alguns lavradores, foi levada cativa para Babilônia, em 586 a.C.

Foi dessa forma que Deus testemunhou contra o pecado, não porque abençoasse os caldeus, mas foram utilizados para castigar as iniquidades do Seu povo. Se os israelitas tivessem sido fiéis a Deus e guardado Seu sábado, Jerusalém teria permanecido para sempre (Jeremias 17:24-27). No entanto, se afastaram dEle, e Ele teve de abandoná-los.

Poluíram os vasos sagrados, introduzindo ídolos no templo; por isso, Deus permitiu que esses vasos fossem profanados da pior maneira e os deixou ir como troféus para os templos pagãos em Babilônia.

Cativos hebreus em Babilônia — Durante esses dias de angústia e aflição sobre Jerusalém, Daniel e seus companheiros foram alimentados e instruídos no palácio do rei de Babilônia. Embora fossem escravos em terra estranha, sob certos aspectos estavam, sem dúvida, em melhor situação do que se tivessem ficado em seu país natal.

Versículos 3-5 — *“E disse o rei a Aspenaz, chefe dos seus eunucos, que trouxesse alguns dos filhos de Israel, e da linhagem real, e dos nobres, jovens em quem não houvesse defeito algum, formosos de aparência, e instruídos em toda a sabedoria, e sábios em ciência, e entendidos no conhecimento, e que tivessem habilidade para viver no palácio do rei, a fim de que fossem ensinados nas letras e na língua dos caldeus. E o rei lhes determinou a ração de cada dia, da porção do manjar do rei e do vinho que ele bebia, e que assim fossem criados por três anos, para que no fim*

deles pudessem estar diante do rei.”

Encontra-se registrado aqui o provável cumprimento da predição do profeta Isaías ao rei Ezequias, mais de cem anos antes. Quando este rei, ao deixar-se dominar pela presunção, mostrou aos mensageiros do rei de Babilônia os tesouros e coisas santas do seu palácio e do reino, o profeta lhe disse que todas essas boas coisas seriam levadas como troféus para a cidade de Babilônia, e que até seus próprios filhos, seus descendentes, seriam levados para lá e seriam eunucos no palácio do rei. (2 Reis 20:14-18).

A palavra “jovens”, aplicada a esses cativos, não deve se restringir ao sentido atribuído pelos que a traduzem por *meninos*. Incluía aí os jovens. E pelo relato sabemos que esses jovens já deviam estar “instruídos em toda a sabedoria, doutos em ciência, e versados no conhecimento, e que fossem competentes para assistirem no palácio do rei.” Em outras palavras, já tinham adquirido uma boa instrução, e suas faculdades físicas e mentais estavam desenvolvidas a tal ponto que um habilidoso conhecedor da natureza humana podia formar uma ideia bastante exata da capacidade deles. Calcula-se

que deviam ter de dezoito a vinte anos de idade.

O tratamento que esses cativos hebreus receberam nos dá uma demonstração da sábia política e da generosidade do progressista rei Nabucodonosor. Em vez de escolher simples instrumentos para satisfazer os piores desejos pessoais, como o fizeram muitos reis posteriores, ele escolheu jovens que deveriam ser educados em todos os assuntos relacionados ao reino, para que pudessem retribuir-lhe através de uma eficiente ajuda na administração dos negócios reais. Destinou-lhes um suprimento diário de sua própria comida e bebida. Em vez da alimentação grosseira que muitos considerariam suficientemente boa para escravos, ofereceu-lhes de sua própria culinária real. Durante três anos tiveram todas as vantagens que o reino proporcionava. Embora cativos, eles eram descendentes reais, e como tais foram tratados pelo humanitário rei dos caldeus.

Versículos 6 e 7 — *“E entre eles se achavam, dos filhos de Judá, Daniel, Hananias, Misael e Azarias. E o chefe dos eunucos lhes pôs outros nomes, a saber: a Daniel pôs o de Beltessazar, e a Hananias, o de Sadraque, e a Misael, o de*

Mesaque, e a Azarias, o de Abede-Nego.”

Novos nomes para Daniel e seus companheiros — Esta mudança de nomes ocorreu por causa do significado das palavras. Em hebraico, Daniel significava “Deus é o meu juiz”; Hananias, “dom do Senhor”; Misael, “que é o que Deus é”; e Azarias, “a quem Deus ajuda”. Uma vez que estes nomes se referiam ao Deus verdadeiro e tinham certa relação com o Seu culto, foram trocados por nomes cuja definição original estava ligada às divindades pagãs e ao culto dos caldeus. Assim Beltessazar, o nome dado a Daniel, significa “príncipe de Bel”; Sadraque, “Servo de Sin” (deus da lua); Mesaque, “quem é como Aku” (Aku era o equivalente sumério de Sin, isto é, era outro nome do deus da lua); e Abede-Nego significava “servo de Nebo”.

Versículos 8-16 — *“E Daniel assentou no seu coração não se contaminar com a porção do manjar do rei, nem com o vinho que ele bebia; portanto, pediu ao chefe dos eunucos que lhe concedesse não se contaminar. Ora, deu Deus a Daniel graça e misericórdia diante do chefe dos*

eunucos. E disse o chefe dos eunucos a Daniel: Tenho medo do meu senhor, o rei, que determinou a vossa comida e a vossa bebida; por que veria ele os vossos rostos mais tristes do que os dos jovens que são vossos iguais? Assim, arriscareis a minha cabeça para com o rei. Então, disse Daniel ao despenseiro a quem o chefe dos eunucos havia constituído sobre Daniel, Hananias, Misael e Azarias: Experimenta, peço-te, os teus servos dez dias, fazendo que se nos deem legumes a comer e água a beber. Então, se veja diante de ti a nossa aparência e a aparência dos jovens que comem a porção do manjar do rei, e, conforme vires, te hajas com os teus servos. E ele conveio nisso e os experimentou dez dias. E, ao fim dos dez dias, pareceram os seus semblantes melhores; eles estavam mais gordos do que todos os jovens que comiam porção do manjar do rei. Desta sorte, o despenseiro tirou a porção do manjar deles e o vinho que deviam beber e lhes dava legumes.”

Nesta descrição vemos Nabucodonosor incrivelmente limpo de fanatismo. Não parece ter usado nenhum meio desumano a fim de impor a seus escravos reais uma mudança de religião.

Bastava-lhe que tivessem uma religião, fosse a do reino ou outra. Embora seus nomes tivessem sofrido mudanças ligadas ao culto pagão, é possível que essas alterações visassem mais evitar a pronúncia de nomes judaicos pelos caldeus do que para indicar ou induzir qualquer mudança de sentimento ou prática naqueles que receberam esses nomes.

A alimentação de Daniel — Daniel se propôs não se contaminar com a comida do rei nem com o seu vinho. Este procedimento de Daniel tinha outras razões além do efeito de tal regime sobre seu organismo, embora sem dúvida, fosse beneficiar muito a alimentação que ele se propunha adotar. Os reis e príncipes das nações pagãs geralmente eram os sumos sacerdotes de sua religião, e com frequência, o alimento que iam usar era primeiramente oferecido em sacrifício aos ídolos, e uma parte do vinho que usavam era derramado em libação^[2] aos pés dessas entidades. Além disso, certas carnes consumidas pelos caldeus tinham sido declaradas imundas pela lei judaica. Por qualquer destes motivos Daniel não poderia ser coerente com sua religião e servir-se desses artigos. Por isso, respeitosamente fez seu

pedido ao funcionário adequado, a fim de que o permitissem evitar contaminar-se.

O príncipe dos eunucos temia conceder o que Daniel pedia, pois o próprio rei havia indicado qual seria a comida de Daniel e seus companheiros. Isso demonstra o interesse pessoal do rei por aqueles cativos. Parece que queria sinceramente vê-los alcançar a máxima capacidade de desenvolvimento físico e mental. Como estava longe do fanatismo e tirania que controlam o coração dos que têm em suas mãos o poder absoluto! No caráter de Nabucodonosor achamos muitas coisas merecedoras de nossa mais alta admiração.

É interessante notar o que estava incluído no pedido de Daniel com respeito à sua alimentação. A palavra hebraica *zeroim*, aqui traduzida por “legumes”, é constituída pela mesma raiz da palavra “semente” usada no relato da criação, que aparece neste trecho: “toda erva que dá *semente*”, e também “o fruto da árvore que dá *semente*” (Gênesis 1:29). Isso indica claramente que o pedido de Daniel incluía cereais, legumes e frutas. Além disso, se entendemos corretamente Gênesis 9:3, as “ervas” estavam incluídas na alimentação solicitada. Em

outras palavras, o menu que Daniel pediu e recebeu era formado de cereais, legumes, frutas, nozes e verduras, ou seja, uma dieta vegetariana variada, acompanhada da bebida universal para o homem e os animais: a água pura.

A *Bíblia Anotada de Cambridge* contém esta nota sobre *zeroim*: “Alimentação vegetal em geral; não há razão para crer que a palavra hebraica usada se limitava às leguminosas como feijões e ervilhas, chamadas apropriadamente de ‘legumes’.”

Gesênio^[3] dá esta definição: “Sementes, ervas, verduras, vegetais; quer dizer, alimento vegetal com o qual se pratica jejum parcial, em oposição a carnes e iguarias mais delicadas.”

Tendo obtido resultado positivo na prova de alimentação, permitiu-se a Daniel e seus companheiros seguir esse regime durante o período completo de seu preparo para os deveres do palácio.

Versículos 17-21 — “*Ora, a esses quatro jovens Deus deu o conhecimento e a inteligência em todas as letras e sabedoria; mas a Daniel deu entendimento em toda visão e sonhos. E, ao fim dos dias em que o rei tinha dito que os trouxessem, o*

chefe dos eunucos os trouxe diante de Nabucodonosor. E o rei falou com eles; e entre todos eles não foram achados outros tais como Daniel, Hananias, Misael e Azarias; por isso, permaneceram diante do rei. E em toda matéria de sabedoria e de inteligência, sobre que o rei lhes fez perguntas, os achou dez vezes mais doutos do que todos os magos ou astrólogos que havia em todo o seu reino. E Daniel esteve até ao primeiro ano do rei Ciro.”

Depois de estudar três anos — Parece que só a Daniel foi confiado o entendimento de visões e sonhos. Mas o modo como Deus tratou a Daniel neste particular não prova que seus companheiros fossem menos apreciados. Posteriormente, na proteção que receberam durante o episódio da fornalha de fogo, receberam uma prova igualmente boa do favor divino. Daniel tinha provavelmente algumas qualidades naturais que o tornavam especialmente capacitado para essa obra especial.

O rei continuou a manter por aqueles jovens o mesmo interesse pessoal que até então manifestara. No fim dos três anos mandou chamá-los para uma

entrevista pessoal. Precisava saber por si mesmo como tinham passado e que progresso tinham feito. Essa entrevista nos revela também que o rei era homem perito em todas as artes e ciências dos caldeus, pois do contrário não estaria qualificado para examinar outras pessoas nesse aspecto. Apreciando o desenvolvimento intelectual em quem o encontrasse, sem levar em conta religião ou nacionalidade, reconheceu que eles eram dez vezes superiores a qualquer pessoa de seu próprio país.

Acrescenta-se que “Daniel continuou até ao primeiro ano do rei Ciro”.

O sonho sobre os impérios mundiais

Daniel, capítulo 2

Versículo 1 — *“No segundo ano do reinado de Nabucodonosor, teve este um sonho; o seu espírito se perturbou, e passou-se-lhe o sono.”*

Daniel foi feito prisioneiro no primeiro ano de Nabucodonosor. Esteve três anos sob a proteção e acompanhamento de instrutores, e naturalmente, nesse tempo, não foi contado entre os sábios do reino, nem tomou parte nos negócios públicos. Contudo, no segundo ano de Nabucodonosor produziram-se as circunstâncias relatadas neste capítulo. Como, então, Daniel pôde ser levado a interpretar o sonho do rei no segundo ano? A explicação consiste no fato de que Nabucodonosor foi regente ao lado de seu pai, Nabopolassar, durante dois anos. Os judeus contavam o início do reinado no começo desses dois anos, ao passo que os caldeus o contavam desde o momento em que começou a reinar sozinho, após a morte de seu pai. O segundo ano, aqui mencionado, refere-se ao

segundo ano de seu reinado efetivo, separado do pai, na contagem dos caldeus. Do ponto de vista judaico, é o quarto ano^[4]. Parece que, cerca de um ano depois de Daniel ter concluído sua preparação para tomar parte nos negócios do império caldeu, a providência de Deus fez com que ele se destacasse de modo repentino em todo o reino.

“Então, o rei mandou chamar os magos, os encantadores, os feiticeiros e os caldeus, para que declarassem ao rei quais lhe foram os sonhos; eles vieram e se apresentaram diante do rei.”

Os sábios do rei fracassam — Os magos praticavam a feitiçaria, tomando-se esta palavra em seu pior sentido, ou seja, praticavam todos os ritos supersticiosos e cerimônias de adivinhos, lançadores de sorte e leitores de horóscopo. Os astrólogos eram os que afirmavam prever o futuro pelo estudo dos astros. A ciência ou superstição da astrologia era extensamente cultivada pelas nações orientais da antiguidade. Feiticeiros eram os que diziam comunicar-se com os mortos. A palavra “feiticeiro” é geralmente empregada com este sentido, quando usada nas Escrituras. O moderno espiritismo é

simplesmente a antiga feitiçaria pagã reavivada. Os caldeus aqui mencionados eram uma seita de filósofos semelhantes aos magos e astrólogos que se dedicavam ao estudo de ciências naturais e adivinhações. Todas essas seitas ou profissões infestavam Babilônia. O objetivo que cada uma buscava era o mesmo: explicar os mistérios e prever acontecimentos, sendo a principal diferença entre elas os meios pelos quais procuravam alcançar sua intenção. O rei esperava sanar sua dificuldade ao convocar todas essas profissões. Para o rei era uma questão importante. Estava muito perturbado, e por isso concentrou toda a sabedoria do seu reino na solução de sua perplexidade.

Versículos 3 e 4 — *“E o rei lhes disse: Tive um sonho; e, para saber o sonho, está perturbado o meu espírito. E os caldeus disseram ao rei em siríaco [aramaico]: Ó rei, vive eternamente! Dize o sonho a teus servos, e daremos a interpretação.”* (colchetes acrescentados pelo revisor).

Qualquer que seja o ramo de estudos em que os antigos magos e astrólogos tenham sido eficientes, não há dúvida que dominavam a arte de extrair informações suficientes para formar a base de hábeis

cálculos ou de formular suas respostas com tal imprecisão e ambiguidade que podiam ser aplicadas em qualquer direção que tomassem os acontecimentos. Neste caso, fiéis aos seus astutos instintos, pediram ao rei que lhes desse a conhecer o sonho. Se pudessem obter plena informação sobre o sonho, teriam dado alguma interpretação que não lhes pusesse em perigo a honra. Dirigiram-se ao rei em siríaco ou aramaico, dialeto caldeu que as classes educadas e cultas usavam. Desse ponto até o fim do capítulo 7, o relato continua na língua caldaica, falada pelo rei.

Versículos 5-13 — *“Respondeu o rei e disse aos caldeus: O que foi me tem escapado; se me não fizerdes saber o sonho e a sua interpretação, sereis despedaçados, e as vossas casas serão feitas um monturo; 6 mas, se vós me declarardes o sonho e a sua interpretação, recebereis de mim presentes, e dádivas, e grande honra; portanto, declarai-me o sonho e a sua interpretação. Responderam segunda vez e disseram: Diga o rei o sonho a seus servos, e daremos a sua interpretação. Respondeu o rei e disse: Percebo muito bem que vós quereis ganhar tempo; porque vedes que o que eu sonhei me tem*

escapado. Por consequência, se me não fazeis saber o sonho, uma só sentença será a vossa; pois vós preparastes palavras mentirosas e perversas para as proferirdes na minha presença, até que se mude o tempo; portanto, dizei-me o sonho, para que eu entenda que me podeis dar a sua interpretação. Responderam os caldeus na presença do rei e disseram: Não há ninguém sobre a terra que possa declarar a palavra ao rei; pois nenhum rei há, senhor ou dominador, que requeira coisa semelhante de algum mago, ou astrólogo, ou caldeu. Porquanto a coisa que o rei requer é difícil, e ninguém há que a possa declarar diante do rei, senão os deuses, cuja morada não é com a carne. Então, o rei muito se irou e enfureceu; e ordenou que matassem a todos os sábios de Babilônia. E saiu o decreto segundo o qual deviam ser mortos os sábios; e buscaram Daniel e os seus companheiros, para que fossem mortos.”

Estes versículos contêm o relato da desesperada luta entre os magos e o rei; os primeiros buscavam uma rota de fuga, visto que foram apanhados em seus próprio terreno; o rei, por sua vez, continuou firme na determinação de que eles deveriam lhe

revelar o sonho — algo próprio e justo de se esperar daquela profissão.

Alguns têm criticado severamente a Nabucodonosor nesta questão, e o acusam de agir como tirano cruel e irracional. Mas o que esses magos se diziam capazes de fazer? Revelar coisas ocultas; predizer acontecimentos; tornar conhecidos mistérios que superavam inteiramente a previsão e penetração humanas; e fazer isso com a ajuda de agentes sobrenaturais. Não havia injustiça no ato de Nabucodonosor exigir que lhe dessem a conhecer seu sonho. Ao declararem que ninguém podia revelar a questão ao rei senão os deuses, cuja morada não era com a carne, de maneira implícita reconheceram que não tinham comunicação com esses deuses, e nada sabiam além do que a sabedoria e o discernimento humanos podiam oferecer. Por isso, o rei se irou e ficou tomado de ódio. Viu que ele e todo o seu povo eram vítimas de contínua trapaça e engano. Embora não se possa dar razão e justificar as medidas extremas ao ponto de decretar morte e destruição das casas, sentimos simpatia para com ele e a condenação que proferiu contra esse tipo de impostor. O rei não podia tolerar o cinismo e

o engano.

Versículos 14-18 — *“Então, Daniel falou avisada e prudentemente a Arioque, capitão da guarda do rei, que tinha saído para matar os sábios de Babilônia. Respondeu e disse a Arioque, encarregado do rei: Por que se apressa tanto o mandado da parte do rei? Então, Arioque explicou o caso a Daniel. E Daniel entrou e pediu ao rei que lhe desse tempo, para que pudesse dar a interpretação. Então, Daniel foi para a sua casa e fez saber o caso a Hananias, Misael e Azarias, seus companheiros, para que pedissem misericórdia ao Deus dos céus sobre este segredo, a fim de que Daniel e seus companheiros não perecessem com o resto dos sábios da Babilônia.”*

Daniel auxilia o rei — Nesta narração vemos a providência de Deus operando em vários detalhes notáveis. Graças a ela, o sonho do rei deixou uma impressão tão forte em sua própria mente que o levou a tamanha ansiedade. Contudo, não pôde lembrar-se do que havia sonhado. Isso desmascarou completamente o falso sistema dos magos e outros mestres pagãos. Quando solicitados a tornarem

conhecido o sonho, verificou-se que não podiam fazer aquilo de que se declaravam plenamente capazes.

É notável que Daniel e seus companheiros, pouco antes declarados pelo rei dez vezes mais sábios que todos os magos e astrólogos, não fossem consultados no caso. Mas isso foi providencial. Assim como o rei esqueceu o sonho, viu-se inexplicavelmente impedido de recorrer a Daniel para a solução do mistério. Se tivesse inicialmente pedido a Daniel e este imediatamente desse a conhecer o assunto, os magos não teriam sido provados. Mas Deus queria dar a primeira oportunidade aos sistemas pagãos dos caldeus. Queria deixar que tentassem, falhassem vergonhosamente e confessassem sua total incompetência, mesmo sob pena de morte, para que estivessem mais bem preparados para reconhecer Sua intervenção quando Ele finalmente manifestasse o poder em favor de Seus servos cativos, para honra de Seu nome.

Parece que Daniel obteve a primeira informação do assunto quando os executores chegaram para prendê-lo. Ao ver assim em perigo sua vida, sentiu-

se induzido a implorar de todo o coração que o Senhor operasse para livrar os Seus servos. Daniel obteve o que pediu ao rei, a saber, tempo para considerar o assunto, privilégio que provavelmente nenhum dos magos conseguiria, pois o rei já os havia acusado de preparar palavras mentirosas e corruptas, e de procurarem ganhar tempo para este objetivo. Daniel se dirigiu imediatamente aos três companheiros e pediu-lhes que se unissem a ele para suplicarem misericórdia ao Deus do céu sobre esse segredo. Poderia ter orado sozinho, e sem dúvida teria sido ouvido. Mas então, como agora, há poder predominante na união do povo de Deus; e a dois ou três que se unem num pedido, é feita a promessa de que receberão resposta quanto ao que pediram. (Mateus 18:19, 20.)

Versículos 19-23 — *“Então, foi revelado o segredo a Daniel numa visão de noite; e Daniel louvou o Deus do céu. Falou Daniel e disse: Seja bendito o nome de Deus para todo o sempre, porque dEle é a sabedoria e a força; Ele muda os tempos e as horas; Ele remove os reis e estabelece os reis; Ele dá sabedoria aos sábios e ciência aos inteligentes. Ele revela o profundo e o escondido, e*

conhece o que está em trevas; e com Ele mora a luz. Ó Deus de meus pais, eu Te louvo e celebro porque me deste sabedoria e força; e, agora, me fizeste saber o que Te pedimos, porque nos fizeste saber este assunto do rei.”

Não somos informados se a resposta chegou enquanto Daniel e seus companheiros ainda pronunciavam suas orações a Deus, mas foi numa visão noturna que Deus Se revelou em favor deles. As palavras “visão noturna” significam qualquer coisa vista, seja em sonhos ou em visão propriamente dita, à noite.

Daniel imediatamente louvou a Deus por Sua misericórdia; e embora sua oração não foi conservada, seu fervoroso agradecimento ficou plenamente registrado. Deus é tão honrado com nosso louvor pelas coisas que Ele tem feito por nós, como quando em oração reconhecemos nossa necessidade de Sua ajuda. Sirva-nos de exemplo a conduta de Daniel neste aspecto. Que nenhuma bênção recebida da mão de Deus deixe de ter o devido reconhecimento em ação de graças e louvor. No ministério de Cristo na Terra, não purificou Ele dez leprosos, e só um voltou para Lhe agradecer?

“Onde estão os nove?”, perguntou Jesus. (Lucas 17:17).

Daniel tinha a máxima confiança naquilo que Deus lhe revelara em visão. Imediatamente louvou a Deus por haver respondido sua oração, mesmo sem ter comparecido diante do rei, para confirmar se o que lhe fora mostrado era de fato o seu sonho.

Embora o assunto fosse revelado a Daniel, ele não conferiu a si mesmo a honra, como se tivesse recebido a resposta graças apenas às suas orações ou aos seus próprios poderes, mas imediatamente associou seus companheiros, e reconheceu que tanto foi uma resposta às orações deles como às suas próprias. Era, disse Daniel, “o que te *pedimos*, porque nos fizeste saber este caso do rei.”

Versículo 24 — *“Por isso, Daniel foi ter com Arioque, ao qual o rei tinha constituído para matar os sábios da Babilônia; entrou e disselhe assim: Não mates os sábios de Babilônia; introduze-me na presença do rei, e darei ao rei a interpretação.”*

A primeira súplica de Daniel foi em favor dos sábios de Babilônia, “Não os destruas, pois o segredo do rei foi revelado”, pediu ele. Na verdade, não fora por causa deles ou de seus sistemas pagãos

de adivinhação. Eles eram tão dignos de condenação como antes. Mas sua confissão de total impotência no caso lhes foi humilhação suficiente, e Daniel desejava que em certa medida participassem dos benefícios que ele obtivera ao salvar-lhes a vida. Salvaram-se porque havia entre eles um homem de Deus. É sempre assim. Por causa de Paulo e Silas, todos os prisioneiros que estavam com eles foram mantidos vivos (Atos 16:26). Por amor de Paulo, foi salva a vida de todos os que com ele navegavam (Atos 27:24). Com frequência os ímpios são beneficiados pela presença dos justos. Bom seria que se lembrassem das obrigações que isso lhes impõe.

O que pode salvar o mundo hoje? Por amor de quem ele ainda é poupado? Por amor dos poucos justos que restam. Se estes desaparecerem, por quanto tempo os ímpios poderão prosseguir em sua carreira culpável? Não por prazo maior que o dos antediluvianos, depois de Noé ter entrado na arca, ou dos sodomitas, depois de Ló se ausentar de sua contaminadora presença. Se apenas dez pessoas justas pudessem ter sido encontradas em Sodoma, por causa delas a multidão de seus ímpios habitantes

teria sido poupada. Mesmo assim, os ímpios desprezam, ridicularizam e oprimem os justos, por cuja causa lhes é permitido continuar desfrutando a vida e todas as suas bênçãos.

Versículo 25 — *“Então Arioque depressa introduziu Daniel na presença do rei, e lhe disse: Achei um dentre os filhos dos cativos de Judá, o qual revelará ao rei a interpretação.”*

É um constante hábito de ministros e cortesãos tentar agradar seu soberano. Assim Arioque se apresenta aqui como tendo achado um homem capaz de dar a desejada interpretação, como se, com grande dedicação tivesse procurado, em nome do rei, alguém para resolver-lhe a dificuldade e finalmente o tivesse encontrado. Para não se deixar enganar pelo seu principal carrasco, bastava ao rei lembrar-se, como provavelmente se lembrou, de sua entrevista com Daniel e a promessa deste de mostrar a interpretação do sonho, caso tivesse tempo para isso (versículo 16).

Versículos 26-28 — *“Respondeu o rei e disse a Daniel, cujo nome era Beltessazar: Podes tu fazer-me saber o que vi no sonho e a sua interpretação? Respondeu Daniel na presença do rei e disse: O*

mistério que o rei exige, nem encantadores, nem magos nem astrólogos o podem revelar ao rei; mas há um Deus no céu, o qual revela os mistérios, pois fez saber ao rei Nabucodonosor o que há de ser nos últimos dias. O teu sonho e as visões da tua cabeça, quando estavas no teu leito, são estas [...].”

“Podes tu fazer-me saber o que vi no sonho?” foram as palavras de dúvida com que o rei saudou a Daniel quando este chegou à sua presença. Apesar de Daniel já lhe ser conhecido, o rei parece ter duvidado da capacidade de um homem tão jovem e inexperiente para esclarecer uma questão que derrotara completamente os experientes e respeitáveis magos e encantadores. Daniel declarou simplesmente que os sábios, os astrólogos, adivinhadores e magos não podiam revelar este segredo. Isso estava fora da capacidade deles. Portanto, o rei não devia se irar contra eles, nem confiar em suas vãs superstições. O profeta então passou a falar do Deus verdadeiro, que rege os céus e é o único revelador de segredos. Ele, disse Daniel, é que “fez saber ao rei Nabucodonosor o que há de ser nos últimos dias”.

Versículos 29 e 30 — *“Estando tu, ó rei, na tua cama, subiram os teus pensamentos ao que há de ser depois disto. Aquele, pois, que revela os segredos te fez saber o que há de ser. E a mim me foi revelado este segredo, não porque haja em mim mais sabedoria do que em todos os viventes, mas para que a interpretação se fizesse saber ao rei e para que entendesses os pensamentos do teu coração.”*

Aqui é destacado outro traço louvável do caráter de Nabucodonosor. Em contraste com outros príncipes, que preenchem o seu dia a dia com loucuras e orgias sem considerar o futuro, o rei se preocupava com os dias vindouros e desejava ansiosamente saber que acontecimentos o futuro lhe reservaria. Em parte, por esse motivo, Deus lhe deu esse sonho, que deve ser considerado como um sinal do favor divino para com o rei. No entanto, Deus não quis operar em favor do rei independentemente do Seu próprio povo. Embora tivesse dado o sonho ao rei, enviou a interpretação por um de Seus servos reconhecidos.

Em primeiro lugar, Daniel rejeitou todo mérito pela interpretação, e em seguida procurou modificar

os sentimentos naturais de orgulho do rei pelo fato de ter sido lembrado pelo Deus do céu. Fez-lhe saber que, embora o sonho tivesse sido dado a ele, a interpretação era enviada não só para ele, mas também para benefício das demais pessoas. Deus tinha servos ali, por meio dos quais estava operando. Aos olhos de Deus, eles tinham mais valor que os mais poderosos reis e soberanos da Terra.

Como foi abrangente a obra de Deus neste caso! Por esta única atitude de revelar o sonho do rei a Daniel, satisfez o desejo do rei, de saber a respeito daquelas coisas, e salvou Seus servos que nEle confiavam. Destacou perante a nação caldeia o conhecimento do verdadeiro Deus, ridicularizando os falsos sistemas dos adivinhos e magos, e diante dos olhos desses pretensos sábios, honrou Seu próprio nome e exaltou Seus servos.

Daniel relata o sonho — Depois de apontar claramente ao rei que o propósito do Deus do céu ao lhe dar o sonho, fora revelar “o que há de ser”, Daniel relatou o próprio sonho.

Versículos 31-35 — “*Tu, ó rei, estavas vendo, e eis aqui uma grande estátua; essa estátua, que era*

grande, e cujo esplendor era excelente, estava em pé diante de ti; e a sua vista era terrível. A cabeça daquela estátua era de ouro fino; o seu peito e os seus braços, de prata; o seu ventre e as suas coxas, de cobre; as pernas, de ferro; os seus pés, em parte de ferro e em parte de barro. Estavas vendo isso, quando uma pedra foi cortada, sem mão, a qual feriu a estátua nos pés de ferro e de barro e os esmiuçou. Então, foi juntamente esmiuçado o ferro, o barro, o cobre, a prata e o ouro, os quais se fizeram como a pragana das eiras no estio, e o vento os levou, e não se achou lugar algum para eles; mas a pedra que feriu a estátua se fez um grande monte e encheu toda a terra.”

Nabucodonosor era idólatra, e adorava os deuses da religião babilônica. Uma imagem seria, por causa disso, um objeto capaz de imediatamente atrair sua atenção e respeito. Por outro lado, os reinos terrestres que a imagem representava, como se verá em seguida, eram para ele objetos de estima e valor.

Como essa representação era apropriada, porém, para transmitir à mente de Nabucodonosor uma verdade importante e necessária! Além de esquematizar a marcha dos acontecimentos no

decorrer do tempo em benefício do Seu povo, Deus queria mostrar a Nabucodonosor a inutilidade da grandeza e glória terrenas. Como poderia fazê-lo mais impressivamente do que através de uma imagem cuja cabeça era de ouro? Sob a cabeça havia um corpo composto de metais inferiores, que diminuía em valor até ao mais inferior dos materiais, nos pés, cujos dedos de ferro estavam misturados com barro lamacento. O conjunto foi finalmente destruído e feito semelhante à palha vazia. Logo foi reduzida a pó sem valor algum, mais leve que a vaidade e arrastada pelo vento para onde não se pudesse encontrar. Em seguida, seria ocupado por algo eterno e de valor celestial. Com isso Deus quis mostrar aos filhos dos homens que os reinos terrestres desaparecerão, e a grandeza e glória da Terra se desmancharão como uma elegante espuma. E, no lugar durante tanto tempo usurpado por esses impérios, se estabelecerá o reino de Deus, que não terá fim, e os que demonstraram interesse nesse reino, repousarão para sempre à sombra de suas pacíficas asas. Mas, com esse pequeno vislumbre, o estudo está sendo adiantado, e não é esse o propósito.

Versículos 36-38 — *“Este é o sonho; também a interpretação dele diremos na presença do rei. Tu, ó rei, és rei de reis, pois o Deus dos céus te tem dado o reino, e o poder, e a força, e a majestade. E, onde quer que habitem filhos de homens, animais do campo e aves do céu, ele tos entregou na tua mão e fez que dominasses sobre todos eles; tu és a cabeça de ouro.”*

Daniel interpreta o sonho — Inicia-se aqui um dos mais abrangentes relatos da história dos impérios mundiais. Oito breves versículos do relato inspirado resumem a história da majestade e do poderio deste mundo. Bastam alguns momentos para memorizá-los; no entanto, o período que abrange, cujo início foi há mais de vinte e cinco séculos, ultrapassa o surgimento e a queda dos reinos, supera períodos e séculos, vai além do nosso tempo e chega à eternidade. O relato é tão abrangente que engloba tudo isso; é, no entanto, tão minucioso que nos mostra os grandes esboços dos reinos da Terra desde aquele tempo até a atualidade. Jamais a sabedoria humana criou tão breve e tão abrangente relato. Jamais a linguagem humana expôs em tão poucas

palavras tal volume de verdade histórica. Nisso está o dedo de Deus. Atentemos bem para a lição.

Com que interesse e assombro o rei deve ter escutado, ao lhe explicar o profeta que o seu reino era a cabeça de ouro da magnífica imagem! Daniel informa ao rei que tudo lhe fora dado pelo Deus do céu e o fizera governar sobre todos. Isso o desviaria do orgulhoso pensamento de que havia alcançado sua posição pela sua própria capacidade e sabedoria, e lhe despertaria a gratidão do coração para o verdadeiro Deus.

O reino de Babilônia, que se desenvolveu a ponto de ser representado pela cabeça de ouro da grande imagem histórica, foi fundado por Ninrode, bisneto de Noé, mais de dois mil anos antes de Cristo. *“Cuxe gerou a Ninrode, o qual começou a ser poderoso na terra. Foi valente caçador diante do Senhor; daí dizer-se: Como Ninrode, poderoso caçador diante do Senhor. O princípio do seu reino foi Babel, Ereque, Acade e Calné, na terra de Sinar.”* (Gênesis 10:8-10). Parece que Ninrode fundou também a cidade de Nínive, que mais tarde se tornou a capital da Assíria ^[5].

Cumprimento do sonho — O império babilônico adquiriu poder sob a influência do general Nabopolassar, que finalmente se tornou seu rei. Honrando a sucessão, seu filho, Nabucodonosor, continuou governando após sua morte em 604 a.C. Segundo declarou *R. Campbell Thompson*:

“Os acontecimentos tinham demonstrado que Nabucodonosor era um comandante vigoroso e brilhante, e tanto física como mentalmente, um homem forte, digno de suceder ao pai. Ele se tornaria o homem mais poderoso de seu tempo no Oriente Próximo, como soldado, estadista e arquiteto. Se seus sucessores possuísem sua têmpera, em vez de inexperientes ou sem vigor, os persas teriam encontrado em Babilônia um problema bem mais difícil. Diz em Jeremias 27:7 – ‘Todas as nações servirão a ele, a seu filho e ao filho de seu filho, até que também chegue a vez da sua própria terra’.”^[6]

Jerusalém foi tomada por Nabucodonosor no primeiro ano do seu reinado e terceiro de Jeoaquim, rei de Judá (Daniel 1:1), 606 a. C. Nabucodonosor

reinou dois anos juntamente com seu pai, Nabopolassar. Deste ponto os judeus datam o início do reinado de Nabucodonosor, mas os caldeus fazem a contagem a partir de quando ele passou a reinar só, em 604 a. C., como foi acima explicado. A respeito dos sucessores de Nabucodonosor, o já citado autor acrescenta:

“Nabucodonosor morreu em agosto ou setembro de 562 a.C. e foi sucedido por seu filho Amel-Marduque (562-560 a.C.), a quem Jeremias chama de Evil-Merodaque. Teve pouco tempo para demonstrar seu valor; e os dois anos de seu breve reinado são suficientes para demonstrar que as condições políticas eram novamente hostis à casa real.”^[7]

Os últimos governantes de Babilônia, príncipes carentes de poder, não puderam igualar o reinado de Nabucodonosor. Ciro, rei da Pérsia, sitiou Babilônia e a tomou com astúcia.

O caráter do império babilônico é indicado pela cabeça de ouro. Era o reino de ouro de uma idade de ouro. Babilônia, sua metrópole, elevou-se a uma altura nunca alcançada por suas sucessoras. Situada

no jardim do Oriente, disposta em quadrado perfeito de, segundo se diz, 96 quilômetros de perímetro, ou seja 24 de cada lado; cercada por uma muralha com cerca de 60 a 90 metros de altura e 25 de largura e um fosso ao redor com a capacidade cúbica da própria muralha. Era dividida em quadras por suas muitas ruas de 45 metros de largura que se cortavam em ângulo reto, direitas e bem niveladas. Seus 576 quilômetros quadrados de superfície eram ocupados por maravilhosos jardins e lugares de recreação, entremeados de magníficas moradas. Essa cidade, com seus 96 quilômetros de fossos, 96 quilômetros de muralha exterior e 48 quilômetros de muralha de ambos os lados do rio que passava por seu centro, com suas portas de bronze polido, seus jardins suspensos, com terraços superpostos até alcançarem a altura das próprias muralhas, seus dois palácios reais — um com seis quilômetros de circunferência e o outro com pouco mais de doze —, com seus túneis subterrâneos que, passando sob o rio Eufrates, uniam os dois palácios. Sua perfeita arrumação para comodidade, adorno e defesa, e seus recursos ilimitados, fizeram dela, sem dúvida, a mais prodigiosa maravilha do mundo antigo. Ali,

com o mundo inteiro prostrado a seus pés, como rainha de grandeza sem par, que recebeu da própria pena inspirada este brilhante título: “a joia dos reinos, glória e orgulho dos caldeus”, destacava-se como o reino representado pela cabeça de ouro dessa grande imagem histórica.

Tal era Babilônia, com Nabucodonosor na flor da idade, audaz, vigoroso e realizado, sentado em seu trono, quando Daniel entrou por suas portas para servir como cativo durante setenta anos em seus luxuosos palácios. Ali os filhos do Senhor, oprimidos mais do que animados pela glória e prosperidade de sua terra de cativo, penduravam suas harpas nos salgueiros às margens do Eufrates, e choravam ao se lembrarem de Sião.

Ali começa o estado cativo da igreja num sentido mais amplo, pois desde aquele tempo o povo de Deus tem estado submetido a potências terrenas, sendo por elas oprimido em maior ou menor medida. Assim continuará até que todas as potências terrenas se curvem finalmente Àquele que possui o direito de reinar. E eis que rapidamente se apressa esse dia de libertação.

Em outra cidade, não só Daniel, mas todos os

filhos de Deus, desde o menor até o maior, do mais humilde ao mais elevado, vão logo entrar. É uma cidade que não tem apenas 96 quilômetros de perímetro, mas 2.400; cidade cujos muros não são de tijolos e betume, mas de pedras preciosas e jaspe; cujas ruas não são pavimentadas com pedras como as de Babilônia, por belas e lisas que fossem, mas com ouro transparente; cujo rio não é o Eufrates, mas o rio da vida; cuja música não são os suspiros e lamentos de aquebrados cativos, mas emocionantes cantos de vitória sobre a morte e a sepultura, que multidões de remidos entoarão; cuja luz não é a intermitente luz da Terra, mas a incessante e inefável glória de Deus e do Cordeiro. Eles chegarão à cidade não como cativos que entram num país estranho, mas como exilados que retornam à casa paterna; não como a um lugar onde seu ânimo será abatido com palavras não cordiais como “cativeiro”, “servidão”, e “opressão”, mas onde as doces palavras “lar”, “liberdade”, “paz”, “pureza”, “felicidade inefável” e “vida eterna” lhes agradarão a alma para todo o sempre. Sim, nossa boca se encherá de riso e nossa língua de cântico, quando o Senhor restaurar a sorte de Sião (Salmos 126:1 e 2;

Apocalipse 21:1-27).

Versículo 39 — *“Depois de ti se levantará outro reino, inferior ao teu; e um terceiro de bronze, o qual terá domínio sobre toda a Terra.”*

Nabucodonosor reinou 43 anos, e foi sucedido pelos seguintes governantes: Evil-Merodaque, seu filho, dois anos; Neriglissar, seu genro, quatro anos; Laborosoarcod, filho de Neriglissar, nove meses, que, sendo menos de um ano, não se conta no cânon de Ptolomeu; e finalmente Nabonido, cujo filho, Belsazar, neto de Nabucodonosor, dividiu com ele o trono.

“A prova dessa co-regência encontra-se nos cilindros de Nabonadio [Nabonido] que foram achados em Mugheir, nos quais se pede a proteção dos deuses para Nabu-nadid e seu filho Bel-shar-uzur, cujos nomes estão acoplados em uma maneira que implica a co-regência do último.^[8] A data em que Belsazar foi co-regente com seu pai não pode ser posterior a 540 a.C., o décimo quinto ano de Nabonadio, visto que o terceiro ano de Belsazar é mencionado em Daniel 8:1. Se Belsazar (como suponho) era filho de uma filha de Nabucodonosor

que se casou com Nabonadio depois que se tornou rei, não pode ter mais de quatorze anos no ano 15º de seu pai.”^[9]

A Queda de Babilônia — No primeiro ano de Neriglissar, apenas dois anos depois da morte de Nabucodonosor, irrompeu entre os babilônios e os medos a guerra fatal que resultou na queda do Império Babilônico. Ciáxares, rei dos medos [ou medas], que é chamado “Dario” em Daniel 5:31, chamou em seu auxílio seu sobrinho Ciro, da linhagem persa. A guerra prosseguiu com êxito ininterrupto dos medos e dos persas, até que no ano 18 de Nabonido (o terceiro ano de seu filho Belsazar), Ciro sitiou Babilônia, a única cidade de todo o Oriente que então lhe resistia. Os babilônios, encerrados entre suas muralhas inexpugnáveis, com provisões para vinte anos e terra suficiente dentro dos limites de sua ampla cidade para fornecer alimentos a seus habitantes e à guarda real por um período indefinido. De suas altas muralhas zombavam de Ciro e ridicularizavam seus esforços aparentemente inúteis para sujeitá-los. E segundo todo cálculo humano, tinham bons motivos para se

sentirem seguros. De acordo com as probabilidades humanas, a cidade nunca poderia ser tomada pelos métodos convencionais de guerra. Por isso dormiam tão livremente como se nenhum inimigo lhes estivesse procurando destruir, observando ao redor de suas muralhas sitiadas. Contudo, Deus decretara que a orgulhosa e ímpia cidade desceria de seu trono de glória. E quando Ele fala, que braço mortal pode derrotar Sua palavra?

O perigo dos babilônios se baseava em seu próprio sentimento de segurança. Ciro resolveu realizar por cilada e astúcia o que não podia executar pela força. Ao saber que se aproximava uma festa anual em que a cidade inteira se entregaria às diversões e orgia, fixou esse dia como a data para executar seu propósito.

Não havia meio de Ciro entrar naquela cidade a menos que o achasse onde o rio Eufrates entrava e saía por baixo de suas muralhas. Resolveu fazer do leito do rio seu caminho para a fortaleza do inimigo. Para isso, a água tinha que ser desviada de seu leito que atravessava a cidade, de modo que, na véspera do dia festivo acima referido, destacou três grupos de soldados: o primeiro, que numa determinada hora

desviasse o rio para um lago artificial situado a curta distância acima da cidade; o segundo, para tomar posição no lugar onde o rio entrava na cidade; o terceiro, para colocar-se 24 quilômetros abaixo, onde o rio saía da cidade. Estes dois últimos grupos foram instruídos a entrar no leito do rio assim que o pudessem atravessar. Nas trevas da noite explorariam seu caminho sob as muralhas e avançariam até o palácio real, onde deviam surpreender e matar os guardas e capturar ou matar o rei. Tendo sido desviada a água para o lago, o rio logo se tornou possível de vadear e os soldados seguiram seu leito até o coração da cidade de Babilônia.^[10]

Tudo isso, porém, teria sido em vão, se a cidade toda, naquela noite fatídica, não se houvesse entregado à negligência, imprudência e presunção, estado de coisas com que Ciro muito contava para a realização de seu propósito. Em cada lado do rio a cidade era atravessada por muralhas de grande altura e de espessura igual à dos muros exteriores. Nessas muralhas havia enormes portas de bronze que, quando fechadas e guardadas, impediam a entrada

desde o leito do rio até qualquer das ruas que atravessavam o rio. Se as portas estivessem fechadas nessa ocasião, os soldados de Ciro poderiam ter penetrado na cidade pelo leito do rio e por ele novamente saído, sem conseguirem subjugar a praça de guerra.

Mas na orgia e bebedeira daquela noite sinistra, as portas que davam para o rio foram deixadas abertas, como fora predito, muito anos antes, pelo profeta Isaías: “Assim diz o Senhor ao seu ungido, a Ciro, a quem tomo pela mão direita, para abater as nações ante a sua face, e para descingir os lombos dos reis, e para abrir diante dele as portas, que não se fecharão” (Isaías 45:1). A entrada dos soldados persas não foi percebida. Muitos rostos empalideceriam de terror, caso tivessem notado o repentino baixar das águas do rio e entendido o terrível significado desse fato. Muitas línguas teriam elevado um enorme grito de alarme pela cidade se tivessem sido vistas as sombras dos inimigos armados penetrando discretamente na cidadela que os babilônios supunham segura. Mas ninguém notou o súbito baixar das águas do rio; ninguém viu a entrada dos guerreiros persas. Ninguém teve o

cuidado de providenciar para que as portas que davam para o rio fossem fechadas e guardadas; ninguém tinha outra preocupação senão de saber quão profunda e irresponsavelmente poderia mergulhar na desenfreada orgia. Aquela noitada de dissipação custou aos babilônios o reino e a liberdade. Entraram em sua embrutecedora bebedeira como súditos do rei de Babilônia; dela despertaram como escravos do rei da Pérsia.

Os soldados de Ciro fizeram saber sua presença na cidade caindo sobre a guarda real no vestíbulo do palácio do rei. Belsazar logo percebeu a causa do distúrbio, e morreu pelejando. Este festim de Belsazar é descrito no quinto capítulo de Daniel, e o relato é encerrado com as simples palavras: “Naquela mesma noite foi morto Belsazar, rei dos caldeus. E Dario, o medo, com cerca de sessenta e dois anos, se apoderou do reino.”

O historiador *Prideaux* diz: “Dario, o medo, isto é, Ciáxares, o tio de Ciro, tomou o reino porque Ciro lhe concedeu o título de todas as suas conquistas enquanto viveu.”^[11]

Assim, o primeiro império, simbolizado pela

cabeça de ouro da grande estátua, acabou melancolicamente. Seria natural supor que o conquistador, ao tomar posse de uma cidade tão nobre como Babilônia, que superava tudo quanto houvesse de belo no mundo, a escolhesse para sede do seu império e a conservasse em seu esplendor. Mas Deus havia dito que aquela cidade viria a ser um montão de ruínas e habitação das feras do deserto; que suas casas se encheriam de corujas; que as hienas uivariam nos seus castelos, e os chacais nos seus palácios luxuosos. (Isaías 13:19-22). Primeiro ficaria deserta. Ciro mudou a sede imperial para Susã, célebre cidade da província de Elão, a leste de Babilônia, às margens do rio Choaspes, afluente do Tigre. Isso aconteceu provavelmente no primeiro ano em que Ciro reinou só.

Com o orgulho particularmente ferido por esse ato, os babilônios se rebelaram no quinto ano de Dario Histaspes, em 517 a. C., e contra si novamente atraíram todas as forças do império persa. Novamente a cidade foi tomada por estratagemas. Zópiro, um dos principais comandantes de Dario, tendo cortado o próprio nariz e as orelhas e produzido vergões em todo o corpo com

chicotadas, em tais condições debandou-se para os sitiados aparentemente aceso por desejo de se vingar de Dario, por sua grande crueldade em tê-lo mutilado daquele jeito. Conquistou assim a confiança dos babilônios até que estes o tornaram comandante-chefe de suas forças, e com isso ele entregou nas mãos de seu senhor a cidade. E para impedi-los de uma vez por todas de se rebelarem, Dario mandou empalar três mil dos que tinham sido mais ativos na revolta, tirou as portas de bronze e rebaixou as muralhas de duzentos para cinquenta côvados. Foi o princípio da destruição da cidade. Este ato a deixou exposta às pilhagens de todos os bandos hostis. Xerxes, ao voltar da Grécia, despojou o templo de Belo de sua imensa riqueza e deixou em ruínas a soberba estrutura. Alexandre, o Grande, procurou reconstruí-la, mas depois de empregar dez mil homens durante dois meses para remover o entulho, morreu de excessiva embriaguez, e o trabalho foi suspenso. No ano 294 a. C., Seleuco Nicátor construiu uma nova Babilônia nas proximidades da cidade velha e tomou muito material e muitos habitantes da velha cidade para edificar e povoar a nova. Ficando assim quase

esvaziada de habitantes, a negligência e a decadência se fizeram sentir terrivelmente na antiga cidade. Sua ruína foi apressada pela violência dos príncipes partos^[12]. Por volta do quarto século, foi usada pelos reis persas como sítio de feras. No fim do século XII, segundo um célebre viajante, as poucas ruínas que restavam do palácio de Nabucodonosor estavam tão cheias de serpentes e répteis venenosos que não podiam, sem grande perigo, ser detalhadamente examinadas. Hoje apenas restam ruínas suficientes para assinalar o lugar onde uma vez esteve a maior, mais rica e mais orgulhosa cidade do mundo antigo.

Assim as ruínas da grande Babilônia nos mostram com que exatidão Deus cumpre Sua palavra e transformam as dúvidas da descrença e do ateísmo indícios de cegueira voluntária.

“Depois de ti se levantará outro reino, inferior ao teu.” O emprego da palavra “reino” aqui, demonstra que as diferentes partes da imagem representavam reinos e não reis em particular. Portanto, quando foi dito a Nabucodonosor: “Tu és a cabeça de ouro”, embora se tenha empregado o pronome pessoal, o

designado era o reino e não o rei Nabucodonosor em si.

O Império Medo-Pérsico — O reino sucessor de Babilônia, a Medo-Pérsia, correspondia ao peito e aos braços de prata da grande estátua. Seria inferior ao reino antecedente. Em que aspecto? Não em poder, pois ele conquistou Babilônia. Não em extensão, pois Ciro subjuguou todo o Oriente, do mar Egeu ao rio Indo, e assim erigiu um império mais extenso. Mas foi inferior em riqueza, luxo e magnificência.

Do ponto de vista bíblico o principal acontecimento durante o Império Babilônico foi o cativeiro dos filhos de Israel. Sob o Império Medo-Persa, o principal acontecimento foi a restauração de Israel à sua terra. Após tomar Babilônia, Ciro, como ato de cortesia, destinou o primeiro posto no reino a seu tio Dario, em 538 a.C. Mas dois anos depois, em 536 a.C., Dario morreu, deixando Ciro como único monarca do império. Nesse ano, que encerrou os setenta anos do cativeiro de Israel, Ciro baixou seu famoso decreto para o regresso dos judeus e a reedificação do seu templo. Foi esta a primeira parte

do grande decreto para a restauração e reconstrução de Jerusalém (Esdras 6:14), que se completou no sétimo ano do reinado de Artaxerxes, em 457 a.C., data que tem grande importância, como será demonstrado mais tarde.

Depois de reinar sete anos, Ciro deixou o reino a seu filho Cambises, que reinou sete anos e cinco meses, até 522 a.C. Oito monarcas, cujos reinados variaram de sete meses a quarenta e seis anos cada um, ocuparam o trono até o ano 336 a.C. O ano 335 a.C. é assinalado como o primeiro ano de Dario Codomano, o último dos antigos reis persas. Este, segundo *Prideaux*, era de nobre estatura, de boa presença, de maior valor pessoal, e de disposição branda e generosa. Teve a má sorte, porém, de disputar com um homem que agia em cumprimento da profecia e não possuir qualidades naturais ou adquiridas que lhe pudessem dar êxito nessa contenda desigual. Tão logo se instalou no trono, viu-se diante de seu temível inimigo Alexandre que, à frente dos soldados gregos, se preparava para derrubá-lo.

O estudo da causa e dos pormenores da contenda entre os gregos e os persas, deixaremos às histórias

especialmente dedicadas a tais assuntos. Basta dizer que o ponto decisivo foi alcançado no campo de Arbela, em 331 a. C., onde os gregos, embora tendo de pelejar com os persas na proporção de um contra vinte, venceram decisivamente. Daí em diante Alexandre se tornou senhor absoluto do império persa, em extensão jamais atingida por nenhum de seus próprios reis.

O Império Grego — “*E um terceiro reino, de bronze, [...] terá domínio sobre toda a Terra*”, havia dito o profeta. Tão poucas e breves palavras inspiradas envolviam em seu cumprimento uma sucessão no governo mundial. No sempre mutável caleidoscópio político, a Grécia entrou no campo da visão para ser, durante algum tempo, o objeto que absorvia todas as atenções como o terceiro dos chamados impérios universais.

Após a batalha que decidiu a sorte do império, Dario ainda procurou reagrupar os derrotados remanescentes de seu exército e defender seu reino e seus direitos. Mas de toda a sua hoste, que pouco antes era um exército bem organizado e tão numeroso, não pôde reunir uma força com a qual

achasse prudente arriscar outro encontro com os gregos vitoriosos. Alexandre o perseguiu nas asas do vento. Repetidas vezes Dario, a duras penas, escapou de seu veloz perseguidor. Finalmente, três traidores, Besso, Nabarzanes e Barsaentes, tomaram o infeliz príncipe, o encerraram num carro e fugiram com ele como prisioneiro para Báctria. Seu propósito era comprar sua própria segurança com a entrega de seu rei se Alexandre os perseguisse. Ao saber da perigosa situação de Dario nas mãos dos traidores, Alexandre imediatamente se pôs à frente da parte mais rápida do seu exército, na perseguição em marcha forçada. Após vários dias de marcha apressada, alcançou os traidores. Estes exigiram que Dario montasse a cavalo para fugir mais depressa. Recusando-se Dario, feriram-no mortalmente, e, deixado moribundo, para morrer em seu carro, subiram em seus corcéis e fugiram.

Quando Alexandre chegou, só pôde contemplar a forma inerte do rei persa que, poucos meses antes, sentava-se no trono do império universal. Desastre, queda e deserção tinham sobrevindo subitamente a Dario. Seu reino fora conquistado, seus tesouros tomados e sua família reduzida ao cativo. Agora,

brutalmente morto por mãos traidoras, jazia seu cadáver ensanguentado num carro tosco. A vista do melancólico espetáculo arrancou lágrimas do próprio Alexandre, embora ele já estivesse familiarizado com todos os horríveis reveses e cenas sangrentas da guerra. Lançando seu manto sobre o corpo, mandou que o levassem às senhoras da família real persa presas em Susã, fornecendo ele próprio os meios necessários para um régio funeral.

Quando morreu Dario, Alexandre viu o campo livre do seu último e terrível inimigo. Daí em diante, podia empregar seu tempo como quisesse, ora desfrutando descanso e prazer, ora prosseguindo em alguma conquista menor. Empreendeu imponente campanha contra a Índia, porque, segundo a fábula grega, Baco e Hércules, filhos de Júpiter, de quem também ele alegava ser filho, tinham feito o mesmo. Com presunçosa arrogância reclamou para si honras divinas. Sem provocação alguma, entregou cidades conquistadas nas mãos de sua soldadesca cruel e licenciosa. Ele mesmo, com frequência assassinava seus amigos favoritos no frenesi de suas bebedeiras. De tal maneira estimulava os excessos alcoólicos entre seus adeptos que em certa ocasião vinte deles

morreram vítimas da embriaguez.

Finalmente, depois de ter se sentado por muito tempo a beber, foi imediatamente convidado para outra orgia, na qual, após beber em honra de cada um dos vinte hóspedes presentes, diz-nos a história que, por incrível que pareça, bebeu duas vezes o conteúdo da taça de Hércules, que comportava mais de cinco litros. Foi acometido de violenta febre, de que morreu onze dias depois, em 13 de junho de 323 a.C., ainda no umbral da maturidade, com apenas 33 anos.

Versículo 40 — *“O quarto reino será forte como ferro; pois, o ferro a tudo quebra e esmiúça, como o ferro quebra todas as coisas, assim ele fará em pedaços e esmiuçarà.”*

A férrea monarquia de Roma — Até aqui existe acordo geral entre os expositores das Escrituras sobre a aplicação desta profecia. Todos reconhecem que Babilônia, Medo-Pérsia e Grécia estão respectivamente representadas pela cabeça de ouro, o peito e os braços de prata, e o ventre de bronze. Entretanto, sem haver mais base para opiniões diversas, existe diferença de interpretação quanto ao

reino simbolizado pela quarta divisão da grande estátua: as pernas de ferro. Neste ponto, basta perguntar: Que reino sucedeu à Grécia no domínio do mundo, sendo que as pernas de ferro indicam o quarto reino da série? O veredito da história é amplo e explícito a este respeito. Um reino cumpriu isso, e só um, e esse foi Roma. Conquistou a Grécia; subjugou todas as coisas; como o ferro, fez em pedaços e estraçalhou.

Disse o bispo *Newton*: “Os quatro diferentes metais devem significar quatro diferentes nações; como o ouro representava os babilônios, a prata, os persas, e o bronze os macedônios, o ferro não pode novamente significar os macedônios, antes deve necessariamente representar outra nação; e ousamos dizer que não existe na terra nenhuma nação a quem se aplique tal descrição senão os romanos.”^[13]

Gibbon, seguindo as imagens simbólicas de Daniel, assim descreve o império:

“As armas da República, às vezes vencidas na batalha, sempre vencedoras na guerra, avançaram a passos rápidos até o Eufrates, o Danúbio, o Reno e o Oceano; e as imagens de ouro, prata ou o bronze,

que podiam servir para representar as nações e seus reis, foram sucessivamente destruídas pela férrea monarquia de Roma.”^[14]

Quando se iniciou a Era Cristã, este império abrangia todo o sul da Europa, a França, a Inglaterra, a maior parte dos Países Baixos, a Suíça, o sul da Alemanha, a Hungria, a Turquia e a Grécia, sem falar de suas possessões da Ásia e da África. Bem pode, portanto, Gibson dizer:

“O império dos romanos encheu o mundo. E quando esse império caiu nas mãos de uma única pessoa, o mundo tornou-se uma prisão segura e fúnebre para seus inimigos. [...] Resistir era fatal, e era impossível fugir.”^[15]

Nota-se que, a princípio, o reino é descrito irrestritamente forte como o ferro. Este foi o período de sua força, durante o qual foi comparado a um poderoso colosso que cavalgava sobre as nações, que a tudo vencida e impunha leis no mundo. Mas isso não havia de continuar.

Versículos 41 e 42 — *“E, quanto ao que viste dos pés e dos artelhos, em parte de barro de oleiro*

e em parte de ferro, isso será um reino dividido; contudo, haverá nele alguma coisa da firmeza do ferro, pois que viste o ferro misturado com barro de lodo. E, como os artelhos eram em parte de ferro e em parte de barro, assim por uma parte o reino será forte e por outra será frágil.”

Roma Dividida — A fragilidade simbolizada pelo barro era tanto dos pés como dos dedos dos pés. Roma, antes de sua divisão em dez reinos, perdeu aquele vigor férreo que possuía em grau superlativo durante os primeiros séculos de sua carreira. O luxo, que se acompanha de desfibramento e degeneração, o destruidor, tanto de nações como de indivíduos, começou a corroer e enfraquecer seus músculos de ferro, e assim preparou o caminho para sua desintegração em dez reinos.

As pernas de ferro da estátua terminam nos pés e nos dedos dos pés. Para estes, que naturalmente eram dez, nossa atenção é chamada pela indicação explícita que deles se faz na profecia. E o reino representado pela parte da imagem à qual pertenciam os pés, foi finalmente dividido em dez partes. Portanto, surge naturalmente a pergunta: Os

dez dedos dos pés da imagem representam as dez divisões finais do império romano? Respondemos que sim.

A imagem do capítulo 2 de Daniel tem seu paralelo exatamente na visão dos quatro animais do capítulo 7. O quarto animal do capítulo 7 representa o mesmo que as pernas de ferro da imagem. Os dez chifres do animal correspondem naturalmente aos dez dedos dos pés da imagem. Declara-se plenamente serem esses chifres, dez reis que surgiriam. São reinos independentes como aqueles mesmos animais, pois deles se fala de maneira exatamente igual, como de “quatro reis que se levantarão” (Daniel 7:17). Não representam uma série de reis, mas reis ou reinos que existiram contemporaneamente, pois três deles foram arrancados pela ponta pequena. Os dez chifres representam, indiscutivelmente, os dez reinos em que Roma foi dividida.

Vimos que Daniel, na interpretação da imagem, emprega “rei” e “reino” de forma intercambiável. No versículo 44 ele diz que “nos dias destes reis, o Deus do céu suscitará um reino.” Isto demonstra que, na época em que o reino de Deus for

estabelecido, haverá pluralidade de reis ou reinos. Não pode referir-se aos quatro reinos anteriores, pois seria absurdo empregar tal linguagem para uma dinastia de reis sucessivos, visto que somente nos dias do último rei, e não nos dias de qualquer dos reis precedentes seria estabelecido o reino de Deus.

Os Dez Reis — Aqui se apresenta, portanto, uma divisão; e o que isso nos indica, no símbolo? Somente os dedos dos pés da imagem. A menos que estas a indiquem, ficaremos às escuras quanto à natureza e extensão da divisão que a profecia revela. Questionar isso seria pôr seriamente em dúvida a própria profecia. Somos forçados a concluir que os dez dedos dos pés da imagem representam as dez partes em que o império romano foi dividido.

Essa divisão ocorreu entre os anos 351 e 476 d.C. Esse período de desagregação abrangeu 125 anos, desde a metade do quarto século até a segunda metade do quinto século. Nenhum historiador, pelo que sabemos, situa essa fase de desmonte do império romano antes de 351 d.C., e há acordo geral quanto a situar o ano 476 d.C. como o final do processo. Quanto às datas intermediárias, ou seja, a

data precisa em que cada um dos dez reinos surgiu das ruínas do império romano, há certa diferença de opinião entre os historiadores. E isso não é de estranhar quando consideramos que essa foi uma época de grande confusão, em que o mapa do império romano sofreu muitas mudanças súbitas e violentas. Nessa época, os caminhos das tribos inimigas que atacavam seu território se cruzavam em confuso labirinto. Porém, todos os historiadores concordam que dez reinos se separaram do território de Roma Ocidental, e podemos situá-los entre as datas extremas, a saber, 351 e 476 d. C.

As dez nações que mais atuaram na fragmentação do império romano, e que em alguma fase de sua história ocuparam as respectivas partes do território como reinos separados e independentes, podem ser enumeradas (não se considerando a época de sua fundação), como segue: (1) hunos, (2) ostrogodos, (3) visigodos, (4) francos, (5) vândalos, (6) suevos, (7) burgúndios, (8) hérulos, (9) anglo-saxões e (10) lombardos.^[16] A relação existente entre esses povos e algumas das nações modernas da Europa pode ser vista nos nomes como Inglaterra,

Borgonha, Lombardia, Alemanha, França, *etc.*

Mas pode alguém perguntar: Por que não supor que as duas pernas indicam divisão tanto como os dedos dos pés? Não seria tão incoerente dizer que os dedos dos pés denotam divisão, e não as pernas, como dizer que as pernas denotam divisão, e os dedos dos pés não? Respondemos que a própria profecia deve reger nossas conclusões nesta matéria; e embora nada diga sobre divisão em relação às pernas, introduz o tema da divisão quando chegamos aos pés e seus dedos. Diz a profecia: “Quanto ao que viste dos pés e seus dedos, em parte de barro de oleiro e em parte de ferro, será isso um reino dividido.” Nenhuma divisão podia ocorrer, ou pelo menos nenhuma se diz ter ocorrido, até se apresentar o elemento enfraquecedor, que é o barro; e tal coisa não é encontrada antes da avaliação dos pés e seus dedos. Mas não devemos entender que o barro indique uma divisão e o ferro a outra; porque depois de se dissolver a unidade do reino que por longo tempo existia, nenhum dos fragmentos foi tão forte como o ferro original, mas todos ficaram num estado de fraqueza indicado pela mistura de ferro e barro.

Portanto, a conclusão inevitável é que o profeta apresentou aqui a causa do fenômeno. A introdução da fragilidade do elemento barro, quando chegamos aos pés, resultou na divisão do reino em dez partes, representada pelos dez dedos dos pés; e essa divisão é mais do que indicada na repentina menção de uma pluralidade de reis que vivem em um mesmo período. Portanto, ao passo que não encontramos provas de que as pernas signifiquem divisão, mas sim objeções graves contra essa opinião, temos bons motivos para admitir que os artelhos (dedos) indicam divisão, como aqui se afirma.

Além disso, cada uma das quatro monarquias tinha seu território particular, que era o do próprio reino, e ali devemos procurar os principais eventos de sua história, que o símbolo anunciava. Não devemos, pois, buscar as divisões do império romano no território antes ocupado por Babilônia, Pérsia ou Grécia, mas no território do reino romano, que finalmente se conheceu como o Império Ocidental. Roma conquistou o mundo, mas o reino de Roma propriamente dito ficava a Oeste da Grécia. Este reino é aquele representado pelas pernas de ferro. Portanto, ali se devem buscar os

dez reinos e ali são encontrados. Não estamos obrigados a deformar o símbolo para que represente com exatidão os acontecimentos históricos.

Versículo 43 — *“Quanto ao que viste do ferro misturado com barro de lodo, misturar-se-ão mediante casamento, mas não se ligarão um ao outro, assim como o ferro não se mistura com o barro.”*

Roma é o Último Império Universal — Com Roma caiu o último dos impérios universais. Até ali os elementos sociais possibilitavam que uma nação, tornando-se maior que seus vizinhos em proezas, bravura, e ciência da guerra, os acoplasse às rodas dos seus carros de guerra, até unir a todos num único e vasto império. Quando Roma caiu, tais possibilidades cessaram para sempre. O ferro ficou misturado com o barro, e perdeu a força de coesão. Nenhum homem ou combinação de homens pode consolidar novamente os fragmentos. Este ponto foi tão bem exposto por outro escritor, que citaremos suas palavras:

“Com esse estado dividido afastou-se a primeira força do império, mas não como havia ocorrido com

os anteriores. Nenhum outro reino havia de sucedê-lo, como ele havia sucedido aos três que foram antes dele. Devia continuar nessa divisão em dez reinos até que o reino da pedra o ferisse nos pés, para despedaçá-los e espalhar os destroços como o vento faz com a palha das eiras no estio! No entanto, em todo esse tempo uma porção de sua força deveria permanecer. Diz o profeta: ‘Como os dedos dos pés eram em parte de ferro e em parte de barro, assim por uma parte o reino será forte, e por outra será frágil.’ (Versículo 42). [...] Vez por outra os homens sonharam erguer sobre esses domínios um poderoso reino. Carlos Magno o tentou, como também Carlos V, Luís XIV e Napoleão, mas nenhum deles teve êxito. Um só versículo da profecia era mais forte que todos os seus exércitos. [...] ‘Por uma *parte* o reino será *forte*, e por *outra* será *frágil*’, dizia a descrição profética. E tal tem sido também o fato histórico a eles concernente. [...] Dez reinos se formaram dele; e frágil como foi, ainda continua, isto é, parcialmente frágil, pois suas dimensões ainda continuam como quando o reino de ferro se sustinha sobre seus pés. E parcialmente forte, isto é, conserva ainda em seu estado quebrantado, bastante da força

do ferro para resistir a todas as tentativas de refundir suas partes. ‘Isso não ocorrerá’, diz a Palavra de Deus. ‘Isso não ocorreu’, responde o livro da história. Mas, talvez, digam os homens: ‘Resta ainda outro plano. Se a força não pode prevalecer, a diplomacia e as relações de Estado podem. Vamos experimentá-las.’ E assim a profecia o prevê, quando diz: ‘Misturar-se-ão mediante casamento’, na esperança de consolidar seu poder e por fim unir em um só esses reinos divididos. E terá êxito este plano? Não. O profeta responde: ‘Não se ligarão um ao outro, assim como o ferro não se mistura com o barro.’ E a história da Europa é apenas um contínuo comentário do exato cumprimento dessas palavras. Desde o tempo de Canuto até a época atual, tem sido a política dos monarcas reinantes o caminho batido que eles têm trilhado para um cetro mais poderoso e um domínio mais amplo. Notável exemplo disso a história registra no caso de Napoleão, que regeu um dos dez reinos. Procurou obter por aliança o que não pôde conseguir pela força, isto é, edificar um império poderoso e consolidado. E teve êxito? Não. A própria potência com a qual estava aliado consumou sua destruição,

nas tropas de *Blucher*, no campo de *Waterloo*! O ferro não se ligaria com o barro. [...] E, contudo, se em resultado destas alianças ou de outras causas, esse número é por vezes alterado, isso não nos deve surpreender. Na verdade, é justamente o que a profecia parece exigir. O ferro não se misturava com o barro. Por certo tempo não se podia distingui-los na estátua. Mas não permaneceriam assim. ‘Não se ligarão um ao outro’. Por um lado, a natureza das substâncias as impede de fazê-lo; por outro, a palavra profética impede. Contudo, haveria tentativa de misturá-los; até houve aparência de mistura em ambos os casos. Mas seria infrutífera. E com que assinalada ênfase a história afirma esta declaração da Palavra de Deus!”^[17]

Versículos 44 e 45 — “*Mas, nos dias desses reis, o Deus do céu levantará um reino que não será jamais destruído; e esse reino não passará a outro povo; esmiuçarà e consumirá todos esses reinos e será estabelecido para sempre. Da maneira como viste que do monte foi cortada uma pedra, sem mãos, e ela esmiuçou o ferro, o cobre, o barro, a prata e o ouro, o Deus grande fez saber*

ao rei o que há de ser depois disso; e certo é o sonho, e fiel a sua interpretação.”

O Deus do céu suscitará um reino — Aqui chegamos ao clímax desta profecia estupenda. Quando o tempo, em seu voo progressivo, nos levar à cena sublime aqui predita, teremos chegado ao fim da história humana como a conhecemos. O reino de Deus! Grandiosa provisão para uma nova e gloriosa dispensação, em que Seu povo achará o feliz término da triste, instável e degradada carreira deste mundo. Estupenda transformação para todos os justos, da escuridão à glória, da luta à paz, de um mundo pecaminoso a um mundo santo, da tirania e opressão para o estado feliz de liberdade e os bem-aventurados privilégios de um reino celestial! Gloriosa transição da fraqueza à força, do mutável e decadente para o imutável e eterno!

Mas quando se estabelecerá este reino? Podemos esperar resposta a uma indagação de tão estupendo interesse para a família humana? São questões sobre as quais a Palavra de Deus não nos deixa em ignorância, e nisso se vê o incomparável valor desse dom celestial.

A Bíblia afirma claramente que o reino de Deus ainda se encontrava no futuro por ocasião da última Páscoa de nosso Senhor (Mateus 26:29). Cristo não estabeleceu o reino antes de Sua ascensão (Atos 1:6). Ademais, declara que nem a carne nem o sangue podem herdar o reino de Deus (1 Coríntios 15:50). O reino é motivo de uma promessa feita aos apóstolos e a todos os que amam a Deus (Tiago 2:5). Foi prometido ao pequeno rebanho para uma ocasião futura (Lucas 12:32). Por muitas tribulações os santos entrariam no reino vindouro (Atos 14:22). Será estabelecido quando Cristo julgar os vivos e os mortos (2 Tim. 4:1). Isso acontecerá quando Ele vier em Sua glória com todos os Seus anjos (Mateus 25:31-35). Não dizemos que o tempo exato é revelado (salientamos o fato de que não é) nesta ou em qualquer outra profecia; mas a aproximação dada é tal que a geração que há de ver o estabelecimento deste reino com segurança notará que se aproxima e fará a preparação que a habilite a participar de todas as glórias do reino.

O tempo desenvolveu plenamente essa grande estátua em todas as suas partes. Representa com a maior exatidão possível os importantes

acontecimentos políticos aos quais deveria simbolizar. Está completa e em pé. Assim tem estado por mais de catorze séculos. Aguarda ser ferida nos pés pela pedra cortada do monte sem intervenção de mão alguma, quer dizer, o reino de Cristo. Isto se cumprirá quando o Senhor Se revelar “em chama de fogo, tomando vingança contra os que não conhecem a Deus e contra os que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus.” (2 Tessalonicenses 1:8. Ver também Salmos 2:8 e 9). Nos dias desses reis o Deus do céu estabelecerá o Seu reino. Estamos nos dias desses reis por mais de catorze séculos. No tocante a esta profecia, o próximo evento é o estabelecimento do reino eterno de Deus. Outras profecias e inumeráveis sinais inequivocamente mostram que a vinda de Cristo está bem próxima.

A igreja cristã primitiva interpretava as profecias de Daniel 2: 7 e 8 como nós o fazemos agora. Hipólito, 160-236 d.C.) foi, como se crê, discípulo de Irineu, um dos quatro maiores teólogos da época. Ele disse em sua exposição de Daniel, capítulos 2 e 7:

“A cabeça de ouro da estátua e o leão denotavam

os babilônios; os ombros e os braços de prata, e o urso representavam os persas e os medos; o ventre e as coxas de metal, bem como o leopardo significavam os gregos, que exerceram a soberania desde o tempo de Alexandre; as pernas de ferro e a besta terrível e espantosa expressavam os romanos, que conservam a soberania atualmente; os dedos dos pés que eram em parte de barro e em parte de ferro, e os dez chifres, eram emblemas dos reinos que ainda se levantariam; o outro chifre pequeno que cresce entre eles significava o Anticristo em seu meio; a pedra que fere a terra e traz juízo ao mundo era Cristo.”^[18]

“Fala-me, ó bem-aventurado Daniel. Dá-me, te peço, plena certeza. Profetizaste acerca do leão em Babilônia, porque foste ali cativo. Revelaste o futuro a respeito do urso, porque ainda estavas no mundo, e viste as coisas acontecerem. A seguir me falas do leopardo; de onde podes saber, visto que já passaste ao descanso? Quem te instruiu para anunciar estas coisas, senão Aquele que te formou no seio de tua mãe? É Deus, dizes. Falaste a verdade, e não falsamente. O leopardo se levantou; veio o bode;

feriu o carneiro; quebrou seus chifres e o pisou aos pés. Exaltou-se por sua queda; os quatro chifres brotaram sob o primeiro. Alegre-se, bem-aventurado Daniel, não estiveste em erro; todas estas coisas aconteceram. Depois disso também me falaste do animal terrível e espantoso, ‘o qual tinha grandes dentes de ferro; ele devorava, e fazia em pedaços, e pisava aos pés o que sobejava’. Já reina o ferro; já subjuga e esmiúça tudo; já põe em sujeição os rebeldes; nós mesmos já vemos estas coisas. Agora glorificamos a Deus pelo fato de sermos instruídos por ti.”^[19]

A parte da profecia que se cumprira naquele tempo era clara para os cristãos primitivos. Viam também que surgiriam dez reinos do Império Romano, e que o Anticristo apareceria entre eles. Aguardavam com esperança a grande consumação, o momento em que a segunda vinda de Cristo acabaria com todos os reinos terrestres, e se estabeleceria o reino de justiça.

O reino vindouro! Este deve ser o tema dominante na geração atual. Você está pronto para o reino? Quem nele entrar não ficará para

simplesmente viver por um período como as pessoas no estado atual; não para vê-lo degenerar, nem ser derrubado por outro reino mais poderoso que o suceda. Entrará para participar de todos os seus privilégios e bênçãos e compartilhar suas glórias para sempre, pois este reino “não passará a outro povo”.

Voltamos a perguntar: Estão preparados? As condições para herdá-lo são muito liberais: “E, se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão, e herdeiros segundo a promessa.” Gálatas 3:29. Vocês são amigos de Cristo, o Rei vindouro? Apreciam Seu caráter? Estão procurando andar humildemente em Suas pisadas e obedecer aos Seus ensinamentos? Em caso contrário, leiam seu destino nos episódios das pessoas da parábola, acerca das quais se diz: “Quanto, porém, a esses Meus inimigos, que não quiseram que Eu reinasse sobre eles, trouxe-os aqui e executai-os na Minha presença.” Lucas 19:27. Não haverá reino rival onde vocês possam achar asilo se continuarem inimigo deste, pois o reino de Deus há de ocupar todo o território que todos os reinos deste mundo, passados ou presentes, já tenham possuído. Encherá toda a Terra. Felizes aqueles a quem o legítimo Soberano, Rei totalmente

vencedor, possa dizer afinal: “Vinde, benditos de Meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo.” Mateus 25:34.

Versículos 46-49 — *“Então, o rei Nabucodonosor caiu sobre o seu rosto, e adorou a Daniel, e ordenou que lhe fizessem oferta de manjares e perfumes suaves. Respondeu o rei a Daniel e disse: Certamente, o vosso Deus é Deus dos deuses, e o Senhor dos reis, e o revelador dos segredos, pois pudeste revelar este segredo. Então, o rei engrandeceu a Daniel, e lhe deu muitos e grandes presentes, e o pôs por governador de toda a província de Babilônia, como também por principal governador de todos os sábios de Babilônia. E pediu Daniel ao rei, e constituiu ele sobre os negócios da província de Babilônia a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego; mas Daniel estava às portas do rei.”*

Devemos voltar ao palácio de Nabucodonosor e a Daniel, que está na presença do rei. Ele deu a conhecer ao rei o sonho e sua interpretação, enquanto os cortesãos e os frustrados adivinhos aguardavam por perto em silenciosa e reverente

admiração.

Nabucodonosor exalta a Daniel — Como cumprimento da promessa que fizera, o rei engrandeceu a Daniel. Há nesta vida duas coisas consideradas especialmente capazes de engrandecer um homem, e ambas Daniel recebeu do rei. Com efeito, é considerado grande um homem que tem riquezas; e vemos que o rei lhe deu muitos e grandes presentes. Se juntamente com suas riquezas o homem tem poder, a estima popular o considera grande homem; e a Daniel foi concedido poder em abundante medida. Foi feito governador da província de Babilônia e o principal dos governadores sobre todos os sábios de Babilônia. Assim Daniel passou a receber pronta e abundante recompensa de sua fidelidade à sua consciência e às solicitações divinas.

Daniel não se deixou perturbar nem embriagar por sua enorme vitória e seu maravilhoso progresso. Primeiro se lembrou dos seus três companheiros de ansiedade no tocante ao negócio do rei; e como eles o haviam ajudado com suas orações, decidiu que deviam participar de suas honras. A pedido dele,

foram colocados sobre os negócios de Babilônia, enquanto o próprio Daniel se sentava à porta do rei. A porta era o lugar onde se realizavam as reuniões do conselho e se consideravam os assuntos de maior importância. O relato simplesmente declara que Daniel se tornou o principal conselheiro do rei.

A integridade provada pelo fogo

Daniel, capítulo 3

Versículo 1 — *“O Rei Nabucodonosor fez uma estátua de ouro, cuja altura era de sessenta côvados, e a sua largura, de seis côvados; levantou-a no campo de Dura, na província de Babilônia.”*

Admite-se que esta imagem, em certo sentido, se referia ao sonho do rei, descrito no capítulo anterior. Naquele sonho, a cabeça era de ouro e representava o reino de Nabucodonosor. No restante do corpo da imagem havia metais de qualidade inferior, que simbolizavam uma sequência de reinos.

Nabucodonosor se sentiu certamente satisfeito de que seu reino fosse representado pelo ouro; mas o pensamento de ser sucedido por outro reino o estava deixando perturbado. Por isso, em vez de aceitar que sua imagem

tivesse só a cabeça de ouro, ele, num ato de protesto, ergueu um estátua toda de ouro, para indicar que seu reino não daria lugar a outro, mas permaneceria eternamente.

Versículos 2-7 — *“E o rei Nabucodonosor mandou ajuntar os sátrapas, os prefeitos, os presidentes, os juízes, os tesoureiros, os conselheiros, os oficiais e todos os governadores das províncias, para que viessem à consagração da estátua que o rei Nabucodonosor tinha levantado.*

Então, se ajuntaram os sátrapas, os prefeitos, os presidentes, os juízes, os tesoureiros, os conselheiros, os oficiais e todos os governadores das províncias, para a consagração da estátua que o rei Nabucodonosor tinha levantado, e estavam em pé diante da imagem que Nabucodonosor tinha levantado.

E o arauto apregoava em alta voz: Ordena-

se a vós, ó povos, nações e gente de todas as línguas: Quando ouvirdes o som da buzina, do pífaro, da harpa, da sambuca, do saltério, da gaita de foles e de toda sorte de música, vos prostrareis e adorareis a imagem de ouro que o rei Nabucodonosor tem levantado.

E qualquer que se não prostrar e não a adorar será na mesma hora lançado dentro do forno de fogo ardente. Portanto, no mesmo instante em que todos os povos ouviram o som da buzina, do pífaro, da harpa, da sambuca, do saltério e de toda sorte de música, se prostraram todos os povos, nações e línguas e adoraram a estátua de ouro que o rei Nabucodonosor tinha levantado.”

A Dedicção da Imagem — A dedicação dessa imagem tornou-se uma grande ocasião, pois foram convocados os homens principais de todo o reino. Com tantos esforços e gastos, os homens se dispõem

para sustentar os sistemas de culto idólatras e pagãos. Como é de se lamentar que os que têm a verdadeira religião sejam tão superados neste particular pelos que sustentam a falsidade! A adoração era acompanhada de música; e quem quer que dela não participasse, via-se ameaçado de ser lançado na fornalha ardente.

Geralmente, os motivos mais fortes empregados para impelir os homens em qualquer direção são estes: de um lado o prazer, do outro a dor.

Versículos 8-12 — *“Ora, no mesmo instante, se chegaram alguns homens caldeus e acusaram os judeus. E falaram e disseram ao rei Nabucodonosor: Ó rei, vive eternamente! Tu, ó rei, fizeste um decreto, pelo qual todo homem que ouvisse o som da buzina, do pífaro, da harpa, da sambuca, do saltério, da gaita de foles e de toda sorte de música se prostraria e adoraria a estátua de ouro; e qualquer que se não prostrasse e adorasse seria lançado dentro do forno de fogo*

ardente. Há uns homens judeus, que tu constituíste sobre os negócios da província de Babilônia: Sadraque, Mesaque e Abede-Nego; esses homens, ó rei, não fizeram caso de ti; a teus deuses não servem, nem a estátua de ouro, que levantaste, adoraram.”

Três Hebreus Provados — Os caldeus que acusaram aos judeus eram provavelmente da seita de intelectuais e filósofos conhecida por esse nome, ainda amargurados pela mágoa do vergonhoso fracasso que sofreram quando não puderam interpretar o sonho do rei relatado em Daniel 2. Ansiosamente queriam aproveitar qualquer razão para acusar os judeus perante o rei para conseguir a desonra ou a morte deles. Mexeram nos preconceitos do rei, insinuando com insistência que esses hebreus eram ingratos. Queriam dizer: “Vossa Majestade os encarregou dos negócios de Babilônia, e eles desprezaram esse favor.” Não se sabe onde estava Daniel nessa ocasião. É provável que estivesse ausente, cuidando de algum negócio do império. Mas por que estavam presentes Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, sabendo que não podiam

adorar a imagem? Certamente estavam dispostos a cumprir as exigências do rei até o ponto em que seus princípios religiosos não fossem afetados. O rei exigia que estivessem presentes e isso eles podiam cumprir. Exigiu que adorassem a imagem.

Isso eles não podiam fazer, por causa de suas convicções religiosas, e se negaram a fazê-lo.

Versículos 13-18 – *“Então, Nabucodonosor, com ira e furor, mandou chamar Sadraque, Mesaque e Abede-Nego. E trouxeram a esses homens perante o rei. Falou Nabucodonosor e lhes disse: É de propósito, ó Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, que vós não servis a meus deuses nem adorais a estátua de ouro que levantei? Agora, pois, se estais prontos, quando ouvirdes o som da buzina, do pífaro, da cítara, da harpa, do saltério, da gaita de foles e de toda sorte de música, para vos prostrardes e adorardes a estátua que fiz, bom é; mas, se a não adorardes, sereis lançados, na mesma hora, dentro do forno de fogo ardente; e quem é o Deus que vos poderá livrar das minhas*

mãos?

Responderam Sadraque, Mesaque e Abede-Nego e disseram ao rei Nabucodonosor: Não necessitamos de te responder sobre este negócio. Eis que o nosso Deus, a quem nós servimos, é que nos pode livrar; ele nos livrará do forno de fogo ardente e da tua mão, ó rei. E, se não, fica sabendo, ó rei, que não serviremos a teus deuses nem adoraremos a estátua de ouro que levantaste.”

A tolerância do rei se percebe no fato de haver concedido a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego outra oportunidade após a primeira negação deles, de lhe cumprir as exigências. Sem dúvida, eles compreendiam plenamente o assunto. Não podiam afirmar ignorância. Sabiam exatamente o que o rei queria, e não lhe obedeciam por recusa intencional e deliberada. No caso da maioria dos reis, isso teria bastado para selar a sorte deles. Mas Nabucodonosor disse: Não! Eu não levarei em conta

esta ofensa se cumprirem a lei numa segunda chance. Eles, porém, informaram ao rei que ele não precisava se dar ao trabalho de repetir o teste. Sua resposta foi honesta e decisiva: “Quanto a isto” — disseram — “não necessitamos de te responder”. Quer dizer, Vossa Majestade não precisa nos dar o favor de outra prova; nossa decisão está tomada. Podemos tão bem responder-lhe agora como em qualquer momento futuro; e nossa resposta continuará sendo: “Não serviremos aos seus deuses, nem adoraremos a imagem de ouro que Vossa Majestade ergueu. Nosso Deus pode nos livrar, se Ele quiser; mas se não o fizer, não nos queixaremos. Conhecemos a vontade dEle, e a ela obedeceremos incondicionalmente.”

Versículos 19-25 — *“Então, Nabucodonosor se encheu de furor, e se mudou o aspecto do seu semblante contra Sadraque, Mesaque e Abede-Nego; falou e ordenou que o forno se aquecesse sete vezes mais do que se costumava aquecer. E ordenou aos homens mais fortes que estavam no seu exército que atassem a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, para os lançarem no forno de fogo ardente. Então, aqueles homens foram atados com*

as suas capas, e seus calções, e seus chapéus, e suas vestes e foram lançados dentro do forno de fogo ardente.

E, porque a palavra do rei apertava, e o forno estava sobremaneira quente, a chama do fogo matou aqueles homens que levantaram a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego. E estes três homens, Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, caíram atados dentro do forno de fogo ardente. Então, o rei Nabucodonosor se espantou e se levantou depressa; falou e disse aos seus capitães: Não lançamos nós três homens atados dentro do fogo? Responderam e disseram ao rei: É verdade, ó rei.

Respondeu e disse: Eu, porém, vejo quatro homens soltos, que andam passeando dentro do fogo, e nada há de lesão neles; e o aspecto do quarto é semelhante ao filho dos deuses.”

Nabucodonosor não estava inteiramente livre dos erros e da loucura geralmente cometida por um monarca absoluto. Embriagado pelo poder ilimitado, não podia suportar desobediência ou contradição. Mesmo que fosse por bons motivos, se alguém recusava obedecer à autoridade expressa, Nabucodonosor manifestava a fraqueza que é comum à humanidade caída em tais circunstâncias, e se enfurecia. Mesmo dominando o mundo, o rei não sabia cumprir a tarefa ainda mais difícil de controlar seu próprio espírito. Seu rosto ficou transformado.

Em vez do autocontrole, da aparência serena e digna que devia ter conservado, deixou transparecer, na expressão e nos atos, que era escravo de ingovernável paixão.

Lançados na fornalha de fogo — A fornalha foi aquecida sete vezes mais do que o normal, até o máximo de sua capacidade. Nisto o rei invalidava seu propósito; pois mesmo que o fogo não tivesse perdido o poder de destruir as pessoas nele lançadas, só as teria aniquilado mais depressa. O rei nada

ganharia com seu ódio. No entanto, quando os jovens foram salvos daquele efeito destruidor, muito foi ganho para a causa de Deus e Sua verdade; pois quanto mais intenso o calor, tanto maior e mais impressionante o milagre de libertação que Deus operara em favor deles.

Cada circunstância revelou o direto poder de Deus. Os hebreus foram atados com todas as suas vestes; mas saíram sem sequer passar sobre eles o cheiro do fogo. Os homens mais fortes do exército foram escolhidos para os lançarem na fornalha; mas o fogo matou aqueles homens antes de entrarem em contato com ele, ao passo que sobre os hebreus não teve efeito, embora estivessem bem no meio das chamas. É evidente que o fogo se achava sob o domínio de algum poder sobrenatural, pois embora tivesse consumido as cordas com que eles foram atados, de modo que ficaram livres para andar no meio do fogo, nem sequer lhes chamuscou as vestes. Não saltaram do fogo assim que ficaram livres, mas nele continuaram; pois, em primeiro lugar, o rei os constrangera a ficar ali, e ele mesmo devia convidá-los a sair. Além disso, havia uma quarta Pessoa com eles, e em Sua presença podiam estar tão contentes e

alegres na fornalha de fogo, como nas delícias e nos luxos do palácio. Queira Deus que em todas as nossas provas, aflições, perseguições e apertos, tenhamos a companhia daquela Quarta Pessoa, e nos será suficiente!

O rei adquire uma nova visão — O rei disse: “O aspecto do quarto é semelhante a um filho dos deuses.”

“Como sabia o rei pagão a que era semelhante o Filho de Deus? Os cativos hebreus que ocupavam posição de confiança em Babilônia tinham representado a verdade diante dele na vida e no caráter. Quando perguntados pela razão de sua fé, tinham-na dado sem hesitação. Clara e singelamente tinham apresentado os princípios da justiça, ensinando assim aos que lhes estavam ao redor a respeito do Deus a quem adoravam. Eles tinham falado de Cristo, o Redentor vindouro; e na aparência do quarto no meio do fogo, o rei reconheceu o Filho de Deus.”^[20]

Que decisiva repreensão à sandice e loucura do rei foi o livramento daqueles nobres jovens da fornalha ardente! Um poder superior a qualquer

outro da Terra tinha reclamado para si os que permaneceram firmes contra a idolatria, e desprezaram o culto e as exigências do rei. Nenhum dos deuses pagãos jamais efetuara, nem jamais poderia efetuar semelhante livramento.

Versículos 26-30 — *“Então, se chegou Nabucodonosor à porta do forno de fogo ardente; falou e disse: Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, servos do Deus Altíssimo, saí e vinde! Então, Sadraque, Mesaque e Abede-Nego saíram do meio do fogo. E ajuntaram-se os sátrapas, e os prefeitos, e os presidentes, e os capitães do rei, contemplando estes homens, e viram que o fogo não tinha tido poder algum sobre os seus corpos; nem um só cabelo da sua cabeça se tinha queimado, nem as suas capas se mudaram, nem cheiro de fogo tinha passado sobre eles. Falou Nabucodonosor e disse: Bendito seja o Deus de Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, que enviou o seu anjo e livrou os seus servos, que confiaram nele, pois não quiseram cumprir a palavra do rei, preferindo entregar os seus corpos, para que não servissem nem adorassem algum outro deus, senão o seu Deus. Por mim, pois, é feito um decreto, pelo*

qual todo povo, nação e língua que disser blasfêmia contra o Deus de Sadraque, Mesaque e Abede-Nego seja despedaçado, e as suas casas sejam feitas um monturo; porquanto não há outro deus que possa livrar como este. Então, o rei fez prosperar a Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, na província de Babilônia.”

Ao receberem a ordem, os três jovens saíram da fornalha.

Então os príncipes, os governadores, e os conselheiros do rei, por cujo parecer ou pelo menos concordância haviam sido lançados no fogo, pois o rei disse: “Não *lançamos* nós três homens atados dentro do fogo?” (versículo 24), se reuniram para ver esses homens e obterem a prova visível e palpável de sua milagrosa preservação. Todos se esqueceram do culto da grande imagem. Todo o interesse daquela vasta reunião de pessoas se concentrou nesses três homens notáveis. Como deve ter sido espalhado por todo o

império a notícia desse livramento quando as pessoas voltaram a suas províncias! Que exemplo notável de como Deus faz a ira do homem reverter em Seu louvor!

O rei reconhece o verdadeiro Deus — Então o rei bendisse o Deus de Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, e decretou que ninguém falasse contra Ele. Sem dúvida os caldeus tinham falado contra Deus. Naqueles dias, cada nação tinha seu deus ou seus deuses, pois havia “muitos deuses e muitos senhores”. Pensava-se que a vitória de uma nação sobre outra ocorria porque os deuses da nação derrotada não eram capazes de livrá-la de seus conquistadores. Os judeus tinham sido completamente subjugados pelos babilônios, e sem dúvida estes desprezaram o Deus dos judeus. Isso o rei agora proibia, pois compreendia claramente que seu êxito contra os judeus se devia aos pecados deles e não por falta de poder do seu Deus. A que notável e exaltada posição o Deus dos hebreus foi elevado, em comparação com os deuses das nações! Era um reconhecimento de que Ele considerava os homens

receptivos a alguma elevada norma de caráter moral e não via com indiferença suas ações em referência a ela.

Nabucodonosor procedeu bem ao exaltar publicamente o Deus do céu acima dos demais deuses. Não tinha, porém, direito civil ou moral de impor a seus súditos uma confissão e reverência semelhante, nem de ameaçar de morte aos que não adorassem o verdadeiro Deus como tinha feito com os que se negassem adorar sua imagem de ouro.

Três hebreus promovidos — O rei promoveu os jovens cativos, isto é, restituiu-lhes os cargos que haviam ocupado antes de serem acusados de desobediência e traição. Ao fim do versículo 30, a Septuaginta acrescenta: “E os elevou a governadores sobre todos os judeus que havia em seu reino.” O rei não mais insistiu na adoração de sua imagem.

O Altíssimo reina

Daniel, capítulo 4

Versículos 1-3 — *“Nabucodonosor, rei, a todos os povos, nações e línguas que moram em toda a terra: Paz vos seja multiplicada! Pareceu-me bem fazer conhecidos os sinais e maravilhas que Deus, o Altíssimo, tem feito para comigo. Quão grandes são os Seus sinais, e quão poderosas, as Suas maravilhas! O Seu reino é um reino sempiterno, e o Seu domínio, de geração em geração.”*

Este capítulo, diz Adam Clarke, “é um decreto regular, e um dos mais antigos registrados. Não há dúvida de que foi copiado dos documentos oficiais de Babilônia. Daniel o havia conservado no idioma original”^[21]

O rei exalta o verdadeiro Deus — Esse decreto de Nabucodonosor foi promulgado na forma usual. Sua intenção era tornar conhecida, não apenas a algumas pessoas, mas a todos os povos, nações e línguas, a forma maravilhosa com que Deus o tratou. As pessoas estão sempre prontas a contar o que Deus fez por elas em termos de benefícios e

bênçãos. Devíamos igualmente estar dispostos a contar o que Deus tem feito por nós mesmo em períodos de humilhação e castigo. Nabucodonosor nos deu um bom exemplo neste sentido, como veremos nas partes subsequentes deste capítulo. Ele confessou abertamente a vaidade e o orgulho de seu coração e falou claramente dos meios que Deus usou para humilhá-lo. Com sincero espírito de arrependimento e humilhação achou por bem revelar essas coisas a fim de que a soberania de Deus fosse exaltada, e Seu nome adorado. Nabucodonosor já não exige perpetuidade para o seu próprio reino, mas se entrega plenamente a Deus, reconhecendo que só o Seu reino é eterno e unicamente o Seu domínio é de geração em geração.

Versículos 4-18 — *“Eu, Nabucodonosor, estava sossegado em minha casa e florescente no meu palácio. Tive um sonho, que me espantou; e as imaginações na minha cama e as visões da minha cabeça me turbaram. Por mim, pois, se fez um decreto, pelo qual fossem introduzidos à minha presença todos os sábios de Babilônia, para que me fizessem saber a interpretação do sonho. Então, entraram os magos, os astrólogos, os caldeus e os*

adivinhadores, e eu contei o sonho diante deles; mas não me fizeram saber a sua interpretação. Mas, por fim, entrou na minha presença Daniel, cujo nome é Beltessazar, segundo o nome do meu deus, e no qual há o espírito dos deuses santos; e eu contei o sonho diante dele: Beltessazar, príncipe dos magos, eu sei que há em ti o espírito dos deuses santos, e nenhum segredo te é difícil; diz-me as visões do meu sonho que tive e a sua interpretação. Eram assim as visões da minha cabeça, na minha cama: eu estava olhando e vi uma árvore no meio da terra, cuja altura era grande; crescia essa árvore e se fazia forte, de maneira que a sua altura chegava até ao céu; e foi vista até aos confins da terra. A sua folhagem era formosa, e o seu fruto, abundante, e havia nela sustento para todos; debaixo dela, os animais do campo achavam sombra, e as aves do céu faziam morada nos seus ramos, e toda carne se mantinha dela. Estava vendo isso nas visões da minha cabeça, na minha cama; e eis que um vigia, um santo, descia do céu, clamando fortemente e dizendo assim: Derribai a árvore, e cortai-lhe os ramos, e sacudi as suas folhas, e espalhai o seu

fruto; afugentem-se os animais de debaixo dela e as aves dos seus ramos. Mas o tronco, com as suas raízes, deixai na terra e, com cadeias de ferro e de bronze, na erva do campo; e seja molhado do orvalho do céu, e a sua porção seja com os animais na grama da terra. Seja mudado o seu coração, para que não seja mais coração de homem, e seja-lhe dado coração de animal; e passem sobre ele sete tempos. Esta sentença é por decreto dos vigiadores, e esta ordem, por mandado dos santos; a fim de que conheçam os viventes que o Altíssimo tem domínio sobre os reinos dos homens; e os dá a quem quer e até ao mais baixo dos homens constitui sobre eles. Isso em sonho eu, rei Nabucodonosor, vi; tu, pois, Beltessazar, dize a interpretação; todos os sábios do meu reino não puderam fazer-me saber a interpretação, mas tu podes; pois há em ti o espírito dos deuses santos.”

Esta parte do relato inicia quando Nabucodonosor controlou todos os seus inimigos. Tivera êxito em seus empreendimentos militares. Subjugara a Síria, Fenícia, Judeia, Egito e Arábia. Foram provavelmente estas grandes conquistas que o induziram a confiar em si mesmo. Exatamente

nesse tempo, quando se sentia mais descansado e seguro, quando era mais improvável ocorrer algo que lhe perturbasse a tranquilidade, nesse mesmo tempo, Deus decidiu afligi-lo com temores e pressentimentos.

O rei perturbado por outro sonho — Mas o que poderia causar medo no coração de um rei como Nabucodonosor? Desde a juventude ele fora guerreiro. Frequentemente enfrentara os perigos dos combates, os terrores da matança e permanecera intacto em meio a essas cenas. O que poderia amedrontá-lo agora? Nenhum inimigo o ameaçava, não se via nuvem contrária no horizonte. Seus próprios pensamentos e visões foram utilizados para lhe ensinar o que nenhuma outra coisa podia fazê-lo: uma saudável lição de dependência e humildade. Ele, que havia aterrorizado a outros, mas a quem ninguém podia aterrorizar, tornou-se o terror de si mesmo.

Humilhação ainda maior que a narrada no segundo capítulo foi imposta aos magos. Naquela ocasião eles se orgulhavam de que poderiam revelar ao rei a interpretação do sonho, caso pudessem

conhecê-lo. Agora, Nabucodonosor se encontrava em situação diferente: ele se lembra perfeitamente do sonho e o narra, mas é frustrado ao ver seus servos falharem de forma vergonhosa. Não puderam interpretar o sonho, e mais uma vez o monarca foi em busca do profeta de Deus.

O reinado de Nabucodonosor é simbolizado por uma árvore que brotava no meio da Terra. Babilônia, cidade onde Nabucodonosor reinou, estava aproximadamente no centro do mundo então conhecido. A árvore chegava até ao céu e suas folhas eram viçosas. Grandes eram sua glória externa e seu esplendor. Tinha excelências internas. Seu fruto era abundante e proporcionava alimento a todos. Os animais do campo se refugiavam à sua sombra, as aves do céu moravam em seus ramos. Que outra coisa podia representar com mais clareza e força o fato de que Nabucodonosor controlava seu reino com tal eficiência que proporcionava a mais plena proteção, sustento e prosperidade a todos os seus súditos? Ao ser dada a ordem para cortar a árvore, ordenou-se também que o tronco fosse deixado na terra. Devia ser protegido com cadeia de ferro e de bronze para que não se estragasse, mas

resistisse às intempéries a ponto de voltar à antiga grandeza, depois de certo tempo.

Aproxima-se o dia em que os ímpios serão cortados e não lhes restará esperança. Não haverá misericórdia misturada com o seu castigo. Serão destruídos, raiz e ramo, conforme expressa a profecia de Malaquias.

“Passem sobre ele sete tempos”, dizia o decreto de Deus ao rei babilônico. É óbvio que esta simples expressão deve ser entendida de forma literal. Mas quanto abrange este período de “sete tempos”? Pode-se determinar pelo tempo que Nabucodonosor, em cumprimento desta predição, foi afastado para morar com os animais do campo. Isso, informa-nos Josefo, durou sete anos.^[22] Portanto, aqui “um tempo” representa um ano.

Quanto interesse os anjos sentem pelos assuntos humanos! Veem, como jamais os mortais podem ver, como é vergonhoso o orgulho no coração humano. Como ministros de Deus, executam alegremente os Seus decretos para corrigir o mal. O homem deve saber que não é o construtor de seu próprio destino, porque há Um que domina sobre os

reinos humanos, e eles devem humildemente colocar-se sob a dependência dEle. Um homem pode ser um governante de sucesso, mas não deve se orgulhar disso, pois se o Senhor não o tivesse permitido, ele jamais teria alcançado essa posição de honra.

Nabucodonosor reconhece a superioridade do verdadeiro Deus sobre os oráculos pagãos. Solicita a Daniel que resolva o mistério. “Tu podes” — disse ele — “pois há em ti o espírito dos deuses santos.”

Nabucodonosor retoma, agora, sua forma habitual de mencionar “os deuses”, no plural, embora a Septuaginta traduza assim: “O espírito do Deus santo está em ti.”

Versículos 19-27 — *“Então, Daniel, cujo nome era Beltessazar, esteve atônito quase uma hora, e os seus pensamentos o turbavam; falou, pois, o rei e disse: Beltessazar, não te espante o sonho, nem a sua interpretação. Respondeu Beltessazar e disse: Senhor meu, o sonho seja contra os que te têm ódio, e a sua interpretação, para os teus inimigos. A árvore que viste, que cresceu e se fez forte, cuja altura chegava até ao céu, e que foi vista por toda a terra; cujas folhas eram formosas, e o seu fruto,*

abundante, e em que para todos havia mantimento; debaixo da qual moravam os animais do campo, e em cujos ramos habitavam as aves do céu, és tu, ó rei, que cresceste e te fizeste forte; a tua grandeza cresceu e chegou até ao céu, e o teu domínio, até à extremidade da terra. E, quanto ao que viu o rei, um vigia, um santo, que descia do céu e que dizia: Cortai a árvore e destruí-a, mas o tronco, com as suas raízes, deixai na terra e, com cadeias de ferro e de bronze, na erva do campo; e seja molhado do orvalho do céu, e a sua porção seja com os animais do campo, até que passem sobre ele sete tempos, esta é a interpretação, ó rei; e este é o decreto do Altíssimo, que virá sobre o rei, meu senhor: serás tirado de entre os homens, e a tua morada será com os animais do campo, e te farão comer erva como os bois, e serás molhado do orvalho do céu; e passar-se-ão sete tempos por cima de ti, até que conheças que o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens e o dá a quem quer. E, quanto ao que foi dito, que deixassem o tronco com as raízes da árvore, o teu reino voltará para ti, depois que tiveres conhecido que o céu reina. Portanto, ó rei, aceita o meu conselho e

desfaze os teus pecados pela justiça e as tuas iniquidades, usando de misericórdia para com os pobres, e talvez se prolongue a tua tranquilidade.”

A perturbação de Daniel, que permaneceu sentado, calado de assombro, não surgiu por causa da dificuldade de interpretar o sonho, mas de ser o assunto extremamente delicado. Como a sua significação poderia ser expressa ao rei? Daniel havia recebido favores dele, e somente favores, e deve ter sido muito difícil portar uma terrível ameaça de juízo contra ele como a que era veiculada pelo sonho. Ficou prostrado pela ansiedade ao tentar encontrar a maneira mais adequada de transmitir a mensagem. Parece que o rei suspeitava dessa situação, pois incentivou o profeta, dizendo-lhe que não se preocupasse com o conteúdo do sonho ou com sua interpretação. Era como se dissesse: Não tenha medo de me revelar o significado do sonho, seja qual for a consequência.

Daniel interpreta o sonho — Assim animado, Daniel fala em linguagem ao mesmo tempo decisiva e delicada: “O sonho seja contra os que te têm ódio, e a sua interpretação para os teus inimigos.” Este

sonho apresenta uma calamidade que seria preferível ver cair sobre os inimigos do rei em vez de sobrevir a ele.

Nabucodonosor relatara minuciosamente o sonho, e assim que Daniel o informou de que o sonho se aplicava a ele, ficou claro que o rei havia pronunciado sua própria sentença. A interpretação a seguir é tão clara que não precisa de explicação. Os castigos que o ameaçavam eram condicionais. Destinavam-se a ensinar ao rei que o Céu domina — a palavra “Céu” significando Deus, o Governante do Universo. Daniel aproveitou a ocasião para aconselhar o rei diante do juízo que o ameaçava. Porém, não o acusou com severidade ou espírito de censura. As armas que ele preferiu usar foram a bondade e a persuasão: “Aceita o meu conselho.” De igual modo o apóstolo Paulo implora aos homens que suportem a palavra de advertência e aconselhamento (Hebreus 13:22). Se o rei quisesse abandonar seus pecados fazendo “justiça” e as suas iniquidades usando de “misericórdia para com os pobres”, o resultado poderia ser um prolongamento de sua tranquilidade ou, como diz a nota marginal de uma versão, “a cura do teu erro”. Pelo

arrependimento poderia ter evitado o castigo que o Senhor havia decretado sobre ele.

Versículos 28-33 — *“Todas essas coisas vieram sobre o rei Nabucodonosor. Ao cabo de doze meses, andando a passear sobre o palácio real de Babilônia, falou o rei e disse: Não é esta a grande Babilônia que eu edifiquei para a casa real, com a força do meu poder e para glória da minha magnificência? Ainda estava a palavra na boca do rei, quando caiu uma voz do céu: A ti se diz, ó rei Nabucodonosor: Passou de ti o reino. E serás tirado dentre os homens, e a tua morada será com os animais do campo; far-te-ão comer erva como os bois, e passar-se-ão sete tempos sobre ti, até que conheças que o Altíssimo tem domínio sobre os reinos dos homens e os dá a quem quer. Na mesma hora, se cumpriu a palavra sobre Nabucodonosor, e foi tirado dentre os homens e comia erva como os bois, e o seu corpo foi molhado do orvalho do céu, até que lhe cresceu pelo, como as penas da águia, e as suas unhas, como as das aves.”*

A exaltação própria e a humilhação do rei — Nabucodonosor não atendeu ao conselho recebido,

mas Deus teve paciência com ele por mais doze meses antes de desfechar o golpe. Durante esse tempo, o rei continuou abrigando e alimentando orgulho em seu coração, e chegou ao ponto em que Deus não poderia deixar de agir. O rei passeava no palácio e, ao contemplar os esplendores daquela maravilha do mundo, a coroa dos reinos, esqueceu-se da Fonte de toda a sua força e grandeza e disse: “Não é esta a grande Babilônia que eu edifiquei?” Os arqueólogos descobriram as ruínas daquela antiga cidade, que Sir *Federico Kenyon* descreve nas palavras:

“Estas ruínas confirmaram o caráter geralmente devastado do local, mas também revelaram muito do seu projeto, arquitetura e ornamentação. Os edifícios encontrados eram quase todos obra de Nabucodonosor, que reconstruiu a cidade anterior de modo amplo, sendo que o mais elevado de todos os edifícios era seu próprio palácio — ‘a grande Babilônia que eu edifiquei para a casa real, com a força do meu poder e para glória da minha magnificência’.”^[23]

Havia chegado o tempo de Nabucodonosor ser

humilhado. Uma voz do céu anuncia o castigo que o ameaçava e a Divina Providência imediatamente passou a executá-lo. Perdeu a razão. A majestade e a glória de sua grande cidade já não o encantavam. Com um toque de Seu dedo, Deus retirou-lhe a capacidade de apreciá-la e desfrutá-la. Abandonou as moradias humanas e buscou refúgio e companhia entre os animais do campo.

Versículos 34-37 — *“Mas, ao fim daqueles dias, eu, Nabucodonosor, levantei os meus olhos ao céu, e tornou-me a vir o meu entendimento, e eu bendisse o Altíssimo, e louvei, e glorifiquei ao que vive para sempre, cujo domínio é um domínio sempiterno, e cujo reino é de geração em geração. E todos os moradores da terra são reputados em nada; e, segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem possa estorvar a sua mão e lhe diga: Que fazes? No mesmo tempo, me tornou a vir o meu entendimento, e para a dignidade do meu reino tornou-me a vir a minha majestade e o meu resplendor; e me buscaram os meus capitães e os meus grandes; e fui restabelecido no meu reino, e a minha glória foi aumentada. Agora, pois, eu,*

Nabucodonosor, louvo, e exalço, e glorifico ao Rei dos céus; porque todas as suas obras são verdades; e os seus caminhos, juízo, e pode humilhar aos que andam na soberba.”

Nabucodonosor exalta e glorifica ao Rei do céu — Ao fim dos sete anos, a mão de Deus deixou de pesar sobre o rei e ele recuperou a razão e o entendimento. Seu primeiro ato foi bendizer o Altíssimo. A esse respeito, *Mathew Henry* observa com muita propriedade: “Com justiça podem ser considerados vazios de entendimento os que não bendizem nem louvam a Deus; e enquanto não começam a ser religiosos, jamais os homens usam corretamente sua razão, nem vivem como homens enquanto não vivem para a glória de Deus.”^[24]

Foram-lhe devolvidas a honra e a inteligência, e ele foi restabelecido no reino. A promessa era que seu reino lhe seria garantido (versículo 26). Diz-se que durante a insanidade de Nabucodonosor, seu filho Evil-Merodaque reinou em seu lugar. A interpretação dada por Daniel ao sonho foi, sem dúvida, bem compreendida em todo o palácio, e provavelmente foi tema de conversação. Daí que o

regresso de Nabucodonosor a seu reino deve ter sido esperado com interesse. Não é informado pela Palavra por que foi permitido a Nabucodonosor viver em campo aberto e em desamparo, em vez de ser confortavelmente atendido pelos assistentes do palácio.

A angústia teve o efeito esperado. O rei aprendeu a lição de humildade. Não a esqueceu após o retorno à prosperidade. Soube reconhecer que o Altíssimo tem domínio sobre os monarcas humanos e dá poder a quem quer. Despachou para todo o reino uma declaração real consistente, reconhecendo seu orgulho e manifestando louvor e adoração ao Rei do Céu.

É a última referência a Nabucodonosor que encontramos na Escritura. Este decreto, na versão autorizada, data de 563 a. C., ou seja, um ano antes da morte de Nabucodonosor, segundo a cronologia aceita por Adam Clarke, embora alguns atribuam ao decreto uma data que antecede em 17 anos a morte do rei. Nada indica que o rei tenha voltado a cair em idolatria, e conclui-se que ele morreu servindo ao Deus de Israel.

Assim termina a vida desse homem notável. Em

meio a todas as tentações que acompanhavam seu elevado posto de rei, podemos claramente deduzir que Deus viu nele sinceridade, integridade e pureza de propósito, que podia usar para a glória de Seu nome. Daí seu maravilhoso procedimento para com ele, com a finalidade de afastá-lo de sua falsa religião e uni-lo ao serviço do Deus verdadeiro. Temos, primeiramente, seu sonho da grande imagem, que contém valiosa lição para todas as gerações futuras. Depois, sua experiência com Sadraque, Mesaque e Abede-Nego quando recusaram adorar a imagem de ouro, onde foi novamente levado a reconhecer a supremacia do verdadeiro Deus. Finalmente, temos os maravilhosos incidentes registrados neste capítulo, mostrando os constantes esforços do Senhor para levar Nabucodonosor a reconhecer plenamente o Criador. E não podemos esperar que o rei mais ilustre do primeiro reino profético, a cabeça de ouro, finalmente participe daquele reino diante do qual todos os reinos serão como palha e cuja glória jamais se apagará?

A escritura na parede

Daniel, capítulo 5

Versículo 1 — *“O rei Belsazar deu um grande banquete a mil dos seus grandes, e bebeu vinho na presença dos mil.”*

Este capítulo descreve as cenas finais do império babilônico, a transição do ouro para a prata na imagem do capítulo 2, e do leão para o urso na visão do capítulo 7. Alguns creem ter sido este banquete uma festa fixa anual em honra de uma das divindades babilônicas. Ciro, que na época já sitiava Babilônia, sabendo que a celebração se aproximava, incluiu-a em seu projeto para conquistar a cidade. Nossa tradução diz que Belsazar, tendo convidado mil dos seus grandes, “bebeu vinho na presença dos mil.” Alguns traduzem “bebia *contra* os mil”, dando a entender que, além de outras fraquezas que pudesse ter tido, o rei era, ao menos, um grande bebedor.

Versículos 2-4 — *“Havendo Belsazar provado o vinho, mandou trazer os utensílios de ouro e de prata que Nabucodonosor, seu pai, tinha tirado do*

templo que estava em Jerusalém, para que bebessem neles o rei, os seus grandes e as suas mulheres e concubinas. Então, trouxeram os utensílios de ouro, que foram tirados do templo da Casa de Deus, que estava em Jerusalém, e beberam neles o rei, os seus grandes, as suas mulheres e concubinas. Beberam o vinho e deram louvores aos deuses de ouro, de prata, de cobre, de ferro, de madeira e de pedra.”

O fato de o rei, sob o efeito do álcool, mandar buscar os vasos sagrados trazidos de Jerusalém, pode indicar que o banquete se referia em certo sentido a vitórias anteriores sobre os judeus. Era de esperar que o rei usasse aqueles vasos para festejar a vitória por meio da qual os babilônios os conseguiram. Provavelmente, nenhum outro rei havia ido tão longe em sua maldade. E enquanto bebiam vinho nos vasos dedicados ao verdadeiro Deus, louvavam os seus deuses de ouro, prata, bronze, ferro, madeira e pedra. Possivelmente, como notamos no comentário a Daniel 3:29, celebravam a superioridade do poder de seus deuses em contraste com o poder do Deus dos judeus, de cujos vasos agora bebiam em sua idolatria insana.

Versículos 5-9 — “Na mesma hora, apareceram uns dedos de mão de homem e escreviam, defronte do castiçal, na estucada parede do palácio real; e o rei via a parte da mão que estava escrevendo. Então, se mudou o semblante do rei, e os seus pensamentos o turbaram; as juntas dos seus lombos se relaxaram, e os seus joelhos bateram um no outro. E ordenou o rei, com força, que se introduzissem os astrólogos, os caldeus e os adivinhadores; e falou o rei e disse aos sábios de Babilônia: Qualquer que ler esta escritura e me declarar a sua interpretação será vestido de púrpura, e trará uma cadeia de ouro ao pescoço, e será, no reino, o terceiro dominador. Então, entraram todos os sábios do rei; mas não puderam ler a escritura, nem fazer saber ao rei a sua interpretação. Então, o rei Belsazar perturbou-se muito, e mudou-se nele o seu semblante; e os seus grandes estavam sobressaltados.”

A escritura na parede — Nenhum brilho de luz sobrenatural nem trovão assustador anunciou a interferência de Deus na ímpia orgia. Apareceu silenciosamente uma mão traçando misteriosos

caracteres na parede. Escreveu diante do candeeiro. O terror se apoderou do rei, porque sua consciência o acusava. Embora não soubesse ler o escrito, sabia que aquele escrito luminoso na parede do seu palácio não era mensagem de paz nem de bênção. A descrição que o profeta faz do efeito que o pavor produziu no rei, é inigualável. Mudou-se o rosto do rei, seu coração fraquejou, foi atacado por dores generalizadas, e tão violento e incontrollável era seu tremor, que seus joelhos batiam um no outro. Esqueceu-se de sua vanglória e orgia. Esqueceu-se de sua dignidade e em alta voz mandou chamar seus astrólogos e adivinhos para que interpretassem o significado da misteriosa inscrição.

Versículos 10-16 — *“A rainha, por causa das palavras do rei e dos seus grandes, entrou na casa do banquete; e falou a rainha e disse: Ó rei, vive eternamente! Não te turbem os teus pensamentos, nem se mude o teu semblante. Há no teu reino um homem que tem o espírito dos deuses santos; e nos dias de teu pai se achou nele luz, e inteligência, e sabedoria, como a sabedoria dos deuses; e teu pai, o rei Nabucodonosor, sim, teu pai, ó rei, o constituiu chefe dos magos, dos astrólogos, dos*

caldeus e dos adivinhadores. Porquanto se achou neste Daniel um espírito excelente, e ciência, e entendimento, interpretando sonhos, e explicando enigmas, e solvendo dúvidas, ao qual o rei pôs o nome de Beltessazar; chame-se, pois, agora Daniel, e ele dará interpretação. Então, Daniel foi introduzido à presença do rei. Falou o rei e disse a Daniel: És tu aquele Daniel, dos cativos de Judá, que o rei, meu pai, trouxe de Judá? Tenho ouvido dizer a teu respeito que o espírito dos deuses está em ti e que a luz, e o entendimento, e a excelente sabedoria se acham em ti. Acabam de ser introduzidos à minha presença os sábios e os astrólogos, para lerem esta escritura, e me fazerem saber a sua interpretação; mas não puderam dar a interpretação destas palavras. Eu, porém, tenho ouvido dizer de ti que podes dar interpretações e solver dúvidas; agora, se puderes ler esta escritura e fazer-me saber a sua interpretação, serás vestido de púrpura, e terás cadeia de ouro ao pescoço, e no reino serás o terceiro dominador.”

Pelas circunstâncias descritas aqui, parece que haviam se esquecido de Daniel como profeta de Deus na corte e no palácio. Isto se devia, sem

dúvida, pelo fato dele ter se ausentado por um período, a serviço do reino, em Susã, na província de Elão. (Daniel 8:1, 2 e 27). Provavelmente, a invasão do país pelo exército persa o obrigaria a voltar a Babilônia. A rainha que entrou na casa do banquete e fez saber ao rei que havia uma pessoa a quem se dirigir em busca de conhecimento de coisas sobrenaturais deve ter sido a rainha-mãe, filha de Nabucodonosor, que ainda devia ter a lembrança do admirável conselho que Daniel dera durante o reinado de seu pai.

Nabucodonosor é aqui chamado “pai de Belsazar”, segundo o costume então comum de chamar de “pai” a qualquer antepassado paterno e “filho” a qualquer descendente masculino. Na realidade, Nabucodonosor era avô de Belsazar. Quando Daniel entrou, o rei lhe perguntou se era um dos filhos do cativeiro de Judá. Parece ter sido divinamente ordenado que, enquanto os grandes do reino realizavam seu ímpio banquete em honra de seus falsos deuses, um servo do Deus verdadeiro que eles mantinham em cativeiro fosse chamado a pronunciar o juízo que sua reprovável conduta merecia.

Versículos 17-24 — *“Então, respondeu Daniel e disse na presença do rei: As tuas dádivas fiquem contigo, e dá os teus presentes a outro; todavia, lerei ao rei a escritura e lhe farei saber a interpretação. Ó rei! Deus, o Altíssimo, deu a Nabucodonosor, teu pai, o reino, e a grandeza, e a glória, e a magnificência. E, por causa da grandeza que lhe deu, todos os povos, nações e línguas tremiam e temiam diante dele; a quem queria matava e a quem queria dava a vida; e a quem queria engrandecia e a quem queria abatia. Mas, quando o seu coração se exalçou e o seu espírito se endureceu em soberba, foi derribado do seu trono real, e passou dele a sua glória. E foi tirado dentre os filhos dos homens, e o seu coração foi feito semelhante ao dos animais, e a sua morada foi com os jumentos monteses; fizeram-no comer erva como os bois, e pelo orvalho do céu foi molhado o seu corpo, até que conheceu que Deus, o Altíssimo, tem domínio sobre os reinos dos homens e a quem quer constitui sobre eles. E tu, seu filho Belsazar, não humilhaste o teu coração, ainda que soubeste de tudo isso. E te levantaste contra o Senhor do céu, pois foram trazidos os*

utensílios da casa dele perante ti, e tu, os teus grandes, as tuas mulheres e as tuas concubinas bebestes vinho neles; além disso, deste louvores aos deuses de prata, de ouro, de cobre, de ferro, de madeira e de pedra, que não veem, não ouvem, nem sabem; mas a Deus, em cuja mão está a tua vida e todos os teus caminhos, a ele não glorificaste. Então, dele foi enviada aquela parte da mão, e escreveu-se esta escritura.”

Daniel repreende a Belsazar — Antes de tudo, Daniel procura desfazer a ideia de ser influenciado por motivos idênticos aos que controlavam os adivinhos e astrólogos, e diz: “Dá os teus prêmios a outrem.” Deseja deixar bem claro que não era pela oferta de presentes e recompensas que ele estava assumindo a tarefa de interpretar o escrito. Então narra a experiência de Nabucodonosor, avô de Belsazar, como é exposta no capítulo anterior. Repreendeu a Belsazar porque, embora ele soubesse de tudo isso, não tinha humilhado seu coração, mas se exaltou contra o Deus do Céu. Havia elevado sua maldade ao ponto de desrespeitar os vasos sagrados de Deus, louvando deuses insensíveis, de fabricação

humana, e deixando de glorificar a Deus, de cujas mãos dependia sua própria respiração. Por esta razão, disse-lhe Daniel, é que a mão tinha sido enviada pelo Deus a quem ele desafiara de forma atrevida e insultante, para que escrevesse aqueles caracteres de terrível, embora oculto, significado. A seguir Daniel passa a explicar a escritura.

Versículos 25-29 — *“Esta, pois, é a escritura que se traçou: MENE, MENE, TEQUEL e PARSIM. Esta é a interpretação daquilo: MENE: Contou Deus o teu reino e deu cabo dele. TEQUEL: Pesado foste na balança e achado em falta. PERES: Dividido foi o teu reino e dado aos medos e aos persas. Então, mandou Belsazar que vestissem Daniel de púrpura, e lhe pusessem cadeia de ouro ao pescoço, e proclamassem que passaria a ser o terceiro no governo do seu reino.”*

Daniel interpreta a escritura — Nesta inscrição, cada palavra representa uma frase curta. MENE: “contado”; TEQUEL: “pesado”; PARSIM, do radical *Peres*: “dividido”. Deus, a quem Sua Majestade desafiou, tem o seu reino em Suas mãos e cortou os seus dias e acabou com sua carreira

precisamente no momento em que julgava estar no auge de sua prosperidade. Sua Majestade, que elevou seu coração com orgulho, como se fosse o maior da Terra, foi pesado e achado mais leve que a vaidade. O seu reino, que no sonho permaneceria para sempre, ficará dividido entre os inimigos que já estão espreitando em suas portas.

Apesar dessa terrível acusação, Belsazar não se esqueceu de sua promessa e a seguir investiu a Daniel do manto escarlate e da corrente de ouro e o declarou terceiro em autoridade no governo do reino. Daniel aceitou isso, provavelmente com o objetivo de ficar em melhores condições de cuidar dos interesses de seu povo durante a transferência do reino.

Versículos 30, 31 — *“Naquela mesma noite, foi morto Belsazar, rei dos caldeus. E Dario, o medo, ocupou o reino, na idade de sessenta e dois anos.”*

A cena, descrita de modo tão resumido aqui, é narrada em nossas observações sobre Daniel 2:39. Enquanto Belsazar se entregava a sua presunçosa orgia, enquanto a mão do anjo escrevia na parede do palácio a sentença condenatória do império, enquanto Daniel dava a conhecer o terrível

significado da escrita celestial, a infantaria persa entrava pelo esvaziado leito do rio Eufrates até o coração da cidade, e com suas espadas desembainhadas avançavam rapidamente para o palácio do rei. Quase não se pode dizer que o surpreenderam, pois Deus acabara de adverti-lo do destino que o esperava. Mas o encontraram e o mataram. E com ele o império de Babilônia deixou de existir para sempre.

Daniel na cova dos leões

Daniel, capítulo 6

Versículos 1-5 — *“E pareceu bem a Dario constituir sobre o reino a cento e vinte presidentes, que estivessem sobre todo o reino; e sobre eles três príncipes, dos quais Daniel era um, aos quais esses presidentes dessem conta, para que o rei não sofresse dano. Então, o mesmo Daniel se distinguiu desses príncipes e presidentes, porque nele havia um espírito excelente; e o rei pensava constituí-lo sobre todo o reino. Então, os príncipes e os presidentes procuravam achar ocasião contra Daniel a respeito do reino; mas não podiam achar ocasião ou culpa alguma; porque ele era fiel, e não se achava nele nenhum vício nem culpa. Então, estes homens disseram: Nunca acharemos ocasião alguma contra este Daniel, se não a procurarmos contra ele na lei do seu Deus.”*

Babilônia foi tomada pelos persas, e Dario, o medo, subiu ao trono em 538 a.C. Com a morte de Dario, dois anos mais tarde, em 536 a. C., Ciro ocupou o trono. Em algum momento entre estas

duas datas ocorreu o evento narrado neste capítulo.

Daniel era ativo dirigente no reino de Babilônia, no apogeu da glória deste. Continuou morando na capital quando os medo-persas ocuparam a sede do império universal, e estava familiarizado com todos os assuntos do reino. No entanto, não deixou relato consecutivo dos eventos ocorridos durante sua longa atuação nesses reinos. Apenas refere aqui e ali algum acontecimento apto a inspirar fé, esperança e coragem no coração dos filhos de Deus em todas as épocas e levá-los a ser firmes em sua decisão de fazerem o que é correto. O acontecimento narrado neste capítulo é mencionado pelo apóstolo Paulo em Hebreus 11, onde nos fala dos que pela fé “fecharam bocas de leões”.

Daniel, primeiro-ministro do Império Medo-Pérsico — Dario constituiu sobre o reino cento e vinte príncipes, porque se supõe que havia cento e vinte províncias no império, cada uma com seu príncipe ou governador. Com as vitórias de Cambises e de Dario Histaspes, o império foi ampliado e chegou a ter 127 províncias (Ester 1:1). Sobre esses príncipes foram colocados três

presidentes, e entre estes Daniel era o principal. Daniel foi elevado a esse cargo pelo espírito excelente e fidelidade em sua obra.

Por ter sido um grande homem no império de Babilônia, Daniel poderia facilmente ser considerado um inimigo por Dario, e nesse caso teria sido banido ou eliminado de qualquer outro modo. Ou, como escravo de uma nação em ruínas, poderia ser desprezado. Deve-se dizer, a crédito de Dario, que Daniel foi escolhido sobre todos os demais, porque o habilidoso rei viu nele um espírito excelente, e pensava em estabelecê-lo sobre todo o reino.

Então se despertou contra ele a inveja dos outros príncipes, e começaram a planejar sua destruição. Em tudo o que se referia ao reino, a conduta de Daniel era perfeita. Ele era fiel e verdadeiro. Não podiam achar motivo de queixa contra ele nesse particular. Então disseram que não podiam achar ocasião de acusá-lo, a não ser que usassem sua própria fidelidade à lei do seu Deus como uma armadilha para destruí-lo. Queira Deus que as coisas também sejam assim conosco. Pessoa alguma pode obter melhor recomendação.

Versículos 6-10 — *“Então, estes príncipes e*

presidentes foram juntos ao rei e disseram-lhe assim: Ó rei Dario, vive eternamente! Todos os príncipes do reino, os prefeitos e presidentes, capitães e governadores tomaram conselho, a fim de estabelecerem um edito real e fazerem firme este mandamento: que qualquer que, por espaço de trinta dias, fizer uma petição a qualquer deus ou a qualquer homem e não a ti, ó rei, seja lançado na cova dos leões. Agora, pois, ó rei, confirma o edito e assina a escritura, para que não seja mudada, conforme a lei dos medos e dos persas, que se não pode revogar. Por esta causa, o rei Dario assinou esta escritura e edito. Daniel, pois, quando soube que a escritura estava assinada, entrou em sua casa (ora, havia no seu quarto janelas abertas da banda de Jerusalém), e três vezes no dia se punha de joelhos, e orava, e dava graças, diante do seu Deus, como também antes costumava fazer.”

As maquinações contra Daniel — Notemos a conduta desses homens para conseguirem seus detestáveis objetivos. Abordaram o rei de maneira agitada, diz uma nota marginal. Chegaram como se houvesse um assunto urgente, para que juntos o

apresentassem ao rei. Afirmaram que todos estavam de acordo. Isso era falso, pois Daniel, o principal de todos eles, não fora consultado.

O decreto que apresentaram parecia destinado a aumentar a honra e o respeito dedicados à vontade real. Durante trinta dias, nenhuma oração ou pedido, disseram, devia ser dirigido a algum homem ou deus, que não fosse o rei. Por meio dessa lisonja, os príncipes esconderam sua intenção assassina contra Daniel. O rei assinou o decreto, que ficou registrado como lei inalterável dos medos e persas.

Notemos a sutileza destes homens. A que ponto as pessoas chegam para acarretarem ruína a um homem bom. Se houvessem proposto inserir no decreto que nenhum pedido fosse feito ao Deus dos hebreus, já que esse era o fim desejado, o rei teria percebido imediatamente o objetivo e não assinaria o decreto. Contudo, deram ao documento uma aplicação genérica e se mostraram dispostos a ignorar e insultar todo o seu sistema de religião e toda a multidão dos seus deuses para arruinarem unicamente um homem.

Daniel percebeu a conspiração que contra ele crescia, mas nenhuma providência tomou para

dissolvê-la. Simplesmente confiou em Deus e deixou o resultado em Suas mãos. Não saiu da capital com a desculpa de atender assuntos governamentais, nem cumpriu suas devoções de forma mais discreta que a comum. Ao saber que fora assinado o decreto, continuou a se ajoelhar em seu quarto três vezes por dia, exatamente como antes, com o rosto voltado para sua amada Jerusalém. Continuou elevando orações e súplicas a Deus.

Versículos 11-17 — *“Então, aqueles homens foram juntos e acharam Daniel orando e suplicando diante do seu Deus. Então, se apresentaram e disseram ao rei: No tocante ao mandamento real, porventura não assinaste o edito pelo qual todo homem que fizesse uma petição a qualquer deus ou a qualquer homem, por espaço de trinta dias, e não a ti, ó rei, seria lançado na cova dos leões? Respondeu o rei e disse: Esta palavra é certa, conforme a lei dos medos e dos persas, que se não pode revogar. Então, responderam e disseram diante do rei: Daniel, que é dos transportados de Judá, não tem feito caso de ti, ó rei, nem do edito que assinaste; antes, três vezes por dia faz a sua oração. Ouvindo, então, o*

rei o negócio, ficou muito penalizado e a favor de Daniel propôs dentro do seu coração livrá-lo; e até ao pôr-do-sol trabalhou por salvá-lo. Então, aqueles homens foram juntos ao rei e disseram ao rei: Sabe, ó rei, que é uma lei dos medos e dos persas que nenhum edito ou ordenança, que o rei determine, se pode mudar. Então, o rei ordenou que trouxessem a Daniel, e o lançaram na cova dos leões. E, falando o rei, disse a Daniel: O teu Deus, a quem tu continuamente serves, ele te livrará. E foi trazida uma pedra e foi posta sobre a boca da cova; e o rei a selou com o seu anel e com o anel dos seus grandes, para que se não mudasse a sentença acerca de Daniel.”

Daniel lançado na cova dos leões — Feita a armadilha, só restava a esses homens vigiar sua vítima para fazê-la cair. Assim, voltaram a reunir-se, desta vez na residência de Daniel, como se algum negócio importante repentinamente os obrigasse a consultar o principal dos presidentes e eis que o encontraram orando ao seu Deus, exatamente como esperavam encontrá-lo. Até aí tudo dera certo para eles. Não demoraram, pois, a apresentarem ao rei a

acusação.

Ao conseguirem do monarca a confirmação de que o decreto estava em vigor, se acharam em condições de apresentar-lhe a informação contrária a Daniel. E a fim de excitar os preconceitos do rei, disseram: “Esse Daniel, que é dos exilados de Judá, não faz caso de ti, ó rei, nem do interdito que assinaste.” Sim, queixaram-se eles, esse pobre escravo, que depende de Sua Majestade em tudo o que desfruta, em vez de ser agradecido e apreciar seus favores, não manifesta consideração para com o senhor, nem dá atenção ao seu decreto. Então o rei viu a cilada que haviam preparado, tanto para ele como para Daniel, e trabalhou até ao pôr-do-sol para livrá-lo, fazendo provavelmente esforços pessoais junto aos conspiradores para induzi-los à indulgência, ou procurando, por argumentos e esforços, a anulação da lei. Mas a lei ficou em pé; e Daniel, o venerável, o sério, o íntegro e incorrupto servo do reino, foi lançado na cova dos leões.

Versículos 18-24 — *“Então, o rei se dirigiu para o seu palácio, passou a noite em jejum e não deixou trazer à sua presença instrumentos de música; e fugiu dele o sono. Pela manhã, ao*

romper do dia, levantou-se o rei e foi com pressa à cova dos leões. Chegando-se ele à cova, chamou por Daniel com voz triste; disse o rei a Daniel: Daniel, servo do Deus vivo! Dar-se-ia o caso que o teu Deus, a quem tu continuamente serves, tenha podido livrar-te dos leões? Então, Daniel falou ao rei: Ó rei, vive eternamente! O meu Deus enviou o seu anjo e fechou a boca aos leões, para que não me fizessem dano, porque foi achada em mim inocência diante dele; também contra ti, ó rei, não cometi delito algum. Então, o rei se alegrou sobremaneira e mandou tirar a Daniel da cova; assim, foi tirado Daniel da cova, e nenhum dano se achou nele, porque crera no seu Deus. Ordenou o rei, e foram trazidos aqueles homens que tinham acusado a Daniel, e foram lançados na cova dos leões, eles, seus filhos e suas mulheres; e ainda não tinham chegado ao fundo da cova, e já os leões se apoderaram deles, e lhes esmigalharam todos os ossos.”

Daniel é libertado — A conduta do rei, após Daniel ter sido jogado na cova dos leões, confirma seu genuíno interesse e afeição pelo profeta, bem

como a terrível culpa que sentiu por seu próprio procedimento. Ao amanhecer, o rei se dirigiu à cova onde estavam as feras famintas. Daniel estava vivo, e em sua resposta à saudação do monarca, não o repreendeu por ter cedido aos seus maus conselheiros. Em tom respeitoso disse: “Ó rei, vive para sempre.” Lembra em seguida ao rei, de um modo que certamente o deixou bastante sentido, mas sem ofendê-lo, que diante dele não havia cometido mal algum. Por ser inocente, Deus, a quem ele continuamente servia, tinha mandado Seu anjo e fechado a boca dos leões.

Ali estava, pois, Daniel, protegido por um Poder superior a qualquer poder da Terra. Sua causa ficara justificada, e provada sua inocência. “E nenhum dano se achou nele, porque crera no seu Deus”. A fé o salvou. Operara-se um milagre. Por que, então, os acusadores de Daniel foram trazidos e lançados na cova dos leões? Provavelmente devem ter afirmado que a proteção de Daniel não ocorreu por causa de algum milagre operado pelo seu Deus, mas porque os leões não estavam famintos. E o rei talvez tenha dito: Então também não os atacam, e por isso vamos confirmar essa hipótese lançando vocês no

lugar de Daniel. Os leões estavam com bastante fome quando agarraram os culpados, e todos aqueles homens foram despedaçados antes de chegarem ao fundo da cova. Assim foi Daniel duplamente justificado e surpreendentemente se cumpriram nele as palavras de Salomão: “O justo é libertado da angústia, e o perverso a recebe em seu lugar.” Provérbios 11:8.

Versículos 25-28 — *“Então, o rei Dario escreveu aos povos, nações e homens de todas as línguas que habitam em toda a terra: Paz vos seja multiplicada! Faço um decreto pelo qual, em todo o domínio do meu reino, os homens tremam e temam perante o Deus de Daniel, porque ele é o Deus vivo e que permanece para sempre; o seu reino não será destruído, e o seu domínio não terá fim. Ele livra, e salva, e faz sinais e maravilhas no céu e na terra; foi ele quem livrou a Daniel do poder dos leões. Daniel, pois, prosperou no reinado de Dario e no reinado de Ciro, o persa.”*

Daniel é exaltado e homenageado — O resultado do livramento de Daniel foi a declaração, em todo o império, feita em favor do verdadeiro

Deus, o Deus de Israel. Ordenava-se que todos temessem e tremessem diante dEle. O que os inimigos de Daniel fizeram para arruinarem-no, resultou em sua elevação. Neste caso e no caso dos três hebreus na fornalha ardente, Deus aprovou duas grandes divisões do dever: (1) no caso anterior, a recusa em ceder a qualquer pecado conhecido, e (2) neste caso, a recusa em negligenciar qualquer dever conhecido. Desses dois exemplos o povo de Deus, em todas as épocas, tem obtido instrução e incentivo.

O decreto do rei apresenta o caráter do verdadeiro Deus: (1) Ele é o Deus vivo; todos os outros são inexistentes ou mortos. (2) Permanece para sempre; todos os outros são impotentes e sem valor. (3) Tem um reino; porque fez e governa a todos. (4) Seu reino não será destruído; todos os demais o serão. (5) Seu domínio não tem fim; nenhum poder humano pode vencê-lo. (6) Livra os que estão em cativeiro. (7) Liberta Seus servos de seus inimigos quando invocam Sua ajuda. (8) Opera maravilhas nos céus e sinais na Terra. (9) E para completar tudo, livrou Daniel, oferecendo aos nossos olhos a mais plena prova de Seu poder e

bondade ao resgatar Seu servo do poder dos leões.
Que excelente elogio foi feito ao grande Deus e a
Seu servo fiel!

Assim termina a parte histórica do livro de
Daniel.

Quatro domínios mundiais revelados

Daniel, capítulo 7

Versículo 1 — *“No primeiro ano de Belsazar, rei de Babilônia, teve Daniel, na sua cama, um sonho e visões da sua cabeça; escreveu logo o sonho e relatou a suma das coisas.”*

Este é o mesmo Belsazar mencionado no capítulo cinco. Cronologicamente falando, este capítulo antecede o quinto; mas a ordem cronológica foi posta de lado para que a parte histórica do livro ficasse isolada do resto, a fim de não interferir no significado geral das visões.

Versículos 2, 3 — *“Falou Daniel e disse: Eu estava olhando, na minha visão da noite, e eis que os quatro ventos do céu combatiam no mar grande. E quatro animais grandes, diferentes uns dos outros, subiam do mar.”*

O próprio Daniel relata sua visão — A linguagem bíblica deve ser aceita literalmente, a menos que exista boa razão para considerá-la

figurada. Tudo o que é figurado deve ser interpretado a partir daquilo que é literal. O versículo 17 contém a chave que nos faz entender que a linguagem aqui utilizada é simbólica: “Estes grandes animais, que são quatro, são quatro reis, que se levantarão da Terra.” E para mostrar que isso se refere a reinos (impérios) e não simplesmente a reis individuais, o anjo continua: “Mas os santos do Altíssimo receberão o reino.” Ao explicar o versículo 23, diz o anjo: “O quarto animal será um quarto reino na Terra.” Portanto, estes animais são símbolos de quatro grandes reinos [ou impérios]. As circunstâncias em que surgiram, segundo a profecia, também são descritas em linguagem simbólica. Os símbolos introduzidos são os quatro ventos, o mar, quatro grandes animais, dez chifres e outro chifre que tinha olhos e uma boca, e fez guerra contra Deus e Seu povo. Precisamos averiguar agora o que significam.

Ventos, em linguagem simbólica, representam lutas, comoções políticas e guerras, como lemos em Jeremias: “Assim diz o Senhor dos Exércitos: Eis que o mal passa de nação para nação, e grande tormenta se levanta dos confins da Terra. Os que o

Senhor entregar à morte naquele dia, se estenderão de uma a outra extremidade da terra; não serão pranteados, nem recolhidos, nem sepultados; serão como esterco sobre a face da terra.” (Jeremias 25:31-33) O profeta fala de uma polêmica que o Senhor terá com todas as nações. A luta e a comoção que produz toda essa destruição denominam-se “grande tempestade” na versão católica *A Bíblia de Jerusalém*.

Que o vento significa luta e guerra é evidente pela própria visão. Como resultado do soprar dos ventos, reinos surgem e caem por meio de luta política.

Mares ou águas, quando usados como símbolo bíblico, representam povos, nações e línguas. Disse o anjo ao profeta João: “As águas que viste [...] são povos, multidões, nações e línguas.” (Apocalipse 17:15)

A definição do símbolo dos quatro animais é dada a Daniel antes do fim da visão: “Estes grandes animais, que são quatro, são quatro reis que se levantarão da Terra.” (versículo 17) Com esta explicação dos símbolos, o campo da visão se abre definitivamente diante de nós.

Visto que estes animais representam quatro reis, ou reinos [ou impérios], perguntamos: Por onde começaremos e quais são os quatro impérios representados? Esses animais não aparecem de uma vez só, ao mesmo tempo. Seu surgimento é sequencial, consecutivo, pois são numerados desde o primeiro até o quarto, sendo que o último ainda existe quando todas as cenas terrenas se encerram com o juízo final. Desde o tempo de Daniel até o fim da história deste mundo, haveria apenas quatro reinos [impérios] universais, como aprendemos do sonho de Nabucodonosor sobre a grande imagem de Daniel 2, interpretado pelo profeta 65 anos antes. Daniel vivia ainda sob o reino representado pela cabeça de ouro.

O primeiro animal desta visão deve, portanto, representar o mesmo reino que a cabeça de ouro da grande imagem, a saber, Babilônia. Os outros animais, sem dúvida, representam os reinos sucessivos representados pela imagem. Mas se esta visão compreende essencialmente o mesmo período que a imagem de Daniel 2, alguém pode perguntar: Por que foi dada? Não foi suficiente a primeira visão? Respondemos: A história dos impérios

mundiais é apresentada repetidas vezes para destacar certas características, fatos e dados adicionais. É-nos dada, segundo as Escrituras, a lição: “regra sobre regra.” No capítulo dois são apresentados apenas os aspectos políticos do domínio mundial. No capítulo sete os governos terrenos são-nos apresentados em sua relação com a verdade e com o povo de Deus. Seu verdadeiro caráter é revelado pelos símbolos de animais ferozes.

Versículo 4 — *“O primeiro era como leão, e tinha asas de águia; enquanto eu olhava, foram-lhe arrancadas as asas, foi levantado da terra, e posto em dois pés como homem; e lhe foi dada mente de homem.”*

O Leão — Na visão de Daniel 7, o primeiro animal visto pelo profeta foi um leão. Sobre o uso do leão como símbolo ver Jeremias 4:7; 50:17, 43 e 44. A princípio, o leão tinha asas de águia, o que indica a rapidez com que Babilônia estendeu suas conquistas sob Nabucodonosor. Na visão que estudamos, o leão aparece com asas de águia. O uso simbólico das asas foi descrito de modo impressionante em Habacuque 1:6-8, onde lemos

que os caldeus “voam como águia que se precipita a devorar”.

Podemos facilmente deduzir destes símbolos que Babilônia era um reino de grande poder, e que sob Nabucodonosor suas conquistas se estenderam com grande rapidez. Mas veio o momento quando suas asas lhe foram arrancadas. O leão já não se precipitava como águia sobre sua presa. Foram-se a audácia e o espírito de leão. Um coração de homem, fraco, temeroso e desfalecente, substituiu a força do leão. Tal foi o estado da nação durante os anos finais de sua história, quando se tornou fraca e vacilante pela riqueza e luxo.

Versículo 5 – *“Continuei olhando, e eis aqui o segundo animal, semelhante a um urso, o qual se levantou de um lado, tendo na boca três costelas entre os seus dentes; e foi-lhe dito assim: Levanta-te, devora muita carne.”*

O Urso — Assim como na grande imagem de Daniel 2, nota-se, nesta série de símbolos, uma marcante decadência, à medida que descemos de um reino a outro. A prata do peito e dos braços é inferior ao ouro da cabeça. O urso é inferior ao leão.

Medo-Pérsia ficou muito abaixo de Babilônia quanto à riqueza, magnificência e brilho. O urso se levantou sobre um dos seus lados. O reino estava composto de duas nacionalidades, os medos e os persas. O mesmo fato foi indicado mais tarde pelos dois chifres do carneiro de Daniel 8. Acerca destes chifres se diz que o mais alto subiu por último; e do urso, o texto diz que se erguia mais de um lado que do outro. Isto se cumpriu com a divisão persa do reino, a qual subiu por último, mas alcançou maior eminência que a dos medos, e sua influência predominou sobre a nação. (Ver os comentários sobre Daniel 8:3). As três costelas significam certamente as três províncias — Babilônia, Lídia e Egito —, que foram especialmente oprimidas pela Pérsia. A ordem: “Levanta-te, devora muita carne”, referia-se naturalmente ao estímulo que a conquista dessas províncias deu aos medos e persas. O caráter desse império está bem representado por um urso. Os persas eram cruéis e predispostos à prática de furto, ladrões e saqueadores do povo. O reino medo-persa continuou desde a submissão de Babilônia por Ciro até a batalha de Arbela em 331 a.C., ou seja, um período de 207 anos.

Versículo 6 — “*Depois disto, continuei olhando, e eis aqui outro, semelhante a um leopardo, e tinha nas costas quatro asas de ave; tinha também este animal quatro cabeças, e foi-lhe dado domínio.*”

O leopardo — O terceiro reino, a Grécia, é representado pelo símbolo de um leopardo. Se as asas do leão significavam rapidez nas conquistas, devem continuar significando a mesma coisa aqui. O próprio leopardo é um animal muito rápido, mas esse detalhe não foi suficiente para representar a velocidade de conquista da nação aqui simbolizada; precisava ter asas. E o número de asas que o leão tinha, ou seja, duas não eram suficientes; o leopardo tinha de ter o dobro — quatro. Isso significa rapidez de movimento sem precedente, o que de fato encontramos na história do reino grego. As conquistas da Grécia sob a direção de Alexandre não tiveram paralelo nos tempos antigos em seu caráter repentino e veloz. Suas realizações militares foram assim resumidas por *W. W. Tarn*:

“Era mestre na combinação de várias armas; ensinou o mundo quanto à vantagem das campanhas

de inverno, quanto ao valor da perseverança levada ao máximo, e o princípio assim expresso: ‘Marchar divididos, lutar unidos’. Seu exército geralmente marchava em duas divisões, uma delas portando os fardos, enquanto que sua própria divisão viajava com pouca carga, e a velocidade de seus movimentos era extraordinária. Conta-se que ele atribuía seu êxito militar ao fato de que ‘nunca adia nada’. [...] As enormes distâncias que atravessou em países desconhecidos sugerem um alto grau de capacidade organizadora. Em dez anos teve apenas dois graves contratemplos. [...] Se um homem de menor calibre tivesse tentado o que ele realizou, e fracassasse, teríamos ouvido o suficiente sobre as dificuldades militares desesperadas da empresa.”^[25]

“Tinha também este animal quatro cabeças.” O império grego manteve sua unidade apenas pouco tempo depois da morte de Alexandre. Após sua brilhante carreira terminar por uma febre causada por orgia e bebedeira, o império ficou dividido entre seus quatro generais principais. A Cassandro coube a Macedônia e o ocidente da Grécia; Lisímaco

recebeu a Trácia e partes da Ásia que estão no Helesponto, e o Bósforo ao norte. Ptolomeu obteve o Egito, a Lídia, a Arábia e a Palestina ao sul; e Seleuco recebeu a Síria e o resto dos domínios de Alexandre no oriente. E no ano 301 a.C., com a morte de Antígono, os generais de Alexandre completaram a divisão do reino em quatro partes^[26], que indicavam as quatro cabeças do leopardo.

As palavras do profeta se cumpriram com exatidão. Já que Alexandre não deixou sucessor disponível, por que o colossal império não se partiu em pequenos fragmentos? Por que se dividiu apenas em quatro partes? Simplesmente porque a profecia previu e predisse. O leopardo tinha quatro cabeças, o bode tinha quatro chifres, o reino havia de ter quatro divisões; e assim aconteceu. (Ver os comentários mais completos sobre Daniel 8).

Versículo 7 — *“Depois disto, eu continuava olhando nas visões da noite, e eis aqui o quarto animal, terrível, espantoso e sobremodo forte, o qual tinha grandes dentes de ferro; ele devorava, e fazia em pedaços, e pisava aos pés o que sobejava;*

era diferente de todos os animais que apareceram antes dele e tinha dez chifres.”

Um animal espantoso — A inspiração não encontrou em toda a natureza nenhum animal para simbolizar o poder do quarto império. Não bastaria o acréscimo de cascos, cabeças, chifres, asas, escamas, dentes ou unhas a qualquer animal encontrado na natureza. Esse império é diverso de todos os demais, e o símbolo é completamente diferente de tudo no reino animal.

Seria possível construir uma obra inteira sobre o versículo 7; mas, por falta de espaço, somos obrigados a tratá-lo do modo mais resumido aqui. Esse animal corresponde, naturalmente, à quarta divisão da grande imagem: as pernas de ferro. No comentário de Daniel 2:40 foram apresentadas algumas razões que nos levam a acreditar que esse império é Roma. As mesmas razões se aplicam à profecia que estamos estudando. Com que exatidão Roma se encaixou na parte férrea da imagem! Com que exatidão esse símbolo corresponde ao animal que temos diante de nós! Pelo espanto e terror que inspirava, e por sua grande força, Roma

correspondeu admiravelmente à descrição profética. Nunca antes o mundo tinha visto coisa igual. Devorava com dentes de ferro, e destruía qualquer coisa que lhe fosse contrária. Pulverizava as nações sob seus pés de bronze. Tinha dez chifres que, segundo se explica no versículo 24, seriam dez reis, ou reinos, que surgiriam desse império. Como já se notou nos comentários sobre Daniel 2, Roma foi dividida em dez reinos. Essas divisões são desde então mencionadas como as dez divisões do império romano.

Versículo 8 — *“Estando eu a observar os chifres, eis que entre eles subiu outro pequeno, diante do qual três dos primeiros chifres foram arrancados; e eis que neste chifre havia olhos, como os de homem, e uma boca que falava com insolência.”*

Daniel estava analisando os chifres do animal e notou um movimento estranho entre eles. Outro chifre, a princípio pequeno e depois mais corpulento que seus companheiros, foi subindo. Não se contentou em tomar tranquilamente seu lugar e ocupá-lo; tinha que empurrar para o lado alguns dos outros chifres e lhes assumir o lugar. Três reinos

foram arrancados diante dele.

Um chifre pequeno entre os dez — Este chifre pequeno, como se verá mais tarde, foi o papado. Os três chifres arrancados diante dele representavam os hérulos, os ostrogodos e os vândalos. A razão pela qual foram arrancados foi sua oposição aos ensinamentos e ambições da hierarquia papal.

“Neste chifre havia olhos, como os de homem, e uma boca que falava com insolência.” Os olhos eram símbolos adequados de esperteza, penetração, astúcia e inteligência da supremacia papal.

Versículos 9, 10 — “*Eu continuei olhando, até que foram postos uns tronos, e um ancião de dias se assentou; a sua veste era branca como a neve, e o cabelo da sua cabeça, como a limpa lã; o seu trono, chamadas de fogo, e as rodas dele, fogo ardente. Um rio de fogo manava e saía de diante dele; milhares de milhares o serviam, e milhões de milhões estavam diante dele; assentou-se o juízo, e abriram-se os livros.*”

Uma cena de julgamento — Na Palavra de Deus não se acha descrição mais sublime de uma cena tão inspiradora. Mas não somente as

grandiosas imagens nos devem chamar a atenção; a natureza da própria cena exige nossa mais séria consideração. Aqui o julgamento é apresentado. Sempre que se menciona o juízo, a reverência deve ocupar todas as mentes de modo irresistível, pois todos têm interesse em seus resultados eternos. Por uma tradução inadequada do versículo 9, certas versões criam uma ideia equivocada com relação aos tronos. A expressão “foram postos” resulta de uma palavra que no original não significa colocar sobre o chão, mas erigir. A palavra [*r'mah*], que pode verter-se apropriadamente por “lançar ou arremessar”, como é claramente seu significado e, por isso, é usado para descrever o lançamento dos três hebreus à fornalha de fogo e de Daniel na cova dos leões. Mas outra tradução igualmente correta é “pôr em ordem”, como seria a colocação dos assentos do juízo aqui mencionados, ou um ordenamento semelhante ao mencionado em Apocalipse 4:2, onde o grego tem o mesmo significado. Por isso são corretas as traduções de Daniel 7:9 que dizem “foram postos uns tronos”. Assim define precisamente Gesênio o radical [*r'mah*], com referência a Daniel 7:9.

O “Ancião de dias”, Deus o Pai, preside o julgamento. Note-se a descrição do Ser Supremo. Para os que creem na impessoalidade de Deus, é necessário reconhecer que Ele é aqui descrito como Ser pessoal; mas se atrevem a dizer que é a única descrição deste gênero na Bíblia. Não admitimos essa afirmação; mas, aceitando que fosse verdadeira, não se torna, uma descrição desta classe, tão fatal à teoria deles como se fosse repetida muitas vezes? Os milhares de milhares que ministram perante Ele não são pecadores listados diante do tribunal, mas seres celestiais que servem diante dEle, cumprindo Sua vontade. João viu os mesmos assistentes celestiais diante do trono de Deus, e descreve a majestosa cena nestas palavras: “Vi, e ouvi uma voz de muitos anjos ao redor do trono, dos seres viventes e dos anciãos, cujo número era de milhões de milhões e milhares de milhares.” (Apocalipse 5:11) Para entender melhor esses versículos, é preciso compreender os serviços do santuário.

Porque o julgamento aqui introduzido é a parte final do ministério de Cristo, nosso grande Sumo Sacerdote, no santuário celestial. É um juízo investigativo. Abrem-se os livros, e os casos de

todos são apresentados para serem examinados por esse grande tribunal, para que se possa decidir quem são os que receberão a vida eterna quando o Senhor vier para conferi-la a Seu povo.

Outra passagem, Daniel 8:14, afirma que essa obra solene está sendo realizada agora mesmo no santuário celestial.

Versículos 11 e 12 — *“Então, estive olhando, por causa da voz das grandes palavras que provinha da ponta; estive olhando até que o animal foi morto, e o seu corpo, desfeito e entregue para ser queimado pelo fogo. E, quanto aos outros animais, foi-lhes tirado o domínio; todavia, foi-lhes dada prolongação de vida até certo espaço de tempo.”*

Fim do quarto animal — Há os que creem que haverá, antes da vinda do Senhor, um milênio de triunfo evangélico e um reinado de justiça em todo o mundo. Outros creem que haverá um tempo de graça depois que o Senhor vier, e que, durante esse prazo, os justos imortais ainda proclamarão o evangelho aos pecadores mortais, e os levarão ao caminho da salvação. Nem uma nem outra dessas

teorias encontra apoio na Bíblia, segundo veremos.

O quarto animal terrível continua sem sofrer mudança em seu caráter, e o chifre pequeno continua a dizer suas blasfêmias, prendendo seus milhões de adeptos nas amarras da cega superstição, até que a besta é entregue às chamas devoradoras. Isso não representa sua conversão, mas sua destruição. (Veja-se 2 Tessalonicenses 2:8).

A vida do quarto animal não se prolonga depois de desaparecer seu domínio, como ocorreu com a vida dos animais anteriores. Foi-lhe tirado o domínio, mas sua vida se prolongou por um tempo. O território dos súditos do reino de Babilônia continuava existindo, embora sujeito aos persas. Assim também sucedeu com o reino persa em relação à Grécia, e com os gregos no tocante a Roma. Mas o que acontecerá com o quarto reino? O estado de coisas subsequente não é um governo em que os mortais tomarão parte. A carreira deles termina no lago de fogo, e não têm existência posterior. O leão foi absorvido pelo urso; o urso pelo leopardo; o leopardo pelo quarto animal. Mas o quarto animal não se funde em outro animal. Será lançado no lago de fogo.

Versículos 13 e 14 — *“Eu estava olhando nas minhas visões da noite, e eis que vinha com as nuvens do céu um como o Filho do homem, e dirigiu-se ao Ancião de dias, e o fizeram chegar até Ele. Foi-Lhe dado domínio e glória, e o reino, para que os povos, nações e homens de todas as línguas O servissem; o Seu domínio é domínio eterno, que não passará, e o Seu reino jamais será destruído.”*

O Filho do homem recebe o reino — A cena aqui descrita não é a segunda vinda de Cristo a esta Terra, porque o Ancião de dias não está nesta Terra; e a vinda da qual aqui se fala é a do Ancião de dias. Ali, na presença do Pai, um reino, domínio e glória são dados ao Filho do homem. Cristo recebe o reino antes de Sua volta a esta Terra. (Ver Lucas 19:10-12). Portanto, esta é uma cena que ocorre no Céu, e está intimamente relacionada com a apresentada nos versículos 9 e 10. Cristo recebe o reino no encerramento de Sua obra sacerdotal no santuário. Os povos e nações que O servirão são os redimidos (Apocalipse 21:24), e não as nações ímpias da Terra, pois estas são destruídas na segundo advento

de Cristo e pelo resplendor de Sua vinda. (Salmos 2:9; 2 Tessalonicenses 2:8.) De todas as nações, tribos e povos da Terra sairão aqueles que servirão a Deus, com júbilo e alegria. Herdarão o reino de nosso Senhor.

Versículos 15-18 — *“Quanto a mim, Daniel, o meu espírito foi alarmado dentro de mim, e as visões da minha cabeça me perturbaram. Cheguei-me a um dos que estavam perto e lhe pedi a verdade acerca de tudo isto. Assim, ele me disse e me fez saber a interpretação das coisas: Estes grandes animais, que são quatro, são quatro reis que se levantarão da terra. Mas os santos do Altíssimo receberão o reino e o possuirão para todo o sempre, de eternidade em eternidade.”*

A interpretação dada a Daniel — Não devemos ser menos ansiosos do que Daniel para compreender a verdade sobre essas coisas. Temos certeza que quando indagarmos com sinceridade de coração, encontraremos o Senhor tão pronto agora como nos dias do profeta para nos dar uma explicação quanto a essas importantes verdades. Os animais e os reinos que eles representam já foram explicados. Temos

seguido o profeta em todo o curso dos acontecimentos, até a completa destruição do quarto e último animal, a aniquilação final de todos os governos terrestres.

Logo a cena muda, porque lemos: “Os santos receberão o reino.” Os santos que foram desprezados, cobertos de vergonha, perseguidos, rejeitados, considerados dentre todos os seres humanos os menos indicados para verem realizadas suas esperanças; esses receberão o reino e o possuirão para sempre. O roubo e os desmandos dos ímpios findarão. A herança perdida será restaurada. A paz e a justiça reinarão eternamente em toda a formosa expansão da Terra renovada.

Versículos 19 e 20 — *“Então, tive desejo de conhecer a verdade a respeito do quarto animal, que era diferente de todos os outros, muito terrível, cujos dentes eram de ferro, e as suas unhas, de metal; que devorava, fazia em pedaços e pisava aos pés o que sobrava; e também das dez pontas que tinha na cabeça e da outra que subia, de diante da qual caíram três, daquela ponta, digo, que tinha olhos, e uma boca que falava grandiosamente, e cuja aparência era mais firme do que o das suas*

companheiras.”

A verdade a respeito do quarto animal — Daniel compreendia tão claramente os três primeiros animais desta visão, que nenhuma dificuldade teve com referência a eles. Ficou, porém, assombrado com o quarto animal, por ser tão espantoso e contrário à natureza. Ele queria mais informação acerca desse animal e de seus dez chifres que vieram depois, bem como daquele que era maior que seus companheiros. O leão é um produto da natureza, mas precisava ter duas asas para representar o reino de Babilônia. O urso também se encontra na natureza, mas como símbolo do Império Medo-Pérsico, as três costelas na boca do animal denotam uma ferocidade fora do normal. O leopardo é também um animal da natureza, mas para representar apropriadamente a Grécia, era preciso acrescentar-lhe quatro asas e quatro cabeças. Mas a natureza não fornece símbolo algum que possa adequadamente ilustrar o quarto reino. Toma-se então um animal nunca visto, um animal terrível e espantoso, com unhas de bronze e dentes de ferro, tão cruel, violento e feroz que, por simples amor ao

abuso, devorava, despedaçava e pisava a pés suas vítimas.

Por assombroso que isto fosse ao profeta, logo lhe chamou a atenção algo ainda mais notável. Um chifre pequeno subiu e, fiel à natureza do animal de que se originou, afastou três companheiros seus. Era um chifre que tinha olhos, não os olhos selvagens de um bruto, mas olhos penetrantes, perspicazes e inteligentes de homem. Mais estranho ainda, tinha uma boca, e com essa boca expressava palavras de orgulho e arrogância. Não é de admirar que o profeta tivesse uma dúvida especial acerca desse monstro, tão fantástico em seus instintos e tão feroz em suas obras e maneiras. Nos versículos seguintes são dadas especificações sobre o chifre pequeno, que habilitam o estudante da profecia a fazer a aplicação deste símbolo sem perigo de engano.

Versículos 21 e 22 — “Eu olhava e eis que este chifre fazia guerra contra os santos e prevalecia contra eles, até que veio o Ancião de Dias e fez justiça aos santos do Altíssimo; e veio o tempo em que os santos possuíram o reino.”

O chifre pequeno guerreava contra os santos — A assombrosa ira desse chifre pequeno contra os

santos [seguidores de Deus] atraiu particularmente a atenção de Daniel. O surgimento dos dez chifres, ou seja, a divisão de Roma em dez reinos, entre os anos 351 e 483 d.C. já foi estudada nos comentários sobre Daniel 2:41.

Como estes chifres significam reinos, o chifre pequeno também deve indicar um reino, mas não da mesma natureza que os demais, porque era diferente dos outros, que eram reinos políticos. Agora basta conferirmos se desde 476 d.C. surgiu entre as dez divisões do Império Romano algum reino diferente de todos os demais. E se houve, qual foi? A resposta é: Sim, o reino espiritual do papado. Corresponde em todos os pormenores ao símbolo. Veremos as especificações mais particularmente à medida que formos procedendo em nosso estudo.

Daniel viu este poder fazer guerra contra os santos. Tal guerra foi feita pelo papado? Milhares de mártires respondem que sim. Testemunham-no as cruéis perseguições infligidas pelo poder papal aos valdenses, aos albigenses e aos protestantes em geral.

No versículo 22 parecem apresentar-se em visão três eventos em sequência. Olhando à frente desde o

tempo em que o chifre pequeno estava no auge do seu poder até o término da longa controvérsia entre os santos e Satanás com todos os seus agentes, Daniel vê três importantes acontecimentos que se destacam como marcos miliários^[27] ao longo do caminho:

(1) A vinda do Ancião de dias, ou seja, a posição que Jeová ocupa na abertura do juízo descrita nos versículos 9 e 10.

(2) O juízo que é dado aos santos, a saber, o momento em que os santos se sentam para julgar com Cristo durante mil anos, depois da primeira ressurreição (Apocalipse 20:1-4), designando aos ímpios o castigo merecido por seus pecados. Os mártires se sentarão então para julgar o grande poder perseguidor que, em seus dias de aflição, os perseguia como a feras do deserto, e derramava seu sangue como água.

(3) O momento em que os santos entram na posse do reino, quer dizer, quando recebem a Nova Terra. Então terá sido apagado o último vestígio da maldição do pecado e dos pecadores, raiz e ramo, e o território que por tanto tempo foi mal governado

pelos ímpios poderes da Terra será dado aos justos, a fim de que o possuam para sempre. (1 Cor. 6:2, 3; Mateus 25:34).

Versículos 23-26 — *“Disse assim: O quarto animal será o quarto reino na terra, o qual será diferente de todos os reinos; e devorará toda a terra, e a pisará aos pés, e a fará em pedaços. E, quanto às dez pontas, daquele mesmo reino se levantarão dez reis; e depois deles se levantará outro, o qual será diferente dos primeiros e abaterá a três reis. E proferirá palavras contra o Altíssimo, e destruirá os santos do Altíssimo, e cuidará em mudar os tempos e a lei; e eles serão entregues nas suas mãos por um tempo, e tempos, e metade de um tempo. Mas o juízo estabelecer-se-á, e eles tirarão o seu domínio, para o destruir e para o desfazer até ao fim.”*

Surgimento e obra do chifre pequeno — Talvez já se tenha dito o suficiente acerca do quarto animal (Roma) e os dez chifres, ou dez reinos, que surgiram desse império. O chifre pequeno exigirá agora atenção especial. Como se declara nos comentários sobre o versículo 8, encontramos o

cumprimento da profecia relativa à ponta pequena no surgimento e na obra do papado. É tão importante quão interessante, por isso, investigar as causas que produziram o desenvolvimento desse império arrogante.

Os primeiros pastores ou bispos de Roma gozavam de um respeito proporcional à categoria da cidade na qual residiam. Durante os primeiros séculos da era cristã, Roma foi a maior, mais rica e mais poderosa cidade do mundo. Era a sede do império, a capital das nações. “Todos os habitantes da Terra pertencem a Roma”, disse Juliano; e Claudino a declarou “a fonte das leis”. — “Se Roma é a rainha das cidades, por que seu pastor não pode ser o rei dos bispos?” — era o raciocínio apresentado por esses romanos. “Por que não haveria de ser a igreja romana a mãe da cristandade? Por que não haveriam de ser todas as nações suas filhas, e sua autoridade a lei soberana? Para o coração ambicioso do homem era fácil raciocinar assim — diz d’Aubigné^[28], cujas palavras citamos: — Assim o fez a ambiciosa Roma.”

Aos bispos das diferentes partes do império

romano agradava exigir parte da honra que a cidade recebia das nações da Terra. A princípio, a honra que lhe rendiam não era uma demonstração de que dependiam dele. “Mas” — continua d’Aubigné — “o poder roubado cresce como uma avalanche. Repreensões, a princípio simplesmente fraternais, não demoraram a se transformarem em ordens absolutas na boca do pontífice. [...] Os bispos ocidentais incentivavam essa usurpação dos pastores romanos, fosse por seu ciúme dos bispos orientais, ou por preferirem submeter-se à supremacia de um papa, em vez de se submeterem ao domínio de um poder civil.”^[29] Tais foram as influências que se concentraram ao redor do bispo de Roma, e assim tudo tendeu a rapidamente elevá-lo ao domínio espiritual da cristandade.

O desafio do arianismo — Mas o quarto século estava destinado a presenciar um obstáculo no caminho desse sonho ambicioso. A profecia tinha declarado que o poder representado pelo chifre pequeno aniquilaria três reis. No surgimento e desenvolvimento do arianismo, em princípios do século IV, e o desafio apresentado pela supremacia

papal, encontramos as causas que levaram à destruição dos três reinos de Roma ocidental pelo poder papal.

Ário, pároco da antiga e influente igreja de Alexandria, pregou sua doutrina ao mundo e ocasionou tão violenta polêmica na igreja cristã, que o imperador Constantino convocou o concílio geral de Niceia em 325 para considerar e decidir acerca da doutrina ariana. Ário sustentava “que o Filho era total e essencialmente distinto do Pai; que era o primeiro e mais nobre dos seres que o Pai criou do nada, o instrumento por cuja operação subordinada o Pai Todo-Poderoso formou o universo, e portanto era inferior ao Pai tanto em Sua natureza como em Sua dignidade.” Essa opinião foi condenada pelo concílio, o qual decretou que Cristo era de uma mesma substância com o Pai. Com isso Ário foi exilado para a Ilíria, e seus seguidores foram obrigados a concordar com o credo composto naquela ocasião. ^[30]

Contudo, a própria polêmica não seria eliminada de modo rápido, mas continuaria por séculos a agitar o mundo cristão; e os arianos se fizeram, por toda

parte, terríveis inimigos do papa e da igreja Católica Romana. Esses fatos demonstram que a divulgação do arianismo prejudicaria a influência do catolicismo, e que a posse de Roma e da Itália por um povo ariano seria fatal para a supremacia de um bispo católico. Mas a profecia declarara que este chifre chegaria ao poder supremo e que, para alcançar esta situação, subjugaria três reis.

O chifre pequeno destruiria três poderes arianos — Tem havido certa diferença de opinião quanto aos poderes que foram destruídos para a elevação do papado. Com relação a isso parecem bem relacionadas as seguintes observações de *Albert Barnes*: “Na confusão que existiu ao se fragmentar o império romano, e pelos relatos imperfeitos dos fatos ocorridos na ascensão do poder papal, não é de estranhar a dificuldade de achar anais bem claros dos acontecimentos que haveriam de ser em todos os aspectos um exato e absoluto cumprimento da visão. Entretanto, na história do papado é possível discernir o cumprimento dela com um grau razoável de certeza.”

José Mede supõe que os três reinos arrancados

foram os gregos, os lombardos e os francos; e Sir *Isaac Newton* supõe que foram o exarcado de Ravena, os lombardos, o senado e o ducado de Roma. *Thomas Newton*^[31] opõe sérias objeções a ambas as suposições. “Os francos não poderiam ser um desses reinos, pois nunca foram desarraigados. Os lombardos não poderiam ser, porque nunca foram submetidos pelos papas.” Diz *Albert Barnes*: “Não acho, na verdade, que o reino dos lombardos estivesse, como se declara comumente, entre o número das soberanias temporais que foram submetidas à autoridade dos papas.”^[32] O senado e o ducado de Roma não podiam ser um desses chifres, pois nunca vieram a constituir um dos dez reinos, três dos quais foram arrancados diante do chifre pequeno.

Percebemos, porém, que a principal dificuldade na aplicação que estes comentadores fizeram da profecia consistia no fato de suporem que a profecia sobre a exaltação do papado não se havia cumprido e não podia cumprir-se até o papa se tornar príncipe temporal. Por isso, procuravam encontrar o

cumprimento da profecia nos acontecimentos que favoreceram a soberania temporal do papa. Mas evidentemente a profecia dos versículos 24 e 25 se refere, não ao seu poder civil, mas ao seu poder de dominar a mente e a consciência dos homens. O papa alcançou essa posição em 538 d.C., como se verá mais tarde. A palavra “diante” usada nos versículos 8 e 20 é a tradução do grego *qadam*, cujo radical significa “frente a”. Combinada com *min*, que significa “de”, como se encontra nestes dois versículos, *Davidson* a traduz “da presença de”, e Gesênio diz que equivale ao termo hebraico *lipna*, que significa “na presença de”. Portanto corresponde a nosso advérbio de lugar “diante de”, como sucede na mesma frase que se encontra no versículo 10, onde se traduz de modo adequado “diante dele”. Temos, pois, no versículo 8 o quadro de um chifre pequeno que vai subindo entre os dez e arranca pela força três chifres diante de si. No versículo 20 é declarado que três chifres “caíram” diante dele, como se fossem vencidos por ele. No versículo 24, lemos que outro rei, que representa o chifre pequeno “abaterá a três reis [chifres]”, evidentemente por atos de força. Embora a palavra

qadam é usada também para denotar uma comparação de tempo, como no versículo 7, onde é vertida pela palavra “antes”, não resta a menor dúvida de que se usa como advérbio de lugar nos três versículos citados acima. Com esta interpretação está de acordo *Eduardo Elliot*.

Positivamente afirmamos que as três potências ou chifres arrancados diante do papado foram os hérulos, os vândalos e os ostrogodos, e esta posição se baseia em dados históricos autênticos. Odoacro, o chefe dos hérulos, foi o primeiro dos bárbaros que reinou sobre os romanos. Subiu ao trono da Itália em 476, segundo *Gibbon*, que diz, acerca de suas crenças religiosas: “Como o resto dos bárbaros, tinha sido instruído na heresia ariana; mas reverenciava os caracteres monásticos e episcopais; e o silêncio dos católicos atesta a tolerância que lhes concedeu.”^[33]

Diz o mesmo autor: “Os ostrogodos, os burgúndios, os suevos e os vândalos, que ouviram a eloquência do clero latino, preferiam as lições mais compreensíveis de seus mestres domésticos; e o arianismo foi adotado como a fé nacional dos

guerreiros conversos que se haviam assentado sobre as ruínas do Império Ocidental. Essa irreconciliável diferença de religião era fonte constante de ciúme e ódio; e a censura de ser bárbaro era exacerbada pela alcunha mais odiosa de *herético*. Os heróis do norte, que haviam se submetido com certa relutância a crer que todos os seus antepassados estavam no inferno, ficaram assombrados e exaltados ao saberem que eles próprios haviam apenas mudado o modo de sua condenação eterna.”^[34]

A doutrina ariana teve uma influência notável sobre a igreja daquele tempo, como indicam os seguintes parágrafos:

“Toda a vasta população goda^[35] que desceu sobre o Império Romano, no que tinha de cristã, acatou a fé do herege alexandrino. Nossa primeira versão teutônica das Escrituras foi feita por um missionário ariano, Ulfilas. O primeiro conquistador de Roma, Alarico, e o primeiro conquistador da África, Genserico, eram arianos. Teodorico, o Grande, rei da Itália e herói mencionado na epopeia dos nibelungos^[36], era ariano. O lugar vazio em

sua tumba maciça de Ravena confirma a vingança que os ortodoxos tomaram contra sua memória, quando derribaram, em triunfo, a urna de pórfiro em que seus súditos arianos lhe haviam guardado as cinzas.”^[37]

“Porém, ela [a igreja] caiu, como era inevitável, em muitas situações embaraçosas, e viu-se numa condição completamente alterada. Um povo pagão se apoderou da Grã-Bretanha; reis arianos tomaram a maior parte do resto do Ocidente; ao passo que os lombardos, por longo tempo fiéis ao arianismo, estabeleceram, como seus vizinhos mais perigosos e hostis, poderosa soberania mesmo às portas de Roma. Enquanto isso os bispos romanos, assediados por todos os lados, se esforçaram, com toda a prudência e perseverança que continuaram sendo seus atributos peculiares, para recuperar o domínio, ao menos em sua diocese patriarcal.”^[38]

Maquiavel diz:

“Quase todas as guerras que os bárbaros do norte travaram na Itália, pode-se aqui observar, foram ocasionadas pelos pontífices; e as hordas que

inundaram o país foram geralmente chamadas por eles.”^[39]

A relação que esses reis arianos mantinham com o papa, indica claramente que teriam de ser submetidos a fim de que o caminho à supremacia papal fosse finalmente aberto, é mostrada no seguinte testemunho de Mosheim, em sua história eclesiástica:

“Por outro lado se estabelece, mediante uma variedade dos mais autênticos registros, que tanto os imperadores como as nações em geral estavam longe de dispor-se a suportar com paciência o jugo de servidão que os papas impunham à igreja cristã. Os príncipes godos puseram limites ao poder daqueles arrogantes prelados da Itália; a ninguém permitiam que fosse elevado ao pontificado sem sua aprovação, e se reservavam o direito de julgar a legalidade de cada nova eleição.”^[40]

Um caso concludente desta declaração ocorreu na história de Odoacro, o primeiro rei ariano já mencionado, segundo o relato de Arquibaldo Bower. Quando, ao morrer o papa Simplicio, em

483, o clero e o povo se haviam congregado para a eleição de um novo papa, de repente Basílio, prefeito do pretório e lugar-tenente do rei Odoacro, se apresentou na assembleia; expressou sua surpresa de que sem ele se realizasse um ato como a designação de um sucessor do falecido papa; em nome do rei declarou que ficava anulado tudo o que se havia feito; e ordenou que se reiniciasse a eleição.

[41]

Enquanto isso, Zenão, imperador do Oriente e amigo do papa, ansiava por expulsar Odoacro da Itália^[42], movimento que ele logo teve a satisfação de ver realizado sem dificuldade para si. Teodorico assumiu o trono do reino ostrogodo da Mésia e Panônia. Como era amigo de Zenão, escreveu explicando-lhe que seria impossível reter os seus godos dentro da empobrecida província da Panônia, e lhe pedia permissão para levá-los a alguma região mais favorável que pudessem conquistar e possuir. Zenão lhe deu permissão para marchar contra Odoacro e apoderar-se da Itália. De acordo com isso, depois de cinco anos de guerra ficou destruído o reino hérulo da Itália, Odoacro foi morto

traíçoeiramente, e Teodorico estabeleceu seus ostrogodos na península itálica. Como já se indicou, era ariano, e conservou a lei de Odoacro, que submetia a eleição do papa à aprovação do rei.

O seguinte incidente mostrará quão completamente o papado esteve sujeito ao seu poder. Como os católicos do Oriente haviam iniciado uma perseguição contra os arianos em 523, Teodorico chamou o papa João à sua presença e assim lhe falou:

“Se o imperador [Justino, predecessor de Justiniano] não acha conveniente revogar o edito que proclamou ultimamente contra os de minha religião [a saber, os arianos], é minha firme resolução promulgar um edito e vê-lo por toda parte executado com o mesmo rigor. Os que não professam a fé de Niceia são hereges para ele, e os que a professam são hereges para mim. Qualquer coisa que possa escusar ou justificar sua severidade para com os primeiros, desculpará e justificará a minha para com os últimos. Mas, o imperador — continuou o rei — não tem ao seu redor ninguém que ouse dizer franca e abertamente o que pensa, nem escutaria a quem o fizesse. Mas *a grande*

veneração que ele professa por vossa Sé não deixa dúvida de que ele vos ouviria. Portanto quero que vos dirijais imediatamente a Constantinopla e lá protesteis, em meu nome e no vosso próprio, contra as violentas medidas tomadas temerariamente por aquela corte. Está em vosso poder fazer o imperador desistir delas; e até que o tenhais feito, mais ainda, até que os católicos [este nome Teodorico aplica aos arianos] sejam restaurados ao livre exercício de sua religião e a todas as igrejas das quais foram expulsos, não deveis pensar em voltar à Itália.”^[43]

O papa que recebeu do imperador a ordem tão categórica de não pisar novamente em solo italiano enquanto não houvesse cumprido a vontade do rei, certamente não podia esperar muito progresso para nenhuma espécie de supremacia enquanto esse poder não fosse afastado do caminho.

Os sentimentos que os partidários papais abrigavam para com Teodorico podem ser avaliados com exatidão, a julgar por uma citação já feita, pela vingança que eles fizeram contra sua memória. De sua tumba imponente em Ravena arrancaram a urna em que seus súditos arianos haviam guardado suas

cinzas. Mas esses sentimentos são expressos na linguagem de Barônio, que acusa “Teodorico de haver sido um bárbaro cruel, um tirano bárbaro e um ímpio ariano.”^[44]

Enquanto os católicos sentiam assim o restrito poder de um rei ariano na Itália, sofriam violenta perseguição dos vândalos arianos na África.^[45]

Elliot diz:

“Os reis vândalos não eram somente arianos, mas também perseguidores dos católicos, tanto na Sardenha e na Córsega, sob o episcopado romano, como na África.”^[46]

Essa era a situação quando, em 533, Justiniano iniciou suas guerras contra os vândalos e os godos. Desejando contar com a influência do papa e o partido católico, publicou aquele memorável decreto que faria do papa o cabeça de todas as igrejas, e de cuja execução, em 538, marca o início da supremacia papal. E quem quer que leia a história da campanha africana (533-534) e da campanha italiana (534-538) notará que os católicos em toda parte saudaram como libertadores os soldados do

exército de Belisário, general de Justiniano.

Mas nenhum decreto como o mencionado podia entrar em vigor enquanto não fossem arrancados os chifres (poderes) arianos que a ele se opunham. Os vândalos caíram diante das armas vitoriosas de Belisário em 534; e os godos, retirando-se, deixaram-no na incontestada posse de Roma em 538.^[47]

Procópio relata que Justiniano empreendeu a guerra africana para aliviar os cristãos (católicos) daquela região, e que quando expressou seu intento a esse respeito, o prefeito do palácio quase o demoveu de seu propósito; mas teve um sonho no qual se lhe ordenou “não se esquivar à execução de seu desígnio, porque ajudando aos cristãos ele derribaria o poder dos vândalos.”^[48]

Diz Mosheim:

“É verdade que os gregos que haviam recebido os decretos do concílio de Niceia [quer dizer, os católicos], perseguiram e oprimiam os arianos onde quer que sua influência e autoridade podiam alcançar; mas por sua vez os partidários do concílio

de Niceia não eram menos rigorosamente tratados por seus adversários [os arianos], particularmente na África e na Itália, onde sentiam, de forma muito severa, o peso do poder dos arianos e a amargura de seu hostil ressentimento. Os triunfos do arianismo foram, porém, passageiros; e seus dias de prosperidade ficaram inteiramente obscurecidos quando os vândalos foram expulsos da África, e os godos da Itália, pelas armas de Justiniano.”^[49]

Elliot resume o assunto assim: “Poderia citar *três* membros da lista dada a princípio que foram desarraigados de diante do papa, a saber, os *hérulos*, sob Odoacro, os *vândalos*, e os *ostrogodos*.”^[50]

Com base no testemunho histórico citado, cremos ter ficado claramente estabelecido que os três chifres arrancados eram as potências mencionadas: os hérulos, em 493, os vândalos, em 534, e os ostrogodos finalmente em 554, embora a oposição efetiva desses últimos ao decreto de Justiniano cessou quando foram arrancados de Roma por Belisário em 538.^[51]

O chifre pequeno ia proferir “palavras contra

o Altíssimo” — Esta profecia foi infelizmente cumprida na história dos pontífices. Eles procuraram, ou pelo menos permitiram que se lhes aplicassem títulos que seriam considerados exagerados e blasfemos se fossem aplicados a um anjo de Deus.

Lucio Ferraris, em sua *Prompta Bibliotheca* referida pela *Catholic Encyclopedia* como “uma verdadeira enciclopédia de conhecimentos religiosos”, declara em um artigo onde trata do sumo pontífice, que “o papa é de tão grande dignidade e exaltado que não é um simples homem, senão como se fosse Deus, e o vigário de Deus [...]. O papa é de dignidade tão sublime e suprema que, falando com propriedade, não fora estabelecido em algum grau de dignidade, antes foi posto no mesmo cume de todas as dignidades [...]. O papa é chamado santíssimo porque, presume-se, legitimamente o que é.

“Só o papa merece ser chamado ‘santíssimo’ porque somente ele é o vigário^[52] de Cristo, manancial, fonte e plenitude de toda a santidade [...]. ‘É igualmente o monarca divino, imperador

supremo, o rei de reis' [...]. Daí que o papa porta uma coroa tríplice, como rei do céu, da terra e das regiões inferiores [...]. além disso, a superioridade e o poder do pontífice romano não se referem só às coisas celestiais, às terrenas e às que estão debaixo da terra, senão às que chegam até os anjos, pois é superior a eles [...]. De maneira que se fosse o caso de os anjos errarem na fé, ou pensassem de modo contrário à fé, poderiam ser julgados e excomungados pelo papa [...]. Porque ele tem tão grande dignidade e poder que forma com Cristo um e o mesmo tribunal [...]. O papa é como se fosse Deus na terra, só soberano dos fiéis de Cristo, principal rei de reis, que tem a plenitude do poder, a quem o Deus onipotente confiou não só a condução do terreno, como também do reino celestial [...]. O papa tem tão grande autoridade e poder que pode modificar, explicar ou interpretar ainda as leis divinas.”^[53]

Cristóvão Marcelo, na quarta-feira do quinto concílio de Latrão, numa oração dirigida ao papa, exclamou: “Tu és o pastor, tu és o médico, tu és o diretor, tu és o lavrador; finalmente é outro Deus na

terra.”^[54]

Diz *Adam Clarke*, com referência ao versículo 25:

“‘Falará como se fosse Deus.’ Assim São Jerônimo cita a Símaco. A ninguém pode isso aplicar-se tão bem e plenamente como aos papas de Roma. Eles assumiram a infalibilidade, que só pertence a Deus. Professam perdoar pecados, coisa que só pertence a Deus. Professam abrir e fechar o céu, o que só pertence a Deus. Professam ser superiores a todos os reis da terra, o que só pertence a Deus. E vão *além de Deus* ao pretenderem liberar nações inteiras de seu juramento de fidelidade aos seus reis, quando tais reis a elas não agradam. E vão *contra Deus* quando dão indulgências pelo pecado.

Esta é a pior de todas as blasfêmias.”^[55]

O chifre pequeno “magoará os santos do Altíssimo” — Requer-se pouca investigação histórica para provar que Roma, tanto nos tempos antigos como durante a Idade Média, perseguiu a igreja de Deus. Abundantes provas podem ser apresentadas para demonstrar que, antes e depois da

Reforma, as guerras, as cruzadas, as matanças, as inquisições e perseguições de todas as classes foram os métodos adotados para obrigar a todos a submeter-se ao jugo romano.

Comentando a profecia do chifre pequeno em *Notes on Daniel*, sobre 7:25, Albert Barnes diz:

“Pode alguém duvidar que isto é verdade com referência ao papado? A inquisição, as perseguições aos valdenses, os massacres do duque de Alba, as fogueiras de *Smithfield*, as torturas em Goa; em verdade toda a história do papado pode ser invocada para provar que essa declaração se aplica à referida potência. Se houve alguma coisa que procurou quebrantar ‘os santos do Altíssimo’, que os teria riscado da Terra para que a religião evangélica se extinguísse, foram as perseguições do poder papal. Em 1208 o papa Inocência III proclamou uma cruzada contra os valdenses e os albigenses, na qual um milhão de homens pereceram. Desde a fundação da ordem dos jesuítas, em 1540, até 1580, foram mortas novecentas mil pessoas. A inquisição levou à morte cerca de cento e cinquenta mil pessoas em trinta anos. Nos Países Baixos, cinquenta mil pessoas foram enforcadas, decapitadas, queimadas e

enterradas vivas, pelo crime de heresia, no período de trinta e oito anos, desde o edito de Carlos V contra os protestantes até a paz de *Cateau Cambresis* em 1559. No espaço de cinco anos e meio, dezoito mil foram entregues ao carrasco, durante a administração do duque de Alba. Na verdade, o menor conhecimento da história do papado convencerá a qualquer um de que as afirmações ‘fazia guerra contra os santos’ (v. 21) e ‘magoará os santos do Altíssimo (v. 25), se aplicam estritamente a essa potência e com exatidão descrevem sua história.”^[56]

Estes fatos ficam confirmados pelo testemunho de Guilherme E. Lecky, onde declara:

“Que a igreja de Roma tenha derramado mais sangue inocente que qualquer outra instituição que já existiu entre a humanidade, é algo que nenhum protestante que tenha um conhecimento completo da história porá em dúvida. Na verdade os elementos que poderiam lembrar muitas de suas perseguições escasseiam agora de tal maneira que é impossível formar-se um completo da multidão de suas vítimas. É igualmente certo que não há faculdades da

imaginação que possam compreender adequadamente seus sofrimentos [...]. Estas atrocidades não foram executadas em breves espasmos de um reinado de terror, nem por mão de correligionários obscuros, mas impostas por uma igreja triunfante, com toda a circunstância de solenidade e deliberação.”^[57]

E em nada muda o assunto porque em numerosos casos as vítimas foram entregues às autoridades civis. A igreja era a que decidia em questões de heresia, entregando em seguida os ofensores ao tribunal secular. Mas o poder secular naqueles dias de perseguição não era senão um instrumento nas mãos da igreja e sob seu controle, para executar suas ordens. Quando a igreja entregava seus prisioneiros aos carrascos para que os executassem, pronunciava a seguinte fórmula: “Deixamos-te e te entregamos ao braço secular e ao poder do tribunal secular; mas ao mesmo tempo rogamos ardentemente a esse tribunal que modere sua sentença para não tocar no teu sangue nem pôr tua vida em perigo.”^[58] Então, como realmente se

pretendia, as infortunadas vítimas do ódio papal eram imediatamente executadas.

O testemunho de *Lapicier* é muito oportuno a respeito:

“O poder civil pode castigar unicamente o delito de incredulidade na forma e grau em que esse delito foi revelado judicialmente por pessoas eclesiásticas, versadas na doutrina da fé. Mas a igreja ao tomar para si o conhecimento do delito de incredulidade, pode por si mesma decretar a sentença de morte, embora não executá-la; mas confia em sua execução ao braço secular.”^[59]

Mas as falsas declarações de alguns católicos, de que a igreja nunca matou os dissidentes, foram plenamente negadas por um dos seus próprios escritores autorizados, o cardeal Belarmino, que nasceu na Toscana em 1542, e que, após sua morte em 1621, esteve a ponto de ser colocado entre os santos do calendário pelos grandes serviços que prestou à igreja. Esse homem, em certa ocasião, no calor de uma discussão, traiu-se a ponto de admitir os fatos reais do caso. Tendo Lutero dito que a igreja (querendo dizer a igreja verdadeira) jamais

queimou hereges, Belarmino, entendendo-a como a igreja católica romana, respondeu: “Este argumento prova, não o sentimento, mas a ignorância ou impudência de Lutero; pois, visto que em número quase infinito ou foram queimados ou mortos de outra maneira, resulta que, ou Lutero não o sabia, e portanto era ignorante; ou se o sabia torna-se convicto de cinismo e mentira, pois o fato de que foram frequentemente queimados hereges *pela igreja*, pode ser provado com muitos exemplos.”^[60]

Alfredo Baurillart, reitor do Instituto Católico de Paris, referindo-se à atitude diante da heresia, observa:

“Quando está diante da heresia, não se contenta com a persuasão; parecem-lhe insuficientes os argumentos de ordem intelectual e moral, e recorre à força, ao castigo corporal e à tortura. Cria tribunais como os da Inquisição, invoca a ajuda das leis do Estado; se necessário estimula uma cruzada, ou uma guerra religiosa, e na prática todo seu ‘horror de sangue’ culmina em sua convocação do poder secular para derramá-lo, procedimento que é quase

mais odioso, porque é menos franco que o de derramá-lo ela mesma. Operou assim especialmente no século XVI com relação aos protestantes. Não se conformou em reformá-los moralmente, ensinar-lhes pelo exemplo, converter o povo através de missionários eloquentes e santos, e acendeu na Itália, nos Países Baixos, e sobretudo na Espanha, as fúnebres fogueiras da Inquisição. Na França sob Francisco I e Henrique II, na Inglaterra sob Mary Tudor, torturou os hereges, enquanto que tanto na França como na Alemanha, durante a segunda metade do século XVI, e a primeira metade do XVII, se não as incitou em realidade, pelo menos estimulou e fomentou ativamente as guerras religiosas.”^[61]

Em uma carta do papa Martin V (1417-1431), encontram-se as seguintes instruções dirigidas ao rei da Polônia:

“Sabei que o interesse da Santa Sé, e os de vossa coroa, vos impõe o dever de exterminar os hussitas^[62]. Lembrai que estes ímpios se atrevem a proclamar princípios de igualdade; sustentam que

todos os cristãos são irmãos, e que Deus não deu a homens privilegiados o direito de governar as nações; sustentam que Cristo veio à Terra para abolir a escravatura; chamam o povo a ser livre, quer dizer, a aniquilar os reis e sacerdotes. Portanto, enquanto ainda há tempo, dirigi vossas forças contra a Boêmia; matai, fazei desertos por toda parte; porque nada poderia ser mais agradável a Deus, nem mais útil à causa dos reis, que o extermínio dos hussitas.”^[63]

Tudo isso estava em harmonia com os ensinamentos da igreja. A heresia não devia ser tolerada, senão destruída.

A Roma pagã perseguiu sem tréguas a igreja cristã, e calcula-se que *três milhões* de cristãos pereceram nos três primeiros séculos da era cristã. Entretanto, diz-se que os cristãos primitivos oravam para que Roma imperial permanecesse, pois sabiam que, quando cessasse aquela forma de governo, outro poder muito pior se levantaria, que literalmente, como esta profecia declara, haveria de “destruir os santos do Altíssimo”. A Roma pagã podia matar os meninos, mas perdoava as mães; mas

a Roma papal matava juntamente as mães e os meninos. Nem idade, sexo ou condição protegiam alguém de sua ira implacável.

O chifre pequeno cuidaria em “mudar os tempos e a lei” — Que lei? Não a lei de outros governos terrenos; porque não era de estranhar que uma potência mudasse as leis de outra, sempre que conseguisse pôr esse governo sob seu domínio. Não era lei humana, porque o chifre pequeno tinha poder de mudar as leis humanas até onde se estendia sua jurisdição; mas os tempos e a lei aqui mencionados eram de tal natureza que esta potência podia somente *pensar* em mudá-los, sem ter o poder de fazer realmente a mudança. É a lei do mesmo *Ser* a quem pertencem os santos que são aniquilados por esse poder, a saber, a lei do Altíssimo.

E o papado tentou fazer isso? Sim, até isso. Acrescentou o segundo mandamento do decálogo ao primeiro, tornando-os um só, e dividiu o décimo em dois, fazendo que o nono proíba cobiçar a esposa do próximo, e o décimo a propriedade do próximo, para conservar o número completo de dez. Embora todas as palavras do segundo mandamento se

conservem na Bíblia católica e no catecismo romano autorizado pelo Concílio de Trento, encontram-se em ambos os lugares aprimoradas explicações no sentido de que, exceto as do próprio Deus, sua confecção e emprego não ficam proibidos pelo mandamento quando se empregam somente para venerar as virtudes dos santos, e não para adorá-los como deuses, que é o que proíbe expressamente o mandamento. Aplica-se também o mesmo princípio às cinzas, aos ossos e outras relíquias dos santos, e as representações dos anjos.

Alguns autores católicos têm muito a dizer para justificar sua igreja no uso das imagens em seu culto; e nos falam sobretudo da utilidade delas “para ensinar ao povo as grandes verdades da religião”. Mas a realidade das coisas é que no culto católico o papel que desempenham as imagens não se limita à fase didática. Tributam-lhes veneração, e o povo se inclina a elas e as honram, coisas que são impedidas, pois a proibição de fazer imagens se aplica quando destinadas a fins de culto, e não, logicamente, quando só os têm de ensino.

E quanto ao quarto mandamento, que é o terceiro na ordem mudada, o catecismo de mais

autoridade na igreja católica romana conserva todo o mandamento e insiste que é um privilégio e dever sagrado observar escrupulosamente o dia de descanso na vida pessoal e no culto público. No entanto, declara que o dia particular para se repousar estava relacionado com os ritos cerimoniais dos judeus, e juntamente com eles foi eliminado em Cristo; e logo dá razões pelas quais o dia de descanso deve ser observado no primeiro dia da semana, chamado domingo.

“Um tempo, tempos e metade de um tempo” — O pronome “eles” relacionado com esta frase, abrange os santos, os tempos e a lei acima referidos. Por quanto tempo haveriam de ser entregues nas mãos dessa potência? Um tempo, como vimos em Daniel 4:23, é um ano; dois tempos, o mínimo que poderia ser denotado pelo plural, dois anos; e a metade de um tempo é meio ano. Temos assim três anos e meio como duração dessa potência. O vocábulo caldeu traduzido por “tempo” no texto que consideramos é *iddan*, que Gesênio define como tempo e acrescenta: “Empregado em linguagem profética para designar um *ano*”. Daniel 7:25. ^[64]

É preciso considerar que estamos estudando uma profecia simbólica, e por isso esta medida de tempo não é literal, mas simbólica. Surge então a pergunta: Qual é a duração do período denotado por três anos e meio de tempo profético? A norma dada na Bíblia é que quando um dia se usa como símbolo, representa um ano. (Ezequiel 4:6; Números 14:34).

Quanto à palavra hebraica *yom*, que significa dia, Gesênio observa o seguinte, referindo-se ao seu plural: “Às vezes *yamin* indica um prazo definido de tempo; por exemplo, um ano; como também em siríaco e caldeu, *iddan* significa tanto tempo como ano. E como na língua vernácula, várias palavras que significam tempo, peso e medida, são de igual modo empregadas para significar tempos, pesos e medidas específicos.”

O ano judaico ordinário, que se deve empregar como base de cálculo, continha trezentos e sessenta dias. Três anos e meio continham mil, duzentos e sessenta dias. Como cada dia representa um ano, temos que a duração da supremacia desse chifre é de mil, duzentos e sessenta anos. Possuiu o papado domínio nesse período? A resposta é sim. O edito do imperador Justiniano, datado de 533, fazia o bispo

de Roma cabeça de todas as igrejas. Mas esse edito não pôde entrar em vigor antes que os ostrogodos arianos, o último dos três chifres que deveriam ser arrancados para dar lugar ao papado, fossem expulsos de Roma; e isso não se realizou, como já foi mostrado, antes de 538. O edito não teria tido efeito se este último acontecimento não tivesse ocorrido; por isso temos de contar do ano 538, pois foi a partir deste ponto que em realidade os santos estiveram nas mãos dessa potência. Porém, exerceu o papado a supremacia durante mil, duzentos e sessenta anos a partir daquela data? Exatamente. Porque $538+1260 = 1798$; e no ano de 1798 o general *Berthier*, comandando um exército francês, entrou em Roma, proclamou a República, aprisionou o papa e por um tempo aboliu o papado, que desde essa data jamais voltou a usufruir os privilégios e imunidades que antes possuía. Assim, outra vez essa potência cumpre ao pé da letra as especificações da profecia, o que prova inquestionavelmente a exatidão da aplicação.

O Juiz Se assentou — Após a descrição da espantosa carreira do chifre pequeno e a afirmação

de que os santos serão entregues na sua mão por mil, duzentos e sessenta anos, o que nos leva até 1798, o versículo 26 declara: “Mas depois se assentará o tribunal para lhe tirar o domínio, para o destruir e o consumir até o fim.” No versículo 10 do mesmo capítulo encontramos essencialmente a mesma expressão acerca do juízo: “Assentou-se o tribunal [ou, noutras versões, “Assentou-se o juízo” ou “O Juiz Se assentou”]. Parece apropriado supor que em ambos os casos faz referência ao mesmo julgamento. Mas a cena sublime descrita no versículo 10 é a abertura do juízo investigativo no santuário celestial, como se verá nas observações referentes a Daniel 8:14 e 9:25-27. A profecia situa esta cena de abertura do juízo no fim do período profético de dois mil e trezentos anos, que terminou em 1844. (Ver os comentários a Daniel 9:25-27).

Quatro anos depois disso, em 1848, a grande revolução que abalou tantos tronos da Europa também expulsou o papa de seus domínios. Sua restauração, efetuada pouco depois, o foi pela força de baionetas estrangeiras, que o mantiveram até ele sofrer, em 1870, a perda final de seu poder temporal. A queda do papado em 1798 assinalou a

conclusão do período profético de mil, duzentos e sessenta anos, e constituiu a “ferida mortal” profetizada em Apocalipse 13:3, como havendo de sobrevir a essa potência; mas sua ferida mortal seria “curada”.

A cura da ferida mortal — Em 1800 foi eleito outro papa; seu palácio e domínio temporal lhe foram restituídos, e como diz Jorge Croly, célebre comentador britânico, recuperou toda prerrogativa, exceto a de ser perseguidor sistemático, porque a “ferida mortal” começava a curar-se.

Versículos 27 e 28 — *“E o reino, e o domínio, e a majestade dos reinos debaixo de todo o céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo; o seu reino será um reino eterno, e todos os domínios o servirão e lhe obedecerão. Aqui findou a visão. Quanto a mim, Daniel, os meus pensamentos muito me espantavam, e mudou-se em mim o meu semblante; mas guardei essas coisas no meu coração.”*

Depois de contemplar o quadro sombrio e desolador da opressão papal sobre a igreja, o profeta pôde mais uma vez volver o olhar para o glorioso

período de descanso dos santos, quando receberão o reino, em possessão eterna, livres de todo poder opressivo. Como poderiam os filhos de Deus manter-se animados neste perverso mundo atual, em meio aos exageros e a opressão dos governos da Terra e às abominações que nela se cometem, se não pudessem olhar à frente, para o reino de Deus e a volta de seu Senhor, com plena certeza de que as promessas concernentes a ambos se cumprirão, com segurança e rapidez?

Nota — Alguns assombrosos acontecimentos relacionados com o papado, cumprindo as profecias expressas neste capítulo acerca desse poder, ocorreram dentro de alguns anos da época atual. No início de 1798, quando foi desferido o primeiro grande golpe sobre o papismo, quais têm sido as grandes características da história? Resposta: A rápida deserção de seus naturais apoiadores e maiores encargos do próprio papismo. Em 1844, o juízo referido no versículo 10 começou a assentar-se; a saber, o juízo investigativo, no santuário celestial, preparatório da vinda de Cristo. Em 8 de dezembro de 1854, foi decretado pelo papa o dogma da Imaculada Conceição. Em 21 de julho de

1870, no grande Concílio Ecumênico reunido em Roma, foi deliberadamente declarado, por 538 votos a 2, que o papa era infalível. No mesmo ano a França, por cujas baionetas o papa era mantido no trono, foi esmagada pela Prússia, e o último apoio foi tirado de sob o papado. Então Vitor Emanuel, vendo sua oportunidade de realizar seu sonho longamente acariciado de uma Itália unida, tomou Roma e a fez capital do seu reino. Às suas tropas, comandadas pelo General Cadorna, Roma se entregou em 20 de setembro de 1870. O poder temporal do papa foi assim inteiramente retirado para nunca mais, no dizer de Vítor Emanuel, ser restaurado, e desde aquele tempo, os papas, encerrando-se no Vaticano, declararam-se “prisioneiros.” Por causa das grandiosas palavras que o chifre proferia, Daniel viu a besta destruída, e dada à chama ardente. Esta destruição deve ocorrer na segunda vinda de Cristo e por meio desse evento; pois o homem do pecado deve ser consumido pelo Espírito da boca de Cristo, e destruído pelo esplendor de Sua vinda. 2 Tessalonicenses 2:8. Que palavras poderiam ser mais arrogantes, presunçosas, blasfemas ou insultuosas aos altos céus do que a

deliberada adoção do dogma da infalibilidade, revestindo assim um homem mortal de uma prerrogativa da Divindade?

E isso foi realizado por meio de intriga e influência papal, em 21 de julho de 1870. Seguindo-se em rápida sucessão, o último vestígio do poder temporal foi destronado do seu suporte. Foi por causa destas palavras, e como se em quase imediata conexão com elas, que o profeta viu este poder dado à chama destruidora. Seu domínio deveria ser consumido até o fim, implicando que quando seu poder como governante civil fosse inteiramente destruído, o fim não estaria longe. E o profeta imediatamente acrescenta: “O reino e o domínio, e a majestade dos reinos debaixo de todo o céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo.” Tudo nesta linha profética agora está completamente cumprido, exceto a cena final. Vem, a seguir, o último e coroador ato do drama, quando a besta será lançada às chamas destruidoras, e os santos do Altíssimo tomarão o reino.

Devemos estar, agora, precisamente no limiar deste glorioso acontecimento.

Lições da ascensão e queda dos impérios —

“Honrado pelos homens com as responsabilidades de Estado e os segredos de reinos que tinham alcance universal, Daniel foi honrado por Deus como Seu embaixador, sendo-lhe dadas muitas revelações dos mistérios dos séculos por vir. Suas maravilhosas profecias, tais como registradas por ele nos capítulos sete a doze do livro que traz o seu nome, não foram inteiramente compreendidas mesmo pelo próprio profeta; mas antes que findassem os labores de sua vida, foi-lhe dada a abençoada certeza de que ‘no fim dos dias,’ isto é, na conclusão do período da história deste mundo, ser-lhe-ia permitido outra vez estar na sua posição e lugar [...] As profecias que o grande EU SOU tem dado em Sua Palavra, unindo elo com elo na cadeia dos acontecimentos, da eternidade no passado à eternidade no futuro, dizem-nos onde estamos hoje na sucessão dos séculos, e o que se pode esperar no tempo por vir. Tudo o que a profecia tem predito que haveria de acontecer, até o presente, tem tomado lugar nas paginas da História, e podemos estar certos de que tudo quanto ainda esta por suceder será cumprido no seu devido tempo [...] A cada nação que tem surgido no cenário da ação tem

sido permitido ocupar o seu lugar na Terra, para que seja comprovado o fato de que ela cumpriu ou não os propósitos do Santo e Vigia. A profecia traçou o surgimento e progresso dos grandes impérios mundiais: Babilônia, Medo-Pérsia, Grécia e Roma. Com cada uma delas, bem como as nações de menos poder, a história tem-se repetido. Cada uma tem tido o seu período de prova; cada uma tem falhado, sua glória fenecido e passado seu poder [...]

Do surgimento e queda das nações conforme expostos nos livros de Daniel e Apocalipse, precisamos aprender quão sem valor é a glória meramente terrena e externa. Babilônia, com todo o seu poder e magnificência, como nosso mundo jamais contemplou igual — poder e magnificência que ao povo daquele tempo pareciam estáveis e permanentes — quão completamente passou! ‘Como a flor da erva’ (Tiago 1:10), pereceu. Assim pereceu o reino do Império Medo-Pérsico, e os reinos da Grécia e de Roma. E assim desaparece tudo o que não tem a Deus por fundamento. Apenas o que está vinculado ao Seu propósito, e expressa Seu caráter, pode perdurar. Seus princípios são a única coisa firme que o nosso mundo conhece. Um

cuidadoso estudo da operação do propósito de Deus na história das nações e na revelação das coisas por acontecer, nos ajudará a estimar no seu verdadeiro valor as coisas visíveis e as invisíveis, e a aprender o que é o verdadeiro alvo da vida. Assim, considerando os acontecimentos do tempo à luz da eternidade, podemos, como Daniel e seus companheiros, viver pelo que é verdadeiro, nobre e perdurável. E aprendendo nesta vida os princípios do reino de nosso Senhor e Salvador, esse abençoado reino que deve durar para todo o sempre, podemos estar preparados em Sua vinda para com ele entrar em sua posse.”^[65]

A visão simbólica do carneiro, do bode e do chifre pequeno

Daniel, capítulo 8

“Mais uma vez nos volvemos” — diz Adam Clarke — “ao hebraico, pois a parte caldeia do livro terminou. Como os caldeus tinham particular interesse na história e nas profecias desde Daniel 2:4 até o fim do capítulo 7, essa parte do livro foi escrita em caldeu; mas como as profecias restantes se referem a tempos posteriores à monarquia caldeia e se relacionam principalmente com a igreja e o povo de Deus em geral, estão escritas em hebraico, a língua na qual Deus quis revelar todos os conselhos que deu no Antigo Testamento com relação ao Novo.”^[66]

Versículo 1 — “*No ano terceiro do reinado do rei Belsazar eu, Daniel, tive uma visão depois daquela que eu tivera a princípio.*”

Uma característica evidente dos escritos sagrados, que deve protegê-los para sempre da acusação de serem obras de ficção, é a franqueza e

liberdade com que os escritores apresentam todas as circunstâncias relacionadas com o que eles registram. Este primeiro versículo indica o tempo em que a visão registrada neste capítulo foi dada a Daniel. O primeiro ano de Belsazar era 540 a.C. Seu terceiro ano, em que foi dada esta visão, tinha de ser, portanto, o ano 538 a.C., quando Daniel era de aproximadamente 80 anos, visto que tinha provavelmente cerca de vinte anos quando foi levado para Babilônia no primeiro ano de Nabucodonosor, em 606 a.C. A visão a que se refere como a que “tivera a princípio” é, sem dúvida, a visão do capítulo 7, que ele teve no primeiro ano do reinado de Belsazar.

Versículo 2 — *“E vi na visão (acontecendo, quando vi, que eu estava na cidadela de Susã, na província de Elão), vi, pois, na visão, que eu estava junto ao rio Ulai.”*

Como o versículo um indica o tempo em que foi dada a visão, o versículo dois indica o lugar onde o profeta recebeu a revelação. Susã era a metrópole da província de Elão, nesse tempo em mãos dos babilônios, e o rei de Babilônia tinha ali um palácio real. Como ministro de estado empregado nos

negócios do rei, Daniel estava nesse lugar. *Abrádates*, vice-rei de Susã, passou-se para o lado de Ciro e a província ficou unida aos medos e persas, de sorte que, de acordo com a profecia de Isaías 21:2, Elão subiu com os medos para sitiar Babilônia. Debaixo da proteção dos persas, Elão recuperou as liberdades que os babilônios lhe haviam tirado, conforme a profecia de Jeremias 49:39.

Versículos 3 e 4 — *“E levantei os meus olhos e vi, e eis que um carneiro estava diante do rio, o qual tinha duas pontas; e as duas pontas eram altas, mas uma era mais alta do que a outra; e a mais alta subiu por último. Vi que o carneiro dava chifradas para o ocidente, e para o norte, e para o meio-dia; e nenhuns animais podiam estar diante dele, nem havia quem pudesse livrar-se da sua mão; e ele fazia conforme a sua vontade e se engrandecia.”*

Os reinos da Média e da Pérsia — No versículo 20 nos é dada, em linguagem simples, uma interpretação deste símbolo: “Aquele carneiro que viste com dois chifres são os reis da Média e da

Pérsia.” Só nos falta considerar quão bem o símbolo corresponde ao império em questão. Os dois chifres representavam as duas nacionalidades que constituíam o império. O mais alto subiu por último. Este representava a Pérsia, que a princípio era simples aliada dos medos, mas depois veio a ser a divisão principal do império. As diferentes direções em que o carneiro foi visto a dar chifradas significam as direções em que os medos e os persas estenderam suas conquistas. Nenhum império terrestre conseguiu frear a marcha para a posição a que os persas foram chamados pela providência de Deus. Conseguiram tal sucesso em suas conquistas, que nos dias de Assuero (Ester 1:1), o reino medo-persa se estendia da Índia à Etiópia — as extremidades do mundo então conhecido, tendo mais de 127 províncias. A profecia é plenamente confirmada pela história, quando simplesmente diz que este império “fazia segundo a sua vontade, e assim se engrandecia.”

Versículos 5-7 — “*E, estando eu considerando, eis que um bode vinha do ocidente sobre toda a terra, mas sem tocar no chão; e aquele bode tinha uma ponta notável entre os olhos; dirigiu-se ao*

carneiro que tinha as duas pontas, ao qual eu tinha visto diante do rio; e correu contra ele com todo o ímpeto da sua força. E o vi chegar perto do carneiro, irritar-se contra ele; e feriu o carneiro e lhe quebrou as duas pontas, pois não havia força no carneiro para parar diante dele; e o lançou por terra e o pisou aos pés; não houve quem pudesse livrar o carneiro da sua mão.”

O reino da Grécia — “Estando eu observando”, diz o profeta. Podemos encontrar aqui um exemplo para todos os que amam a verdade e todos os que apreciam as coisas espirituais. Quando Moisés viu a sarça ardente, disse “Irei para lá, e verei essa grande maravilha.” Mas muito poucos estão dispostos agora a afastar-se de sua busca de negócios ou prazeres, para considerar os importantes temas que Deus procura apresentar à sua atenção.

O símbolo aqui introduzido é também explicado pelo anjo a Daniel. “Mas o bode peludo é o rei [ou reino, império] da Grécia.” Quanto à correspondência deste símbolo com o povo grego ou macedônio, Thomas Newton observa que os macedônios “cerca de duzentos anos antes do tempo

de Daniel, eram chamados *Egedas*, o povo das cabras.” A origem deste nome, ele explica, segundo autores pagãos, como segue:

“Carano, seu primeiro rei, indo com uma grande multidão de gregos buscar novas habitações na Macedônia, foi aconselhado por um oráculo a levar as cabras como seus guias para estabelecer domínio. Depois disso, ao ver um rebanho de cabras fugindo de violenta tempestade, seguiu-o até Edessa e ali fixou a sede do seu império. Fez as cabras suas insígnias ou estandartes e chamou a cidade *Egea*, ou a cidade das cabras, e o povo *Egedas*, ou o povo das cabras [...]. A cidade de Egea foi o lugar escolhido para sepultamento dos reis macedônios. Também é muito notável que o filho de Alexandre com Roxana foi chamado de Alexandre *Egos*, ou o filho do bode. Alguns dos sucessores de Alexandre são representados em suas moedas com chifres de cabras.”^[67]

O bode vinha do Ocidente. A Grécia ficava a oeste da Pérsia. “Sobre toda a terra.” Cobria toda a terra ao passar, isto é, varria tudo o que havia diante dele; nada poupava.

O bode vinha “sem tocar no chão”. Tal era a agilidade de seus movimentos, que parecia voar de um a outro ponto com a rapidez do vento. A mesma característica é indicada na visão de Daniel 7 pelas quatro asas do leopardo, que representa a mesma nação.

Alexandre era o “chifre notável” — O chifre notável entre os olhos é explicado no versículo 21 como sendo o primeiro rei do império macedônico. Esse rei foi Alexandre Magno.

Os versículos 6 e 7 dão um breve relato da derrubada do império persa por Alexandre. As lutas entre os gregos e os persas foram excessivamente furiosas e algumas das cenas registradas na história são vividamente lembradas pela figura empregada na profecia: um carneiro de pé junto ao rio e o bode correndo contra ele com todo o seu furioso poder. Alexandre derrotou primeiramente os generais de Dario no rio Grânico, na Frígia. Em seguida ele atacou e derrotou Dario nos desfiladeiros de Issus, na Cilícia, e mais tarde o derrotou nas planícies de Arbela, na Síria. Esta última batalha ocorreu em 331 a.C. e assinalou a queda do império persa.

Graças a ela, Alexandre tornou-se completamente senhor do país.

Tomás Newton cita o versículo 6: “Dirigiu-se [o bode] ao carneiro que tinha os dois chifres, ao qual eu tinha visto diante do rio; e correu para ele com todo o seu furioso poder.” E acrescenta: “Difícilmente alguém consegue ler estas palavras sem formar certa imagem do exército de Dario de pé, guardando o rio Grânico, e de Alexandre do outro lado com suas forças que se precipitam, cruzam a nado a corrente e atacam o inimigo com todo o fogo e a fúria imagináveis.”^[68]

Ptolomeu situa o reinado de Alexandre em 332 a.C. Mas foi só na batalha de Arbelas, no ano seguinte, que ele se tornou “senhor absoluto daquele império até a máxima extensão jamais possuída pelos reis persas.”^[69]

Na véspera dessa batalha, Dario enviou dez de seus principais familiares em busca de paz. Ao apresentarem suas condições a Alexandre, este replicou: “Dizei ao vosso soberano [...] que o mundo não permitirá dois sóis nem dois

soberanos!”^[70]

A linguagem do versículo 7 expõe a totalidade da sujeição do Império Medo-Pérsico a Alexandre. Os dois chifres foram quebrados e o carneiro foi lançado ao chão e pisado. A Pérsia foi subjugada, o país devastado, seus exércitos despedaçados e espalhados, suas cidades pilhadas e a cidade real de Persépolis, a capital do império, foi saqueada e queimada. Suas ruínas constituem ainda hoje uma das maravilhas do mundo. Assim o carneiro não teve poder para resistir ao bode e não houve ninguém que pudesse livrá-lo de sua mão.

Versículo 8 — *“E o bode se engrandeceu em grande maneira; mas, estando na sua maior força, aquela grande ponta foi quebrada; e subiram no seu lugar quatro também notáveis, para os quatro ventos do céu.”*

O grande chifre quebrado — O vencedor sempre é maior que o vencido. O carneiro, a Medo-Pérsia, tornara-se grande; o bode, a Grécia, tornou-se muito grande. E estando forte, o grande chifre foi quebrado. A previsão e a especulação humanas teriam dito: Quando o seu reino estiver enfraquecido

pela rebelião, ou debilitado pelo luxo, então o chifre será quebrado e o reino abatido. Mas Daniel o viu quebrado no máximo de sua força, e no auge de seu poder, quando todo espectador teria exclamado: Certamente o reino está estabelecido e nada poderá derrubá-lo. Isso frequentemente ocorre com os ímpios. O chifre de sua fortaleza se quebra quando o consideram mais firme. Diz a Escritura: “Aquele, pois, que pensa estar em pé veja que não caia” (1 Coríntios 10:12).

Surgem quatro chifres notáveis — Depois da morte de Alexandre surgiram entre seus generais muitas disputas pela sucessão. Depois de sete dias de contenda, concordaram que seu irmão natural, Filipe Arideu, fosse proclamado rei. Ele e os dois meninos filhos de Alexandre, Alexandre Egos e Hércules, sustentaram por um tempo o nome e a aparência do Império Macedônico. Mas todas essas pessoas foram logo assassinadas e extinguiu-se a família de Alexandre. Então os principais comandantes do exército, que tinham ido a diferentes partes do império como governadores das províncias, assumiram o título de reis. Começaram em seguida a

fazer uniões e guerras um contra o outro a tal ponto que, no curto espaço de quinze anos depois da morte de Alexandre, o número foi reduzido a quatro, precisamente o número que a profecia tinha especificado.

Quatro chifres notáveis haveriam de surgir em direção aos quatro cantos do céu em lugar do chifre grande que foi quebrado. Esses foram: Cassandro, que ficou com a Grécia e os países vizinhos; Lisímaco, a quem coube a Ásia Menor; Seleuco, que recebeu a Síria e a Babilônia e de quem procede a linhagem de reis conhecida como os selêucidas, tão famosos na história; e Ptolomeu, filho de Lagos, a quem coube o Egito, e de quem surgiram os “lágidas”. Estes reinaram nos quatro pontos cardeais. Cassandro, na parte ocidental; Lisímaco, com a região setentrional; Seleuco dominou os países orientais e Ptolomeu ficou com a parte meridional do império. Estes quatro chifres podem, pois, ser denominados Macedônia, Trácia (que então incluía a Ásia Menor e as partes que ficavam no Helesponto e no Bósforo), Síria e Egito.

Versículos 9-12 — *“E de uma delas saiu uma ponta mui pequena, a qual cresceu muito para o*

meio-dia, e para o oriente, e para a terra formosa. E se engrandeceu até ao exército dos céus; e a alguns do exército e das estrelas deitou por terra e os pisou. E se engrandeceu até ao príncipe do exército; e por ele foi tirado o contínuo sacrifício, e o lugar do seu santuário foi lançado por terra. E o exército lhe foi entregue, com o sacrifício contínuo, por causa das transgressões; e lançou a verdade por terra; fez isso e prosperou.”

Surge um chifre pequeno — Um terceiro império é aqui introduzido na profecia. Na explicação que o anjo deu a Daniel, este símbolo não é descrito em linguagem tão clara como ocorreu com a descrição do Império Medo-Pérsico e da Grécia.

Há duas aplicações principais dos símbolos em consideração, que são tudo o que se precisa notar nestes breves comentários. A primeira é que o “chifre pequeno” representa o rei sírio Antíoco Epífanes. A segunda indica o poder romano. É fácil provar os argumentos dessas duas posições.

Antíoco significa o chifre pequeno — Se Antíoco Epífanes não cumpre as especificações da

profecia, o símbolo não pode ser aplicado a ele. O chifre pequeno saiu de um dos quatro chifres do bode. Era, portanto, um império que teria existência distinta da de qualquer dos chifres do bode. Foi Antíoco esse império?

Quem foi Antíoco? Desde o tempo em que Seleuco se fez rei sobre a porção síria do império de Alexandre, constituindo-se assim o chifre sírio do bode, até o país ser conquistado pelos romanos, reinaram em sequência, vinte e seis reis sobre esse território. O oitavo desses foi Antíoco Epífanes. Este era, pois, simplesmente um dos vinte e seis reis que constituíram o chifre sírio do bode. Foi, portanto, esse chifre enquanto reinou. Por isso ele não podia ser ao mesmo tempo um império separado e independente, nem outro chifre notável como foi o chifre pequeno.

Se fosse apropriado aplicar o símbolo da ponta pequena a qualquer dos vinte e seis reis sírios, teria certamente de aplicar-se ao mais poderoso e ilustre de todos. Mas Antíoco Epífanes de maneira nenhuma foi o rei mais poderoso da linhagem síria. Embora recebesse o nome de Epífanes, isto é, “o ilustre”, ele só foi ilustre no nome. “Nada”, diz

Prideaux, baseado na autoridade de Políbio, Lívio e Deodoro da Sicília, “nada pode ser mais alheio ao seu verdadeiro caráter”. Por causa de sua vil e extravagante loucura, alguns crendo que ele era um louco, mudaram seu nome de Epífanês, “o ilustre”, para Epímanês, “o louco”.^[71]

Antíoco, o Grande, pai de Epífanês, depois de ser terrivelmente derrotado numa guerra que travou com os romanos, só pôde obter a paz pelo pagamento de prodigiosa soma de dinheiro e da entrega de uma parte de seu território. Como penhor de que fielmente cumpriria as condições do tratado, foi obrigado a dar reféns, entre os quais estava Epífanês, seu filho, que foi levado para Roma. Desde então os romanos mesmo conservaram o ascendente.

O chifre pequeno cresceu sobremaneira. Mas tal não sucedeu com Antíoco. Ao contrário, não ampliou seu domínio, exceto por algumas conquistas temporárias no Egito, que imediatamente diminuíram quando os romanos tomaram a parte de Ptolomeu e *ordenaram* que ele desistisse de seus intentos naquela região. A fúria de sua decepcionada

ambição, ele a verteu sobre os inofensivos judeus.

O chifre pequeno, em comparação com os impérios que o precederam, cresceu muito. A Pérsia é simplesmente chamada grande, embora reinasse sobre cento e vinte e sete províncias. (Ester 1:1). A Grécia, sendo ainda mais extensa, é chamada muito grande. Agora o chifre pequeno, que se tornou excessivamente grande, tem de ultrapassar a ambos. É absurdo, pois, aplicar isto à Antíoco, que foi obrigado a abandonar o Egito sob a ordem ditatorial dos romanos! Não é preciso muito tempo para decidir a questão de qual foi o maior poder: o que evacuou o Egito, ou o que ordenou a evacuação.

O chifre pequeno havia de opor-se ao Príncipe dos príncipes, expressão que aqui significa, sem contestação, Jesus Cristo. (Daniel 9:25; Atos 3:15; Apocalipse 1:5). Mas Antíoco morreu 164 anos antes de nascer nosso Senhor. A profecia não pode, portanto aplicar-se a ele, pois não cumpre as especificações em um único detalhe. Por que motivo alguém iria aplicá-la a Antíoco? Respondemos: os romanistas aceitam esta interpretação para evitar a aplicação da profecia a eles mesmos. E muitos protestantes os seguem, para se oporem ao ensino

de que a segunda vinda de Cristo está às portas.

O chifre pequeno representa Roma — Tem sido fácil demonstrar que o chifre pequeno não representa Antíoco. Será igualmente fácil demonstrar que simboliza Roma.

O campo da visão aqui é substancialmente o mesmo que o abrangido pela imagem de Nabucodonosor, de Daniel 2, e a visão de Daniel 7. Em ambos os esboços proféticos encontramos que o reino que sucedeu a Grécia como o quarto grande império foi Roma. A única dedução natural seria que o chifre pequeno, o império que nesta visão sucede a Grécia como extraordinariamente grande, é também Roma.

O chifre pequeno sai de um dos chifres do bode. Como se pode dizer isso de Roma?, perguntará alguém. É desnecessário lembrar que governos terrenos não são apresentados na profecia enquanto não se relacionam direta ou indiretamente com o povo de Deus. Naquele tempo Roma se relacionou com os judeus, o povo de Deus, pela famosa Liga Judaica, de 161 a.C.^[72] Mas sete anos antes disso, a saber, em 168 a.C., Roma tinha conquistado a

Macedônia e tornado esse país uma parte de seu império. Portanto, Roma é introduzida nas profecias precisamente quando, depois de vencer o chifre macedônico do bode, sai para novas conquistas em outras direções. Por isso, ela parecia sair de um dos chifres do bode.

O chifre pequeno se engrandeceu para o sul. Assim sucedeu com Roma. O Egito se tornou província do Império Romano no ano 30 a.C. e nessa condição continuou por vários séculos.

O chifre pequeno se engrandeceu para o Oriente. Isso também fez Roma. Conquistou a Síria em 65 a.C. e a tornou uma província.

O chifre pequeno se engrandeceu para a terra formosa. Assim fez Roma. A Judeia é chamada “terra formosa” em muitas passagens bíblicas. Os romanos a tornaram província de seu império em 63 a.C. e finalmente destruíram a cidade e o templo e dispersaram os judeus por toda a Terra.

O chifre pequeno engrandeceu-se “até atingir o exército dos céus; a alguns do exército e das estrelas lançou por terra”. Roma fez isso também. Nesta expressão são introduzidas duas figuras: “o exército” e “as estrelas”. Quando se usam no sentido

simbólico com referência a eventos que ocorrem na Terra, essas figuras significam quase sempre o povo de Deus e seus dirigentes. No versículo 13 lemos que tanto o santuário como o exército são pisados. Aqui se refere sem dúvida ao povo de Deus e seu lugar de culto. As estrelas deviam representar os dirigentes da obra de Deus. Este pensamento fica destacado em uma das frases de Apocalipse 12:4, onde lemos algo referente a um grande dragão vermelho, símbolo de Roma, que lançou por terra a terça parte dos anjos.

O chifre pequeno se engrandeceu até contra o Príncipe do exército. Unicamente Roma fez isto. Na interpretação (versículo 25) se diz que o chifre pequeno se levantará contra o Príncipe dos príncipes. Isto menciona claramente a crucifixão de nosso Senhor sob a jurisdição dos romanos!

As duas fases de Roma — Pelo chifre pequeno foi tirado o contínuo sacrifício. Entenda-se que este chifre pequeno simboliza Roma em toda sua história, incluindo suas duas fases, a pagã e a papal. Estas duas fases são referidas em outro lugar como o “contínuo” ou “diário” (*sacrifício* é uma palavra

acrescentada) e a “transgressão assoladora”. O “contínuo”, ou assolação contínua significando a forma pagã, e a transgressão assoladora, a papal. (Ver os comentários sobre o versículo 13). Nas ações atribuídas a este império, fala-se ora de uma forma, ora de outra. “Por ele” [a forma papal] foi tirado o contínuo [a forma pagã].” A Roma pagã se transformou na Roma papal. E o lugar de seu santuário, ou culto, a cidade de Roma, “foi lançada por terra”. A sede do governo foi removida por Constantino para Constantinopla em 330 da nossa era. A mesma remoção é apresentada em Apocalipse 13:2, onde é dito que o dragão, ou Roma pagã, deu à besta, Roma papal, sua sede, a cidade de Roma.

“E o exército lhe foi entregue (ao chifre pequeno), com o sacrifício contínuo, por causa das transgressões” Os bárbaros que subjugaram o Império Romano durante as mudanças, os atritos e as transformações daqueles tempos, se converteram à fé católica e se transformaram em instrumentos para destronar sua antiga religião. Embora a tivessem conquistado politicamente, foram vencidos religiosamente pela teologia de Roma, e foram os propagadores e divulgadores do mesmo império em

sua próxima fase. Isto se produziu em razão da “transgressão”, ou seja, pela operação do mistério da iniquidade. O papado pode-se chamar o sistema de iniquidade, porque praticou sua má obra, fingindo ser uma religião pura e imaculada.

O chifre pequeno “lançou a verdade por terra, fez isso e prosperou.” Isto descreve, em poucas palavras, a obra e carreira do papado. A verdade é por ele terrivelmente distorcida, carregada de tradições, transformada em hipocrisia e superstição, derribada e obscurecida.

Acerca deste império eclesiástico se declara que “o que fez prosperou”, praticou seus enganos ao povo, fez astutas intrigas para alcançar seus próprios fins e engrandecer seu poder.

Fez isso e “prosperou”. Fez guerra contra os santos e os atacou. Percorreu a carreira que lhe foi designada e logo há de ser quebrantada sem intervenção humana, para ser entregue à chama de fogo, que a fará perecer nas consumidoras glórias do segundo advento de nosso Senhor.

Roma cumpre todas as especificações da profecia. Nenhum outro poder as cumpre. Por isso Roma, e não outro império, é mencionado aqui. As

descrições dadas na Palavra de Deus coincidem com o caráter deste monstruoso sistema em cada detalhe. As profecias referentes à sua sinistra história se cumpriram da mais exata e surpreendente forma.

Versículos 13 e 14 — *“Depois, ouvi um santo que falava; e disse outro santo àquele que falava: Até quando durará a visão do contínuo sacrifício e da transgressão assoladora, para que seja entregue o santuário e o exército, a fim de serem pisados? E ele me disse: Até duas mil e trezentas tardes e manhãs; e o santuário será purificado.”*

O tempo na profecia — Estes dois versículos encerram a visão propriamente dita do capítulo oito e introduzem o ponto restante que seria de todos, naturalmente, o de mais absorvente interesse para o profeta e para toda a igreja, a saber, quanto tempo durarão as potências assoladoras anteriormente apresentadas. Até quando continuarão sua carreira de opressão contra o povo de Deus e de blasfêmia contra o alto Céu? Se lhe fosse dado tempo e oportunidade, o próprio Daniel teria feito essa pergunta; mas Deus está sempre pronto a Se antecipar aos nossos desejos e por vezes a responder

mesmo antes de o expressarmos.

Dois seres celestiais conversam acerca do assunto. É um tema de tal importância que a igreja deve compreender bem. Daniel ouviu um santo que falava, mas não somos informados o que dizia. “Até quando durará a visão?” E tanto a pergunta como a resposta ficam registradas, que é evidência primordial de que este é um assunto para ser entendido pela igreja. Esta opinião é ainda confirmada pelo fato de que a resposta foi dirigida a Daniel, como a pessoa a quem principalmente interessava e para cuja informação ela foi dada.

Os dois mil e trezentos dias — “*E ele me disse: Até duas mil e trezentas tardes e manhãs; e o santuário será purificado.*”

No versículo 13 temos prova de que *sacrifício* é palavra errônea que se acrescentou à palavra *contínuo*. Se, como alguns supõem, se quer falar aqui do sacrifício, ou, em outras palavras da eliminação do sacrifício contínuo do serviço judaico, que em certo momento foi tirado, não seria próprio perguntar até quando ia durar a visão acerca do sacrifício? Esta pergunta evidentemente implica que

os agentes ou acontecimentos a que se refere a visão ocupam uma longa série de anos. A continuação do tempo é a ideia central. E todo tempo da visão é preenchido pelo que aqui se chama *o contínuo* e *a transgressão assoladora*. Daí que o contínuo não pode ser o sacrifício contínuo dos judeus, cuja remoção, quando chegou o tempo em que devia ser tirado, esta ação ocupou só um instante, quando o véu do templo foi rasgado, por ocasião da crucificação de Cristo. Deve denotar algo que ocupa um período de anos.

A palavra aqui traduzida por *contínuo* ocorre cento e duas vezes no Antigo Testamento, segundo a Concordância Hebraica; e, na grande maioria dos casos traduz-se como *contínuo* ou *continuamente*. A ideia de sacrifício não se liga absolutamente à palavra. Não há tampouco no texto de Daniel 8:11, 13 palavra alguma que signifique sacrifício. É uma palavra que foi acrescentada pelos tradutores, porque entendiam que o texto a exigisse. Mas evidentemente tinham opinião errônea, pois ali não se refere a nenhum sacrifício dos judeus. Parece mais de acordo com a construção e com o contexto supor que a palavra *contínuo* se refere a um poder

assolador, como a *transgressão assoladora* com a qual aqui se relaciona. Então temos dois impérios assoladores que durante um longo período oprimem ou assolam a igreja. Literalmente, pode traduzir-se: “Até quando durará a visão [concernente] à assolação contínua e a transgressão assoladora?” Aqui se relaciona a assolação tanto com o caráter contínuo como com a transgressão assoladora, como se a expressão fosse: “A continuação da assolação e da transgressão assoladora.”

Dois impérios assoladores — Pela “continuação da assolação” ou a assolação contínua, entendemos que representa o paganismo durante toda a sua história. Ao considerarmos os longos séculos através dos quais o paganismo foi o principal agente da oposição de Satanás à obra de Deus na terra, fica aparente que a idoneidade do termo assolação contínua ou perpétua a ele se aplica. De igual modo entendemos que a “transgressão assoladora” representa o papado. A frase que descreve a última potência é mais forte que a usada para descrever o paganismo. E a transgressão (ou rebelião) assoladora, como se durante este período da história

da igreja a potência assoladora tivesse se revoltado contra toda restrição a ela imposta anteriormente.

De um ponto de vista religioso, o mundo apresentou essas duas fases de oposição à obra do Senhor na Terra. Daí que, embora três governos terrestres sejam introduzidos na profecia como opressores da igreja, eles se colocam aqui sob dois títulos: “a [assolação] contínua” e a “transgressão assoladora.” A Medo-Pérsia era pagã; a Grécia era pagã; Roma era pagã em sua primeira fase. Todas elas ficam abrangidas pela expressão “o contínuo”, ou “a assolação contínua”. Logo vem a forma papal, a “transgressão assoladora”, uma maravilha de astúcia e encarnação da crueldade. Não é de admirar que de século em século se tenha elevado dos mártires sofrendores o clamor: “Até quando, Senhor, até quando?” Não é estranho que o Senhor lhes haja revelado os futuros acontecimentos da história do mundo a fim de que a esperança não desvanecesse inteiramente do coração de Seu povo oprimido que O aguardava,. Todos estes impérios perseguidores sofrerão total e eterna destruição. Os redimidos, depois dos sofrimentos e pesares desta vida atual, aguardam glórias incorruptíveis.

O olhar do Senhor observa Seu povo. A fornalha não será aquecida mais do que necessário para consumir a escória. Por meio de muita tribulação havemos de entrar no reino. A palavra *tribulação* provém de *tribulum*, ou seja, o trilho, utensílio de lavoura para debulhar cereais, provido de peças de pedra que se arrastavam sobre os molhos espalhados pela eira. Devemos receber golpe sobre golpe até que o trigo seja separado da casca e estejamos prontos para o celeiro celestial. Mas não se perderá um só grão de trigo.

Diz o Senhor ao Seu povo: “Vós sois a luz do mundo”, “o sal da terra”. Não há na Terra outra coisa de tão grande valor ou importância. Daí haver feito a pergunta peculiar: “Até quando durará a visão do contínuo, [...] e da transgressão assoladora?” Acerca de que se faz a pergunta? Acerca da glória dos reinos terrestres? Acerca da habilidade de renomados guerreiros? Acerca de poderosos conquistadores? Acerca da grandeza dos impérios humanos? Não; antes acerca do santuário, do exército, do povo e do culto do Altíssimo. Até quando serão pisoteados? Isto é o que desperta o interesse e a simpatia do Céu. O que toca no povo

de Deus não toca em simples mortais, fracos e impotentes, mas no Onipotente. Ele abre uma conta que deve ser liquidada no juízo do Céu. Logo se encerrarão todas estas contas e o calcanhar de ferro da opressão será esmagado. Será tirado da fornalha da aflição um povo preparado para resplandecer como as estrelas sempre e eternamente. Cada filho de Deus é objeto do interesse dos seres celestiais, é uma pessoa a quem Deus ama e para a qual está preparando uma coroa de imortalidade. E você, querido leitor, também se encontra neste número?

Neste capítulo não há informação sobre os dois mil e trezentos dias, introduzidos pela primeira vez no versículo quatorze. Portanto, é necessário deixar de lado este período por agora. Mas o leitor pode estar seguro de que não fomos deixados em incerteza acerca desses dias. A declaração referente a eles é parte de uma revelação que foi dada para instrução do povo de Deus e, portanto, deve ser entendida. Os dois mil e trezentos dias são mencionados no meio da profecia que o anjo Gabriel devia fazer Daniel entender. E Gabriel cumpriu estas instruções, segundo se pode ver no capítulo seguinte.

Que é o santuário? — Relacionado com os dois mil e trezentos dias há outro assunto de igual importância, que agora se apresenta para ser considerado, a saber, o santuário. A ele se relaciona o tema de sua purificação. Um exame deste assunto revelará a importância de compreender o início e o término dos dois mil e trezentos dias, para sabermos quando se realizará o grande acontecimento chamado a “purificação do santuário”. Como veremos oportunamente, todos os habitantes da Terra têm interesse pessoal nessa obra solene.

Tem havido várias opiniões sobre o que é o santuário aqui mencionado: Alguns pensam que é a Terra; outros, a terra de Canaã; outros ainda, a igreja; e finalmente, há os que creem que se trata do santuário celestial, o “verdadeiro tabernáculo que o Senhor fundou e não o homem”, que está “no mesmo céu”, e do qual o tabernáculo judaico era tipo, modelo ou figura. (Hebreus 8:1 e 2; 9:23 e 24). As Escrituras deverão decidir qual destas opiniões encontradas é a correta.

Não pode ser a Terra — A palavra *santuário* ocorre cento e quarenta e quatro vezes no Antigo

Testamento e no Novo. Pelas definições dos lexicógrafos, e seu uso na Bíblia, compreendemos que se emprega para significar um lugar santo e sagrado, uma morada do Altíssimo. Se a Terra é o santuário, deve corresponder a esta definição. Mas em que simples característica, pelo menos, esta Terra corresponde ao termo? A Terra não é lugar santo nem sagrado, nem tampouco é morada do Altíssimo. Não tem coisa alguma que a distinga dos outros mundos, exceto que é um planeta rebelde, manchado pelo pecado, ferido e murchado pela maldição da transgressão. Além disso, em nenhum lugar das Escrituras é chamada santuário. Só um texto se pode apresentar em favor desta opinião e apenas por aplicação forçada: “A glória do Líbano virá a ti, o cipreste, o olmeiro e o buxo conjuntamente, para adornar o lugar do Meu santuário; e farei glorioso o lugar dos Meus pés.” (Isaías 60:13). Esta linguagem se refere decisivamente à Nova Terra, mas nem mesmo esta é chamada o santuário, senão apenas o “lugar” do santuário, assim como é chamada “o lugar” dos pés do Senhor. É uma expressão que provavelmente denota a contínua presença de Deus com Seu povo

como revelado a João quando disse: “Eis aqui o tabernáculo de Deus com os homens, pois com eles habitará, e eles serão o Seu povo, e o mesmo Deus estará com eles, e será o seu Deus.” Apocalipse 21:3. Tudo que se pode dizer da Terra, portanto, é que, quando renovada, será o lugar onde estará situado o santuário de Deus. Não se pode pretender que seja chamada atualmente de santuário e não pode ser o santuário da profecia de Daniel.

Não pode ser a terra de Canaã — Até onde podemos ser guiados pela definição da palavra “Canaã”, esta não pode ter mais direito a essa distinção do que a Terra. Quando indagamos em que parte da Bíblia Canaã é chamada santuário, alguns nos apresentam certos textos que parecem proporcionar o testemunho requerido. O primeiro destes é Êxodo 15:17. Moisés, em seu cântico de triunfo e louvor a Deus depois de atravessar o Mar Vermelho, exclamou: “Tu os introduzirás, e os plantarás no monte da Tua herança, no lugar que Tu, ó Senhor, preparaste para a Tua habitação, no santuário, ó Senhor, que as Tuas mãos estabeleceram.” Moisés aqui fala antecipadamente.

Sua linguagem é uma predição do que Deus faria por Seu povo. Vejamos agora como se cumpriu.

Volvamos a Davi, que relata como matéria histórica o que Moisés proferiu numa profecia. Salmos 78:53 e 54. O tema do salmista é a libertação de Israel da servidão egípcia e seu estabelecimento na Terra Prometida. Diz ele: “E [Deus] os guiou com segurança, e não temeram; mas o mar cobriu os seus inimigos. E conduziu-os até ao limite do Seu santuário, até este monte que a Sua destra adquiriu.” O “monte” aqui mencionado por Davi é o mesmo que o “monte da Tua herança” de que Moisés falou e em que Deus havia de estabelecer Seu povo. Este monte Davi não chama santuário, mas apenas o limite do santuário. Que era pois o santuário? O versículo 69 do mesmo salmo nos informa: “E edificou o Seu santuário como aos lugares elevados, como a terra que fundou para sempre.” A mesma distinção entre o santuário e a Terra é indicada na oração do bom rei Josafá: “Porventura, ó Deus nosso, não lançaste Tu fora os moradores desta terra, de diante do teu povo Israel, e não a deste à semente de Abraão, Teu amigo, para sempre? E habitaram nela; e edificaram nela um

santuário ao Teu nome.” 2 Crônicas 20:7 e 8.

Tomada isoladamente, a passagem de Êxodo 15:17 tem sido empregada por alguns para concluir que o monte era o santuário, mas quando a comparamos com o relato de Davi de como se cumpriu a predição de Moisés, não se pode sustentar tal ideia. Davi diz claramente que o monte era só o “limite” do santuário e que nesse limite, ou seja, a terra de Canaã, o santuário foi edificado como eminência ou alta fortaleza, fazendo-se referência ao belo templo dos judeus, o centro e símbolo de todo o seu culto. Mas quem quer que leia cuidadosamente Êxodo 15:17, verá que nem é necessário concluir que Moisés, com a palavra santuário, quer dizer o monte da herança e muito menos toda a Palestina. Na liberdade da licença poética, ele emprega expressões elípticas e passa rapidamente de uma ideia ou matéria a outra. Em primeiro lugar, a herança ocupa-lhe a atenção e ele fala dela; depois, o fato de que o Senhor habitaria ali em seguida, o lugar que ele deveria providenciar para sua habitação ali, a saber, o santuário que ele faria que fosse construído. Davi associa desta maneira o monte Sião e Judá em Salmos 78:68,

porque Sião estava localizado em Judá.

Os três textos, Êxodo 15:17; Salmos 78:54 e 69, são os únicos tomados como base principal para provar que a terra de Canaã é o santuário, mas de maneira singularmente suficiente os dois últimos, em linguagem simples, esclarecem a ambiguidade do primeiro e totalmente desaprova a alegação que nele se baseia.

Acerca de nossa Terra ou país de Canaã como o santuário, apresentamos mais uma consideração. Se qualquer um constitui o santuário, não somente deve ser descrito como tal em algum lugar, mas a mesma ideia deve ser levada até ao fim e a purificação da Terra ou da Palestina devia ser chamada a purificação do santuário. A Terra está de fato contaminada e será purificada por fogo, mas o fogo, como veremos, não é o agente usado na purificação do santuário. Esta purificação da Terra, ou de qualquer parte dela, em nenhuma parte da Bíblia é chamada a purificação do santuário.

Não pode ser a igreja — O único texto usado para apoiar a ideia de que a igreja é o santuário é Salmos 114:1 e 2: “Quando Israel saiu do Egito, e a

casa de Jacó de um povo bárbaro, Judá ficou sendo o santuário de Deus, e Israel o Seu domínio.” Se tomássemos esta passagem em seu sentido mais literal, ela provaria que o santuário se limitava a uma das doze tribos. Isso significaria que somente uma parte da igreja, e não toda ela, constitui o santuário. A razão por que Judá é chamado o santuário no texto citado não precisa deixar-nos perplexos, quando recordamos que Deus escolheu Jerusalém, que estava em Judá, como o lugar de Seu santuário. “Escolheu, antes, a tribo de Judá, o monte Sião, que ele amava. E construiu o seu santuário durável como os céus e firme como a terra que fundou para sempre.” (Salmos 78:68 e 69). Isto demonstra claramente a relação que existia entre Judá e o santuário. Essa tribo mesma não era o santuário, mas é assim chamada uma vez quando Israel saiu do Egito, porque Deus queria que no meio do território dessa tribo se situasse Seu santuário.

Mas mesmo quando fosse possível demonstrar que a igreja em algum lugar se chama “o santuário”, isso não teria importância para nosso propósito atual, que é determinar o que constitui o santuário de Daniel 8:13 e 14, porque aqui se fala da igreja

como de outra coisa diferente: “Para que seja entregue o santuário, e o exército, a fim de serem pisados.” Ninguém contestará que a palavra exército representa o povo de Deus, a saber, a igreja. Portanto, o santuário é algo diferente da igreja.

O santuário é o templo do Céu — Resta agora somente examinarmos uma teoria, a saber, que o santuário mencionado no texto é idêntico ao de Hebreus 8:1 e 2, que é chamado “verdadeiro tabernáculo, que o Senhor fundou, e não o homem”, ao qual ele dá expressamente o nome de “santuário” e que está situado “nos céus”. Deste santuário existiu, na antiga dispensação, um modelo, tipo ou figura, primeiro no tabernáculo construído por Moisés e mais tarde no templo de Jerusalém.

Coloquemo-nos no lugar de Daniel, e consideremos o assunto do seu ponto de vista. Que entenderia ele pelo termo *santuário*? Ao ouvir mencionar essa palavra, sua atenção inevitavelmente se dirigiria ao santuário de seu povo; e sabia certamente onde se encontrava. Sua atenção voltou-se para Jerusalém, a cidade de seus pais, que então jazia em ruínas, “o nosso templo santo e glorioso”,

que, como Isaías lamenta, foi consumido pelo fogo (Isaías 64:11). Assim, como era seu costume, com o rosto voltado para o lugar onde uma vez estava o venerado templo, Daniel orou a Deus para que fizesse resplandecer o Seu rosto sobre o Seu santuário, que estava então devastado. Pela palavra *santuário* Daniel evidentemente entendia o templo de Jerusalém.

Quanto a este ponto, a Escritura dá um testemunho bem explícito. “Ora, a primeira aliança tinha ordenanças de cultos sagrados, e também o santuário terrestre.” Hebreus 9:1. Que era o santuário da primeira aliança? Segue a resposta: “Foi levantado um tabernáculo; na parte da frente, chamada Lugar Santo, estavam o candelabro, a mesa e os pães da Presença. Por trás do segundo véu havia a parte chamada Santo dos Santos, onde se encontravam o altar de ouro para o incenso e a arca da aliança, totalmente revestida de ouro. Nessa arca estavam o vaso de ouro contendo o maná, a vara de Arão que floresceu e as tábuas da aliança. Acima da arca estavam os querubins da Glória, que com sua sombra cobriam a tampa da arca. A respeito dessas coisas não cabe agora falar

detalhadamente.” Hebreus 9:2-5 (Nova Versão Internacional).

É impossível equivocar-se quanto a essa descrição. É o tabernáculo construído por Moisés sob a direção do Senhor (e mais tarde substituído pelo templo de Jerusalém), com um lugar santo e um lugar santíssimo, e diversos utensílios de culto. Uma descrição completa deste edifício, com seus diversos utensílios e móveis sagrados e seus usos, se achará em Êxodo 25 e capítulos seguintes. Se o leitor não estiver familiarizado com este assunto, pede-se que leia a descrição desta construção. Este, como Paulo claramente diz, era o santuário da primeira aliança, e desejamos que o leitor cuidadosamente observe o valor lógico desta declaração. Ao dizer-nos o que constituía o santuário, o livro de Hebreus nos coloca no rumo certo da investigação. Dá-nos uma base sobre a qual trabalhar. Temos diante de nós um objeto distinto e claramente definido, detalhadamente descrito por Moisés, chamado em Hebreus “o santuário da primeira aliança” [ou concerto, pacto], que esteve em vigor até os dias de Cristo.

Mas a linguagem da epístola aos Hebreus tem

ainda maior significação. Destrói as teorias segundo as quais a Terra, o país de Canaã ou a igreja seriam o santuário. Os argumentos que poderiam provar ser qualquer destas coisas o santuário em algum momento, demonstrariam que isso aconteceu sob o antigo Israel. Se Canaã foi em algum tempo o santuário, foi quando Israel esteve estabelecido nesse país. Se a igreja alguma vez foi o santuário, foi ao ser Israel tirado do Egito. Se a Terra alguma vez foi o santuário, foi durante o mesmo período. Mas foram algumas destas coisas o santuário durante esse tempo? A resposta deve ser negativa, porque os autores dos livros de Êxodo e Hebreus nos dizem em detalhe que não era a Terra, nem Canaã, nem a igreja, senão o tabernáculo construído por Moisés, substituído mais tarde pelo templo, o que constituía o santuário dos tempos do Antigo Testamento.

O santuário terrestre — Este edifício corresponde em todos os detalhes à definição do termo, e ao uso a que estava destinado o santuário. Era a morada terrestre de Deus. “E Me farão um santuário”, disse o Senhor a Moisés, “e habitarei no meio deles.” Êxodo 25:8. Neste tabernáculo, que

eles construíram de acordo com as instruções divinas, Deus manifestou Sua presença. Era um lugar santo ou sagrado. “o santuário”. Levítico 16:33. Nos cento e trinta exemplos em que a palavra é empregada no Antigo Testamento, refere-se, em quase todos os casos, a este edifício.

O tabernáculo foi a princípio construído de forma que se adaptasse às condições em que viviam os filhos de Israel naquele tempo. Estavam iniciando sua peregrinação de quarenta anos no deserto, quando este edifício foi erguido no meio deles como habitação de Deus e centro de seu culto religioso. Era necessário viajar, e o tabernáculo tinha de ser mudado de um lugar a outro. Era por isso formado de partes móveis, sendo seus lados compostos de tábuas colocadas em posição vertical. O teto era mesclado de cortinas de linho e peles tingidas. Portanto, era fácil desmontá-lo, transportá-lo e erguê-lo em cada etapa sucessiva da viagem. Após Israel entrar na terra prometida, essa estrutura provisória foi, com o tempo, substituída pelo magnífico templo de Salomão. Nesta forma mais permanente o santuário existiu, exceto enquanto esteve em ruínas no tempo de Daniel, até sua

destruição final pelos romanos no ano 70 d.C.

Esse é o único santuário relacionado com a Terra, acerca do qual a Bíblia nos deu alguma instrução ou a história registrou detalhes. Mas não há outro em alguma outra parte? Esse era o santuário da primeira aliança [ou do primeiro concerto], e com essa aliança chegou ao fim. Não há algum santuário que pertença à segunda ou nova aliança? Deve haver, do contrário faltaria analogia entre essas duas alianças. Neste caso, a primeira aliança teria um sistema de culto que, embora detalhadamente descrito, é incompreensível, e a segunda aliança teria um sistema indefinido e obscuro de culto, ou seja, não haveria conexão, simplesmente, entre ambas. O autor da epístola aos Hebreus virtualmente garante que a nova aliança, em vigor desde a morte de Cristo, seu Testador, tem um santuário; porque, quando compara as duas alianças, como o faz em Hebreus 9:1, diz que “Ora, a primeira aliança tinha regras para a adoração e *também* um tabernáculo [santuário] terreno.” (Nova Versão Internacional). É o mesmo que dizer que a nova aliança tem igualmente seu serviço e seu santuário. Além disso, no versículo oito deste

capítulo se fala do santuário terrestre [do Antigo Testamento] como o *primeiro* tabernáculo. Se este era o primeiro, deve haver um segundo; e como o primeiro tabernáculo existiu enquanto esteve em vigor a primeira aliança, quando esse concerto chegou ao fim, o segundo tabernáculo deve ter substituído o primeiro, e deve ser, agora, o santuário da nova aliança. Essa conclusão é óbvia.

O santuário celestial — Onde, então, buscaremos o santuário da nova aliança? O emprego da palavra *também*, em Hebreus 9:1, indica que antes já havia se falado sobre esse santuário. Voltemos ao início do capítulo anterior e acharemos um resumo dos argumentos anteriores como segue: “O mais importante do que estamos tratando é que temos um Sumo Sacerdote como esse, o qual Se assentou à direita do trono da Majestade nos Céus e serve no santuário, no verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, e não o homem.” Hebreus 8:1 e 2. (Nova Versão Internacional) Pode haver alguma dúvida de que temos neste texto o santuário da nova aliança? Refere-se aqui claramente ao santuário da primeira aliança. Aquele foi construído pelo homem,

quer dizer, por Moisés, mas este foi fundado pelo Senhor e não por homens. Aquele era o lugar onde os sacerdotes terrenos exerciam seu ministério; este é o lugar onde Cristo, o Sumo Sacerdote da nova aliança, exerce Seu ministério. Aquele estava na Terra; este está no Céu. Aquele se chamava, portanto, adequadamente “santuário terrestre”; este é “o celestial”.

Essa opinião é melhor confirmada pelo fato de que o santuário edificado por Moisés não era uma estrutura original, mas foi construído de acordo com um modelo. O grande original existia em alguma parte; o que Moisés construiu foi apenas um tipo, réplica ou cópia. Notem-se as instruções que o Senhor deu a respeito: “Façam tudo como Eu lhe mostrar, conforme o modelo do tabernáculo e de cada utensílio.” Êxodo 25:9. (Nova Versão Internacional) “Tenha o cuidado de fazê-lo segundo o modelo que lhe foi mostrado no monte.” Versículo 40 (ibidem). (Para esclarecer ainda melhor este ponto, veja-se Êxodo 26:30; 27:8; Atos 7:44.)

Então, de que era tipo ou figura, o santuário terrestre? Resposta: Do santuário da nova aliança, “o verdadeiro tabernáculo, que o Senhor fundou, e não

o homem.” A relação que a primeira aliança mantém com a segunda é a que tem o tipo^[73] com o antítipo^[74]. Seus sacrifícios eram tipos do sacrifício maior da nova aliança. Seus sacerdotes eram representações de nosso Senhor em Seu mais perfeito sacerdócio. Seu ministério se cumpria como exemplo e sombra de nosso Sumo Sacerdote no Céu. O santuário onde ministravam era uma representação ou figura do verdadeiro santuário do Céu, onde nosso Senhor exerce Seu ministério.

Todos esses fatos são claramente apresentados em Hebreus: “Se Ele estivesse na Terra, nem seria sumo sacerdote, visto que já existem aqueles que apresentam as ofertas prescritas pela lei. Eles servem num santuário que é cópia e sombra daquele que está nos céus, já que Moisés foi avisado quando estava para construir o tabernáculo: Tenha o cuidado de fazer tudo segundo o modelo que lhe foi mostrado no monte.” Hebreus 8:4 e 5. (Nova Versão Internacional). Esta afirmação revela que o ministério dos sacerdotes terrenos era uma sombra do sacerdócio de Cristo. Isto é comprovado nas

instruções que Deus deu a Moisés para fazer o santuário conforme o modelo a ele mostrado no monte. Isto identifica claramente o modelo mostrado a Moisés. É o santuário, o verdadeiro tabernáculo, que está no Céu, onde nosso Senhor ministra, como está mencionado em Hebreus 8:2.

A Escritura diz mais: “Isso é uma ilustração para os nossos dias, indicando que as ofertas e os sacrifícios oferecidos não podiam dar ao adorador uma consciência perfeitamente limpa.” (Hebreus 9:9). Enquanto o primeiro tabernáculo subsistiu e a primeira aliança esteve em vigor, não houve ministério no tabernáculo mais perfeito. Mas quando veio Cristo, Sumo Sacerdote dos bens futuros, quando o primeiro tabernáculo tinha cumprido seu propósito e havia cessado a primeira aliança, então Cristo, elevado ao trono da Majestade no Céu como Ministro do verdadeiro santuário, entrou por Seu próprio sangue (Hebreus 9:12) “no santo lugar”, isto é, no santuário celestial.

Portanto, o primeiro tabernáculo era uma figura para o nosso tempo. Se for necessário qualquer outro testemunho, o autor de Hebreus fala no versículo 23 do tabernáculo terrestre, com suas

divisões e instrumentos, como “figuras” das coisas que estão no Céu; e, no versículo 24, chama os lugares santos feitos por mãos, quer dizer o tabernáculo e o templo terrestre do antigo Israel, figura do verdadeiro, a saber, do tabernáculo celestial.

Esta opinião é ainda melhor confirmada pelo testemunho de João. Entre as coisas que lhe foi permitido contemplar no céu, ele viu sete lâmpadas de fogo que ardiam diante do trono (Apocalipse 4:5); viu um altar de incenso e um incensário de ouro (Apocalipse 8:3); viu a arca do testamento de Deus (11:19). Viu tudo isto em relação com um “templo” que havia no Céu. (11:19; 15:8). Todo leitor da Bíblia reconhecerá imediatamente estes objetos como pertencentes ao santuário. Deviam sua existência ao santuário, limitavam-se a ele, a ser empregados no ministério relacionado com ele. Assim como não teriam existido sem o santuário, podemos saber que, onde quer que os encontremos, ali estará o santuário. O fato de que João viu estas coisas no céu depois da ascensão de Cristo, é prova de que há um santuário ali e que lhe foi permitido contemplá-lo.

Por mais que alguém se recuse a reconhecer que há um santuário no Céu, as provas apresentadas a respeito não permitem pôr em dúvida este fato. A Bíblia diz que o tabernáculo de Moisés era o santuário da primeira aliança. Moisés diz que Deus lhe mostrou um modelo no monte, de acordo com o qual devia fazer este tabernáculo. O livro de Hebreus testifica novamente que Moisés o fez de acordo com o modelo, e que o modelo era o verdadeiro tabernáculo que havia nos céus, que o Senhor fundou e não o homem; e que o tabernáculo erigido por mãos humanas era uma verdadeira figura ou representação daquele santuário celestial. Finalmente, para confirmar a declaração das Escrituras de que esse santuário está no Céu, João fala como testemunha ocular, e diz que o viu ali. De que outro testemunho se poderia necessitar?

No tocante ao que constitui o santuário, temos agora diante de nós um conjunto harmonioso. O santuário da Bíblia abrange em primeiro lugar o tabernáculo representativo estabelecido com os hebreus depois de sua saída do Egito, que era o santuário da primeira aliança. Em segundo lugar, consiste no verdadeiro tabernáculo que há no Céu,

do qual o primeiro era um tipo ou figura, e é o santuário da nova aliança. Estão inseparavelmente relacionados como tipo e antítipo. Do antítipo voltamos ao tipo, e do tipo somos levados adiante, de forma natural e inevitável, ao antítipo. Assim vemos como um serviço do santuário foi providenciado desde o Êxodo até o fim do tempo da graça.

Dissemos que Daniel ia entender imediatamente pela palavra “santuário” o templo de seu povo, em Jerusalém; e assim o teria compreendido qualquer outro que vivesse na época daquele templo. Mas a declaração de Daniel 8:14 se refere àquele santuário? Isso depende do tempo a que se aplica. Todas as declarações referentes ao santuário que tinham sua aplicação no tempo do antigo Israel referem-se necessariamente ao santuário daquela época. Contudo, todas as declarações que se aplicam à era cristã, devem se referir necessariamente ao santuário dessa dispensação. Se os dois mil e trezentos dias, em cujo término o santuário deve ser purificado, findaram antes da vinda de Cristo, o santuário que a ser purificado foi o daquele tempo. Se o fim dos dois mil e trezentos dias ocorre dentro

da era cristã, o santuário mencionado é o de nossa era, o santuário da nova aliança, que está no céu. Este é um detalhe que pode ser determinado por um estudo mais aprofundado dos dois mil e trezentos dias. Esse estudo se encontrará nas observações sobre Daniel 9:24, nas quais se retoma este assunto e se explica o ponto referente ao tempo.

A purificação do santuário — O que até aqui dissemos acerca do santuário foi somente incidental quanto à questão principal tratada na profecia. Esta questão se refere à sua purificação. “Até duas mil e trezentas tardes e manhãs, e o santuário será purificado.” Mas era necessário primeiro determinar o que constituía o santuário, antes de poder examinar amplamente a questão de sua purificação. Para isso estamos agora preparados.

Sabendo o que constitui o santuário, logo se decide a questão de sua purificação e de como ela se realiza. O leitor terá notado que o santuário da Bíblia deve ter relacionado com ele algum serviço que se chama sua purificação. Há tal serviço relacionado com a instituição que provamos ser o santuário, e tanto com referência ao edifício terrestre

como ao templo celestial, esse serviço é chamado “a purificação do santuário”.

Você discorda da ideia de que há no Céu alguma coisa que precisa ser purificada? O livro de Hebreus garante que há a purificação tanto do santuário terrestre quanto do celestial: “De fato, segundo a Lei, quase todas as coisas são purificadas com sangue, e sem derramamento de sangue não há perdão. Portanto, era necessário que as cópias das coisas que estão nos céus fossem purificadas com esses sacrifícios, mas *as próprias coisas celestiais* com sacrifícios superiores.” Hebreus 9:22 e 23. À luz dos argumentos anteriores, isto se pode parafrasear assim: “Foi, portanto, necessário que o tabernáculo erigido por Moisés, com seus vasos sagrados, que eram figura do verdadeiro santuário do Céu, fosse purificado com o sangue de bezerros e cabritos; mas as próprias coisas celestiais, o santuário da era cristã, o verdadeiro tabernáculo, que o Senhor fundou e não o homem, deve ser purificado com sacrifícios melhores, a saber, o sangue de Cristo.” Perguntamos agora: Qual é a natureza dessa purificação e como se realiza? De acordo com a linguagem que se acaba de citar,

realiza-se por meio de sangue. A purificação não é, pois, uma limpeza de sujeira física, porque o sangue não é o agente ou meio que se emprega para tal obra. Esta consideração devia satisfazer ao questionador no tocante à purificação das coisas celestiais. O fato de que as coisas celestiais hão de ser purificadas, não indica que exista alguma impureza física no Céu, pois esta não é a espécie de purificação a que ele se refere. A razão de essa purificação se realizar com sangue, é que sem derramamento de sangue não há *remissão* nem perdão de pecados.

É purificação de pecados — A obra que deve ser feita consiste na remissão dos pecados e na eliminação deles. A purificação não é, pois, uma limpeza física, mas a remoção do pecado. Porém, qual a ligação que os erros e pecados têm com o santuário — terrestre ou celestial —, para que seja necessário purificá-lo?

Os capítulos finais de Êxodo nos relatam a construção do santuário terrestre e o arranjo dos serviços ligados a ele. O livro de Levítico inicia com uma explicação do ministério que se realizaria ali.

Tudo o que queremos notar aqui é um detalhe do serviço. A pessoa que tinha cometido o pecado trazia sua oferenda — um animal vivo — à porta do tabernáculo. Sobre a cabeça desse animal colocava a mão por um momento e confessava seu pecado sobre ela. Por esse ato expressivo indicava que cometera pecado e que merecia a morte, mas que em seu lugar dedicava sua vítima e a ela transferia sua culpabilidade. Com sua própria mão (e com que emoções o terá feito!) tirava logo a vida do animal. A lei exigia a vida do transgressor por sua desobediência. A vida está no sangue. (Levítico 17:11 e 14). Portanto, sem derramamento de sangue não há remissão de pecado. Mas com o derramamento de sangue o perdão é possível, porque se satisfaz a lei que exige uma vida. O sangue da vítima, que representava a vida perdida e o veículo de sua culpa, era então levado pelo sacerdote, a fim de ser apresentado perante o Senhor.

Por sua confissão, pela morte da vítima e pelo ministério do sacerdote, o pecado ficava assim transferido simbolicamente da pessoa pecadora para o santuário. O povo oferecia assim vítima após

vítima. Dia após dia se realizava essa obra, e o santuário recebia [simbolicamente] os pecados da congregação. Mas esse não era o destino final desses pecados. A culpa acumulada era removida por um serviço especial destinado a purificar o santuário. Esse serviço, no santuário terrestre, ocupava um dia do ano, o décimo dia do sétimo mês, que era chamado “o dia da expiação”. Nesse dia, enquanto todo o Israel se abstinha de trabalho e afligia a sua alma, o sumo sacerdote levava dois bodes e os apresentava perante Jeová na porta do tabernáculo. Sobre esses bodes ele fazia um sorteio para definir qual deles seria o de Jeová e qual seria destinado a cumprir a pena de bode emissário. O bode sobre o qual caía a sorte de Jeová era degolado e o sumo sacerdote levava seu sangue ao lugar santíssimo do santuário, e o espargia sobre o propiciatório. Este era o único dia em que se permitia ao sumo sacerdote entrar nesse cômodo do tabernáculo. Ao sair devia pôr “Então colocará as duas mãos sobre a cabeça do bode vivo e confessará todas as iniquidades e rebeliões dos israelitas, todos os seus pecados, e os porá sobre a cabeça do bode.” (Lev. 16:21). Devia enviar esse bode, que seria

acompanhado por um homem designado, para uma terra deserta, uma terra de separação ou esquecimento, pois o bode não voltaria mais ao acampamento de Israel, nem jamais deviam ser lembrados os pecados do povo.

Esse serviço era para purificar o povo de seus pecados, e também purificar o santuário, seus móveis e seus vasos sagrados dos pecados do povo. (Levítico 16:30 e 33). Por esse processo, o pecado era completamente removido. É claro, isso ocorria só em figura, porque toda essa obra era simbólica.

Talvez você esteja pronto a perguntar, com certo espanto: “De que modo essa representação tão estranha pode ter algum vínculo com a nossa época?” Respondemos: Essa é uma obra semelhante à do ministério de Cristo, como as Escrituras claramente ensinam. Após declarar-se, em Hebreus 8:2, que Cristo é o Ministro do verdadeiro tabernáculo, o santuário celestial, anuncia-se no versículo cinco que os sacerdotes terrenos serviam “em figura e sombra das coisas celestes”. Em outras palavras, a obra dos sacerdotes terrenos era uma sombra ou representação do ministério de Cristo no Céu.

O ministério em representação e na realidade

— Esses sacerdotes ministravam em ambos os compartimentos do tabernáculo terrestre, e Cristo ministra em ambos os compartimentos do templo celestial. Esse templo do Céu tem dois compartimentos ou, ao contrário disto, não foi corretamente representado pelo santuário terrestre. Nosso Senhor oficia em ambos os compartimentos, ou o serviço do sacerdote terreno não era uma representação correta de Sua obra. Indica-se claramente em Hebreus 9:21-24 que tanto o tabernáculo como os vasos usados no ministério eram “figuras das coisas que se acham nos céus”. Portanto, a obra executada por Cristo no templo celestial corresponde à que os sacerdotes executavam em ambos os compartimentos do santuário terrestre. Mas a obra que se realizava no segundo compartimento, ou lugar santíssimo, era uma obra especial para concluir o ciclo anual de serviço e purificar o santuário. Daí que o ministério de Cristo no segundo compartimento do santuário celestial tem de ser uma obra de igual natureza e constitui a conclusão de Seu serviço como nosso grande Sumo Sacerdote e a purificação daquele

santuário.

Visto que mediante os antigos sacrifícios representativos os pecados do povo eram transferidos simbolicamente pelos sacerdotes ao santuário terrestre, onde aqueles sacerdotes ministravam, assim, desde que Cristo retornou ao Céu para ser nosso Intercessor na presença de Seu Pai, os pecados de todos os que sinceramente buscam perdão por meio dEle, são transferidos de fato para o santuário celestial onde Ele ministra. Não precisamos parar para perguntar se Cristo ministra em nosso favor nos santos lugares celestiais com Seu próprio sangue literalmente, ou só em virtude de Seus méritos. Basta dizer que Seu sangue foi derramado e por esse sangue é assegurada de fato a remissão dos pecados, que era obtida apenas em figura mediante o sangue de novilhos e bodes no ministério anterior. Mas aqueles sacrifícios representativos tinham real efeito nesse aspecto: significavam a fé em um sacrifício real, no futuro. Assim, os que os empregavam, têm na obra de Cristo interesse igual aos daqueles que em nosso tempo se chegam a Ele pela fé mediante os rituais do Evangelho.

A contínua transferência de pecados para o santuário celestial torna necessária a purificação tal como era exigida no santuário terrestre. Deve-se notar aqui uma importante diferença entre os dois ministérios. No tabernáculo terrestre realizava-se um completo ciclo de serviço a cada ano. Cada dia do ano, menos em um, o ministério prosseguia no primeiro compartimento. A obra de um dia no santíssimo completava o ciclo anual. A obra recomeçava então no lugar santo, e prosseguia até que outro dia da expiação completasse a obra anual. E assim sucessivamente, ano após ano. Essa contínua repetição do ritual era necessária por causa da vida curta dos mortais sacerdotes. Porém, essa necessidade é inexistente no caso de nosso divino Senhor, que vive sempre para interceder por nós. (Hebreus 7:25). Portanto, a obra do santuário celestial, em vez de ser um ritual anual, realiza-se uma vez por todas. Em vez de ser repetida ciclicamente, forma um só circuito em que é efetuada e concluída para sempre.

Um período anual de serviços do santuário terrestre representava toda a obra do santuário celestial. Na representação, a purificação do

santuário era o breve ritual que concluía o serviço a cada ano. No antítipo, a purificação do santuário deve ser a obra final de Cristo, nosso grande Sumo Sacerdote, no tabernáculo celestial. Na figura, para purificar o santuário, o sumo sacerdote entrava no lugar santíssimo para ministrar na presença de Deus diante da arca de Seu testamento. No original, ao chegar o tempo da purificação do santuário, nosso Sumo Sacerdote, de igual modo, entra no lugar santíssimo para finalizar Sua obra de intercessão em favor da humanidade.

Você já conseguiu compreender a importância desse assunto? Está percebendo que o santuário de Deus é objeto de interesse para todo o mundo? Percebe que a obra inteira da salvação se centraliza nele, e que quando esse serviço terminar, concluirá o tempo de graça e oportunidade, e os casos dos salvos e perdidos estarão eternamente decididos? Percebe que a purificação do santuário é uma obra breve e especial que conclui para sempre o grande plano da salvação? Compreende que, se puder entender quando começa essa obra de purificação, será um solene anúncio ao mundo, o mais solene da palavra profética: “Temei a Deus e dai-Lhe glória;

porque é vinda a hora do Seu juízo” (Apocalipse 14:7)? Isso é exatamente o que a profecia está destinada a mostrar; quer dizer, tornar conhecido o início dessa maravilhosa obra. “Até duas mil e trezentas tardes e manhãs; e o santuário será purificado.” O santuário celestial é o lugar onde se pronunciará a decisão sobre todos os casos. O desenrolar da obra que ali se realiza deve preocupar de maneira especial a humanidade. Se os seres humanos compreendessem a importância desses temas e a influência que exercem para seus interesses eternos, os estudariam com maior cuidado e oração.

Versículos 15 e 16 — *“E aconteceu que, havendo eu, Daniel, visto a visão, busquei entendê-la e eis que se me apresentou diante uma como semelhança de homem. E ouvi uma voz de homem nas margens do [rio] Ulai, a qual gritou e disse: Gabriel, dá a entender a este a visão.”*

Entramos agora na interpretação da visão. Já mencionamos o anseio que Daniel tinha em entender estas coisas. Buscava seu significado. Imediatamente se postou diante do profeta um ser com aparência de homem. Daniel ouviu a voz de um homem, isto é, a

voz de um anjo como se fosse um homem que falava. Foi-lhe dada a ordem de tornar a visão conhecida a Daniel. Essa ordem foi dirigida a Gabriel, cujo nome significa “a força de Deus”, ou “o homem de Deus”. Veremos que ele continua a dar instruções a Daniel no capítulo 9. Séculos mais tarde, esse mesmo anjo foi enviado para anunciar o nascimento de João Batista a seu pai Zacarias e o do Messias à virgem Maria (Lucas 1:26). Apresentou-se a Zacarias com estas palavras: “Eu sou Gabriel, que assisto diante de Deus” (Lucas 1:19). Disto se deduz que Gabriel recebeu aqui a ordem de um ser superior a ele, que tinha poder para lhe dar ordens e controlar sua obra. Tratava-se provavelmente do Arcanjo Miguel ou Cristo.

Versículos 17-19 — *“E veio perto de onde eu estava; e, vindo ele, fiquei assombrado e caí sobre o meu rosto; mas ele me disse: Entende, filho do homem, porque esta visão se realizará no fim do tempo. E, estando ele falando comigo, caí com o meu rosto em terra, adormecido; ele, pois, me tocou e me fez estar em pé. E disse: Eis que te farei saber o que há de acontecer no último tempo da ira; porque ela se exercerá no determinado tempo*

do fim.”

Se Daniel caiu diante do anjo, não foi com o propósito de adorá-lo, porque somos proibidos de adorar aos anjos. (Ver Apocalipse 19:10; 22:8 e 9). Daniel parece ter sido completamente vencido pela majestade do mensageiro celestial. Ele se lançou com o rosto em terra. O anjo colocou a mão sobre ele para animá-lo (quantas vezes a seres mortais tem sido ordenado, por seres celestiais: “Não tenha medo!”) e o levanta de sua posição prostrada.

Após fazer uma abrangente declaração de que no tempo designado virá o fim e de que lhe fará saber o que haverá no período final da ira, o anjo passa a interpretar a visão. Deve-se entender que a ira abrange um período de tempo. Mas qual? Deus disse ao Seu povo Israel que Ele derramaria sobre eles Sua indignação por sua iniquidade e assim lhes deu instruções acerca do “profano e ímpio príncipe de Israel.” “Remove o diadema, e tira a coroa [...] Ao revés, ao revés, ao revés o porei; também o que é não continuará assim, até que venha aquele a quem pertence de direito; e lho darei a ele.” Ezequiel 21:25-27 e 31.

Esse é o período da ira de Deus contra o povo da

Sua aliança, o período durante o qual o santuário e o exército hão de ser pisoteados. O diadema foi removido e tirada a coroa, quando Israel ficou sob o domínio do rei de Babilônia. Foi destinada ao desastre pelos medos e persas, e novamente pelos gregos, e outra vez pelos romanos, o que corresponde às três vezes em que o profeta repete a palavra “revés” [desastre, queda]. Os judeus, tendo rejeitado a Cristo, foram logo dispersos por toda a face da Terra. O Israel espiritual tomou o lugar da descendência literal, mas está sujeito aos impérios e Estados terrenos, e assim continuará até que seja restabelecido o trono de Davi, até que venha seu legítimo herdeiro, o Messias, o Príncipe da paz. Então terá cessado a ira. O que acontecerá no final do período o anjo vai agora fazer saber a Daniel.

Versículos 20-22 — *“Aquele carneiro que viste com duas pontas são os reis da Média e da Pérsia; mas o bode peludo é o rei da Grécia; e a ponta grande que tinha entre os olhos é o rei primeiro; o ter sido quebrada, levantando-se quatro em lugar dela, significa que quatro reinos se levantarão da mesma nação, mas não com a força dela.”*

A visão interpretada — Assim como os discípulos disseram ao Senhor, podemos dizer aqui do anjo que falou a Daniel: “Eis que agora falas claramente, e não por parábolas.” Esta é uma explicação da visão em linguagem tão clara quanto precisa ser dada. (Ver os comentários sobre os versículos 3-8). A característica distintiva do Império Persa: a união das duas nacionalidades que o compuseram, é representada pelos dois chifres do carneiro. A Grécia alcançou sua maior glória quando representou uma unidade sob a liderança de Alexandre, o Grande, talvez o general mais famoso que o mundo jamais viu. Essa parte de sua história é representada pela primeira fase do bode, durante a qual um chifre notável simbolizou Alexandre, o Grande. Com a morte deste, o reino caiu em fragmentos, mas logo se estabilizou em quatro grandes divisões. Essas são representadas pela segunda fase do bode, ao surgirem quatro chifres no lugar do primeiro, que tinha sido quebrado. Essas divisões não tiveram o poder do primeiro chifre. Nenhuma delas possuiu a força do reino original. Com alguns poucos caracteres da caneta, o escritor

inspirado nos dá aqui um nítido esboço desses grandes acontecimentos para cuja descrição o historiador escreveu volumes inteiros.

Versículos 23-25 — *“Mas, no fim do seu reinado, quando os prevaricadores acabarem, se levantará um rei, feroz de cara, e será entendido em adivinhações. E se fortalecerá a sua força, mas não pelo seu próprio poder; e destruirá maravilhosamente, e prosperará, e fará o que lhe aprouver; e destruirá os fortes e o povo santo. E, pelo seu entendimento, também fará prosperar o engano na sua mão; e, no seu coração, se engrandecerá, e, por causa da tranquilidade, destruirá muitos, e se levantará contra o príncipe dos príncipes, mas, sem mão, será quebrado.”*

Este poder sucede as quatro divisões do reino representado pelo bode durante o último período de seu reino, ou seja, já chegando ao fim de sua carreira. É, sem dúvida, o mesmo que o chifre pequeno do versículo nove e os próximos. Aplicando-o a Roma, como se expôs nas observações referentes ao versículo nove, tudo é harmônico e claro.

“Um rei feroz de semblante” — Moisés, ao predizer que sobreviria punição aos judeus por esse mesmo poder, chama-o “uma nação feroz de rosto”. Deuteronômio 28:49 e 50. Nenhum povo apresentou mais formidável aparato em guerra que os romanos.

A expressão “especialista em intrigas” ou “mestre em astúcias” (Nova Versão Internacional) é vertido em outras versões como “entendido em frases obscuras [ou enigmas]”. Moisés, na passagem acima referida, diz: “cuja língua não entenderéis.” Isso não se podia dizer dos babilônios, persas ou gregos, com relação aos judeus, pois a língua caldeia e a grega foram usadas em nível geral na Palestina. Tal não ocorreu, porém, com o latim.

“Quando os prevaricadores acabarem” [ou “quando a rebelião dos ímpios tiver chegado ao máximo” — Nova Versão Internacional]. Em todo o tempo é trazida à mente a conexão entre o povo de Deus e seus opressores. O povo foi levado em cativeiro por causa de suas transgressões. Ao continuar no pecado atraía sobre si castigo cada vez mais severo. Em nenhum momento foram os judeus

mais corruptos como nação do que quando caíram sob a jurisdição do romanos.

Roma papal se fortalecerá, “mas não por sua própria força” — O êxito dos romanos se deveu em grande parte à ajuda de seus aliados e às divisões entre os seus inimigos, das quais os romanos estiveram sempre prontos a tirar vantagem. Roma papal também foi poderosa mediante os poderes seculares sobre os quais exercia domínio espiritual.

“E destruirá terrivelmente”. O Senhor disse aos judeus por meio do profeta Ezequiel que os entregaria a homens “mestres de destruição”. (Ezequiel 21:31). Ao tomarem Jerusalém, mataram cerca de 1,1 milhão de judeus e cerca de cem mil escravos. Roma, em sua segunda fase, a papal, ocasionou a morte de milhões de mártires.

“Por sua astúcia nos seus empreendimentos, fará prosperar o engano”. Roma distinguiu-se acima de todos os demais impérios por sua política astuta, com a qual veio a conquistar as nações. Essa característica foi vista na Roma pagã e na papal. E o que não puderam realizar pela força, conseguiram por astúcia.

E Roma, finalmente, na pessoa de um de seus governadores, levantou-se contra o Príncipe dos príncipes, lavrando sentença de morte contra Jesus Cristo. “Mas será quebrado sem intervir mão de homem”. Esta é uma passagem paralela ao da profecia de Daniel 2:34, onde a pedra “cortada, sem auxílio de mãos” destrói todos os impérios terrestres.

Versículos 26 e 27 — *“E a visão da tarde e da manhã, que foi dita, é verdadeira; tu, porém, cerra a visão, porque só daqui a muitos dias se cumprirá. E eu, Daniel, enfraqueci e estive enfermo alguns dias; então, levantei-me e tratei do negócio do rei; e espantei-me acerca da visão, e não havia quem a entendesse.”*

“A visão da tarde e da manhã” refere-se ao período de dois mil e trezentos dias. Em vista do longo período de opressão e das calamidades que haviam de sobrevir ao seu povo, Daniel desmaiou e esteve enfermo alguns dias. Ficou espantado com a visão, mas não a entendeu. Por que Gabriel nessa ocasião não deu plenamente suas instruções, fazendo Daniel entender a visão? Sem dúvida, porque Daniel tinha recebido tudo o que podia então suportar e as instruções adicionais foram

transferidas, portanto, para um tempo futuro.

A “linha do tempo profética” que atravessa os séculos

Daniel, capítulo 9

Versículos 1 e 2 — *“No ano primeiro de Dario, filho de Assuero, da nação dos medos, o qual foi constituído rei sobre o reino dos caldeus, no ano primeiro do seu reinado, eu, Daniel, entendi pelos livros que o número de anos, de que falou o Senhor ao profeta Jeremias, em que haviam de acabar as assolações de Jerusalém, era de setenta anos.”*

A visão registrada no capítulo anterior foi dada no terceiro ano de Belsazar, em 538 a.C. Os fatos narrados neste capítulo ocorreram no primeiro ano de Dario. Visto que Belsazar era o último monarca de origem babilônica e Dario o primeiro do Império Medo-Pérsico que reinou sobre Babilônia, é provável que tenha transcorrido menos de um ano entre os acontecimentos mencionados nestes dois capítulos.

Setenta anos de cativo — Embora Daniel, como primeiro-ministro do maior reino da Terra,

estivesse acumulado de cuidados e responsabilidades, não permitiu que isso o afastasse da oportunidade de estudar coisas de maior importância: os propósitos de Deus revelados aos Seus profetas. Entendeu pelos livros, quer dizer, os escritos de Jeremias, que Deus permitiria que o cativo de Seu povo durasse setenta anos. Esta predição encontra-se em Jeremias 25:12; 29:10. Este conhecimento e o uso que Daniel fez dele, mostra que Jeremias desde muito cedo foi considerado como profeta divinamente inspirado, do contrário seus escritos não teriam sido tão prontamente colecionados e tão extensamente copiados. Embora por um tempo fosse contemporâneo de Jeremias, Daniel tinha um exemplar de seu livro e o levou consigo ao cativo. Embora ele mesmo fosse um grande profeta, não considerava humilhante estudar cuidadosamente o que Deus revelou a outros de Seus servos.

Os setenta anos de cativo não devem ser confundidos com as setenta semanas que seguem. Começando os setenta anos em 606 a.C., Daniel entendeu que os mesmos estavam chegando ao seu fim, e que Deus havia começado a cumprir a

profecia quando aniquilou o reino de Babilônia.

Versículo 3 — *“E eu dirigi o meu rosto ao Senhor Deus, para O buscar com oração, e rogos, e jejum, e pano de saco, e cinza.”*

O fato de Deus ter prometido algo não nos desobriga da responsabilidade de rogar-Lhe que cumpra Sua palavra. Daniel poderia ter raciocinado assim: Deus prometeu libertar Seu povo no fim dos setenta anos e cumprirá Sua promessa; não preciso me preocupar com o assunto. Mas ele não raciocinou assim. Ao aproximar-se o tempo em que se havia de cumprir a palavra do Senhor, buscou ao Senhor de todo o seu coração.

E como se empenhou fervorosamente nessa obra, mesmo com jejum, cilício e cinza! Era provavelmente o ano em que Daniel foi lançado na cova dos leões. O leitor lembrará que o decreto aprovado pelo rei tinha proibido sob pena de morte a todos os súditos que não dirigissem petição alguma a outro deus, exceto ao rei. Mas sem prestar atenção ao decreto, Daniel elevou sua oração três vezes ao dia com as janelas abertas para o lado de Jerusalém.

Versículo 4 — *“E orei ao Senhor, meu Deus, e confessei, e disse: Ah! Senhor! Deus grande e*

tremendo, que guardas o concerto e a misericórdia para com os que Te amam e guardam os Teus mandamentos.”

A notável oração de Daniel — Temos aqui a introdução da admirável oração de Daniel, oração que expressa tanta humildade e pesar de coração, que só os insensíveis poderiam ler sem se comoverem. Começa reconhecendo a fidelidade de Deus, que sempre cumpre Seus compromissos com aqueles que O seguem. O fato dos judeus se encontrarem no cativeiro se devia à sua desobediência, e não foi falta da parte de Deus em defendê-los e sustentá-los.

Versículos 5-14 — *“Temos pecado e cometido iniquidades, procedemos perversamente e fomos rebeldes, apartando-nos dos Teus mandamentos e dos Teus juízos; e não demos ouvidos aos Teus servos, os profetas, que em Teu nome falaram aos nossos reis, nossos príncipes e nossos pais, como também a todo o povo da terra. A Ti, ó Senhor, pertence a justiça, mas a nós, o corar de vergonha, como hoje se vê; aos homens de Judá, os moradores de Jerusalém, todo o Israel, quer os de*

perto, quer os de longe, em todas as terras por onde os tens lançado, por causa das suas transgressões que cometeram contra Ti. Ó Senhor, a nós pertence o corar de vergonha, aos nossos reis, aos nossos príncipes e aos nossos pais, porque temos pecado contra Ti. Ao Senhor, nosso Deus, pertence a misericórdia e o perdão, pois nos temos rebelado contra Ele e não obedecemos à voz do Senhor, nosso Deus, para andarmos nas Suas leis, que nos deu por intermédio de Seus servos, os profetas. Sim, todo o Israel transgrediu a Tua lei, desviando-se, para não obedecer à Tua voz; por isso, a maldição e as imprecações que estão escritas na Lei de Moisés, servo de Deus, se derramaram sobre nós, porque temos pecado contra Ti. Ele confirmou a Sua palavra, que falou contra nós e contra os nossos juízes que nos julgavam, e fez vir sobre nós grande mal, porquanto nunca, debaixo de todo o céu, aconteceu o que se deu em Jerusalém. Como está escrito na Lei de Moisés, todo este mal nos sobreveio; apesar disso, não temos implorado o favor do Senhor, nosso Deus, para nos convertermos das nossas iniquidades e nos aplicarmos à Tua verdade. Por

isso, o Senhor cuidou em trazer sobre nós o mal e o fez vir sobre nós; pois justo é o Senhor, nosso Deus, em todas as Suas obras que faz, pois não obedecemos à Sua voz.”

Até este ponto a oração de Daniel se dedica a fazer plena confissão de pecado com coração quebrantado. Justifica totalmente a conduta do Senhor, reconhecendo que os pecados de Seu povo foram a causa de todas as suas calamidades, tal como Deus os havia ameaçado pelo profeta Moisés. Não faz discriminação alguma em seu favor. Não aparece justiça própria em sua petição. Embora tenha sofrido muito tempo por pecados alheios, suportando setenta anos de cativeiro pelos erros de seu povo, ele mesmo tinha vivido uma vida piedosa e recebido assinaladas honras e bênçãos do Senhor. Não faz acusação contra ninguém, não solicita simpatia para si mesmo como vítima de erros alheios, mas se classifica com os demais, dizendo: *Temos pecado e a nós pertence o corar de vergonha.* Reconhece que não haviam atendido as lições que Deus pretendia ensinar-lhes por meio de suas aflições.

Versículos 15-19 — *“Na verdade, ó Senhor,*

nosso Deus, que tiraste o Teu povo da terra do Egito com mão poderosa, e a Ti mesmo adquiriste renome, como hoje se vê, temos pecado e procedido perversamente. Ó Senhor, segundo todas as Tuas justiças, aparte-se a Tua ira e o Teu furor da Tua cidade de Jerusalém, do Teu santo monte, porquanto, por causa dos nossos pecados e por causa das iniquidades de nossos pais, se tornaram Jerusalém e o teu povo opróbrio para todos os que estão em redor de nós. Agora, pois, ó Deus nosso, ouve a oração do Teu servo e as suas súplicas e sobre o Teu santuário assolado faz resplandecer o rosto, por amor do Senhor. Inclina, ó Deus meu, os ouvidos e ouve; abre os olhos e olha para a nossa desolação e para a cidade que é chamada pelo Teu nome, porque não lançamos as nossas súplicas perante a Tua face fiados em nossas justiças, mas em Tuas muitas misericórdias. Ó Senhor, ouve; ó Senhor, perdoa; ó Senhor, atende-nos e age; não Te retardes, por amor de Ti mesmo, ó Deus meu; porque a Tua cidade e o Teu povo são chamados pelo Teu nome.”

O profeta agora invoca a honra do nome de Jeová como razão pela qual deseja que sua petição

seja concedida. Refere-se à libertação de Israel do Egito e ao grande renome que ao nome do Senhor haviam acumulado todas as Suas maravilhosas obras realizadas entre eles. Tudo isso se perderia se Ele agora os deixasse perecer. Moisés usou o mesmo argumento ao interceder por Israel (Números 14). Não que Deus atue por motivos de ambição e vanglória, mas quando Seus filhos manifestam zelo pela honra de Seu nome, quando revelam seu amor por Ele rogando-Lhe que opere, não para seu benefício pessoal, mas para Sua própria glória, a fim de que Seu nome não sofra vergonha e blasfêmia entre os pagãos, isso Lhe é agradável. Daniel intercede então pela cidade de Jerusalém, que leva o nome de Deus, e por Seu santo monte, que Ele tanto amava, e Lhe roga que por Suas misericórdias desvie Sua ira. Finalmente, concentra sua atenção no santuário sagrado, a própria morada de Deus na Terra, e solicita a reparação de suas assolações.

Daniel entendia que os setenta anos de cativoiro estavam prestes a terminar. Por sua referência ao santuário, é evidente que até então não entendia a importante visão a ele dada no capítulo 8, e parecia supor que os dois mil e trezentos dias findariam ao

mesmo tempo que os setenta anos. Este seu equívoco foi imediatamente corrigido quando o anjo veio para dar-lhe mais instruções em resposta à sua oração.

Versículos 20 e 21 — *“Falava eu ainda, e orava, e confessava o meu pecado e o pecado do meu povo de Israel, e lançava a minha súplica perante a face do Senhor, meu Deus, pelo monte santo do meu Deus. Falava eu, digo, falava ainda na oração, quando o homem Gabriel, que eu tinha observado na minha visão ao princípio, veio rapidamente, voando, e me tocou à hora do sacrifício da tarde.”*

A oração de Daniel recebe resposta — Temos aqui o resultado da súplica de Daniel. Um mensageiro celestial o interrompe subitamente. O anjo Gabriel, voltando a aparecer como antes, em forma de homem, como Daniel o havia visto no início da visão, o toca. Está a ponto de esclarecer-se uma questão importante, a saber: Alguma vez foi explicada a visão do capítulo 8 e pôde ser entendida? A que visão se refere Daniel na expressão “minha visão ao princípio”? Todos

admitirão que deve ser uma visão que já foi registrada e que nela se encontra mencionado o nome de Gabriel. Precisamos voltar ao escrito anterior ao capítulo 9, pois tudo o que encontramos nesse capítulo, antes da aparição de Gabriel, é simplesmente o relato da oração de Daniel. Mas voltando aos capítulos anteriores, encontramos mencionadas apenas três visões dadas a Daniel. A interpretação do sonho de Nabucodonosor foi dada em visão noturna. (Daniel 2:19). Mas não há intervenção angélica na questão. A visão de Daniel foi explicada a ele por “um dos que estavam perto”, provavelmente um anjo; mas não temos informação sobre que anjo, nem há na visão coisa alguma que precise de mais explicação. A visão de Daniel 8 dá alguns detalhes que mostram ser esta a visão referida. Nela Gabriel é apresentado pelo nome. Ele recebeu a ordem de dar a entender a visão a Daniel.

Daniel deixou claro que não a entendeu, mostrando que Gabriel, na conclusão do capítulo 8, não havia completado sua missão. Não há, em toda a Bíblia, lugar em que esta instrução continuou, a não ser no capítulo 9. Portanto, se a visão do capítulo 8 não for a referida, não teremos menção

alguma de que Gabriel tenha cumprido a instrução que lhe foi dada, ou que aquela visão tenha sido alguma vez explicada. A instrução que o anjo agora dá a Daniel, como veremos nos versículos seguintes, completa exatamente o que estava faltando no capítulo 8. Estas considerações provam, de forma incontestável, a relação que há entre Daniel 8 e 9, e esta conclusão se reforça mais ainda quando são consideradas as instruções do anjo.

Versículos 22 e 23 — *“Ele queria instruir-me, falou comigo e disse: Daniel, agora, saí para fazer-te entender o sentido. No princípio das tuas súplicas, saiu a ordem, e eu vim, para to declarar, porque és mui amado; considera, pois, a coisa e entende a visão.”*

A missão de Gabriel — A forma com que Gabriel se apresenta nesta ocasião demonstra que tinha vindo concluir alguma missão deixada incompleta. Não pode ser outra senão a de cumprir a ordem: “Dá a entender a este o sentido”, registrada em Daniel 8. “Agora saí para fazer-te entender o sentido.” Ainda repousava sobre ele o encargo de fazer Daniel entender a visão. No capítulo 8 havia

explicado a Daniel tudo o que este podia compreender; porém, o profeta ainda não entendia a visão. Então, retorna para continuar sua obra e completar sua incumbência. Tão logo Daniel começou sua fervente súplica, saiu a ordem de visitar Daniel e dar-lhe a informação de que necessitava.

Pelo tempo necessário para ler a oração de Daniel até o momento em que Gabriel apareceu, o leitor pode julgar a rapidez com que o mensageiro viajou do ambiente celestial até o servo de Deus. Não é de estranhar que Daniel anote que ele “veio rapidamente, voando”, ou que Ezequiel compare os movimentos desses seres celestiais a um relâmpago. (Ezequiel 1:14).

“Toma pois bem sentido na palavra”, disse a Daniel. Que palavra? Evidentemente a que ele não entendia antes, segundo se declara no último versículo do capítulo 8. “Entende a visão.” Que visão? Não a interpretação da imagem de Nabucodonosor, nem a visão de Daniel 7, pois não havia dificuldade em compreendê-las, mas a visão do capítulo 8 que o encheu de assombro e não podia entender. “Saí para fazer-te entender o sentido”,

disse também o anjo.

Daniel não tinha dificuldade em compreender o que o anjo lhe falara acerca do carneiro, do bode e da ponta pequena, os reinos do Império Medo-Pérsico, Grécia e Roma. Tampouco havia deixado de entender o referente ao cativeiro de setenta anos. Mas o objetivo de sua petição era a reparação das desolações do santuário que estava em ruínas. Sem dúvida havia concluído que quando chegasse o fim dos setenta anos, haveria de cumprir-se o que o anjo dissera acerca da purificação do santuário no fim dos dois mil e trezentos dias. Agora devia corrigir seu conceito. Isso explica por que nesse momento particular, tão pouco tempo depois da visão anterior, lhe foi enviada instrução.

Os setenta anos de cativeiro estavam chegando ao seu fim. Daniel estava equivocado em uma de suas crenças. Não devia ser deixado por mais tempo a ignorar o verdadeiro significado da visão anterior. “Saí para fazer-te entender o sentido”, disse o anjo. Como poderia a relação entre a visita anterior do anjo e a atual ser mais distintamente demonstrada que pelas palavras pronunciadas nessa ocasião por tal personagem?

Daniel é mui amado — Uma expressão merece especial consideração antes de deixarmos o versículo 23. É a declaração do anjo a Daniel: “Porque és mui amado.” O anjo trouxe essa declaração diretamente do Céu. Ela expressava o sentimento que ali existia a respeito de Daniel.

Pensar que os seres celestiais, os mais sublimes do universo: O Pai, o Filho e os santos anjos, estimavam de tal maneira a um mortal aqui na Terra a ponto de autorizar um anjo a lhe trazer a comunicação de que era mui amado! Esta é uma das maiores graduações de glória que os mortais podem alcançar. Abraão alcançou outra quando se pôde dizer dele que era “amigo de Deus”, e Enoque quando se pôde dizer dele que “andou com Deus”. Podemos nós chegar a tanto? Deus não faz acepção de pessoas, mas considera o caráter. Se pudéssemos nos igualar a esses homens em virtude e piedade, o amor divino seria igualmente movido a nos ter em igual e profunda estima. Nós também poderíamos ser mui amados, poderíamos ser amigos de Deus e poderíamos andar com Ele.

Com referência à última igreja há uma figura que

denota a mais íntima união com Deus: “Se alguém ouvir a Minha voz, e abrir a porta, entrarei em sua casa, e com ele cearei, e ele comigo.” (Apocalipse 3:20). Cear com o Senhor indica uma intimidade equivalente a ser muito amado por Ele, andar com Ele ou ser Seu amigo. Como é desejável essa posição! Mas lamentavelmente os males de nossa natureza nos privam dessa comunhão. Queira Deus que tenhamos graça para vencê-los, a fim de aproveitarmos ainda aqui essa união espiritual e entrar finalmente nas glórias de Sua presença quando se celebrarem as bodas do Cordeiro.

Versículo 24 — *“Setenta semanas estão determinadas sobre o teu povo e sobre a tua santa cidade, para fazer cessar a transgressão, para dar fim aos pecados, para expiar a iniquidade, para trazer a justiça eterna, para selar a visão e a profecia e para ungir o Santo dos Santos.”*

Setenta semanas — Tais são as primeiras palavras que o anjo dirige a Daniel, ao comunicarlhe a instrução que veio dar. Por que introduz repentinamente o período de tempo? Devemos novamente nos referir à visão de Daniel 8. Vimos

que Daniel, no fim desse capítulo, diz que não entendeu a visão. Certas partes daquela visão lhe foram explicadas claramente naquela ocasião. Essas partes não podem ser as que não entendeu. Examinemos, portanto, o que Daniel não entendeu, ou, em outras palavras, que parte da visão ficou sem explicação.

Naquela visão se apresentam quatro coisas destacadas: o carneiro; o bode; o chifre pequeno; o período de dois mil e trezentos dias. Os símbolos do carneiro, do bode e do chifre pequeno foram explicados, mas nada se disse do período de tempo. Este, pois, deve ter sido o ponto que o profeta não compreendeu. De nada lhe valia compreender as outras partes da visão, enquanto permanecesse confuso sobre a explicação desse período de dois mil e trezentos dias.

Diz o erudito Dr. Hales, ao comentar as setenta semanas: “Esta profecia cronológica [...] estava destinada evidentemente a explicar a visão anterior, especialmente sua parte cronológica dos dois mil e trezentos dias.”^[75]

Se esta opinião é correta, podemos naturalmente

esperar que o anjo tenha começado sua explicação pelo ponto antes omitido, a saber, o referente ao tempo. E assim é, de fato. Depois de citar, da forma mais direta e enfática, a atenção que Daniel havia prestado à visão anterior e depois de assegurar-lhe que tinha vindo para lhe dar a entender o sentido, começa com o próprio ponto que fora omitido e diz: “Setenta semanas estão determinadas sobre o teu povo, e sobre a tua santa cidade.”

Cortadas dos dois mil e trezentos dias — Mas como esta linguagem revela alguma relação com os dois mil e trezentos dias, ou como lança luz sobre esse período? Respondemos: a linguagem não pode se referir inteligentemente a outra coisa. O termo aqui traduzido por “determinadas” significa “cortadas”, “separadas”, e na visão aqui referida não se menciona outro período de que as setenta semanas poderiam ser cortadas, exceto os dois mil e trezentos dias. Quão direta e natural é, pois, a relação! “Setenta semanas estão cortadas.” Mas cortadas de quê? Certamente dos dois mil e trezentos dias.

A palavra “determinadas”, encontrada nesta

frase, é uma tradução do hebraico *nechtak*, que se baseia em um radical primitivo que Strong define como expressando “cortar, quer dizer figuradamente, decretar, determinar”. Este último significado está implícito. A versão que seguimos emprega esta definição mais remota, por implicação, e põe “determinadas” no texto que nos ocupa. Outras versões seguem a segunda definição, e dizem: “Setenta semanas estão decretadas [quer dizer concedidas] para o seu povo” (Nova Versão Internacional). Tomando a definição básica e mais simples, temos “setenta semanas estão *cortadas* sobre o teu povo.” Se estão cortadas, deve ser de um período maior; neste caso, dos dois mil e trezentos dias da profecia até aqui discutida. Pode-se acrescentar que Gesênio dá a mesma definição que Strong: “*Cortar, [...] dividir, e assim determinar, decretar.*” Davidson dá exatamente a mesma definição, e se refere igualmente a Daniel 9:24 como exemplo.

Pode perguntar-se então por que os tradutores verteram a palavra por “determinadas”, quando obviamente significa “cortadas”. A resposta é: sem dúvida passaram por alto a relação que há entre o

capítulo oito e o nove e, considerando impróprio traduzi-la por “cortadas”, quando não viam nada de que poderiam cortar-se as setenta semanas, deram à palavra seu sentido figurado em vez do literal. Mas, como já vimos, a definição e o contexto exigem o sentido literal e tornam inadmissível qualquer outro.

Portanto, setenta semanas, ou 490 dos dois mil e trezentos dias, foram cortadas ou concedidas a Jerusalém e aos judeus. Os eventos que iam consumir-se durante esse período logo se apresentam. Se havia de “cessar a transgressão”, quer dizer, o povo judeu ia encher a taça de sua iniquidade, o que fizeram na rejeição e crucifixão de Cristo. Se haveria de “dar fim aos pecados” ou as ofertas pelo pecado. Isto ocorreu quando se fez a grande Oferta no Calvário. Ia ser provida uma reconciliação para a iniquidade. Seria pela morte expiatória do Filho de Deus. Ia ser introduzida a justiça eterna, a que nosso Senhor manifestou em Sua vida sem pecado. A visão e a profecia iam ser seladas, ou garantidas.

A profecia ia ser provada pelos eventos que iam ocorrer nas setenta semanas. Com isto fica determinada a aplicação de toda a visão. Se os

eventos desse período se cumprem com exatidão, a profecia é de Deus e tudo se cumprirá. Se as setenta semanas se cumprem como semanas de anos, então os dois mil e trezentos dias, dos quais elas são uma parte, são outros tantos anos.

Um dia em profecia significa um ano — Ao iniciar o estudo das setenta semanas ou 490 dias, será bom lembrar que na profecia bíblica um dia representa um ano. Já apresentamos provas suficientes de que esta interpretação é um princípio aceito. Só acrescentaremos mais uma citação:

“Assim foi revelado a Daniel de que modo o último aviltamento se produzirá depois que o santuário for purificado e a visão for cumprida; e estes dois mil e trezentos dias desde a hora em que saísse a ordem, [...] de acordo com o número predito resolvendo um dia por um ano, segundo revelação feita a Ezequiel.”^[76]

O princípio de interpretação que interpreta um dia profético para um ano literal conta entre os que o apoiam a Agostinho, Ticônio, Primásio, André, o venerável Beda, Ambrósio, Ansberto, Berengaud e Bruno, o astense, além dos principais expositores

modernos. ^[77]

Assim os eventos das setenta semanas fornecem as chaves de toda a visão.

“*Ungir o Santo dos santos*” — De acordo com a profecia, o Santo dos santos devia ser ungido. A frase *qodesh qodashim*, traduzida aqui como “Santo dos santos”, é um termo usado com frequência em Levítico para caracterizar *lugares e coisas*, mas em nenhuma passagem se aplica a *pessoas*. Embora se use no Antigo Testamento, e seu equivalente no Novo, para distinguir o lugar santíssimo do santuário, não se limita a este uso de maneira nenhuma. Emprega-se também para caracterizar muitos objetos relacionados com o serviço santo do santuário, como o altar de bronze, a mesa, o candelabro, o incenso, os pães ázimos, a oferta pelo pecado, qualquer objeto consagrado e coisas do tipo, mas jamais a *pessoas* relacionadas com esse serviço. (Ver Êxodo 29:37; 30:10, 29, 36; Levítico 6:17, 29; 7:1; 27:28).

Por outro lado, no caso da *unção* para o serviço, o termo se aplica ao próprio santuário, assim como a todos os seus vasos [recipientes] (Êxodo 30:26-29).

Em Daniel 9:24 a profecia aponta um caso de *unção*. De acordo com os usos aplicados ao “Santo dos santos” ou “santíssimo” que já se assinalaram, temos suficientes motivos para crer que este versículo prediz a unção do tabernáculo celestial. Para o serviço típico [ou representativo], o tabernáculo foi ungido; e é bem apropriado crer que, de acordo com isso, o santuário celestial foi ungido para o serviço antitípico [ou real], quando nosso Sumo sacerdote iniciou Sua obra misericordiosa de ministrar em benefício dos pecadores.

Ao examinar o santuário, em nossos comentários de Daniel 8:14, vimos que chegou um momento em que o santuário terrestre deu lugar ao celestial e o ministério sacerdotal foi transferido para este. Antes de se iniciar o ministério no santuário deviam ser ungidos o tabernáculo e todos os vasos santos. (Êxodo 40:9 e 10). Portanto, o último acontecimento das setenta semanas que aqui se apresenta é a unção do tabernáculo celestial para que nele seja iniciado o ministério de nosso grande Sumo Sacerdote.

Versículos 25-27 — *“Saiba e entenda que a partir da promulgação do decreto que manda*

restaurar e reconstruir Jerusalém até que o Ungido, o líder, venha, haverá sete semanas, e sessenta e duas semanas. Ela será reconstruída com ruas e muros, mas em tempos difíceis. Depois das sessenta e duas semanas, o Ungido será morto, e já não haverá lugar para ele. A cidade e o lugar santo serão destruídos pelo povo do governante que virá. O fim virá como uma inundação: Guerras continuarão até o fim, e desolações foram decretadas. Com muitos ele fará uma aliança que durará uma semana. No meio da semana ele dará fim ao sacrifício e à oferta. E numa ala do templo será colocado o sacrilégio terrível, até que chegue sobre ele o fim que lhe está decretado.” (Nova Versão Internacional).

As setenta semanas subdivididas — O anjo relata então a Daniel o evento que deve assinalar o início das setenta semanas. Deviam partir da data em que se proclamara a ordem para restaurar e edificar Jerusalém. Não só se indica o acontecimento que determina o momento do início deste período, mas também os eventos que se sucederão no seu término. Desta forma se nos proporciona uma dupla

maneira de provar a aplicação da profecia. Mas, sobretudo, o período das setenta semanas se divide em três grandes partes. Uma destas, por sua vez, se subdivide e indica os eventos intermediários que haveriam de marcar o término de cada uma dessas divisões. Se pudermos achar uma data que se harmonize com todos esses eventos, teremos decisivamente a verdadeira aplicação, pois nenhuma data senão a correta poderia satisfazer e cumprir tantas condições.

Procure agora o leitor abranger com um olhar os pontos de harmonia que se possam estabelecer, a fim de estar melhor preparado para prevenir-se contra qualquer aplicação falsa. Devemos achar, no início do período, uma ordem para restaurar e edificar Jerusalém. Sete semanas deviam ser dedicadas a esta obra de restauração. Quando chegamos ao fim da primeira divisão, as sete semanas do início, devemos achar Jerusalém restaurada em seu aspecto material e completamente concluída a obra de edificação da praça e do muro. Deste ponto se medem sessenta e duas semanas. Quando chegamos ao fim dessa divisão, a sessenta e nove semanas de distância do início, vemos a

manifestação do Messias, o Príncipe diante do mundo. Temos mais uma semana e se completam as setenta. No meio dessa última semana, o Messias há de ser cortado e fará cessar o sacrifício e a oferta de manjares. Ao terminar esse período concedido aos judeus como tempo durante o qual ainda seriam o povo especial de Deus, veremos naturalmente como passa a outro povo a bênção e a obra do Senhor.

Início das setenta semanas — Verificaremos agora a data inicial que se harmoniza com todos esses detalhes. A ordem referente a Jerusalém havia de incluir algo mais que sua simples construção. Tinha de haver restauração. E devemos entender por restauração todas as formas e legislações da sociedade civil, política e judicial. Quando se expediu tal ordem? No momento em que essas palavras eram dirigidas a Daniel, Jerusalém estava completamente devastada e assim permanecera durante muitos anos. A restauração que se anunciava para o futuro devia ser uma restauração dessa destruição. Perguntamos então: Quando e como Jerusalém foi restaurada depois do cativeiro?

Há quatro eventos que podem ser considerados

como a ordem para restaurar e edificar Jerusalém.

(1) *O decreto de Ciro para reedificar a casa de Deus, em 536 a.C. (Esdras 1:1-4).*

(2) *O decreto de Dario para dar continuidade àquela obra, que tinha sido bloqueada e que foi dado em 519 a.C. (Esdras 6:1-12).*

(3) *O decreto que Artaxerxes deu a Esdras em 457 a.C.* ^[78] *(Esdras, capítulo 7).*

(4) *A comissão que o mesmo rei deu a Neemias em seu vigésimo ano de reinado, em 444 a.C. (Neemias, capítulo 2).*

Se o início do período fosse estabelecido sobre os dois primeiros decretos, as setenta semanas ou 490 anos literais não chegariam à era cristã. Além disso, esses decretos se referiam principalmente à restauração do templo e de seu culto pelos judeus, e não à restauração de seu estado civil e político, o qual deve estar incluído na expressão “para restaurar e edificar Jerusalém.”

Aqueles primeiros dois decretos iniciaram a obra. Eram preparatórios ao que mais tarde se realizou. Mas por si mesmos não bastavam para satisfazer os requisitos da profecia, nem por suas datas nem por

sua natureza. Sendo assim deficientes, não podem considerar-se como ponto de partida para as setenta semanas. A única questão que nos resta é referente aos decretos que foram concedidos a Esdras e a Neemias respectivamente.

Os fatos entre os quais havemos de decidir são em resumo os seguintes: Em 457 a.C., o imperador persa Artaxerxes Longímans concedeu a Esdras um decreto para que subisse a Jerusalém com tantos representantes de seu povo quantos quisessem ir. A permissão lhe conferia quantidade ilimitada de tesouros, para embelezar a casa de Deus, para proporcionar oferendas ao seu serviço e fazer tudo o mais que bem lhe parecesse. Concedia-lhe ordenar leis, estabelecer magistrados e juizes e executar punições até de morte. Em outras palavras, restaurar o estado judeu no civil e eclesiástico, de acordo com a lei de Deus e os antigos costumes daquele povo. A inspiração achou apropriado conservar esse decreto; e achamos uma cópia perfeita e exata em Esdras 7. Esse decreto não está escrito em hebraico, como o resto do livro de Esdras, mas em aramaico oriental. Assim, podemos consultar o documento original que autorizou Esdras a restaurar e edificar Jerusalém.

Treze anos mais tarde, no vigésimo ano do mesmo rei, em 444 a.C. Neemias procurou e obteve permissão para subir a Jerusalém. (Neemias, cap. 2). Mas não temos evidência de que fosse outra coisa mais que uma permissão oral. Era para ele, individualmente, e nada se diz sobre os outros que houvessem de subir com ele. O rei lhe perguntou quanto duraria a viagem e quando voltaria. Neemias recebeu cartas para os governadores de além do rio, para que o ajudassem em sua viagem à Judeia e uma ordem para que o guarda-florestal do rei lhe fornecesse madeira.

Quando chegou a Jerusalém, encontrou príncipes e sacerdotes, nobres e povo, já empenhados na obra de edificar Jerusalém. (Neemias 2:16). Agiam, sem dúvida, de acordo com o decreto dado a Esdras treze anos antes. Finalmente, tendo chegado a Jerusalém, Neemias concluiu em 52 dias a obra que foi ali realizar. (Neemias 6:15).

Portanto, qual destas comissões — a de Esdras ou a de Neemias —, constitui o decreto para a restauração de Jerusalém, que há de demarcar o início das setenta semanas? Parece difícil haver dúvida a este respeito.

Se o cálculo inicia com a comissão a Neemias, em 444 a.C., ficam deslocadas todas as datas que se encontrarem nesse período; porque desde o ano 444 a.C. os tempos angustiosos que acompanhariam a construção da praça e do muro não durariam sete semanas, ou 49 anos. Se partimos daquela data, as 69 semanas, ou 483 anos, que haviam de estender-se até o Messias, o Príncipe, nos levam até o ano 40 de nossa era. Mas Jesus foi batizado por João no Jordão, ouvindo-se a voz do Pai declará-lo Seu Filho, no ano 27, ou seja treze anos antes. ^[79] De acordo com este cálculo, a metade da última ou septuagésima semana, que seria assinalada pela crucifixão, cairia no ano 44 de nossa era; mas sabemos que a crucifixão ocorreu em 31 d.C., treze anos antes. E, finalmente, as setenta semanas, ou 490 anos, se forem datadas do vigésimo ano de Artaxerxes, se estenderiam ao ano 47 de nossa era, durante o qual nada sucedeu que assinale o término desse período. Assim, se o ano 444 a.C. em concessão a Neemias fosse o evento que inicia as setenta semanas, a profecia seria falha. Em realidade, ela só prova ser um fracasso a teoria que

inicia as setenta semanas a partir da comissão dada a Neemias no vigésimo ano de Artaxerxes.

Fica evidente que o decreto outorgado a Esdras no sétimo ano de Artaxerxes, em 457 a.C., é o ponto de partida das setenta semanas. Então se produzia a saída do decreto no sentido que a poesia requer. Os dois decretos anteriores eram preparatórios ou preliminares. De fato, Esdras os considera partes do terceiro, e considera os três como um todo, pois em Esdras 6:14 lemos: “Edificaram a casa e a terminaram segundo o mandado do Deus de Israel e segundo o decreto de Ciro, de Dario e de Artaxerxes, rei da Pérsia.” É de notar-se que aqui se fala dos decretos desses três reis como se fossem um só — “o decreto de Ciro, de Dario e de Artaxerxes”. Isto demonstra que esses diferentes decretos eram considerados uma unidade, pois não foram senão os passos sucessivos na execução da obra. Não poderia dizer-se que havia saído esse decreto como o exigia a profecia, antes que a última permissão requerida pela profecia estivesse nele incorporada e revestida com a autoridade do império. Essa condição foi cumprida com a concessão outorgada a Esdras, e não antes.

Com isto o decreto assumiu as devidas proporções e abrangeu tudo o que a profecia exigia, e desde esse momento deve datar-se a sua “saída”.

Harmonia das subdivisões — Estarão harmonizadas essas datas se fizermos a contagem a partir do decreto dado a Esdras? Vejamos. Nesse caso, 457 a.C. é nosso ponto de partida. Concediam-se 49 anos para a edificação da cidade e do muro. Sobre este ponto, Prideaux diz: “No décimo quinto ano de Dario Noto terminaram as primeiras sete semanas das setenta mencionadas na profecia de Daniel. Portanto, a restauração da Igreja e do Estado dos judeus em Jerusalém e na Judeia ficou plenamente concluída naquele último ano de reforma registrado no capítulo 13 de Neemias, do versículo 23 até o fim do capítulo, *exatamente 49 anos* depois que Esdras a iniciou no sétimo ano de Artaxerxes Longímago.”^[80]

Isto sucedeu em 408 a.C.

Até aqui encontramos harmonia. Apliquemos a vara de medir, que é a profecia, a outras partes da história. As 69 semanas, ou 483 anos, se estenderiam até o Messias, o Príncipe. Se partimos

de 457 a.C., terminaremos em 27 da nossa era. Que ocorreu então?^[81] Lucas assim nos informa: “E aconteceu que, ao ser todo o povo batizado, também o foi Jesus; e, estando ele a orar, o céu se abriu, e o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea como pomba; e ouviu-se uma voz do céu: Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo.” Lucas 3:21 e 22. Depois disso “foi Jesus [...] pregando o evangelho de Deus, dizendo: O *tempo* está cumprido.” Marcos 1:14 e 15. O *tempo* aqui mencionado deve ter sido um período específico, definido e predito; mas não se pode encontrar outro período profético que termine ali, exceto as 69 semanas da profecia de Daniel, que haviam de estender-se até o Messias o Príncipe. O Messias já tinha vindo e com Seus próprios lábios anunciava o término daquele período que havia de ser assinalado por Sua manifestação.

Lucas declara que Jesus “começava a ser de quase trinta anos” por ocasião de seu batismo (Lucas 3:23); e quase imediatamente depois, Ele iniciou Seu ministério. Como então pôde Seu ministério começar no ano 27 d.C. e Ele ainda ser

da idade mencionada por Lucas? A resposta a esta pergunta se encontra no fato de que Cristo nasceu entre três e quatro anos antes do início da era cristã, ou seja, antes do ano assinalado como o ano de seu nascimento! O erro de datar o início da era cristã, de mais de três anos depois de atraso, em vez de datá-la do ano de Seu nascimento, surgiu desta maneira: Uma das eras antigas mais importantes era contada a partir da fundação da cidade de Roma “*ab urbe conditae*”, expressa pela abreviação A. U. C., ou mais ainda assim, U. C. No ano 532 d.C., *Dionísio Exíguo*, cita ^[82] de nascimento e abade romano, que viveu no reinado de Justiniano, inventou a era cristã. De acordo com os melhores dados de que dispunha, colocou o nascimento de Cristo em 753 U. C. Mas Cristo nasceu antes da morte de Herodes. A morte do monarca ocorreu em abril de 750 U. C. Retirando-se alguns meses para os eventos relatados na vida de Cristo antes da morte de Herodes, a data do Seu nascimento é levada para a última parte de 749 U. C., ou seja, um pouco mais de três anos antes do ano considerado como 1 d.C. Cristo, pois, tinha 30 anos de idade no ano 27 a.C.

“A era vulgar [comum] começou a vigorar no ocidente pela época de Carlos Martel e do Papa Gregório II, em 730 d.C.; mas não foi sancionada por quaisquer atos ou escritos públicos até o primeiro Sínodo Germânico, no tempo de Carlomano, duque dos francos, sínodo que no prefácio se declara congregado no ‘Anno ab Incarnatione Domini 742, II Calendas Maii’. Mas essa era não foi estabelecida antes do tempo do Papa Eugênio IV, em 1431, que ordenou fosse seguida nos registros públicos, segundo Mariana e outros.”^[83]

Quando se descobriu o erro, a era cristã se tornara tão bem estabelecida que não se tentou corrigi-la. Não faz diferença alguma, visto que não afeta o cálculo das datas. Se a era se iniciasse com o ano exato do nascimento de Cristo, contaria com quatro anos menos e a anterior a Cristo, com quatro anos mais. Ilustrando: Se um período de vinte anos abrange dez antes da era cristã e dez nela, dizemos que começou no ano 10 a.C. e terminou no ano 10 da era cristã. Mas se colocamos o ponto de partida da era realmente no nascimento de Cristo, não

mudará o término do período. Este começará no ano 6 a.C. e chegará até 14 da era cristã. Quer dizer que quatro anos serão tirados da época anterior a Cristo e se acrescentarão quatro anos ao corrente, para dar-nos o verdadeiro ano da era cristã. Assim seria se o cálculo partisse da data real do nascimento de Cristo. Mas tal não é o caso, pois o ponto de partida se situa três ou quatro anos mais tarde.

Aqui, novamente, encontramos harmonia indiscutível. Mas além disso, o Messias ia confirmar o concerto com muitos por uma semana. Esta seria a última semana das setenta, ou os últimos sete anos dos 490. Na metade da semana, informa-nos a profecia, Ele faria cessar o sacrifício e a oferta de manjares. Os rituais judaicos, que apontavam à morte de Cristo, não cessariam antes da crucifixão. Nessa ocasião, quando o véu do templo se rasgou, chegaram ao fim, embora se mantivesse a observância até a destruição de Jerusalém no ano 70 de nossa era. Depois de sessenta e duas semanas, segundo o registro, o Messias seria sacrificado. Era como se dissesse: Depois de 62 semanas, na metade da septuagésima, o Messias será tirado e fará cessar o sacrifício e a oferta de manjares. Portanto, a

crucifixão fica definitivamente situada no meio da septuagésima semana.

Data da crucifixão — Torna-se agora importante determinar em que ano ocorreu a crucifixão. É inquestionável que nosso Salvador assistiu a cada páscoa que houve durante Seu ministério público, mas encontramos mencionadas apenas quatro de tais ocasiões antes de Sua crucifixão. Encontram-se nas seguintes passagens: João 2:13; 5:1; 6:4; 13:1. Durante a última páscoa mencionada, Jesus foi crucificado. Com base nos fatos já estabelecidos, vejamos onde isto colocaria a crucifixão. Como Ele começou Seu ministério no outono do ano 27, Sua primeira páscoa ocorreu na primavera do ano 28; a segunda no ano 29; a terceira no ano 30; e a quarta e última, no ano 31. Isto nos dá três anos e meio para Seu ministério público e corresponde exatamente à profecia de que Ele seria tirado na metade da septuagésima semana. Como essa semana de anos começou no outono do ano 27, a metade da semana ocorreria três anos e meio mais tarde, na primavera do ano 31, quando ocorreu a crucifixão.

O Dr. Hales cita Eusébio, que viveu no ano 300:

“Registra-se na história que todo o tempo em que nosso Salvador ensinou e operou milagres foi três anos e meio, que é metade de uma semana [de anos]. Isto João, o evangelista, representará aos que prestam profunda atenção ao seu Evangelho.”

Acerca das trevas sobrenaturais que ocorreram na crucifixão, Hales assim fala:

“Por aqui se depreende que as trevas que ‘cobriram toda a terra da Judeia’ por ocasião da crucifixão de nosso Senhor foram sobrenaturais, ‘da hora sexta até a hora nona’, ou do meio-dia até às três da tarde, em sua *duração*, e também em seu *momento*, quase no plenilúnio [fase da ‘lua cheia’], quando a lua não podia eclipsar o Sol. O momento em que isso ocorreu e o próprio fato estão registrados numa curiosa e valiosa passagem de um respeitável cônsul romano, Aurélio Cassiodoro Senador, por volta do ano 514 de nossa era: ‘No consulado de Tibério César Augusto V e Aelio Sejano [U. C. 584, ou 31 d.C.] nosso Senhor Jesus Cristo padeceu, na oitava das calendas de abril (25 de março), quando ocorreu um eclipse do Sol tal como nunca se viu antes nem depois. Acerca do ano

e do dia concordam também o concílio de Cesareia (196 ou 198 d.C.), a Crônica Alexandrina, o monge Máximo, Nicéforo Constantino, Cedreno; e acerca do ano, mas com dias diferentes, concorre Eusébio e Epifânio, seguidos por Kepler, Bucher, Patino e Petávio, apontando alguns a décima das calendas de abril, outros a décima-terceira.” (Ver os comentários sobre Daniel 11:22).^[84]

Encontramos, pois, treze autores fidedignos que situam a crucifixão de Cristo na primavera do ano 31 d.C. Podemos, portanto, ter esta data como estabelecida. Sendo a metade da última semana, basta-nos simplesmente contar três anos e meio para trás para encontrarmos onde terminaram as 69 semanas, e avançar três anos e meio para saber quando terminaram as setenta semanas. Retrocedendo três anos e meio a partir da crucifixão ocorrida na primavera do ano 31, chegamos ao outono do ano 27, data em que, como já vimos, terminaram as 69 semanas e Cristo começou Seu ministério público. Seguindo adiante três anos e meio a partir da crucifixão, chegamos ao outono do ano 34, que é o grande ponto final de todo o

período das setenta semanas. Essa data fica marcada pelo martírio de Estêvão, a perseguição dos discípulos de Cristo com que o Sinédrio judaico rejeitou o Evangelho, e a decisão dos apóstolos de se dirigirem aos gentios. E estes são exatamente os eventos que se poderia esperar ocorressem quando expirasse o período especificamente reservado para os judeus.

Pelos fatos expostos vemos que, contando-se as setenta semanas a partir do decreto dado a Esdras no ano sétimo de Artaxerxes, em 457 a.C., existe perfeita harmonia em toda a linha. Os acontecimentos importantes e definidos da manifestação do Messias em Seu batismo, o início de Seu ministério público, a crucifixão, a rejeição dos judeus e a pregação do evangelho aos gentios, com a proclamação da nova aliança; todas essas coisas caem em seu lugar exato, e selam a profecia.

Fim dos dois mil e trezentos dias — Terminamos as setenta semanas, mas resta um período mais longo e outros importantes acontecimentos que se hão de considerar. As setenta semanas não são mais que os primeiros 490 anos

dos dois mil e trezentos. Subtraindo-se 490 anos de 2.300, restam 1.810. Como já vimos, esses 490 anos terminaram no outono de 34 d.C. Se a essa data acrescentarmos agora os restantes 1.810 anos, chegaremos ao término de todo o período. Assim, se do outono de 34 d.C. contarmos 1.810 anos, chegaremos ao outono de 1844. Vemos, pois, com que agilidade e segurança encontramos o final dos dois mil e trezentos dias, uma vez que situamos as setenta semanas.

Por que em 1844? — Pode ser que alguém pergunte como podem estender-se os dias até o outono de 1844 se eles se iniciaram em 457 a.C., pois somente são necessários 1843 anos além dos 457, para formar o total de 2.300. Se prestarmos atenção a um fato, toda dificuldade se esclarecerá: São necessários 457 anos *completos* antes de Cristo, e 1843 anos *completos* depois, para completar 2.300. Assim, se o período tivesse começado já no primeiro dia de 457 a.C., não terminaria até o *último* dia de 1843. É evidente a todos que se alguma parte do ano 457 houvesse transcorrido antes de se iniciarem os dois mil e trezentos dias, essa mesma

parte do ano de 1844 deve transcorrer antes que termine. Então perguntamos: De que ponto do ano 457 devemos começar a contar? Pelo fato de que os primeiros quarenta e nove anos foram dedicados à *construção* da praça e do muro, deduzimos que esse período deve ser contado, não do momento em que Esdras saiu de Babilônia, mas do momento em que a obra realmente se iniciou em Jerusalém. Não há probabilidade de se haver iniciado antes do sétimo mês (outono) de 457, visto que Esdras não chegou a Jerusalém até o quinto mês do ano. (Esdras 7:9). Portanto, todo o período estendeu-se até o sétimo mês do calendário judaico, ou seja, o outono de 1844.

A maravilhosa declaração do anjo a Daniel: “Até duas mil e trezentas tardes e manhãs, e o santuário será purificado” agora fica explicada. Ao buscarmos o que significava o santuário e sua purificação, como também a aplicação do período, verificamos não só que esse assunto pode ser facilmente compreendido, mas que o acontecimento está agora mesmo em pleno cumprimento. Aqui nos detemos por um breve momento para refletir sobre a solene situação em que nos encontramos.

Vimos que o santuário da era cristã é o tabernáculo de Deus no Céu, a casa não feita por mãos, onde o Senhor ministra em favor de pecadores penitentes, o lugar onde entre o grande Deus e Seu Filho Jesus Cristo predomina o “conselho de paz” na obra de salvação dos homens que perecem. (Zacarias 6:13; Sal. 85:10). Vimos que a purificação do santuário consiste na remoção dos pecados ali anotados e é o ato final do ministério que ali se realiza; que a obra de salvação se centraliza agora no santuário celestial; e que quando o santuário estiver purificado, a obra terá terminado. Então terá chegado ao seu fim o grande plano da salvação concebido quando o homem caiu. A misericórdia não mais intercederá, e se ouvirá a grande voz do trono que está no templo do Céu e que dirá: “Está feito.” (Apocalipse 16:17). Que ocorrerá então? Todos os justos terão o dom da vida eterna; todos os ímpios estarão condenados à morte eterna. Já nenhuma decisão poderá ser mudada, nenhuma recompensa poderá perder-se e nenhum destino de desespero poderá alterar-se.

A solene hora do juízo — Vimos que esse longo

período profético, que marcaria o início desta obra final no santuário celeste, terminou. Seus dias findaram em 1844. Desde aquela data a obra final em prol da salvação do homem tem sido efetuada. Ela inclui o exame do caráter de cada ser humano, pois consiste na remissão dos pecados dos que forem achados dignos de alcançarem a remissão e determina quem dentre os mortos são dignos de ressuscitar. Também decide quem dentre os vivos será transformado na vinda do Senhor, e quem será deixado para participar das terríveis cenas da segunda morte, após a segunda grande ressurreição, ao final do milênio. Todos podem ver que tal decisão deve ser tomada antes que o Senhor apareça.

O destino de cada um ficará determinado pelo que tiver feito no corpo, e cada um será recompensado conforme suas obras. (2 Coríntios 5:10; Apocalipse 22:12). Nos livros de registro dos escribas celestiais, encontram-se anotadas as ações de cada ser humano (Apocalipse 20:12). Na obra final efetuada no santuário, esses registros são examinados e as decisões são tomadas de acordo com o que se encontra ali (Daniel 7:9 e 10). É

natural supor que o juízo começou com os primeiros membros da família humana, que seus casos foram examinados primeiro e uma decisão tomada a esse respeito, e assim sucessivamente com todos os mortos, geração após geração, em sucessão cronológica, até chegarmos à última, a geração dos vivos, com cujos casos a obra terminará.

Ninguém pode saber quanto tempo levará para concluir-se o exame dos casos de todos os mortos; ninguém pode prever com que rapidez a obra chegará ao caso dos vivos. Essa obra solene está sendo realizada desde 1844. As figuras e a própria natureza da obra nos permitem perceber que não pode durar muito. João, em suas sublimes visões das cenas celestiais, viu milhões de assistentes empenhados com nosso Senhor em Sua obra sacerdotal. (Apocalipse 5). Assim prossegue o ministério. Não cessa nem demora e logo há de terminar para sempre.

Aqui nos encontramos, então, diante da última crise da história da família humana, que é também a maior, a mais solene, e iminente. O plano da salvação está por terminar. Os últimos preciosos anos de graça quase terminaram. O Senhor está para

vir salvar os que estiverem prontos, aguardando-O, e para exterminar os indiferentes e incrédulos. Mas aí! que diremos do mundo? Seduzidos pelo erro, enlouquecidos pelos cuidados de negócios, enlouquecidos pelos prazeres e paralisados pelos vícios, seus habitantes não têm um momento para ouvir a solene verdade nem para pensar em seus interesses eternos. Que os filhos de Deus, que pensam na eternidade, procurem com diligência escapar à corrupção que pela cobiça há no mundo, e se preparem para o exame minucioso, quando seus casos serão apresentados no tribunal celeste.

Recomendamos o assunto do santuário a todo atento estudante da profecia. No santuário se vê a arca do concerto de Deus, que contém Sua santa lei. Isto sugere uma reforma em nossa obediência a essa grande norma moral. A abertura do templo celestial, ou o começo do serviço em seu segundo compartimento, assinala o início da declaração feita pelo sétimo anjo. (Apocalipse 11:15 e 19). A obra ali realizada é o fundamento da mensagem do terceiro anjo de Apocalipse 14, a última mensagem de misericórdia a um mundo que perece. Este assunto do santuário torna os cumprimentos

proféticos passados harmoniosos e claros, os quais, de outra maneira estariam envoltos na mais impenetrável escuridão. Dá-nos uma ideia definida da posição e obra de nosso grande Sumo Sacerdote e apresenta o plano da salvação em seus aspectos distintivos e formosos. Faz-nos entender, como nenhum outro assunto, as realidades do juízo e mostra-nos a preparação de que necessitamos para sobreviver ao dia que se aproxima. Mostra-nos que estamos no tempo de espera e nos instiga a vigiar, pois não sabemos quão breve a obra terminará e nosso Senhor virá. Vigiem para que, vindo de modo repentino, não os encontre dormindo.

Após apresentar os grandes eventos relacionados com a missão de nosso Senhor aqui na Terra, o profeta, na última parte de Daniel 9:27 fala da destruição de Jerusalém pelo império romano; e finalmente da destruição desse mesmo poder, chamado em nota marginal de potência “assoladora”.

Deus intervém nos negócios do mundo

Daniel, capítulo 10

Versículo 1 — *“No ano terceiro de Ciro, rei da Pérsia, foi revelada uma palavra a Daniel, cujo nome se chama Beltessazar; e a palavra é verdadeira e trata de uma guerra prolongada; e ele entendeu essa palavra e teve entendimento da visão.”*

Este versículo introduz a última visão registrada do profeta Daniel, pois a instrução que lhe foi comunicada nessa ocasião continua em Daniel 11 e 12. Supõe-se que a morte de Daniel ocorreu pouco depois, uma vez que tinha, segundo Prideaux, pelo menos noventa anos de idade.

O terceiro ano de Ciro foi 534 a.C. Consequentemente, seis anos já se tinham passado desde a visão dos quatro animais por Daniel no primeiro ano de Belsazar (540 a.C.); quatro anos desde a visão do carneiro, do bode e do chifre pequeno, e 2.300 dias do capítulo 8, no terceiro ano de Belsazar, 538 a.C.; e quatro anos desde a

instrução dada a Daniel referente às setenta semanas, no primeiro ano de Dario (538 a.C.), conforme o relato do capítulo 9. Quando o reino de Babilônia foi derrotado pelos medos e persas em 538 a.C, Dario teve permissão de ocupar o trono, por cortesia de seu sobrinho Ciro. Dario reinou até a época de sua morte, quase dois anos depois. Aproximadamente nesse tempo, havendo também morrido Cambises, rei da Pérsia e pai de Ciro, este passou a ser o único monarca do segundo império universal da profecia, em 536 a.C. Contando-se este como seu primeiro ano, o terceiro ano de Ciro, em que Daniel recebeu a visão, seria 534 a.C. Supõe-se que a morte de Daniel ocorreu pouco depois, tendo o profeta pelo menos noventa e um anos de idade, segundo Prideaux.

Versículos 2 e 3 — *“Naqueles dias, eu, Daniel, estive triste por três semanas completas. Manjar desejável não comi, nem carne nem vinho entraram na minha boca, nem me ungi com unguento, até que se cumpriram as três semanas.”*

A tristeza de Daniel — A expressão “três semanas inteiras” corresponde a três semanas de

dias em outras versões e é empregada para distinguir este tempo das *semanas de anos* apresentadas no capítulo anterior.

Por que razão esse idoso servo de Deus estava tão aflito e desesperado? Evidentemente para conhecer melhor o propósito divino acerca dos eventos que aconteceriam à igreja de Deus. O mensageiro enviado para instruí-lo diz: “Desde o primeiro dia em que aplicaste o coração a *compreender*.” (versículo 12). Havia, pois, ainda alguma coisa que Daniel não entendia. Que era? Certamente alguma parte da visão anterior, e portanto de Daniel 8, já que o capítulo 9 é a explicação do anterior. Como resultado de sua súplica, recebe agora informação mais detalhada acerca dos acontecimentos incluídos nos grandes esboços de suas visões anteriores.

A aflição do profeta foi acompanhada de jejum, que não era abstinência completa, mas consistia em consumir só os alimentos mais simples. Não comeu “manjar desejável”, nem finas iguarias; não comeu carne nem tomou vinho; não ungiu a cabeça, o que para os judeus era sinal de jejum. Não sabemos quanto tempo ele teria continuado jejuando se sua

oração não tivesse recebido resposta; mas o fato de continuar por três semanas inteiras nesse proceder demonstra que não era alguém que costumava interromper suas súplicas antes de receber o que pedia.

Versículos 4-9 — *“No vigésimo quarto dia do primeiro mês, estava eu de pé junto à margem do grande rio, o Tigre [Hidéquel, (Almeida, revista e corrigida, 1995)]. Olhei para cima, e diante de mim estava um homem vestido de linho, com um cinto de ouro puríssimo na cintura. Seu corpo era como o berilo, o rosto como o relâmpago, os olhos como tochas acesas, os braços e pernas como o reflexo do bronze polido, e a sua voz era como o som de uma multidão. Somente eu, Daniel, vi a visão; os que me acompanhavam nada viram, mas apoderou-se deles tanto pavor que eles fugiram e se esconderam. Assim fiquei sozinho, olhando para aquela grande visão; fiquei sem forças, muito pálido, e quase desfaleci. Então eu o ouvi falando, e, ao ouvi-lo, caí prostrado, rosto em terra, e perdi os sentidos.”* (Nova Versão Internacional)

A palavra Hidéquel (Almeida, revista e corrigida, 1995) se aplica ao rio Eufrates na versão siríaca. Na

Vulgata, na grega e na árabe, a palavra se aplica ao Tigre. Portanto alguns concluem que o profeta teve esta visão na confluência desses dois rios, perto do Golfo Pérsico.

Nessa ocasião, Daniel foi visitado por um ser muito majestoso. A descrição que dele aqui se dá é comparável à que se faz de Cristo em Apocalipse 1:14-16. Além do mais, como a aparição teve sobre Daniel efeito semelhante ao experimentado por Paulo e seus companheiros quando o Senhor Se apresentou no caminho de Damasco (Atos 9:1-7), deduzimos que foi o próprio Cristo que apareceu a Daniel. No versículo 13 é-nos dito que Miguel veio assistir a Gabriel para influenciar o rei da Pérsia. Quão natural era, pois, que se manifestasse a Daniel nesse então!

Versículos 10-12 — *“E eis que uma mão me tocou e fez que me movesse sobre os meus joelhos e sobre as palmas das minhas mãos. E me disse: Daniel, homem mui desejado, está atento às palavras que te vou dizer e levanta-te sobre os teus pés; porque eis que te sou enviado. E, falando ele comigo esta palavra, eu estava tremendo. Então, me disse: Não temas, Daniel, porque, desde o*

primeiro dia, em que aplicaste o teu coração a compreender e a humilhar-te perante o teu Deus, são ouvidas as tuas palavras; e eu vim por causa das tuas palavras.”

Gabriel anima a Daniel — Tendo Daniel caído diante da majestosa aparição de Cristo, o anjo Gabriel, que é obviamente de quem se fala nos versículos 11 a 13, colocou a mão sobre ele para dar-lhe segurança e confiança. Disse a Daniel que este era homem muito amado. Admirável declaração! Um membro da família humana, de nossa mesma raça, amado, não simplesmente no sentido geral em que Deus amou o mundo inteiro quando deu Seu Filho para morrer pela humanidade, mas amado como pessoa e amado de tão grandiosa maneira! Tal declaração bem pôde infundir confiança ao profeta. Além disso, o anjo lhe diz que veio com o propósito de conversar com ele, e deseja animá-lo e deixá-lo em condições de entender suas palavras. Assim recuperado, o santo e amado profeta continuava a tremer diante do anjo.

“Não temas, Daniel”, continua dizendo Gabriel. Não havia motivo para temê-lo, ainda que fosse um

ser celestial, pois fora enviado a Daniel por ser ele muito amado e em resposta à sua fervorosa oração. Nenhum dos filhos de Deus, qualquer que seja a época que pertença, deve sentir temor servil de qualquer desses agentes enviados para ajudá-lo a alcançar a salvação. Há, entretanto, muitas pessoas que tendem a considerar Jesus e seus anjos como severos ministros de justiça, em vez de seres que trabalham ardentemente por nossa salvação. A presença de um anjo, caso aparecesse corporalmente a eles, lhes encheria de terror, e o pensamento de que Cristo logo virá os entristece e os assusta. Recomendamos a tais pessoas que tenham um pouco mais do perfeito amor que lança fora todo medo.

Versículo 13 — *“Mas o príncipe do reino da Pérsia se pôs defronte de mim vinte e um dias, e eis que Miguel, um dos primeiros príncipes, veio para ajudar-me, e eu fiquei ali com os reis da Pérsia.”* Na Nova Versão Internacional: *“Mas o príncipe do reino da Pérsia me resistiu vinte e um dias [...].”*

Gabriel sofre resistência do rei da Pérsia — Quantas vezes as orações dos filhos de Deus são

ouvidas, ainda que a resposta não seja visível! Assim foi no caso de Daniel. O anjo lhe diz que desde o primeiro dia em que ele aplicou seu coração a entender, suas palavras foram ouvidas. Mas Daniel continuou angustiado, jejuando e lutando com Deus por três semanas, sem ter noção de que sua petição fora atendida. Mas qual a razão da demora? O rei da Pérsia resistiu ao anjo. A resposta à oração de Daniel envolvia certa ação da parte do rei. Ele devia ser influenciado a praticar determinada ação. Sem dúvida era a obra que ele devia fazer, e já tinha começado, em favor do templo de Jerusalém e dos judeus, sendo seu decreto para a construção daquele templo o primeiro de uma série de três. A promulgação do último marcaria o início do grande período profético de 2.300 dias. O anjo foi enviado para influenciá-lo a prosseguir de acordo com a vontade divina.

Percebemos tão pouco do que se passa no mundo invisível com relação aos negócios humanos! Aqui a cortina é erguida por um momento e captamos um vislumbre dos movimentos celestiais. Daniel ora e suplica. O Criador do Universo ouve. Dá a Gabriel a ordem para ir ajudá-lo. Mas o rei da

Pérsia deve agir antes de a oração de Daniel ser respondida e o anjo se apressa a ir ter com o rei da Pérsia. Certamente Satanás reuniu suas forças para se opor ao grande anjo. Eles se enfrentam no palácio real da Pérsia. Satanás usa todos os motivos de interesse egoísta e política mundana para influenciar o rei a não cumprir a vontade de Deus, enquanto Gabriel exerce sua influência na direção contrária. O rei luta entre emoções conflitantes. Vacila e demora, e fica indeciso. Passa dia após dia, e Daniel continua orando. O rei continua se recusando a ceder à influência do anjo. Transcorrem três semanas e eis que um Ser mais poderoso que Gabriel se une a ele no palácio do rei, e logo ambos se dirigem até Daniel para colocá-lo a par do progresso dos acontecimentos. Desde o princípio, disse Gabriel, sua oração foi ouvida; mas durante estas três semanas em que tem se dedicado a orar e jejuar, o rei da Pérsia resistiu à minha influência e me impediu de vir até você.

Tal foi o efeito da oração. E desde o tempo de Daniel, Deus não tem construído barreiras entre Si e Seu povo. Seus servos continuam tendo o privilégio de apresentar orações tão fervorosas e eficazes

como a de Daniel e, da mesma forma que Jacó, lutar com Deus e prevalecer.

Quem era Miguel, que veio em auxílio de Gabriel? A palavra “Miguel” significa “Aquele que é como Deus”. As Escrituras mostram claramente que Cristo é o único que leva esse nome. Judas declara que Miguel é o Arcanjo, palavra que significa “chefe ou cabeça dos anjos”, e Gabriel, em nosso texto, chama-o de “um dos primeiros príncipes” (ou, como se lê numa nota marginal, “o Principal príncipe”. Só pode haver um Arcanjo, portanto é manifestamente impróprio usar o termo no plural, como fazem alguns. As Escrituras jamais o fazem. Em 1 Tessalonicenses 4:16, Paulo diz que quando o Senhor vier a segunda vez para ressuscitar os mortos, a voz do Arcanjo será ouvida. De quem é a voz que se ouve quando os mortos são ressuscitados? A voz do Filho de Deus (João 5:28). Quando se consideram essas passagens da Escritura em conjunto, demonstram que os mortos são ressuscitados pela voz do Filho de Deus; que a voz então ouvida é a voz do Arcanjo, com o que se prova que o Arcanjo é o Filho de Deus; e que o Arcanjo se chama Miguel, de onde se conclui que

Miguel é o Filho de Deus. No último versículo de Daniel 10, Ele é chamado “vosso Príncipe” e no primeiro de Daniel 12, “o grande Príncipe que Se levanta pelos filhos do teu povo”. Estas são expressões que podem apropriadamente ser aplicadas a Cristo, e a nenhum outro ser.

Versículo 14 — *“Agora, vim para fazer-te entender o que há de acontecer ao teu povo nos derradeiros dias; porque a visão é ainda para muitos dias.”*

A expressão “a visão se refere a dias ainda distantes”, penetrando em futuro distante e abrangendo o que sucederá ao povo de Deus até aos últimos dias, demonstra de forma conclusiva que os 2.300 dias mencionados nessa visão não podem significar dias literais, e sim anos. (Ver os comentários sobre Daniel 9:25-27).

Versículos 15-17 — *“Enquanto ele me dizia isso, prostrei-me, rosto em terra, sem conseguir falar. Então um ser que parecia homem tocou nos meus lábios, e eu abri a minha boca e comecei a falar. Eu disse àquele que estava de pé diante de mim: Estou angustiado por causa da visão, meu senhor, e quase desfaleço. Como posso eu, teu*

servo, conversar contigo, meu senhor? Minhas forças se foram, e mal posso respirar.” (Nova Versão Internacional).

Uma das mais notáveis características manifestadas por Daniel era a terna atenção que ele dedicava ao seu povo. Tendo agora chegado a compreender claramente que a visão predizia longos séculos de perseguição e sofrimento para a igreja, ficou tão afetado pela visão que sua força o abandonou, perdeu tanto o fôlego como a capacidade de falar. A visão do versículo 16 certamente se refere à visão anterior, a de Daniel 8.

Versículos 18-21 — *“E uma como semelhança de um homem me tocou outra vez e me confortou. E disse: Não temas, homem mui desejado! Paz seja contigo! Anima-te, sim, anima-te! E, falando ele comigo, esforcei-me e disse: Fala, meu senhor, porque me confortaste. E disse: Sabes porque eu vim a ti? Eu tornarei a pelejar contra o príncipe dos persas; e, saindo eu, eis que virá o príncipe da Grécia. Mas eu te declararei o que está escrito na escritura da verdade; e ninguém há que se esforce comigo contra aqueles, a não ser Miguel, vosso príncipe.”*

Finalmente o profeta é fortalecido para ouvir toda a comunicação que o anjo tinha a fazer. Gabriel diz: “Sabe por que eu me dirigi a você? Entende meu objetivo, de modo que não tenha mais medo?” Então ele anunciou sua intenção de voltar, tão logo termine sua comunicação. A palavra hebraica *im*, que significa “com”, é traduzida na Septuaginta pelo grego *metá*, que não significa “contra”, mas “em comum, juntamente com”, isto é, o anjo de Deus ficaria do lado do reino da Pérsia enquanto fosse conveniente à providência de Deus que esse reino continuasse existindo. “E, quando eu sair” — explicou Gabriel — “certamente virá o príncipe da Grécia.” Ou em outras palavras, quando ele retirar seu apoio do reino, e a providência de Deus operar em favor de outro reino, chegará o príncipe da Grécia e a monarquia persa será derrubada.

Gabriel então anunciou que só Miguel, o Príncipe, entendia como ele as questões que devia comunicar. E após havê-las transmitido a Daniel, havia no Universo quatro seres que possuíam o conhecimento dessas importantes verdades: Daniel, Gabriel, Cristo e Deus. Destacam-se quatro elos nessa corrente de testemunhas: o primeiro, Daniel,

membro da família humana; o último, Jeová, o Deus supremo.

O futuro desdobrado

Daniel, capítulo 11

Versículos 1 e 2 — *“Eu, pois, no primeiro ano de Dario, medo, levantei-me para o animar e fortalecer. E, agora, te declararei a verdade: Eis que ainda três reis estarão na Pérsia, e o quarto será cumulado de grandes riquezas mais do que todos; e, esforçando-se com as suas riquezas, agitará todos contra o reino da Grécia.”*

Entramos agora numa profecia de futuros acontecimentos, que não se revestem de figuras e símbolos, como nas visões de Daniel 2, 7 e 8, mas que são dados em linguagem clara. Aqui se apresentam muitos dos mais destacados eventos da história do mundo, dos dias de Daniel até o fim do mundo. Esta profecia, diz *Thomas Newton*, pode apropriadamente chamar-se um comentário e explicação da visão de Daniel 8. Com esta afirmação o referido comentador demonstra quão claramente percebeu a relação que havia entre essa visão e o restante do livro de Daniel. ^[85]

A última visão de Daniel interpretada — O

anjo Gabriel, após declarar que estivera a confortá-lo e fortalecê-lo no primeiro ano de Dario, dedica sua atenção ao futuro. Dario tinha morrido e agora Ciro reinava. Três haviam de reinar na Pérsia, certamente sucessores imediatos de Ciro. Foram eles: Cambises, filho de Ciro; Smerdis, um impostor; e Dario Histaspes.

Xerxes invade a Grécia — O quarto rei depois de Ciro foi Xerxes, filho de Dario Histaspes. Foi famoso por suas riquezas, em cumprimento direto da profecia que anunciava: “será cumulado de grandes riquezas, mais do que todos.” Resolveu conquistar a Grécia, e para isso organizou um poderoso exército que, segundo Heródoto, tinha cerca de 5,2 milhões de homens.

Xerxes, insatisfeito por movimentar apenas o Oriente, obteve também o apoio de Cartago no Ocidente. O rei persa teve êxito contra a Grécia na famosa batalha das Termópilas; mas o poderoso exército pôde invadir o país somente quando os trezentos valentes espartanos que defendiam a passagem foram traídos. Xerxes sofreu finalmente uma desastrosa derrota em Salamina, no ano de 480

a.C., e o exército persa retornou ao seu país.

Versículos 3 e 4 — *“Depois, se levantará um rei valente, que reinará com grande domínio e fará o que lhe aprouver. Mas, estando ele em pé, o seu reino será quebrado e será repartido para os quatro ventos do céu; mas não para a sua posteridade, nem tampouco segundo o poder com que reinou, porque o seu reino será arrancado e passará a outros.”*

Xerxes foi o último rei da Pérsia que invadiu o território grego; de modo que a profecia passa por alto nove príncipes menores para introduzir o “rei poderoso” — Alexandre, o Grande.

Após derrubar o império persa, Alexandre “tornou-se monarca absoluto daquele império, em extensão jamais possuída por qualquer dos reis persas.”^[86] Seu domínio abrangia “a maior parte do mundo habitado de então”. Com quanta exatidão foi descrito como “rei poderoso, que reinará com grande domínio e fará o que lhe aprouver”. Mas esgotou suas energias nas orgias e bebedices, e ao morrer em 323 a.C., seus projetos vangloriosos e ambiciosos foram repentina e totalmente

interrompidos. O Império Grego não foi herdado pelos filhos de Alexandre. Poucos anos depois de sua morte, toda sua descendência caiu vítima do ciúme e da ambição de seus generais, que dividiram o império em quatro partes. Como é rápida, às vezes, a passagem da mais elevada glória para as maiores profundidades do esquecimento e da morte. Os quatro generais mais hábeis de Alexandre — Cassandro, Lisímaco, Seleuco e Ptolomeu — tomaram posse do império.

Versículo 5 — *“E se fortalecerá o rei do Sul, e um de seus príncipes; e este se fortalecerá mais do que ele e reinará, e domínio grande será o seu domínio.”*

O rei do sul — No restante deste capítulo, o rei do norte e o rei do sul são muitas vezes mencionados. Portanto, é essencial identificar claramente esses reinos para poder entender a profecia. Quando o império de Alexandre foi dividido, as diferentes partes se estendiam para os quatro ventos do céu [quatro pontos cardeais]: ao norte, ao sul, a leste e a oeste. Essas divisões tinham especialmente essas direções quando observadas da

Palestina, a parte central do império. A divisão que ficava a oeste da Palestina constituiria o reino do ocidente; a que ficava ao norte, o reino do norte; a que ficava a leste, o reino do oriente; e a que ficava ao sul, o reino do sul.

Durante as guerras e revoluções que se sucederam através dos séculos, esses limites geográficos foram frequentemente apagados e novos foram inseridos. Porém, quaisquer que fossem as mudanças efetuadas, essas *primeiras* divisões do império devem determinar os nomes que desde então essas porções do território deveriam sempre levar posteriormente, ou não teremos regra pela qual testar a aplicação da profecia. Em outras palavras, qualquer que seja o reino que em qualquer tempo ocupasse o território que a princípio constituía o reino do norte, essa potência, tão logo ocupasse esse território, seria o rei do norte. Qualquer potência que ocupasse o que a princípio constituía o reino do sul, essa potência seria enquanto isso o rei do sul. Falamos só destes dois, porque são os únicos mencionados depois na profecia, e porque, de fato, todo o império de Alexandre finalmente se resolveu nessas duas divisões.

Os sucessores de Cassandro foram logo vencidos por Lisímaco; e seu reino, que compreendia a Grécia e a Macedônia, ficou anexado à Trácia. Lisímaco foi, por sua vez, vencido por Seleuco, e a Macedônia e a Trácia foram anexadas à Síria.

Esses fatos preparam o caminho para interpretar o texto que agora estudamos. O rei do sul, o Egito, seria forte. Ptolomeu Sotero anexou Chipre, Fenícia, Caria, Cirene e muitas ilhas e cidades ao Egito. Assim seu reino se tornou forte. Mas a expressão “um de seus príncipes” introduz outro dos príncipes de Alexandre. Isto deve referir-se a Seleuco Nicator, que, como já foi declarado, tendo anexado a Macedônia e a Trácia à Síria, tornou-se possuidor de três das quatro partes do domínio de Alexandre e estabeleceu um reino mais poderoso que o do Egito.

Versículo 6 — *“Mas, ao cabo de anos, eles se aliarão; e a filha do rei do Sul virá ao rei do Norte para fazer um tratado; mas não conservará a força de seu braço; nem ele persistirá, nem o seu braço, porque ela será entregue, e os que a tiverem trazido, e seu pai, e o que a fortalecia naqueles tempos.”*

O rei do norte — Houve frequentes guerras entre os reis do Egito e da Síria. Especialmente foi este o caso de Ptolomeu Filadelfo, o segundo rei do Egito, e Antíoco Teos, o terceiro rei da Síria. Eles finalmente concordaram em fazer a paz sob condição de que Antíoco rejeitasse sua primeira esposa, Laodice, e seus dois filhos, e se casasse com Berenice, a filha de Ptolomeu Filadelfo. Como cumprimento disso, Ptolomeu trouxe a sua filha para Antíoco, e com ela um imenso dote.

“Ela, porém, não conservará a força do seu braço”, a saber, seu interesse e poder com Antíoco. Assim se provou; porque pouco tempo depois, Antíoco trouxe de volta à corte sua mulher anterior, Laodice, e seus filhos. Então, diz a profecia, “e *ele* [Antíoco] não permanecerá, nem o seu braço”, ou descendência. Laodice, ao recuperar o favor e o poder, temeu que a inconstância de Antíoco pudesse novamente colocá-la em desgraça, chamando de volta a Berenice. Tendo concluído que nada menos que a morte dele podia protegê-la de modo efetivo contra tal eventualidade, mandou que ele fosse envenenado. Tampouco os filhos de Berenice o

sucederam no reino, pois Laodice de tal modo geriu os negócios que assegurou o trono para seu filho mais velho, Seleuco Calínico.

“Porque ela [Berenice] será entregue.” Laodice, não contente com o envenenamento de seu marido, Antíoco, fez assassinar a Berenice e a seu filho ainda na infância. “Os que a trouxeram.” Todos os seus assistentes e mulheres egípcias, ao procurar defendê-la, foram mortos com ela. “E o que ela gerou,” margem, “o que ela trouxe”, a saber, seu filho, que foi assassinado ao mesmo tempo por ordem de Laodice. “E o que a fortalecia naqueles tempos”, refere-se claramente a seu esposo e aos que a defenderam.

Versículos 7-9 — *“Mas, do renovo das suas raízes, um se levantará em seu lugar, e virá com o exército, e entrará nas fortalezas do rei do Norte, e operará contra elas, e prevalecerá. E também os seus deuses, com a multidão das suas imagens, com os seus utensílios preciosos de prata e ouro, levará cativos para o Egito; e, por alguns anos, ele persistirá contra o rei do Norte. E entrará no reino do rei do Sul e tornará para a sua terra.”*

Este reino saído da mesma linhagem com

Berenice, foi seu irmão, Ptolomeu Evergetes. Sucedeu seu pai no trono do Egito, e tão logo se instalou, ardendo de vingança pela morte de sua irmã Berenice, reuniu um imenso exército e invadiu o território do rei do norte, ou seja, de Seleuco Calínico que, com sua mãe, Laodice, reinava na Síria. Prevaleceu contra ele a ponto de conquistar a Síria, Cilícia, as regiões mais além do Eufrates e para o leste até Babilônia. Mas ao saber que se levantou no Egito uma rebelião, a qual exigia sua volta, saqueou o reino de Seleuco, tomando 40 mil talentos de prata e 2.500 imagens dos deuses. Entre elas estavam as imagens que Cambises havia anteriormente levado do Egito a Pérsia. Os egípcios, inteiramente entregues à idolatria, concederam a Ptolomeu o título de Evergetes, ou “o Benfeitor”, como agradecimento por ele ter devolvido seus deuses que estiveram tantos anos exilados.

“Ainda temos escritos que confirmam vários desses detalhes”, diz Thomas Newton. “Apiano informa-nos que Laodice, tendo mandado matar Antíoco, e depois dele a Berenice e seu filho, Ptolomeu, o filho de Filadelfo, para vingar esses homicídios, invadiu a Síria, matou Laodice e

prosseguiu até Babilônia. De Políbio sabemos que Ptolomeu, de sobrenome Evergetes, enfurecido pelo tratamento recebido por sua irmã Berenice, entrou na Síria com um exército e tomou a cidade de Selêucia, que foi mantida alguns anos pelas guarnições dos reis do Egito. Assim ele entrou ‘nas fortalezas do rei do Norte’ [Dan. 11:7]. Poliênio afirma que Ptolomeu se fez dono de toda a região desde o Monte Tauro até a Índia, sem guerra ou batalha, mas por engano ele atribui isso ao pai em vez de ao filho. Justino afirma que se Ptolomeu não tivesse sido chamado de volta ao Egito por uma rebelião interna, teria possuído todo o reino de Seleuco. Assim o rei do sul entrou no reino do norte e voltou à sua própria terra. E ele também continuou mais anos que o rei do norte, pois Seleuco Calínico morreu no exílio, de uma queda de cavalo. Ptolomeu Evergetes sobreviveu por quatro ou cinco anos.”^[87]

Versículo 10 — *“Mas seus filhos intervirão e reunirão grande número de exércitos; e um deles virá apressadamente, e inundará, e passará; e, voltando, levará a guerra até à sua fortaleza.”*

A primeira parte do versículo fala dos filhos, no plural; a última parte de um, no singular. Os filhos de Seleuco Calínico foram Seleuco Cerauno e Antíoco Magno. Ambos entraram com zelo na obra de vingar a causa de seu pai e seu país. O mais velho destes, Seleuco, ocupou primeiro o trono. Ele reuniu uma grande multidão para recuperar os domínios de seu pai, mas foi envenenado por seus generais após um curto e inglorioso reinado. Seu irmão, Antíoco Magno, mais capaz que ele, foi então proclamado rei. Assumiu o encargo do exército, retomou a Selêucia e recuperou a Síria, tornando-se senhor de alguns lugares por tratado e de outros pela força das armas. Antíoco venceu na batalha a Nicolau, o general egípcio, e pensava invadir o próprio Egito. Mas houve uma trégua, durante a qual, ambos os lados negociaram a paz, embora preparando-se para a guerra. Trata-se certamente de um filho que cumpriu a declaração: “arrasará tudo e passará adiante”.

Versículo 11 — *“Então, o rei do Sul se exasperará, e sairá, e pelejará contra ele, contra o rei do Norte; ele porá em campo grande multidão, e a multidão será entregue nas suas mãos.”*

O conflito entre o norte e o sul — Ptolomeu Filopater sucedeu seu pai Evergetes como rei do Egito, e recebeu a coroa pouco depois que Antíoco Magno sucedera seu irmão no governo da Síria. Foi um príncipe amante do luxo e do vício, mas finalmente despertou ante a perspectiva de uma invasão do Egito por Antíoco. Enfureceu-se pelas perdas que havia sofrido e o perigo que o ameaçava. Reuniu um exército numeroso para impedir o avanço do rei sírio. O rei do norte também poria “em campo grande multidão”. O exército de Antíoco, segundo Políbio, contava com 62 mil soldados, seis mil cavalarianos e 102 elefantes. Neste conflito, a batalha de Ráfia, Antíoco foi derrotado, com quase 14 mil soldados mortos e quatro mil feitos prisioneiros, e seu exército foi entregue nas mãos do rei do sul, em cumprimento da profecia.

Versículo 12 — “*E, aumentando a multidão, o seu coração se exaltará; mas, ainda que derribará muitos milhares, não prevalecerá.*”

Ptolomeu não soube aproveitar sua vitória. Tivesse ele prosseguido em seu êxito, provavelmente

se teria tornado senhor de todo o reino de Antíoco. Mas satisfeito por fazer algumas ameaças, fez a paz para que pudesse entregar-se de novo à descontrolada satisfação de suas paixões brutais. Assim, tendo vencido seus inimigos, foi vencido por seus vícios e, esquecido do grande nome que poderia ter conseguido, passou seu tempo em banquetes e sensualidade.

O coração de Ptolomeu se elevou por seu êxito, mas ele estava longe de ser fortalecido por isso, pois o uso indigno que fez da vitória deu motivo a uma rebelião de seus próprios súditos contra ele. Mas a exaltação de seu coração manifestou-se especialmente em seu trato com os judeus. Chegando a Jerusalém, ofereceu sacrifícios e quis entrar no lugar santíssimo do templo, contrariando a lei e a religião dos judeus. Ao ser contido, embora com grande dificuldade, abandonou o lugar ardendo em ira contra toda a nação dos judeus e imediatamente começou contra eles uma perseguição implacável. Em Alexandria, onde os judeus tinham residido desde os dias de Alexandre e desfrutado privilégios dos mais favorecidos cidadãos, foram mortos 40 mil, segundo Eusébio, ou

60 mil, segundo Jerônimo. A rebelião dos egípcios e a matança dos judeus certamente não o fortaleceram em seu trono, mas antes contribuíram para arruiná-lo.

Versículo 13 — *“Porque o rei do Norte tornará, e porá em campo uma multidão maior do que a primeira, e, ao cabo de tempos, isto é, de anos, virá à pressa com grande exército e com muita fazenda.”*

Os eventos preditos neste versículo deviam ocorrer “ao cabo de anos”. A paz concluída entre Ptolomeu Filopater e Antíoco Magno durou catorze anos. Enquanto isso Ptolomeu morreu de intemperança e orgia, e o sucedeu seu filho, Ptolomeu Epifanes, que tinha então cinco anos. Antíoco, durante esse tempo, eliminou a rebelião em seu reino e restringiu à obediência as províncias orientais. Ficou, pois, livre para qualquer empresa, quando o jovem Epifanes subiu ao trono do Egito. Pensando que esta oportunidade era muito boa para deixá-la escapar, formou um imenso exército “maior que o primeiro” e se pôs em marcha contra o Egito, na esperança de alcançar fácil vitória sobre o rei-criança.

Versículo 14 — *“E, naqueles tempos, muitos se levantarão contra o rei do Sul; e os filhos dos prevaricadores do teu povo se levantarão para confirmar a visão; mas eles cairão.”*

Antíoco Magno não foi o único que se levantou contra o infante Ptolomeu. Agátocles, seu primeiro ministro, que se havia apoderado da pessoa do rei e conduzia os negócios do reino em seu lugar, foi tão dissoluto e orgulhoso no exercício do poder, que as províncias antes sujeitas ao Egito rebelaram-se. O próprio Egito foi perturbado por revoltas, e os alexandrinos, levantando-se contra Agátocles, mataram-no, bem como sua irmã, sua mãe e associados. Ao mesmo tempo, Filipe da Macedônia entrou em aliança com Antíoco para dividir os domínios de Ptolomeu entre eles, cada um propondo-se a tomar as partes que estivessem mais próximas e lhes fossem mais convenientes. Tudo isso constituía um levante contra o rei do sul suficiente para cumprir a profecia, e teve como resultado, sem dúvida, os eventos precisos que a profecia anunciava.

Mas um novo poder é agora introduzido: “os dados à violência dentre o teu povo”, literalmente,

diz Thomas Newton, “os quebrantadores do teu povo.”^[88] Longe, às margens do Tibre, havia um reino que vinha nutrindo ambiciosos projetos e obscuros desígnios. Pequeno e fraco a princípio, cresceu com admirável rapidez em força e vigor, entendendo-se cautelosamente aqui e ali para tentar sua proeza e testar a energia de seu braço guerreiro, até que, consciente de seu poder, ergueu com audácia a cabeça entre as nações da Terra, e com mão invencível tomou a direção dos negócios mundiais. Desde então o nome de Roma se destaca nas páginas da história, pois estava destinada a dominar o mundo por longos anos e exercer poderosa influência entre as nações, mesmo até o fim do tempo, de acordo com as profecias.

Roma falou, e a Síria e a Macedônia logo perceberam que seu sonho mudava de aspecto. Os romanos interferiram em favor do jovem rei do Egito, determinados que ele fosse protegido da ruína planejada por Antíoco e Filipe. Era o ano 200 a.C., e foi uma das primeiras intervenções importantes dos romanos nos negócios da Síria e do Egito. Rollin dá o seguinte relato abreviado desta questão:

“Antíoco, rei da Síria, e Filipe, rei da Macedônia, durante o reino de Ptolomeu Filopater haviam mostrado o mais forte zelo pelos interesses daquele monarca e estavam dispostos a ajudá-lo em todas as ocasiões. Mas, assim que ele morreu, deixando após si uma criança, que as leis de humanidade e justiça os comprometiam a não perturbar na posse do reino de seu pai, imediatamente se uniram em aliança criminosa e se excitaram a eliminar o herdeiro legal e dividir seus domínios. Filipe teria a Caria, a Líbia, a Cirenaica e o Egito; Antíoco, todo o resto. Com isto em vista, o último entrou na Celesíria e Palestina, e em menos de duas campanhas fez a conquista inteira dessas províncias, com todas as suas cidades e dependências. A culpa de ambos, diz Políbio, não teria sido tão flagrante se, como tiranos, tivessem se esforçado para cobrir seus crimes com alguma desculpa capciosa. Mas, longe de fazer isso, sua injustiça e crueldade foram tão descaradas que a ele se aplicam o que geralmente se diz dos peixes, que, embora da mesma espécie, o maior engole o menor. Alguém seria tentado, prossegue o mesmo autor, ao ver as leis da sociedade, tão abertamente violadas, a acusar abertamente a Providência de ser

indiferente e insensível aos crimes mais horrendos. Mas isso justificou plenamente sua conduta ao punir dois reis como mereciam; e fez tal exemplo deles para impedir outros de seguir tal exemplo em todos os séculos sucessivos. Porque enquanto pensavam no despojo de uma fraca e desamparada criança, fazendo seu reino aos pedaços, a Providência suscitou os romanos contra eles, que subverteram os reinos de Filipe e Antíoco e reduziram seus sucessores a quase tão grandes calamidades como as que pretenderam esmagar o rei-criança.”^[89]

“Para cumprirem a profecia”. Os romanos são, mais notavelmente que qualquer outro povo, o tema da profecia de Daniel. Sua primeira interferência nos negócios desses reinos é aqui referida como o estabelecimento ou confirmação da verdade da visão que predisse a existência de tal império.

“Mas cairão.” Alguns aplicam isso aos “muitos” mencionados na primeira parte do verso, que se uniriam contra o rei do sul. Outros, aos dissipadores do povo de Daniel, os romanos. Aplicam-se a ambos os casos. Se se refere aos que se aliaram contra Ptolomeu, tudo o que precisa ser dito é que

rapidamente caíram. Se isso se aplica aos romanos, a profecia simplesmente aponta para o período de sua derrota.

Versículo 15 — *“E o rei do Norte virá, e levantará baluartes, e tomará a cidade forte; e os braços do Sul não poderão subsistir, nem o seu povo escolhido, pois não haverá força que possa subsistir.”*

A educação do jovem rei do Egito foi confiada pelo senado romano a Marcos Emílio Lépidio, que nomeou como seu tutor a Aristomenes, velho e experiente ministro daquela corte. Seu primeiro ato foi tomar medidas contra a ameaça da invasão dos dois reis confederados, Filipe e Antíoco.

Para este fim ele despachou Scopas, famoso general da Etólia, então a serviço dos egípcios, a seu país natal para levantar reforços armados. Tendo equipado um exército, marchou para a Palestina e Celesíria (pois Antíoco estava empenhado numa guerra com Átalo na Ásia Menor) e submeteu toda a Judeia à autoridade do Egito.

Assim os negócios foram colocados numa postura para o cumprimento do versículo que consideramos. Antíoco, desistindo de sua guerra

com Átalo a mando dos romanos, deu passos rápidos para a recuperação da Palestina e Celesíria das mãos dos egípcios. Scopas foi mandado contra ele. Perto das fontes do Jordão, os dois exércitos se encontraram. Scopas foi derrotado, perseguido até Sidom e ali estreitamente cercado. Três dos melhores generais do Egito, com suas melhores forças, foram enviados para levantar o cerco, mas sem êxito. Finalmente Scopas encontrando, no macilento e terrível espectro da fome, um inimigo que não poderia enfrentar, foi forçado a se entregar na desonrosa condição de salvar somente a vida. Ele e seus 10 mil homens foram deixados partir, despojados de tudo e indigentes. Assim se cumpriu a predição referente ao rei do norte: “Tomará cidades fortificadas”, pois Sidom era, por sua situação e suas defesas, uma das mais fortes cidades daqueles tempos. Assim foi como os braços do sul não puderam permanecer, nem o povo escolhido por tal reino, a saber, Scopas e suas forças de Etólia.

Versículo 16 — *“O que, pois, vier contra ele fará o que bem quiser, e ninguém poderá resistir a ele; estará na terra gloriosa, e tudo estará em suas mãos.”*

Roma conquista a Síria e Palestina — Embora o Egito não pudesse resistir diante de Antíoco Magno, o rei do norte, Antíoco Asiático não pôde resistir aos romanos, que vieram contra ele. Nenhum reino podia resistir ao poder crescente. A Síria foi conquistada e acrescentada ao império romano, quando Pompeu, em 65 a.C., privou Antíoco Asiático de suas possessões e reduziu a Síria a uma província romana.

A mesma potência também se destacaria na Terra Santa e a consumiria. Os romanos se relacionaram com o povo de Deus, os judeus, por aliança, em 161 a.C. Desde então Roma ocupou lugar de realce no calendário profético. Contudo, não adquiriu jurisdição sobre a Judeia por real conquista até o ano 63 a.C.

Na volta de Pompeu de sua expedição contra Mitrídates Eupator, rei do Ponto, dois concorrentes, Hircano e Aristóbulo, lutavam pela coroa da Judeia. Sua causa foi apresentada a Pompeu, que logo percebeu a injustiça das pretensões de Aristóbulo, mas desejava protelar a decisão do assunto para depois de sua muito desejada expedição à Arábia.

Pompeu então voltar e estabelecer seus negócios da maneira mais justa e adequada. Aristóbulo, sondando os reais sentimentos de Pompeu, voltou depressa à Galileia, armou seus súditos e preparou-se para uma vigorosa defesa, determinado a manter a coroa a qualquer custo, que ele previu seria conferida a outro. Depois de sua campanha contra o rei Aretas, Pompeu soube dos preparativos bélicos e marchou contra a Judeia. Quando ele se aproximou de Jerusalém, Aristóbulo começou a arrepender-se de seu procedimento e procurou acomodar os negócios, prometendo inteira submissão e grandes somas de dinheiro. Pompeu aceitou esta oferta e mandou Gabino com um destacamento de soldados para receber o dinheiro. Mas quando o lugar-tenente chegou a Jerusalém, encontrou as portas fechadas e foi-lhe dito do alto das muralhas que a cidade não manteria o acordo.

Pompeu, para não ser enganado assim com impunidade, aprisionou Aristóbulo e imediatamente marchou contra Jerusalém com todo o seu exército. Os partidários de Aristóbulo queriam defender o lugar; os de Hircano preferiam abrir as portas. Sendo estes a maioria, prevaleceram, e a Pompeu

foi dada livre entrada na cidade. Nisso os adeptos de Aristóbulo retiraram-se para os montes do templo, tão plenamente determinados a defender esse lugar que Pompeu se viu obrigado a sitiá-lo. Ao fim de três meses foi feita no muro uma brecha suficiente para um assalto e o lugar foi tomado ao fio da espada. Na terrível matança que se seguiu, 12 mil pessoas foram assassinadas. Era um espetáculo impressionante, observa o historiador, ver os sacerdotes, na ocasião empenhados no serviço divino, com mão calma e firme propósito de prosseguir em sua obra costumeira, aparentemente inconscientes do selvagem tumulto, embora seu próprio sangue estivesse sendo misturado com o dos sacrifícios que ofereciam.

Tendo posto fim à guerra, Pompeu demoliu os muros de Jerusalém, transferiu várias cidades da jurisdição da Judeia para a Síria e impôs tributo aos judeus. Assim, pela primeira vez Jerusalém foi colocada mediante conquista nas mãos daquela potência que havia de manter a “terra gloriosa” em suas garras de ferro até que a houvesse consumido.

Versículo 17 — *“E porá o seu rosto para vir com a força de todo o seu reino, e com ele os retos,*

e fará o que lhe aprouver; e lhe dará uma filha das mulheres, para a corromper; mas ela não subsistirá, nem será para ele.”

Thomas Newton dá outra interpretação a este versículo, que parece mais claramente expressar o sentido: “Ele também voltará o rosto a entrar pela força em todo o reino.”^[90]

Roma invade o reino do sul — O versículo 16 nos levou até a conquista da Síria e da Judeia pelos romanos. Roma havia anteriormente vencido a Macedônia e a Trácia. O Egito era agora tudo que restou do “todo o reino” de Alexandre, que não tivesse sido reduzido à sujeição ao poder romano. Roma decidiu então a entrar pela força na terra do Egito.

Ptolomeu Auletes morreu em 51 a.C. Deixou a coroa e o reino do Egito à mais velha de suas filhas sobreviventes, Cleópatra, e a seu filho mais velho, Ptolomeu III, menino de 9 ou 10 anos. Ordenava em seu testamento que eles deveriam casar-se e reinar conjuntamente. Como eram jovens, foram colocados sob a tutela dos romanos. O povo romano aceitou o encargo e nomeou Pompeu tutor dos

jovens herdeiros do Egito.

Logo surgiu uma querela entre Pompeu e Júlio César, uma disputa que culminou na famosa batalha de Farsália. Derrotado, Pompeu fugiu para o Egito. César imediatamente o seguiu até lá, mas antes de sua chegada Pompeu foi indignamente assassinado por instigação de Ptolomeu. César assumiu então a tutela de Ptolomeu e Cleópatra. Ele encontrou o Egito em comoção por distúrbios internos, pois Ptolomeu e Cleópatra tornaram-se mutuamente hostis, visto que ela ficou privada de sua parte no governo.

Crescendo diariamente as dificuldades, César achou sua pequena força insuficiente para manter sua posição e, não podendo sair do Egito por causa do vento norte que soprava naquela estação, mandou vir da Ásia todas as tropas que ele tinha naquela região.

Júlio César decretou que Ptolomeu e Cleópatra desobrigassem seus exércitos, comparecessem diante dele para liquidar suas diferenças e acatarem sua decisão! Sendo o Egito um reino independente, este decreto foi considerado uma afronta à sua dignidade real, e os egípcios enfurecidos, recorreram às armas.

César respondeu que agia autorizado pelo testamento do pai dos príncipes, Ptolomeu Auletes, que colocava seus filhos sob a tutela do senado e povo de Roma.

A questão foi finalmente apresentada diante dele, e advogados foram nomeados para defender a causa das respectivas partes. Cleópatra, conhecendo o ponto fraco do grande general romano, decidiu comparecer perante ele em pessoa. Para chegar à presença dele sem ser vista, ela recorreu ao seguinte artifício: Deitou-se de corpo inteiro numa trouxa de roupas dentro da qual a embrulhou Apolodoro, seu servo siciliano; e depois de atar o fardo com uma tenaz, ergueu-a em seus hercúleos ombros e se dirigiu ao alojamento de César. Alegando ter um presente para o general romano, foi admitido à presença de César e depositou o fardo a seus pés. Quando César desatou essa trouxa animada, eis que a bela Cleópatra se pôs diante dele.

Quanto a este incidente, diz F. E. Adcock:

“Cleópatra tinha direito de ser ouvida se César fosse o juiz, e buscou chegar à cidade e encontrar um barqueiro que a levasse até ele. Veio, viu e venceu. Às dificuldades militares que havia para

retirar-se ante o exército egípcio, acrescentou-se o fato de que César já não queria ir. Tinha mais de 50 anos, mas conservava uma tendência para o império, que provocava a admiração de seus soldados. Cleópatra tinha 22 anos, era tão ambiciosa e de tão elevada têmpera como o próprio César, e resultou ser uma mulher a qual podia compreender, admirar e amar.”^[91]

César finalmente decretou que o irmão e a irmã ocupassem o trono juntamente, de acordo com a intenção do testamento. Potinus, o principal ministro de estado, tendo sido o instrumento responsável da expulsão de Cleópatra do trono, temeu o resultado de sua restauração. Por isso ele começou a despertar ciúme e hostilidade contra César, insinuando entre o populacho que se propunha dar todo o poder a Cleópatra. Não tardou a estalar uma revolta. Os egípcios buscaram destruir a frota romana. César revidou queimando a deles. Visto que alguns dos navios incendiados foram impelidos contra o cais, vários dos edifícios da cidade pegaram fogo e a famosa biblioteca de Alexandria, contendo cerca de 400 mil volumes, foi destruída. Antipater, o Idumeu,

juntou-se a ele, com 3 mil judeus. Estes, que dominavam os desfiladeiros que davam entrada ao Egito, permitiram que passasse o exército romano sem interrupção. A chegada desse exército de judeus sob Antipater ajudou a decidir a contenda.

Uma batalha decisiva foi travada perto do Nilo, entre as frotas do Egito e de Roma, resultando uma completa vitória de César. Ptolomeu, tentando escapar, se afogou no rio. Alexandria e todo o Egito se submeteram ao vencedor. Roma tinha entrado agora em todo o reino original de Alexandre e o havia absorvido.

A referência que em algumas versões faz aqui aos “justos”, significa sem dúvida os judeus, que deram a Júlio César a ajuda já mencionada. Sem isso ele teria fracassado; graças a ela, subjugou completamente o Egito no ano 47 a.C.

“Uma filha das mulheres, para a corromper” foi Cleópatra, que tinha sido a querida de César, e lhe dera um filho. O feitiço da rainha o manteve mais tempo no Egito do que seus negócios requeriam. Passava noites inteiras em banquetes e orgias com a rainha depravada. “Mas ela não subsistirá, nem será para ele”, dissera o profeta. Cleópatra uniu-se depois

a Antônio, o inimigo de César Augusto, e exerceu todo o seu poder contra Roma.

Versículo 18 — *“Depois, virará o seu rosto para as ilhas e tomará muitas; mas um príncipe fará cessar o seu opróbrio contra ele e ainda fará tornar sobre ele o seu opróbrio.”*

A guerra que sustentaria na Síria e Ásia Menor contra Farnaces, rei do Bósforo Cimeriano, expulsou Júlio César do Egito. “Na sua chegada onde estava o inimigo”, diz Prideaux, “sem dar qualquer sossego a si mesmo ou a eles, imediatamente os atacou e obteve absoluta vitória sobre eles. Por causa disso escreveu a um amigo nestas três palavras: *Veni, vidi, vici!* (Vim, vi e venci”)^[92].

A última parte deste versículo está envolta em certa obscuridade e há divergência de opinião quanto à sua aplicação. Alguns a aplicam a um momento anterior da vida de César, e pensam ver seu cumprimento em sua disputa com Pompeu. Mas outros eventos anteriores e posteriores na profecia nos compelem a buscar o cumprimento desta parte da predição entre a vitória sobre Farnaces e a morte

de César em Roma, como apresentada no versículo seguinte.

Versículo 19 — *“Virará, então, o seu rosto para as fortalezas da sua própria terra, mas tropeçará, e cairá, e não será achado.”*

Depois de sua conquista da Ásia Menor, César derrotou os últimos fragmentos que restaram do partido de Pompeu, sob Catão e Cipião na África, e sob Labieno e Varus na Espanha. Voltando a Roma, as “fortalezas de sua própria terra”, foi feito ditador perpétuo. E lhe foram concedidos outros poderes e honras que o tornaram de fato soberano de todo o império. Mas o profeta dissera que ele tropeçaria e cairia. A linguagem empregada implica que sua queda seria súbita e inesperada, como a de uma pessoa que acidentalmente tropeça em seu caminho. E assim este homem, que havia lutado e ganho cinquenta batalhas e tomado mil cidades, caiu, não no fragor da batalha, mas quando ele pensava que seu caminho fosse plano e que o perigo estava afastado.

“À véspera da partida, César jantou com Lépido e, enquanto os hóspedes estavam sentados diante do vinho, alguém perguntou: ‘De que morte é melhor

morrer?’ César que estava ocupado assinando cartas disse: ‘De morte repentina.’ Às doze horas do dia seguinte, apesar dos sonhos e predições, sentou-se em sua cadeira no Senado, rodeado de homens a quem atendera, dado posição e salvo. Ali foi ferido, e lutou até cair aos pés da estátua de Pompeu.”^[93]

Assim tropeçou de repente, caiu, e não apareceu mais, em 44 a.C.

Versículo 20 — “*E, em seu lugar, se levantará quem fará passar um arrecadador pela glória real; mas em poucos dias será quebrantado, e isso sem ira e sem batalha.*”

Aparece Augusto, o exator [o cobrador, o exigente, o executor] — Otávio sucedeu a seu tio Júlio que o havia adotado. Anunciou publicamente esta adoção pelo tio e tomou seu nome. Uniu-se com Marco Antônio e Lépido para vingar a morte de Júlio César. Os três organizaram uma forma de governo chamado triunvirato. Ao Otávio ser estabelecido firmemente no império, o senado conferiu-lhe o título de “Augusto”, e tendo agora morto os outros membros do triunvirato, ele se tornou supremo governante.

Foi na verdade um exator. Lucas, falando do que aconteceu no tempo em que Cristo nasceu, diz: “E sucedeu naqueles dias, que saiu um decreto da parte de César Augusto ordenando que todo mundo se alistasse.” Lucas 2:1. Era evidentemente para a cobrança de impostos, como indicam certas versões. Durante o reinado de Augusto, “impuseram-se novas contribuições; uma quarta parte da renda anual de todos os cidadãos e um tributo capital de um oitavo de todos os livres.”^[94]

Estava “na glória do reino”. Roma chegou ao pináculo de sua grandeza e poder durante a era de Augusto. O império jamais viu uma época mais esplendorosa. Reinava a paz, mantinha-se a justiça, freava-se o luxo, confirmava-se a disciplina e se incentivava o ensino. Durante seu reino, o templo de Janus foi fechado três vezes, significando que todo o mundo estava em paz. Desde a fundação do Império Romano esse templo havia sido fechado só duas vezes antes. Nesse momento glamoroso nosso Senhor nasceu em Belém de Judeia. Em pouco menos de dezoito anos depois de apresentado o censo mencionado, quer dizer apenas “poucos dias”

ao distante olhar do profeta, Augusto morreu, não em ira nem em batalha, mas pacificamente em seu leito, em Nola, aonde ele fora buscar repouso e saúde, em 14 d.C., aos 76 anos de idade.

Versículo 21 — *“Depois, se levantará em seu lugar um homem vil, ao qual não tinham dado a dignidade real; mas ele virá caladamente e tomará o reino, com intrigas.”*

Tibério corta o Príncipe da aliança — Tibério César sucedeu a César Augusto no trono romano. Foi elevado ao consulado aos 29 anos de idade. A história nos diz que quando Augusto estava para nomear seu sucessor, sua esposa Lúvia pediu que ele nomeasse Tibério, seu filho com o marido anterior. Mas o imperador disse: “Seu filho é demasiado vil para usar a púrpura de Roma.” Preferiu a Agripa, cidadão romano virtuoso e muito respeitado. Mas a profecia tinha predito que “um homem vil” sucederia Augusto. Agripa morreu e Augusto ainda estava com necessidade de escolher sucessor. Lúvia renovou sua intercessão em favor de Tibério, e Augusto, enfraquecido pela idade e a doença, foi mais facilmente lisonjeado e finalmente concordou

em nomear, como colega e sucessor, aquele jovem “vil”. Mas os cidadãos nunca lhe deram o amor, o respeito e a “dignidade real” devidos a um soberano íntegro e fiel.

Quão claro cumprimento é isso da predição de que não lhe dariam a dignidade real! Mas ele havia de entrar pacificamente e obter o reino por meio de lisonjas. Vejamos como isso se cumpriu:

“Durante o restante da vida de Augusto, ele [Tibério] se portou com grande prudência e habilidade, concluindo uma guerra com os germanos de tal maneira que mereceu triunfo. Após a derrota de Varo e suas legiões, foi mandado a impedir o avanço dos vitoriosos germanos e atuou naquela guerra com igual espírito e prudência. Ao morrer Augusto, ele o sucedeu (14 d.C.) sem oposição, na soberania do império, a qual com sua característica de dissimulação, fingiu declinar, até repetidamente solicitado pelo senado servil.”^[95]

Dissimulação de sua parte, lisonja da parte do senado servil e uma posse do reino sem oposição — tais foram as circunstâncias que acompanharam sua ascensão ao trono e cumpriram a profecia.

O personagem apresentado no texto é chamado “um homem vil”. Foi esse o caráter de Tibério? Outro parágrafo da Enciclopédia responde:

“Tácito registra os eventos de seu reinado, inclusive a suspeita morte de Germânico, a detestável administração de Sejano, o envenenamento de Druso, com toda a extraordinária mistura de tirania com a sabedoria e bom senso que ocasionalmente distinguiram a conduta de Tibério, até seu infame e dissoluto afastamento (26 d.C.) para a ilha de Capri, na baía de Nápoles, para não mais voltar a Roma [...]. O restante do reinado deste tirano é pouco mais que uma enfadonha narrativa de servilismo por um lado e de despótica ferocidade por outro. Que ele mesmo suportou tanta miséria quanto infligiu a outros, é evidente pelo seguinte início de uma de suas cartas ao senado: ‘O que vos escreverei, pais conscritos, ou o que não escreverei, ou por que devia escrevê-lo, que os deuses e as deusas me castiguem mais do que eu sinto diariamente que eles estão fazendo, se posso dizer!’ ‘Que tortura mental’, observa Tácito, com referência a esta passagem, ‘que pôde arrancar tal

confissão!””[96]

Se a tirania, a hipocrisia, a orgia e a embriaguez ininterruptas são traços e práticas que mostram ser um homem vil, Tibério exibiu esse caráter com perfeição.

Versículo 22 – “*E, com os braços de uma inundação, serão arrancados de diante dele; e serão quebrantados, como também o príncipe do concerto.*”

Thomas Newton apresenta a seguinte interpretação como mais de acordo com o original: “E os braços do que inunda serão superados diante dele e serão quebrados.”[97]

Isso significa revolução e violência; e como cumprimento veremos os braços de Tibério ser suplantados ou, em outras palavras, vê-lo sofrer morte repentina. Para mostrar como isso se realizou, recorreremos de novo à Enciclopédia Americana, verbete “Tibério”:

“Agindo como hipócrita até o fim, ele disfarçou sua crescente debilidade tanto quanto pôde, fingindo até participar dos esportes e exercícios dos soldados

de sua guarda. Finalmente, deixando sua ilha favorita, cenário das mais desgastantes orgias, ele parou numa casa de campo perto do promontório de Micenum, onde, em 16 de março de 37 d. C, caiu numa letargia em que pareceu morto. Calígula se estava preparando com uma numerosa escolta para tomar posse do império, quando seu súbito despertar deixou a todos em consternação. Nesse instante crítico, Macro, o prefeito pretoriano o fez ser *sufocado com travesseiros*. Assim expirou universalmente detestado o imperador Tibério aos 68 anos de idade, no vigésimo terceiro de seu reinado.”^[98]

Depois de levar-nos até a morte de Tibério, o profeta menciona um acontecimento que se produziria durante o reinado, tão importante que não devia ser passado por alto. É o quebrantamento do Príncipe da aliança, ou seja, a morte de nosso Senhor Jesus Cristo, “o Messias Príncipe”, que por uma semana havia de confirmar a aliança com Seu povo.

Segundo a profecia, a morte de Cristo ocorreu no reinado de Tibério. Lucas nos informa que no

décimo quinto ano do reinado de Tibério César, João Batista começou seu ministério (Lucas 3:1-3). O reinado de Tibério deve ser computado, segundo Prideaux^[99], o Dr. Hales^[100], e outros, o reinado de Tibério deve contar-se desde sua elevação ao trono para reinar junto com Augusto, seu padraсто, em agosto do ano 12 d.C. Seu décimo quinto ano seria, portanto, de agosto de 26 d.C. a agosto de 27 d.C. Cristo era seis meses mais jovem que João, e se supõe que Ele começou Seu ministério seis meses mais tarde, visto que ambos, de acordo com a lei do sacerdócio, iniciavam sua obra quando tinham trinta anos de idade.

Se João começou seu ministério na primavera, na última parte do décimo quinto ano de Tibério, isso colocaria o início do ministério de Cristo no outono de 27 d.C. E justamente aqui, as melhores autoridades colocam o batismo de Cristo, sendo o ponto exato onde terminaram os 483 anos que desde 457 a.C. deviam estender-se até o Messias, o Príncipe. Então Cristo saiu a proclamar que o tempo estava cumprido. Deste ponto avançamos três anos e meio para achar a data da crucifixão, pois Cristo

assistiu a quatro Páscoas e foi crucificado na quarta. Três anos e meio mais, contando do outono de 27 d.C., nos levam à primavera de 31 d.C. A morte de Tibério ocorreu apenas seis anos mais tarde, em 37 d.C. (Ver comentários sobre Daniel 9:25-27).

Versículo 23 — *“E, depois do concerto com ele, usará de engano; e subirá e será fortalecido com pouca gente.”*

Roma entra em coligação com os judeus — O pronome “ele” referente à pessoa com quem se faz a aliança, deve ser o mesmo poder que tem sido o assunto da profecia a partir do versículo 14: o Império Romano. Que este é o caso é demonstrado no cumprimento da profecia em três personagens, que sucessivamente governaram o império romano: Júlio César, Augusto e Tibério.

Tendo nos levado através dos eventos da história secular do Império Romano até o fim das setenta semanas de Daniel 9:24, o profeta nos conduz de volta ao tempo em que os romanos se tornaram diretamente ligados ao povo de Deus, pela coligação com os judeus, em 161 a.C. Desse ponto somos levados numa linha direta de eventos até o triunfo

final da igreja e o estabelecimento do reino eterno de Deus. Os judeus, sendo gravemente oprimidos pelos reis sírios, enviaram um embaixador a Roma, para solicitar o auxílio dos romanos e unir-se numa “liga de amizade e confederação com eles.”^[101] Os romanos atenderam o pedido dos judeus e lhes concederam um decreto, nestas palavras:

“O decreto do senado acerca de uma liga de assistência e amizade com a nação dos judeus — Não será legítimo a nenhum súdito dos romanos fazer guerra à nação dos judeus, nem ajudar os que a fazem, seja pelo envio de trigo, navios ou dinheiro. Se algum ataque se fizer aos judeus, os romanos os assistirão o quanto puderem; e também se algum ataque for feito aos romanos, os judeus os ajudarão. E se os judeus pretenderem acrescentar ou tirar alguma coisa desta liga de assistência, isso se fará com o consenso dos romanos. E qualquer acréscimo assim feito vigorará.” Este decreto foi escrito por Eupolemus, o filho de João, e por Jason, o filho de Eleazar, quando Judas era sumo sacerdote da nação e Simão, seu irmão, general do exército. Esta foi a primeira liga que os romanos fizeram com os judeus

e foi administrada desta maneira.”^[102]

Nesse tempo os romanos eram um pequeno povo e começaram a agir enganosamente, ou com astúcia, como a palavra significa. E desde aquela época foram se elevando constante e rapidamente até chegar ao apogeu do poder.

Versículo 24 — *“Virá também caladamente aos lugares mais férteis da província e fará o que nunca fizeram seus pais, nem os pais de seus pais; repartirá entre eles a presa, e os despojos, e a riqueza e formará os seus projetos contra as fortalezas, mas por certo tempo.”*

Antes dos dias de Roma, as nações entravam em valiosas províncias e rico território por guerra e conquista. Roma ia agora fazer o que não tinha sido feito pelos pais ou avós, ou seja, receber essas aquisições por meios pacíficos. Inaugurou-se então o costume de que os reis deixassem por representação de embaixadores, seus reinos aos romanos. Roma entrou na posse de grandes províncias desta maneira.

Os que assim passavam a depender de Roma obtinham grande vantagem. Eram tratados com

bondade e indulgência. Era como se a presa e o despojo fossem distribuídos entre eles. Foram protegidos de seus inimigos e descansaram em paz e segurança sob a vigilância do poder romano.

Até a última parte deste versículo, Thomas Newton dá a ideia de formar desígnios *desde* as fortalezas, em vez de *contra* elas. Isto os romanos fizeram desde a poderosa fortaleza de sua cidade fortificada de sete colinas. “Mesmo por um tempo”, sem dúvida um período profético, de 360 anos. De que ponto esses anos devem ser datados? Provavelmente do acontecimento apresentado no versículo seguinte.

Versículo 25 — “*E suscitará a sua força e o seu coração contra o rei do Sul, com um grande exército, e o rei do Sul se envolverá na guerra com um grande e mui poderoso exército; mas não subsistirá, porque formarão projetos contra ele.*”

Roma entra em atrito com o rei do sul — Os versículos 23 e 24 nos levam desde a liga entre os judeus e os romanos, em 161 a.C., até o tempo em que Roma adquiriu domínio universal. O versículo agora em estudo nos apresenta uma vigorosa

campanha contra o rei do sul, o Egito, e uma grande batalha entre poderosos exércitos. Ocorreram tais eventos na história de Roma por esse tempo? Sim. Houve uma guerra entre o Egito e Roma, e a batalha foi a de *Actium*. Consideremos brevemente as circunstâncias que conduziram a este conflito.

Marco Antônio, César Augusto e Lépido constituíram o Triunvirato que jurara vingar a morte de Júlio César. Antônio tornou-se cunhado de Augusto ao casar-se com sua irmã Otávia. Foi enviado ao Egito em missão governamental, mas caiu vítima dos encantos de Cleópatra, a dissoluta rainha. Tão avassaladora foi a paixão que por ela nutriu que finalmente abraçou os interesses egípcios, repudiou sua esposa Otávia, para agradar Cleópatra, e concedeu a esta uma província após outra. Celebrou um triunfo em Alexandria em vez de em Roma e cometeu outras tanta afrontas contra o povo romano, que Augusto não teve dificuldade em levar este povo a empreender uma vigorosa guerra contra o Egito. A guerra era ostensivamente contra o Egito e Cleópatra, mas era realmente contra Marco Antônio, que estava agora à frente dos negócios egípcios. A verdadeira causa de seu conflito era, diz

Prideaux, que nenhum deles podia contentar-se com apenas metade do império romano. Lépido tinha sido deposto do Triunvirato, e os dois [Marco Antônio e Augusto] repartiam entre si o governo do império. Cada qual, estando determinado a possuir o todo, lançaram a sorte da guerra.

Antônio reuniu sua esquadra em Samos. Quinhentos navios de guerra, de extraordinário tamanho e estrutura, tendo vários tombadilhos, um acima do outro, com torres na proa e na popa, formavam um imponente e formidável aparato. Esses navios transportavam 125 mil soldados. Os reis da Líbia, Cilícia, Capadócia, Paflagônia, Comagena e Trácia estavam lá pessoalmente; e os do Ponto, da Judeia, Licaônia, Galácia e Média, mandaram suas tropas. O mundo raramente vira mais esplêndido e movimentado espetáculo militar que esta frota de navios de guerra, quando estendiam suas velas e se moviam sobre o seio do mar. Superando a todos em magnificência, chegou a galera de Cleópatra, que flutuava como um palácio de ouro sob uma nuvem de velas purpúreas. Suas bandeiras e bandeiras ao vento, trombetas e outros instrumentos de guerra, fizeram os céus ressoar com

notas de alegria e triunfo. Antônio seguia logo atrás numa galera de quase igual magnificência.

Augusto, por outro lado, exibiu menos pompa, porém, mais utilidade. Ele tinha apenas metade de navios em relação aos de Antônio e apenas 80 mil soldados. Mas eram todos homens escolhidos e a bordo de sua frota só havia marinheiros experientes, ao passo que Antônio, não encontrando marinheiros suficientes, tinha sido obrigado manobrar seus navios com artesãos de toda classe, homens inexperientes e mais bem adequados para atrapalhar do que para prestar real serviço em tempo de batalha. Como se tinha consumido grande parte da estação nestes preparativos, Augusto ordenou a seus navios que se reunissem em Brundusi, e Antônio em Corcira, até o ano seguinte.

Na primavera, ambos os exércitos se puseram em movimento, por terra e por mar. As frotas finalmente entraram no Golfo de Ambrácia, no Egito, e as forças terrestres foram dispostas em cada margem, plenamente visíveis. Os mais experientes generais de Antônio o aconselharam a não arriscar uma batalha naval com seus marujos inexperientes, mas que mandasse Cleópatra de volta ao Egito, ir

apressadamente à Trácia ou à Macedônia, e confiar o desfecho a suas forças terrestres, que eram tropas veteranas. Mas ele, ilustrando o velho adágio: “A quem Deus quer destruir, primeiro enlouquece”, deixou prevalecer sua vaidade por Cleópatra, e parecia apenas desejoso de agradar a ela. Esta, confiando só em aparências, considerava sua frota invencível e aconselhou ação imediata.

A batalha foi travada em 2 de setembro de 31 a.C., na foz do golfo de Ambrácia, perto da cidade de Actium. O que estava em jogo entre estes rudes guerreiros, Antônio e César, era o domínio do mundo. O conflito, terrivelmente longo, foi finalmente decidido pela conduta de Cleópatra. Assustada pelo calor da batalha, fugiu quando não havia perigo, levando após si toda a frota egípcia, que contava com setenta navios. Antônio, ao ver esse movimento e esquecendo de tudo, menos de sua cega paixão por ela, seguiu-a precipitadamente, e entregou a Augusto uma vitória, que ele [Marco Antônio] poderia ter obtido se suas forças egípcias lhe tivessem sido leais, ou se ele tivesse sido fiel à sua própria tripulação.

Essa batalha assinala, sem dúvida, o início do

“tempo” mencionado no versículo 24. Como durante este “tempo”, planos deviam ser lançados desde a fortaleza, ou Roma, devemos concluir que no fim daquele período cessaria a supremacia ocidental, ou ocorreria no império uma mudança tal que aquela cidade não mais seria considerada a sede do governo. De 31 a.C., um tempo profético, ou 360 anos, nos traria ao ano 330 d.C. E torna-se um fato digno de nota que a sede do império foi removida de Roma para Constantinopla por Constantino, o Grande nesse mesmo ano. [\[103\]](#)

Versículo 26 – *“E os que comerem os seus manjares o quebrantarão; e o exército dele se derramará, e cairão muitos traspassados.”*

Antônio foi abandonado por seus aliados e amigos, os que comiam seus manjares. Cleópatra, como já foi descrito, subitamente se retirou da batalha, levando setenta navios de linha. O exército terrestre, decepcionado com a imprudência de Antônio, passou-se para Augusto, que recebeu os soldados de braços abertos. Quando Antônio chegou à Líbia, achou que as forças que lá havia deixado sob Scarpus para guardar a fronteira, se haviam

debandado para César e no Egito suas forças se renderam. Em raiva e desespero, tirou a própria vida.

Versículo 27 — *“Também esses dois reis terão o coração atento para fazerem o mal e a uma mesma mesa falarão a mentira; ela, porém, não prosperará, porque o fim há de ser no tempo determinado.”*

Antônio e Augusto foram anteriormente aliados. Contudo, sob o disfarce da amizade, ambos ambicionavam o domínio universal e lutavam para consegui-lo. Seus protestos de amizade mútua eram expressões de hipócritas. Falavam mentiras numa só mesa. Otávia, mulher de Antônio e irmã de Augusto, declarou ao povo de Roma, quando Antônio se divorciou dela, que havia concordado em aceitá-lo com a única esperança de que isso garantiria a união entre Antônio e Augusto. Mas esse recurso não prosperou. Veio a ruptura e, no conflito que se seguiu, Augusto saiu inteiramente vitorioso.

Versículo 28 — *“Então, tornará para a sua terra com grande riqueza, e o seu coração será contra o santo concerto; e fará o que lhe aprouver*

e tornará para a sua terra.”

Aqui se apresentam dois retornos de conquista estrangeira. O primeiro produziu-se após os eventos narrados nos versículos 26 e 27, e o segundo, depois que aquele poder voltou-se contra a santa aliança e realizou suas façanhas. A primeira vez foi na volta de Augusto de sua expedição ao Egito contra Antônio. Voltou a Roma com honras e riquezas, pois, “nesse tempo eram tão vastas as riquezas levadas do Egito a Roma na conquista desse país e de lá voltou Otaviano [Augusto] e seu exército, e os preços de víveres e todas as mercadorias dobraram.”^[104]

Augusto celebrou suas vitórias em três dias de triunfo. Cleópatra seria agraciada como um dos cativos reais, se não se houvesse suicidado por uma víbora.

Roma destrói Jerusalém — O seguinte grande empreendimento dos romanos após a derrota do Egito foi a expedição contra a Judeia e a captura e destruição de Jerusalém. A santa aliança é sem dúvida a aliança que Deus tem mantido com Seu povo sob formas diferentes, em diferentes eras do

mundo. Os judeus rejeitaram a Cristo e, de acordo com a profecia de que todos os que não ouvissem o Profeta seriam cortados, foram lançados fora de sua própria terra e espalhados entre todas as nações da Terra. Enquanto judeus e cristãos igualmente sofreram sob as opressoras mãos dos romanos, foi, sem dúvida, especialmente na redução da Judeia, que foram expostas as façanhas mencionadas no texto sagrado.

Sob Vespasiano, os romanos invadiram a Judeia e tomaram as cidades da Galileia: Corazim, Betsaida e Cafarnaum, onde Cristo fora rejeitado. Destruíram os habitantes e nada deixaram senão ruína e desolação. Tito sitiou Jerusalém, e abriu uma trincheira ao seu redor, conforme a predição do Salvador. Seguiu-se uma fome terrível. Moisés havia predito que terríveis calamidades sobreviriam aos judeus, se eles se apartassem de Deus. Fora profetizado que até a mulher delicada comeria seus próprios filhos no aperto do cerco (Deuteronômio 28:52-55). Sob o cerco de Jerusalém por Tito, ocorreu literal cumprimento desta predição. Ao ouvir o relato desses atos desumanos, mas esquecendo que era ele que os estava impelindo a

tais extremos de loucura, Tito jurou eterna extirpação da cidade maldita e seu povo.

Jerusalém caiu no ano 70 d.C. Em honra a si mesmo, o comandante romano determinara salvar o templo, mas o Senhor dissera: “Não ficará aqui pedra sobre pedra que não seja derribada.” (Mateus 24:2). Um soldado romano apanhou uma tocha acesa e, subindo nos ombros de seus camaradas, atirou-a por uma das janelas ao interior da linda estrutura. Esta não tardou em incendiar-se, e os esforços desesperados dos judeus para apagar as chamas, embora auxiliados pelos do próprio Tito, tudo foi em vão. Vendo que o templo iria perecer, Tito entrou e retirou o candelabro, a mesa dos pães da proposição e o volume da lei, que era revestido de tecido de ouro. O candelabro foi depois depositado no Templo da paz, de Vespasiano e copiado no arco triunfal de Tito, onde ainda se vê sua mutilada imagem.

O cerco de Jerusalém durou cinco meses. Nele pereceram 1,1 milhão de judeus e 97 mil foram feitos prisioneiros. A cidade estava tão admiravelmente fortificada que Tito exclamou, ao ver as ruínas: “Lutamos com a ajuda de Deus”. Foi

completamente arrasada e os próprios fundamentos do templo foram arados por Tarentius Rufo. A duração total da guerra foi de sete anos, e se diz que quase um milhão e meio de pessoas foram vítimas de seus tremendos horrores.

Assim este poder realizou grandes façanhas e novamente voltou para a sua terra.

Versículo 29 — *“No tempo determinado, tornará a vir contra o Sul; mas não será na última vez como foi na primeira.”*

O tempo indicado é provavelmente o tempo profético do verso 24, previamente mencionado. Terminou, como já demonstrado, em 330 d.C. e nessa data este poder se voltaria para o sul, mas não como na ocasião anterior, quando foi para o Egito, nem como depois, quando foi para a Judeia. Aquelas foram as expedições que resultaram em conquista e glória. Esta levou à desmoralização e ruína. A transferência da sede do império para Constantinopla foi o início da queda do império. Roma então perdeu o seu prestígio. A divisão ocidental ficou exposta às incursões de inimigos estrangeiros. Com a morte de Constantino, o Império Romano foi dividido entre seus três filhos:

Constâncio, Constantino II e Constante. Constantino II e Constante desentenderam-se e, sendo Constante o vencedor, ganhou a supremacia de todo o Ocidente. Os bárbaros do norte agora começaram suas incursões e estenderam suas conquistas até que o poder imperial do Ocidente expirou em 476 d.C.

Versículo 30 — *“Porque virão contra ele navios de Quitim, que lhe causarão tristeza; e voltará, e se indignará contra o santo concerto, e fará como lhe apraz; e ainda voltará e atenderá aos que tiverem desamparado o santo concerto.”*

Roma é saqueada pelos bárbaros — A narrativa profética ainda faz referência ao poder que tem sido o tema da profecia desde o verso 16, ou seja, Roma. Quais foram os navios de Quitim que foram contra este império, e quando isso aconteceu? Que país ou poder é representado por Quitim? Em Isaías 23:1 achamos esta menção: “Desde a terra de Quitim lhes foi isto revelado.” Adam Clarke diz em nota a respeito:

“Diz-se que as notícias da destruição de Tiro por Nabucodonosor, lhes foram levadas de Quitim, as ilhas e costas do Mediterrâneo, ‘pois os Tírios’ – diz

Jerônimo sobre o versículo 6 – quando viram que não tinham outro meio de escape, fugiram em seus navios e se refugiaram em Cartago e nas ilhas dos mares Jônio e Egeu.””[105]

Travou-se alguma vez contra o Império Romano uma guerra naval tendo Cartago como base de operação? Lembremos os terríveis ataques dos vândalos contra Roma sob o feroz Genserico, e responderemos afirmativamente. A cada primavera ele saía do porto de Cartago comandando suas numerosas e bem disciplinadas forças navais, para espalhar consternação por todas as províncias marítimas do império. Tal é a obra apresentada no versículo que estudamos; e isso fica melhor confirmado ao considerarmos que a profecia nos levou exatamente a este tempo. No versículo 29 entendemos ser mencionada a transferência da sede para Constantinopla. A seguinte revolução que se produz no curso do tempo é a que ocasionou as investidas dos bárbaros do norte, entre as quais se destacavam os vândalos e a guerra que realizavam, como já mencionado. A carreira de Genserico desenvolveu-se entre 428-468 d.C.

Os eventos “lhe causarão tristeza; e voltará”. Isso pode referir-se aos esforços desesperados que foram feitos para desalojar Genserico da soberania dos mares, o primeiro por Majorian, e logo pelo papa Leão I, mas se demonstraram fracassos totais. Roma foi obrigada a submeter-se à humilhação de ver suas províncias saqueadas e sua “cidade eterna” pilhada pelo inimigo. (Ver comentário sobre Apocalipse 8:8).

“E se indignará contra a santa aliança”. Isto se refere sem dúvida às tentativas de destruir o povo de Deus pelos ataques dirigidos às Sagradas Escrituras, o livro da aliança. Uma revolução desta natureza foi realizada em Roma. Os hérulos, godos e vândalos, que conquistaram Roma, abraçaram a fé ariana e se tornaram inimigos da Igreja Católica. Justiniano decretou que o Papa fosse a cabeça da Igreja e o corregedor dos heréticos especialmente com o propósito de exterminar essa heresia. A Bíblia logo passou a ser considerada um livro perigoso, que não devia ser lido pelo povo comum, mas todas as questões em disputas deviam ser submetidas ao Papa. Assim se desprezou a Palavra de Deus.

Diz um historiador, comentando a atitude da

Igreja Católica com relação às Escrituras:

“Alguém poderia pensar que a igreja de Roma tinha posto seus fiéis fora do alcance das Escrituras. Ela tinha posto o abismo da tradição entre eles e a Palavra de Deus. Afastou-os ainda mais para a esfera do perigo ao prover um intérprete infalível cujo dever consiste em cuidar de que a Bíblia não expresse um sentido hostil a Roma. Mas, se isso não bastasse, trabalhou por todos os meios ao seu alcance para impedir as Escrituras de chegar de qualquer modo às mãos de seu povo. Antes da Reforma conservou a Bíblia encerrada em uma língua morta, e se promulgaram leis severas contra sua leitura. A Reforma libertou o precioso volume. Tyndale e Lutero, o primeiro desde seu retiro de Waldorf, nos Países Baixos, enviaram a Bíblia aos que falavam o idioma popular na Inglaterra e Alemanha. Despertou-se assim uma sede pelas Escrituras, ao que a igreja de Roma pensou ser imprudente opor-se abertamente. O Concílio de Trento promulgou sobre os livros proibidos, dez regras que, embora aparentavam satisfazer o crescente anseio de ler a Palavra de Deus, foram intencionalmente redigidas para freá-lo. Na quarta

regra, o concílio proíbe a quem quer que leia a Bíblia sem permissão do bispo ou inquisidor, permissão que estaria baseada num certificado de seu confessor de que não corre perigo de ser prejudicado ao lê-la. O concílio acrescenta essas categóricas palavras: ‘Que se alguém se atreve a ler ou a ter em sua posse esse livro, sem tal permissão, não receberá a absolvição até que o tenha entregue.’ A essas regras segue a bula de Pio IV, na qual se declara que os que as violem serão considerados culpados de pecado mortal. Assim a igreja de Roma buscou regular o que lhe era impossível impedir. O fato de não ser permitido a nenhum seguidor do papa ler a Bíblia sem permissão não aparece nos catecismos e outros livros de uso comum entre os católicos romanos deste país; mas é certíssimo que se encontra na lei daquela igreja. E, segundo ela, a prática uniforme dos sacerdotes de Roma, dos papas para baixo, é impedir a circulação da Bíblia; impedi-la totalmente nos países onde, como na Itália e Espanha, exerce todo o poder, e noutros países, como o nosso, até onde seu poder permite. Seu sistema uniforme é desestimular a leitura das Escrituras por todos os meios possíveis; e quando

não acatam, empregam a força para conseguir seus fins, não tendo atenção em empregar o poder espiritual de sua igreja e declarar que os que contrariarem a vontade de Roma nesta questão são culpados de pecado mortal.”^[106]

Os imperadores de Roma, cuja divisão oriental ainda continuava, concordavam com a Igreja Católica, que tinha abandonado a aliança e constituía a grande apostasia, e colaboravam com ela no propósito de derrubar a “heresia”. O homem do pecado foi elevado ao seu presumível trono pela derrota dos godos arianos (em 538), que então tinham posse de Roma.

Versículo 31 — *“E sairão a ele uns braços, que profanarão o santuário e a fortaleza, e tirarão o contínuo sacrifício, estabelecendo a abominação desoladora.”*

“Poluirão o santuário, a fortaleza nossa”, ou Roma. Se isso se aplica aos bárbaros, cumpriu-se literalmente, pois Roma foi saqueada pelos godos e os vândalos, e o poder imperial do ocidente cessou pela conquista de Roma por Odoacro. Ou se se refere aos governantes do império que agiam em

favor do papado contra a religião pagã e qualquer outra que se opunha ao papado, significaria a mudança da sede do império de Roma para Constantinopla, o que contribuiu grandemente para a decadência de Roma. A passagem então seria paralela a Daniel 8:11 e Apocalipse 13:2.

O papado tira o contínuo — Nos comentários sobre Daniel 8:13 foi mostrado que a palavra “sacrifício” é um termo que foi erroneamente introduzido. Deve ser “desolação”. A expressão indica um poder desolador, do qual a “abominação desoladora” é apenas a contraparte e a sucede no tempo. Portanto, parece claro que o “contínuo” foi o paganismo, e a “abominação desoladora” é o papado. Mas pode-se perguntar: Como este pode ser o papado, visto que Cristo falou dela [abominação desoladora] em conexão com a destruição de Jerusalém? A resposta é: Cristo evidentemente se referiu a Daniel 9, que prediz a destruição de Jerusalém, e não a este versículo do capítulo 11, que não se refere a tal acontecimento. Daniel, no capítulo 9, fala de desolações e abominações, no plural. Mais de uma abominação, portanto, oprime a

igreja, isto é, no que concerne à igreja, tanto o paganismo, como o papado são abominações. Mas quando distinguidas uma da outra, a linguagem é restrita. Uma é a desolação “diária” e a outra é preeminentemente a transgressão ou “abominação desoladora”.

Como foi tirado o “contínuo” ou paganismo? Como isto se fala em relação com o estabelecimento da abominação desoladora, ou o papado, deve indicar, não meramente a mudança nominal da religião do império, do paganismo ao cristianismo, mas tal erradicação do paganismo de todos os elementos do império, que o caminho seria totalmente aberto para a abominação papal surgir e afirmar suas arrogantes pretensões. Tal revolução, como está claramente definida, foi realizada, mas apenas quase duzentos anos após a morte de Constantino.

Ao nos aproximarmos do ano 508 d.C., vemos uma grande crise amadurecendo entre o catolicismo e as influências pagãs ainda existentes no império. Até o tempo da conversão de Clóvis, rei de França, em 496, a França e outras nações de Roma ocidental eram pagãs. Mas em seguida a esse

evento, os esforços para converter idólatras ao romanismo alcançaram grande êxito. Diz-se que a conversão de Clóvis inicia a tendência e a atitude de conceder ao monarca francês os títulos de “Majestade Cristianíssima” e “Filho mais velho da Igreja”. Entre esse tempo e 508 d.C., mediante alianças, rendições e conquistas, Clóvis submeteu as guarnições romanas do oriente, na Bretanha, e os burgúndios e os visigodos.

Do tempo em que estes acontecimentos se realizaram, em 508, o papado foi triunfante no que concerne ao paganismo, pois embora o último sem dúvida retardasse o progresso da fé católica, já não teve o poder de suprimir a fé nem impedir as usurpações do pontífice romano. Quando as potências eminentes da Europa renunciaram a seu apego ao paganismo, foi só para perpetuar suas abominações em outra forma, pois o cristianismo, como é exposto na Igreja Católica, foi e é somente um paganismo batizado.

A situação da sede de Roma era também típica naquele tempo. Em 498, Símaco ascendeu ao trono pontifical, sendo recém-converso do paganismo. Chegou à cadeira papal, lutando com seu

competidor até o sangue. Recebeu adulação como o sucessor de São Pedro e feriu o centro da ascensão papal por pretender excomungar o imperador Anastácio.^[107] Os mais servis adutores do Papa começaram então a sustentar que ele foi constituído juiz no lugar de Deus e que era o vice-gerente do Altíssimo.

Tal foi a tendência dos eventos no ocidente. Qual era a condição que reinava no oriente? Agora existia um forte partido papal em todas as partes do império. Os adeptos desta causa em Constantinopla, animados pelo êxito de seus irmãos no ocidente, achavam que chegara o momento de anunciar francas hostilidades em favor de seu senhor em Roma.

Note-se que pouco depois de 508, o paganismo tinha de tal modo caído e o catolicismo havia adquirido tanta força, que pela primeira vez a Igreja Católica travou com êxito uma guerra, tanto contra a autoridade civil do império quanto contra a igreja do oriente, que tinha na maioria abraçado a doutrina monofisista^[108], que Roma tinha por heresia. O

zelo dos partidários culminou num temporal de fanatismo e guerra civil, que varreu Constantinopla com fogo e sangue. O resultado foi o extermínio de 65 mil hereges. Uma citação de Gibbon, tirada de seu relato dos eventos ocorridos entre 508 e 518, demonstrará a intensidade de tal guerra:

“Foram quebradas as estátuas do imperador, e este teve que esconder-se em pessoa num subúrbio até que, no fim de três dias, atreveu-se a implorar a misericórdia de seus súditos. Sem o diadema e na postura de um suplicante, Anastácio apresentou-se no trono do circo. Os católicos cantaram em sua face o que lhes era o verdadeiro Trisságio e se alegraram pela oferta (que ele proclamou pela voz de um arauto) de abdicar a púrpura. Escutaram a advertência de que, visto que *todos* não podiam reinar, deviam estar previamente de acordo na eleição de um soberano, e aceitaram o sangue de dois ministros impopulares, os quais seu amo, sem vacilar, os condenou aos leões. Estas revoltas furiosas mas passageiras eram estimuladas pelo êxito de Vitalino que, com um exército de hunos e búlgaros, na maioria idólatras, declarou-se campeão da fé católica. Nesta piedosa rebelião despovoou a

Trácia, cercou Constantinopla, exterminou 65 mil cristãos até obter o relevo dos bispos, a satisfação do papa, e o estabelecimento do concílio de Calcedônia, um tratado ortodoxo, assinado de má vontade pelo moribundo Anastácio, e executado mais fielmente pelo tio de Justiniano. Tal foi o desenrolar da primeira das guerras religiosas que se travaram em nome e pelos discípulos do Deus da paz.”^[109]

Cremos ter deixado claro que o contínuo foi tirado em 508. Isso ocorreu como preparatório para o estabelecimento do papado, que foi um evento separado e subsequente, do que a narrativa profética agora nos leva a falar.

O papado estabelece uma abominação — “[...] estabelecendo a abominação desoladora”. Tendo mostrado plenamente o que constituía a remoção do contínuo ou paganismo, agora indagamos: Quando foi estabelecida a abominação desoladora, ou o papado? O chifre pequeno que tinha olhos como os olhos de homem não tardou a ver quando estava preparado o terreno para seu avanço e elevação. Desde o ano 508 seu progresso para a supremacia

universal foi sem paralelo.

Quando Justiniano estava para começar a guerra contra os vândalos, em 533, empresa de não pequena magnitude e dificuldade, desejou assegurar a confiança do bispo de Roma, que havia chegado a uma posição que em sua opinião tinha grande peso em grande parte da cristandade. Justiniano, portanto, se encarregou de decidir a contenda que havia muito existia entre as sedes de Roma e Constantinopla quanto a qual deve ter a precedência. Deu a preferência a Roma em uma carta que dirigiu oficialmente ao papa, declarando, nos termos mais plenos e inequívocos, que o bispo daquela cidade seria o líder de todo o corpo eclesiástico do império.

A carta de Justiniano diz:

“Justiniano, vencedor, piedoso, afortunado, notável, triunfante, sempre Augusto, a João, o santíssimo arcebispo e patriarca da nobre cidade de Roma. Prestando honra à sede apostólica e a Vossa Santidade, como tem sido sempre e é nosso desejo, e honrando Vossa Beatitude como pai, apressamo-nos a levar ao conhecimento de Vossa Santidade todas as questões relativas ao estado das igrejas, visto que tem sido em todos os tempos nosso grande

desejo preservar a unidade de vossa Sede Apostólica e a posição das santas igrejas, que agora prevalece e permanece segura sem distúrbio. Portanto, temos exercido diligência em sujeitar e unir todos os sacerdotes de todo o oriente à sede de Vossa Santidade. Quaisquer questões em disputa atualmente, temos crido necessário pô-las em conhecimento de Vossa Santidade, por claras e indubitáveis que sejam, mesmo quando firmemente sustentadas e ensinadas por todo o clero de acordo com a doutrina da Vossa Sede Apostólica; mas não podemos admitir que coisa alguma referente ao estado da Igreja, por mais manifesta e inquestionável, no que concerne ao estado das igrejas, deixe de ser dado a conhecer a Vossa Santidade, como cabeça de todas as igrejas. Porque, como já declaramos, ansiamos por aumentar a honra e autoridade de vossa sede em todo respeito.”^[110]

“A carta do Imperador deve ter sido enviada antes de 25 de março de 533, pois em sua carta daquela data dirigida a Epifânio, fala ter sido ela já despachada e repete sua decisão de que todos os assuntos tocantes à igreja sejam submetidos ao papa,

‘cabeça de todos os bispos e o verdadeiro e eficiente corregedor de heréticos.’”^[111]

“No mesmo mês do ano seguinte, 534, o Papa, em sua resposta, repete a linguagem do imperador, aplaudindo sua homenagem à sede e adotando os títulos do mandato imperial. Observa que, entre as virtudes de Justiniano, ‘brilha como estrela: sua reverência pela cadeira apostólica, à qual se sujeitou e uniu todas as igrejas, sendo ela verdadeiramente a cabeça de todas, como o atestam as regras dos Pais, as leis dos Príncipes e as declarações da piedade do Imperador. A autenticidade do título recebe uma prova incontestável dos editos encontrados nas ‘Novellae’ do código de Justiniano. O preâmbulo da nona declara que ‘como a Roma mais antiga foi a fundadora das leis, não se deve questionar que nela estava a supremacia do pontificado.’ A 131^a, sobre os títulos e privilégios eclesiásticos, capítulo II, declara: ‘Decretamos, portanto, que o santíssimo Papa da Roma mais antiga é o primeiro de todo o sacerdócio, e que o beatíssimo Arcebispo de Constantinopla, a nova Roma, ocupará o segundo lugar após a santa sede apostólica da velha

Roma.””[112]

Pelo fim do sexto século, João de Constantinopla negou a supremacia romana, e assumiu o título de bispo universal, ao que Gregório, o Grande, indignado com a usurpação, denunciou João e declarou, sem compreender a verdade de sua declaração, que aquele que assumisse o título de bispo universal era o Anticristo. Em 606, Focas suprimiu a pretensão do Bispo de Constantinopla e justificou a do Bispo de Roma. Mas Focas não foi o fundador da supremacia papal.

“Que Focas reprimiu a pretensão do Bispo de Constantinopla é fora de dúvida. Mas as mais altas autoridades dos civis e analistas de Roma, rejeitam a ideia de que Focas foi o fundador da supremacia de Roma. Remontam a Justiniano como a única fonte legítima, e corretamente datam o título no memorável ano 533.”[113]

Jorge Croly declara ainda:

“Com referência a Barônio, a autoridade estabelecida entre os analistas católicos romanos, encontrei que a questão da concessão de supremacia

que Justiniano fez ao papa, fixava-se formalmente nesse período [...]. A transação toda foi da espécie mais autêntica e regular e concorda com a importância da transferência.” [\[114\]](#)

Tais foram as circunstâncias do decreto de Justiniano. Mas as provisões deste decreto não podiam ser efetuadas imediatamente, pois Roma e a Itália estavam em poder dos ostrogodos, que eram de fé ariana, e fortemente se opunham à religião de Justiniano e do Papa. Era, portanto, evidente que os ostrogodos deviam ser desarraigados de Roma antes que o Papa pudesse exercer o poder de que fora investido. Para lograr este objetivo, começou a guerra na Itália em 534. A direção da campanha foi confiada a Belisário. Ao aproximar-se de Roma, várias cidades abandonaram Vitijes, seu soberano godo e herético, e se uniram aos exércitos do Imperador católico. Os godos, decidindo retardar as operações ofensivas até a primavera, permitiram que Belisário entrasse em Roma sem oposição. Os representantes do Papa e do clero, do senado e do povo, convidaram o lugar-tenente de Justiniano a aceitar sua obediência voluntária.

Belisário entrou em Roma em 10 de dezembro de 536. Mas isso não foi o fim da luta, pois os godos reuniram suas forças e resolveram disputar a posse da cidade por um cerco regular, que iniciaram em março de 537. Belisário temia o desespero e a traição da parte do povo. Vários senadores e o Papa Silvestre, cuja suspeita de traição foi provada, foram exilados. O Imperador ordenou o clero a eleger novo bispo. Após solenemente invocar o Espírito Santo elegeram o diácono Vigilius que, por um suborno de duzentas libras de ouro, havia comprado a honraria. ^[115]

A nação inteira dos ostrogodos se havia reunido para o cerco de Roma, mas o êxito não acompanhou seus esforços. Suas hostes se foram desgastando em frequentes e sangrentos combates sob os muros da cidade. Em um ano e nove dias em que durou o cerco foram suficientes para quase testemunhar a destruição da nação. Em março de 538, como outros perigos começaram a ameaçá-los, eles levantaram o cerco, queimaram suas tendas e se retiraram em tumulto e confusão, em número apenas suficiente para preservar sua existência como

nação ou sua identidade como povo.

Assim o chifre ostrogodo, o último dos três, foi arrancado diante do chifre pequeno de Daniel 7. Já não havia nada para impedir o Papa de exercer o poder a ele confiado por Justiniano cinco anos antes. Os santos, os tempos e a lei estavam em suas mãos, de fato e na intenção. O ano 538 deve ser tomado, pois, como o ano em que foi colocada ou estabelecida “a abominação desoladora”, e como o ponto de partida dos 1260 anos de supremacia papal.

Versículo 32 — *“E aos violadores do concerto ele, com lisonjas, perverterá, mas o povo que conhece ao seu Deus se esforçará e fará proezas.”*

“O povo que conhece ao seu Deus” — Os que abandonam o livro da aliança, as Santas Escrituras, que estimam mais os decretos de papas e as decisões de concílios do que a Palavra de Deus, a estes, o papa, perverterá com lisonjas. Ou seja, os conduzirá em seu zelo partidário para com ele, pela concessão de riquezas, posição e honras.

Ao mesmo tempo haverá um povo que conhece ao seu Deus que serão fortes e farão proezas. São os

cristãos que conservaram a religião pura e viva na Terra durante os séculos obscuros da tirania papal e realizaram admiráveis atos de abnegação e heroísmo religioso em favor de sua fé. Dentre estes se destacam os valdenses, os albigenses, e os huguenotes.

Versículo 33 — *“E os sábios entre o povo ensinarão a muitos; todavia, cairão pela espada, e pelo fogo, e pelo cativoiro, e pelo roubo, por muitos dias.”*

Aqui se apresenta o longo período de perseguição papal contra os que lutavam para manter a verdade e instruir seus semelhantes nos caminhos da justiça. O número dos dias durante os quais haveriam de cair é dado em Daniel 7:25; 12:7; Apocalipse 12:6, 14; 13:5. O período é chamado “um tempo, tempos e metade de um tempo”, ou “mil duzentos e sessenta dias”, e “quarenta e dois meses.” São os 1.260 anos da supremacia papal.

Versículo 34 — *“E, caindo eles, serão ajudados com pequeno socorro; mas muitos se ajuntarão a eles com lisonjas.”*

Em Apocalipse 12, onde se fala desta mesma perseguição papal, lemos que a Terra ajudou a

mulher abrindo a boca e engolindo o rio que o dragão lançou após ela. A Reforma protestante de Martinho Lutero e seus colaboradores proporcionou o auxílio aqui predito. Os estados alemães abraçaram a causa protestante, protegeram os reformadores e refrearam as perseguições tão furiosamente levada avante pela Igreja papal. Mas quando os protestantes receberam ajuda e sua causa chegou a ser popular, muitos se ajuntariam “a eles com lisonjas” ou abraçariam, ou seja abraçariam sua fé por motivos insinceros.

Versículo 35 — *“E alguns dos sábios cairão para serem provados, e purificados, e embranquecidos, até ao fim do tempo, porque será ainda no tempo determinado.”*

Embora restringido, o espírito de perseguição não foi destruído. Irrompeu onde quer que houvesse oportunidade. Isso aconteceu especialmente na Inglaterra. A condição religiosa desse reino estava flutuando. Às vezes sob a jurisdição protestante e às vezes sob a jurisdição papal, de acordo com a religião do monarca reinante. A “sanguinária rainha Maria [Mary Tudor]” era inimiga mortal da causa protestante, e multidões caíram vítimas de suas

implacáveis perseguições. Esta situação duraria mais ou menos até o “tempo determinado”, ou tempo do fim, segundo outras versões. A conclusão natural seria que quando o tempo do fim chegasse, a Igreja Católica perderia completamente o poder de punir os hereges, que tinha causado tantas perseguições, e que por algum tempo fora contido. Pareceria igualmente evidente que esta supressão da supremacia papal assinalaria o início do período aqui chamado o tempo do fim. Se esta aplicação é correta, o tempo do fim começou em 1798, pois então, como já se observou, o papado foi derribado pelos franceses, e não pôde desde então exercer todo o poder que antes possuía. A opressão da Igreja pelo papado é evidentemente aqui referida, porque essa é a única passagem, com a possível exceção de Apocalipse 2:10, que indica um “tempo apontado”, ou seja, um período profético.

Versículo 36 — *“E esse rei fará conforme a sua vontade, e se levantará, e se engrandecerá sobre todo deus; e contra o Deus dos deuses falará coisas incríveis e será próspero, até que a ira se complete; porque aquilo que está determinado será feito.”*

Um rei se engrandece sobre todo deus — O rei aqui apresentado não pode significar o mesmo poder que viemos observando, a saber, o poder papal, porque as especificações não correspondem nem se aplicam a tal poder.

Tome-se, por exemplo, uma declaração no versículo seguinte: “Não terá respeito aos deuses de seus pais [...] nem a qualquer deus.” Isso nunca se aplicou ao papado. Este sistema religioso nunca deixou de lado nem rejeitou a Deus e Cristo, embora muitas vezes colocados numa falsa posição.

Três características devem notar-se na potência que cumpre esta profecia: Deve assumir o caráter aqui delineado perto do início do tempo do fim, ao qual fomos levados no versículo anterior. Deve ser um poder vitorioso. Deve ser um poder ateu. Talvez poderíamos unir estas duas últimas especificações, dizendo-se que sua voluntariedade seria na direção do ateísmo.

França cumpre a profecia — Uma revolução que corresponde exatamente a esta descrição ocorreu na França no tempo indicado pela profecia. Os ateus semearam as sementes que produziram

abundantes frutos. Voltaire, em sua pomposa, mas impotente presunção, dissera: “Estou cansado de ouvir repetirem que doze homens fundaram a religião cristã. Eu provarei que basta um homem para destruí-la.” Associando-se a homens como Rousseau, D’Alembert, Diderot e outros, ele empreendeu a realização de sua ameaça. Semearam ventos e colheram tempestades. Além disso, a igreja católica romana era notoriamente corrompida nessa época, e o povo anelava romper com o jugo da opressão eclesiástica. Seus esforços culminaram no “reinado do terror” de 1793, durante a qual a França desprezou a Bíblia e negou a existência de Deus.

Um historiador moderno assim descreve esta grande mudança religiosa:

“Certos membros da Convenção tinham sido os primeiros que tentaram substituir nas províncias o culto cristão por uma cerimônia cívica, no outono de 1793. Em Abbeville, Dumont, tendo declarado ao populacho que os sacerdotes eram ‘arlequins e palhaços vestidos de preto, que mostravam marionetes’, estabeleceu o Culto da Razão, e com uma notável falta de espírito conseqüente, organizou por sua conta um ‘espetáculo de marionetes’ dos

mais imponentes, com bailes na catedral e festas cívicas em cuja observância insistia muito. Fouché foi o próximo funcionário que aboliu o culto cristão. Ao falar do púlpito da catedral de Nevers, apagou formalmente todo espiritualismo do programa republicano, promulgou a famosa ordem que declarava ‘a morte do sono eterno’, dando assim volta à chave para o céu e o inferno [...]. Em seu discurso de felicitações ao ex-bispo, o presidente declarou que como *o Ser Supremo ‘não desejava outro culto a não ser o da Razão, este constituiria no futuro a religião nacional.’*”^[116]

Mas há outras e ainda mais notáveis especificações que se cumpriram nessa potência.

Versículo 37 — “*E não terá respeito aos deuses de seus pais, nem terá respeito ao amor das mulheres, nem a qualquer deus, porque sobre tudo se engrandecerá.*”

A palavra hebraica para *mulher* é também traduzida por *esposa*; e Thomas Newton observa que esta passagem seria melhor traduzida como “o desejo das esposas”.^[117] Isto parecia indicar que

este governo, ao mesmo tempo que declarava que Deus não existia, pisava a pés a lei que Deus dera para reger a instituição matrimonial. E encontramos que o historiador, talvez inconscientemente, e nesse caso tanto mais significativo, uniu o ateísmo e a licenciosidade desse governo na mesma ordem em que são apresentados na profecia. Diz ele:

“A família tinha sido destruída. Sob o antigo regime, ela fora o próprio fundamento da sociedade [...]” O decreto de 20 de setembro de 1792, estabelecendo o divórcio, foi levado mais além pela Convenção em 1794, deu antes de quatro anos frutos que a própria Legislatura não havia sequer sonhado: podia realizar-se um divórcio imediato por incompatibilidade de gênio, para entrar em vigor num ano o mais tardar, se qualquer dos membros do casal se negasse a separar-se do outro antes de vencido o prazo.

“Houve uma avalanche de divórcios: em fins de 1793, ou seja, quinze meses depois de promulgado o decreto, tinham sido concedidos 5.994 divórcios em Paris [...] . Sob o Diretório, vemos as mulheres passarem de uma para outra mão por processo legal. Qual a sorte dos filhos que nasciam de tais uniões

sucessivas? Alguns pais se livravam deles: o número de menores abandonados achados em Paris no quinto ano elevou-se a 4 mil e a 44 mil nas outras províncias. Quando os pais retinham seus filhos o resultado era uma confusão cômica. Um homem casava com várias irmãs, uma após a outra; um cidadão pediu aos Quinhentos a permissão para casar com a mãe das duas esposas que já tivera [...].

A família se desintegrava.”^[118]

“Nem consideração a qualquer Deus.” Além do testemunho já apresentado para mostrar o total ateísmo que reinava na nação nesse tempo, deve-se ler o seguinte:

“Herbert Chaumette e seus associados compareceram ao tribunal e declararam que ‘Deus não existe’.”^[119]

Foi dito que o temor de Deus distava tanto de ser o princípio da sabedoria que era o começo da loucura. Todo culto foi proibido, exceto o da liberdade e da pátria. O ouro e a prata das igrejas foram confiscados e profanados. As igrejas foram fechadas. Os sinos foram quebrados e fundidos para

fazer canhões. A Bíblia foi publicamente queimada. Os vasos sacramentais foram exibidos pelas ruas sobre um burro, em sinal de desprezo. Estabeleceu-se um ciclo de dez dias, em vez da semana de sete, e a morte foi declarada, em letras garrafais, sobre as sepulturas, como um sono eterno. Mas a blasfêmia culminante, se estas orgias infernais admitem graduação, foi a representação do comediante Monvel, que, como sacerdote do Iluminismo, disse: “Deus, se existes, vinga Teu injuriado nome. Eu Te desafio! Ficas silencioso. Não ousas lançar Teus trovões! Quem, após isso, crerá em Tua existência?””[120]

Eis o que é o homem quando entregue a si mesmo! Tal é a incredulidade quando se livra das restrições da lei e ela exerce o poder! Pode-se duvidar de que estas cenas são o que o Onisciente previu e anotou na página sagrada, quando indicou que um rei surgiria que se exaltaria sobre todo deus, e desconsideraria todos eles?

Versículo 38 — *“Mas ao deus das fortalezas honrará em seu lugar; e a um deus a quem seus pais não conheceram honrará com ouro, e com*

prata, e com pedras preciosas, e com coisas agradáveis.”

Encontramos uma aparente contradição neste versículo. Como pode uma nação desconsiderar tudo o que é Deus e contudo honrar o deus das fortalezas? Não poderia ao mesmo tempo manter ambas estas posições, mas poderia por um tempo desconsiderar todos os deuses e então em seguida introduzir outro culto e considerar o deus das forças. Ocorreu naquele tempo tal mudança na França? Certamente. A tentativa de tornar a França uma nação sem Deus produziu tal anarquia que os governantes temeram que o poder lhes escapasse das mãos, e perceberam que era politicamente necessário introduzir alguma espécie de culto. Mas não queriam introduzir nenhum movimento que aumentasse a devoção ou desenvolvesse algum caráter espiritual verdadeiro entre o povo, mas só o que os mantivesse no poder e lhes desse controle das forças nacionais.

Alguns extratos da história mostrarão isso. A liberdade e a pátria foram a princípio os objetos de adoração. “Liberdade, igualdade, virtude e moralidade”, precisamente o contrário de qualquer

coisa que eles possuíam de fato ou exibiam na prática, eram palavras que eles expunham como descrevendo a divindade da nação. Em 1793, o culto à Deusa da Razão foi introduzido e assim é descrito por um historiador:

“Uma das cerimônias desse tempo insensato é sem igual pelo absurdo combinado com a impiedade. As portas da Convenção foram abertas a uma banda de música, precedida pelo Corpo Municipal que entrou em solene procissão, cantando um hino em louvor à liberdade e escoltando, como objeto de sua futura adoração, uma mulher com véu, que eles chamavam a Deusa da Razão. Sendo introduzida no tribunal, foi-lhe tirado o véu com toda formalidade, e foi colocada à direita do presidente, quando foi reconhecida como dançarina da Ópera, com cujos encantos a maioria das pessoas presentes estava familiarizada em virtude de seu aparecimento no palco [...] A essa pessoa, como a mais apta representante daquela Razão que eles adoravam, a Convenção Nacional da França prestou homenagem pública. Essa ímpia e ridícula encenação tinha certa moda e a instalação da Deusa da Razão foi renovada e imitada em toda a nação,

em lugares onde os habitantes desejavam mostrar-se à altura da Revolução.”^[121]

Versículo 39 — *“Com o auxílio de um deus estranho, agirá contra as poderosas fortalezas, e aos que o reconhecerem, multiplicar-lhes-á a honra, e fá-los-á reinar sobre muitos, e lhes repartirá a terra por prêmio.”*

O sistema de paganismo que tinha sido introduzido na França, como exemplificado no ídolo instituído na pessoa da Deusa da Razão, e regido por um ritual pagão ateu pela Assembleia Nacional para o uso do povo francês, continuou em vigor até a designação de Napoleão para o consulado provisório da França em 1799. Os adeptos dessa estranha religião ocuparam os lugares fortificados, as fortalezas da nação, como expresso neste versículo.

Mas o que permite identificar a aplicação desta profecia à França, talvez melhor que qualquer outro detalhe, é a declaração da última parte do versículo, a saber, “repartirá a terra por prêmio”. Antes da Revolução, as terras da França pertenciam à Igreja Católica e a uns poucos senhores da nobreza. Essas grandes propriedades, por lei deviam ficar indivisas

e não podiam ser repartidas nem por herdeiros nem por credores. Mas as revoluções não conhecem lei, e durante a anarquia que reinou, como também se notará em Apocalipse 11, os títulos da nobreza foram abolidos e suas terras foram vendidas em pequenas parcelas em benefício do tesouro público. O governo necessitava de fundos e essas grandes propriedades foram confiscadas e vendidas em leilão público, divididas em parcelas convenientes aos compradores. O historiador assim relata esta singular transação:

“O confisco de dois terços das terras do reino, ordenado pelos decretos da Convenção contra os emigrantes, o clero e as pessoas acusadas nos tribunais revolucionários [...] pôs à disposição do governo fundos superiores a 700 milhões de libras esterlinas.”^[122]

Quando e em que país ocorreu um acontecimento que cumprisse mais absolutamente a profecia?

Quando a nação começou a voltar a si, exigiu-se uma religião mais racional e se aboliu o ritual pagão. O historiador descreve esse evento, que não deixou

de ter importantes repercussões:

“Uma terceira e mais ousada medida foi o abandono do ritual pagão e a reabertura das igrejas para o culto cristão. Isso se deveu inteiramente a Napoleão, que teve de opor-se aos preconceitos *filosóficos* de quase todos os seus colegas. Em suas conversações com eles, não procurou apresentar-se como crente no cristianismo, mas se baseou unicamente na necessidade de prover para o povo os meios regulares de culto onde quer que se deseje um estado de tranquilidade. Os sacerdotes que aceitaram prestar o juramento de fidelidade ao governo foram readmitidos em suas funções. Esta sábia medida foi seguida pela adesão de não menos que vinte mil desses ministros da religião que até então haviam estado enlanguescendo nas prisões da França.”^[123]

Assim terminou o Reinado do Terror e a Revolução Francesa. De suas ruínas surgiu Bonaparte, para guiar o tumulto a sua própria elevação, para colocar-se à testa do governo francês e encher de terror o coração das nações.

Versículo 40 — “*E, no fim do tempo, o rei do Sul lutará com ele, e o rei do Norte o acometerá*

com carros, e com cavaleiros, e com muitos navios; e entrará nas terras, e as inundará, e passará.”

Novo conflito entre os reis do sul e do norte — Após longo intervalo, o rei do sul e o rei do norte voltam a aparecer no cenário da ação. Até aqui nada encontramos a indicar que devamos procurar em outros territórios essas potências senão as que, pouco depois da morte de Alexandre, constituíram respectivamente as divisões setentrional e meridional de seu império. O rei do sul era nesse tempo o Egito e o rei do norte era a Síria, incluindo a Trácia e a Ásia Menor. O Egito continuou regendo o território designado como pertencente ao rei do sul; e Turquia durante mais de quatrocentos anos governou o território que constituiu a princípio o domínio do reino do norte.

Esta aplicação da profecia evoca um conflito entre o Egito e a França, e entre a Turquia e a França, em 1798, ou seja, o ano que, como já vimos, assinalou o início do tempo do fim. Se a história testifica que tal guerra triangular irrompeu naquele ano, será prova conclusiva da correção da

aplicação.

Portanto, indagamos: É fato que no tempo do fim o Egito enfrentou a França e fez uma resistência comparativamente fraca, enquanto a Turquia veio como um furacão contra ele, isto é contra o enviado da França? Já fornecemos certas provas de que o tempo do fim começou em 1798. Nenhum leitor da história precisa ser informado de que naquele mesmo ano se chegou a um estado de hostilidade entre França e Egito.

O historiador formará sua própria opinião sobre até que ponto a origem do conflito deveu sua origem aos sonhos de glória delirantemente acariciados no ambicioso cérebro de Napoleão Bonaparte. Mas a França, ou pelo menos Napoleão, conseguiram fazer do Egito o agressor.

“Numa proclamação habilmente redigida ele [Napoleão] assegurou aos povos do Egito que tinha vindo somente para punir a casta governante dos mamelucos pelas depredações que infligiram a certos comerciantes franceses; que, após querer destruir a religião muçulmana, tinha mais respeito a Deus, Maomé e o Alcorão do que os mamelucos; que os franceses tinham destruído o Papa e os

Cavaleiros de Malta que empreendiam guerra aos muçulmanos; três vezes bem-aventurado seria, pois, quem fosse a favor dos franceses, bem-aventurados seriam ainda os que permanecessem neutros e três vezes desgraçados seriam os que lutassem contra eles.” [124]

O início do ano 1798 encontrou os franceses elaborando grandes projetos contra os ingleses. O Diretório desejava que Bonaparte empreendesse imediatamente a passagem do canal e atacasse a Inglaterra; mas ele viu que nenhuma operação direta dessa espécie podia ser judiciosamente empreendida antes do outono, e não estava disposto a arriscar sua crescente reputação passando o verão inativo. “Mas”, diz o historiador, “ele viu uma terra distante, onde poderia conquistar uma glória que lhe daria novo encanto aos olhos de seus compatriotas pela atmosfera romântica e misteriosa que envolvia o cenário. O Egito, a terra dos Faraós e dos Ptolomeus, seria um nobre campo para obter novos triunfos.” [125]

Enquanto Napoleão contemplava horizontes

ainda mais amplos nos países históricos do Oriente, abrangendo não só o Egito, mas a Síria, a Pérsia, o Hindostão e até o próprio Ganges, não teve dificuldade em persuadir o Diretório de que o Egito era o ponto vulnerável de onde ferir a Inglaterra ao interceptar o seu comércio oriental. Daí, sob o pretexto já mencionado foi empreendida a campanha do Egito.

A queda do papado, que assinalou o término dos 1260 anos, e, de acordo com o versículo 35, marcou o começo do tempo do fim, ocorreu em fevereiro de 1798, quando Roma caiu nas mãos do general Berthier, da França. No dia 15 de março seguinte, Bonaparte recebeu o decreto do Diretório acerca da expedição contra o Egito. Partiu de Paris em 3 de maio e zarpou de Toulon no dia 19, com grande armamento naval, que consistia de “treze navios de linha, quatorze fragatas, grande número de navios de guerra menores, e por volta de 300 transportes. À bordo iam mais de 35 mil soldados, juntamente com 1.230 cavalos. Incluindo-se a tripulação, a comissão de sábios enviada para explorar as maravilhas do Egito, e os assistentes, o total de pessoas à bordo era de umas 50 mil; e já foi feito

subir até 54 mil.”^[126]

Em 2 de julho, a Alexandria foi tomada e imediatamente fortificada. No dia 21 se travou a decisiva batalha das Pirâmides, em que os mamelucos defenderam o campo com coragem e desespero, mas não foram páreo para as disciplinadas legiões dos franceses. Murad Bey perdeu todos os seus canhões, 400 camelos e três mil homens. A perda dos franceses foi comparativamente pouca. No dia 24, Bonaparte entrou no Cairo, a capital do Egito, e só esperou baixarem as enchentes do Nilo para perseguirem Murad Bey até o Alto Egito, para onde ele se retirara com sua cavalaria dispersa; e assim conquistou todo o país. Na verdade, o rei do sul só pôde oferecer uma fraca resistência.

Entretanto, a situação de Napoleão tornou-se precária. A frota francesa, que era seu único meio de comunicação com a França, foi destruída pelos ingleses sob o comando de Nelson em Abuquir. No dia 11 de setembro de 1798 o sultão da Turquia, por sentimentos de ciúme contra a França, astuciosamente alimentado pelos embaixadores

ingleses em Constantinopla, e exasperado de que o Egito, por tanto tempo sob parcial dependência do Império Otomano, se transformasse em província francesa, declarou guerra à França. Assim o rei do norte (Turquia) veio contra ele (França) no mesmo ano que o rei do sul (Egito) avançou contra ele, e ambos “no tempo do fim”. Esta é outra prova conclusiva de que o ano 1798 é o que inicia esse período, e tudo isso é uma demonstração de que esta aplicação da profecia é correta. Seria impossível que ao mesmo tempo se realizassem tantos eventos que satisfazem com precisão as especificações da profecia a não ser o seu cumprimento.

Foi a vinda do rei do norte, ou Turquia, como um furacão em comparação com a resistência do Egito? Napoleão tinha esmagado os exércitos do Egito, e buscou fazer o mesmo com os exércitos do sultão, que estavam ameaçando atacar desde a Ásia. Em 27 de fevereiro de 1799, com 18 mil homens, começou sua marcha do Cairo à Síria. Primeiro tomou o forte de El-Arish, no deserto, depois Jaffa (a Joze da Bíblia), venceu os habitantes de Naplous, em Zeta, e foi novamente vitorioso em Jafé. Enquanto isso um exército de turcos se

entrincheirou em São João de Acre, ao passo que enxames de muçulmanos reuniam-se nas montanhas de Samaria, prontos para cair sobre os franceses quando cercassem São João de Acre. Ao mesmo tempo, Sir Sidney Smith apareceu diante da cidade com dois navios ingleses, reforçou a guarnição turca daquele lugar e capturou o aparato para o cerco, que Napoleão mandara de Alexandria por mar. Logo surgiu no horizonte uma frota turca que, com os navios ingleses e russos que cooperavam com eles, constituíram os “muitos navios” do rei do norte.

No dia 18 de março começou o cerco. Napoleão foi chamado duas vezes para salvar algumas divisões francesas de cair em mão das hordas muçulmanas que inundavam o país. Duas vezes também foi feita uma brecha no muro da cidade, mas os sitiadores foram enfrentados com tal fúria pela guarnição que foram obrigados a desistir da luta, apesar de seus melhores esforços. Após um prosseguimento de sessenta dias, Napoleão levantou o cerco, fez soar, pela primeira vez em sua carreira, o toque de retirada. Em 21 de maio de 1799, começou a voltar seus passos para o Egito.

“E as inundará e passará.” Temos falado de

eventos que proporcionam surpreendente cumprimento com respeito ao rei do sul e o ataque tormentoso do rei do norte contra a França. Até aqui a história concorda de modo geral com a profecia. Mas chegamos a um ponto em que as opiniões dos comentadores começam a divergir. A quem se referem as palavras “inundará e passará”? À França ou ao rei do norte? A aplicação do restante deste capítulo depende da resposta que dermos esta pergunta. A partir deste ponto são mantidas duas linha de interpretação. Alguns aplicam as palavras à França e se esforçam por achar cumprimento na carreira de Napoleão. Outros as aplicam ao rei do norte, e encontram seu cumprimento nos eventos na história da Turquia. Se nenhuma destas interpretações está livre de dificuldade, como é forçoso admitir, só nos resta escolher a que oferece maior evidência a seu favor.

Parece-nos que há a favor de uma delas evidências tão fortes que excluem todas as outras sem deixar qualquer lugar para dúvida.

A Turquia vem a ser o rei do norte — Acerca da aplicação desta parte da profecia a Napoleão ou a

França sob sua direção, o quanto sabemos de sua história, não encontramos eventos que possamos apresentar com qualquer grau de certeza como cumprimento da parte restante desse capítulo. Daí que não podemos ver como se possa aplicar a ela. Deve, então, ser cumprida pela Turquia, a menos que se possa mostrar que a expressão “rei do norte” não se aplica à Turquia, ou que há além da França ou do rei do norte outra potência que cumpriu esta parte da predição. Mas se a Turquia, agora ocupando o território que constituiu a divisão setentrional do império de Alexandre, não é o rei do norte desta profecia, então ficamos sem qualquer princípio para nos guiar na interpretação. Presumimos que todos concordarão que não há lugar para introduzir outro poder aqui. A França e o rei do norte são os únicos a quem se pode aplicar a predição. O cumprimento deve encontrar-se na história de uma ou outra potência.

Algumas considerações certamente favorecem a ideia de que na última parte do versículo 40 o objeto da profecia se transfere da potência francesa para o rei do norte. Este acaba de ser introduzido, surgindo como um furacão, com carros, cavalos e muitos

navios. Já notamos a colisão entre este poder e a França. O rei do norte, com a ajuda de seus aliados, ganhou a contenda; e os franceses, falhos em seus esforços, foram repelidos para o Egito. O mais natural é aplicar a expressão “e as inundará, e passará” à potência que saiu vencedora daquela luta, a saber, a Turquia.

Versículo 41 — *“E entrará também na terra gloriosa, e muitos países serão derribados, mas escaparão das suas mãos estes: Edom, e Moabe, e as primícias dos filhos de Amom.”*

Abandonando uma campanha em que um terço do exército caiu vítima de guerra e de peste, os franceses retiraram-se de São João de Acre e após fatigante marcha de vinte e seis dias, reentraram no Cairo, no Egito. Assim abandonaram todas as conquistas que haviam feito na Judeia. A “terra gloriosa”, ou seja, a Palestina, com todas as suas províncias, voltou a cair no opressivo domínio dos turcos. Edom, Moabe e Arnom, situados fora dos limites da Palestina, ao sul e a leste do mar Morto e do Jordão, ficaram fora da linha de marcha dos turcos da Síria ao Egito, e assim escaparam dos saques dessa campanha.

Acerca desta passagem, Adam Clarke tem a seguinte nota: “Estes e outros árabes, eles (os turcos) não puderam subjugar. Ainda ocupam os desertos e recebem uma pensão anual de *quarenta mil* coroas de ouro dos imperadores otomanos para permitir que as caravanas de peregrinos a Meca tenham passagem livre.”

Versículo 42 — “*Estenderá a mão também contra as terras, e a terra do Egito não escapará.*”

Na retirada dos franceses para o Egito, uma frota turca desembarcou 18 mil homens em Abuquir. Napoleão imediatamente atacou o lugar, desalojando completamente os turcos e restabeleceu sua autoridade no Egito. Mas nesse momento severos revezes das armas francesas na Europa fizeram Napoleão voltar, para cuidar dos interesses do seu país. Deixou o general Kleber no comando das tropas no Egito. Após um período de incansável atividade em favor do exército, foi assassinado por um turco no Cairo, e Abdala Menou assumiu o comando; mas toda perda foi séria para um exército que não podia receber reforços.

Enquanto isso, o governo inglês, como aliado natural dos turcos, tinha resolvido tomar o Egito dos

franceses. Em 13 de março de 1801, uma esquadra inglesa desembarcou tropas em Abuquir. Os franceses batalharam no dia seguinte, mas foram forçados a retirar-se. No dia 18 Abuquir rendeu-se. No dia 28, chegaram reforços trazidos por uma frota turca e o grão-vizir aproximou-se desde a Síria com um grande exército. No dia 19, Rosetta entregou-se às forças combinadas dos ingleses e turcos. Em Ramanieh um corpo francês de 4 mil homens foi derrotado por 8 mil ingleses e 6 mil turcos. Em Elmenayer 5 mil franceses foram obrigados a retirar-se, no dia 16 de maio, porque o vizir avançava para o Cairo com 20 mil homens. Todo o exército francês ficou então encerrado no Cairo e em Alexandria. O Cairo capitulou em 27 de junho e Alexandria em 2 de setembro. Quatro semanas depois, em 1º de outubro, as preliminares da paz foram assinadas em Londres.

“A terra do Egito não escapará”, eram as palavras da profecia. Esta linguagem parece implicar que o Egito seria posto em sujeição a algum poder de cujo domínio desejaria libertar-se. Qual era a preferência dos egípcios entre os franceses e os turcos? Eles preferiram o governo francês. Na obra de R. R.

Madden, sobre viagens pela Turquia, Egito, Núbia, e Palestina nos anos de 1824 a 1827, afirma-se que os egípcios consideravam os franceses como seus benfeitores; que, no curto período que passaram no Egito, deixaram traços de melhoramento; e que, se pudessem ter estabelecido seu domínio, o Egito agora seria comparativamente civilizado.^[127] Em vista deste testemunho, é claro que a linguagem da Escritura não se aplica à França, pois os egípcios não desejavam escapar-lhes das mãos, embora desejassem escapar das mãos dos turcos, mas não puderam.

Versículo 43 — “*E apoderar-se-á dos tesouros de ouro e de prata e de todas as coisas desejáveis do Egito; e os líbios e os etíopes o seguirão.*”

Como ilustração deste versículo, citamos uma declaração do historiador acerca de Maomé Ali, o governador turco do Egito, que assumiu o poder após a derrota dos franceses.

“O novo paxá dedicou-se a fortalecer sua posição para assegurar-se de modo permanente o governo do Egito para si e sua família. Em primeiro lugar, viu que devia cobrar enormes rendas de seus súditos

para mandar tais quantidades de tributo a Constantinopla, que propiciassem ao sultão e o convencessem de que convinha apoiar o poder do governador do Egito. Agindo segundo estes princípios, usou muitos meios ilícitos para entrar na posse de grandes propriedades; negou a legitimidade de muitas sucessões; queimou títulos de propriedade e confiscou fundos; enfim, desafiou os direitos reconhecidos dos proprietários. Seguiram-se grandes distúrbios, mas Mehemet Ali estava preparado para eles, e por sua pertinácia firmeza creu na aparência de que a simples apresentação de direitos era uma agressão da parte dos xeques. Aumentou os impostos continuamente e pôs sua cobrança em mãos dos governantes militares. Por estes meios empobreceu os camponeses ao máximo.”^[128]

Versículo 44 — “*Mas os rumores do Oriente e do Norte o espantarão; e sairá com grande furor, para destruir e extirpar a muitos.*”

O rei do norte em dificuldade — Sobre este versículo Adam Clarke tem uma nota digna de menção. Diz ele: “Reconhece-se geralmente que esta parte da profecia ainda não se cumpriu.” Esta nota

foi impressa em 1825. Em outra parte do seu comentário ele diz: “Se for entendido que se trata da Turquia, como nos versículos anteriores, pode significar que os persas no *oriente*, e os russos ao *norte*, porão naquele momento o governo otomano em situação muito embaraçosa.”

Entre esta conjectura de Adam Clarke, escrita em 1825, e a guerra da Crimeia de 1853-1856, há certamente uma notável coincidência, ao passo que os próprios poderes que ele menciona, os persas no oriente e os russos ao norte, foram os que instigaram esse conflito. As notícias que chegaram daquelas potências perturbaram a Turquia. A atitude e os movimentos dela incitaram o sultão à ira e vingança. A Rússia, por ser a parte mais agressiva, foi o objeto de ataque. A Turquia declarou guerra ao seu poderoso vizinho do norte em 1853. O mundo continuou a olhar espantado para um governo que, por muito tempo fora chamado “o homem doente do Oriente”, um governo cujo exército estava desmoralizado, cuja tesouraria estava vazia, cujos dirigentes eram vis e imbecis, e cujos súditos eram rebeldes e ameaçavam separar-se. A profecia dizia que eles sairiam “com grande furor, para destruir e

exterminar a muitos”. Quando os turcos saíram à guerra mencionada, foram descritos por um escritor americano em linguagem profana, “lutando como demônios”. É certo que a Inglaterra e a França, foram em auxílio da Turquia, mas esta entrou na guerra da maneira descrita e ganhou importantes vitórias antes de receber a assistência das duas potências nomeadas.

Versículo 45 — *“E armará as tendas do seu palácio entre o mar grande e o monte santo e glorioso; mas virá ao seu fim, e não haverá quem o socorra.”*

O rei do norte chega ao fim — Seguimos a profecia de Daniel 11 passo a passo até este último versículo. Ao ver como as profecias divinas encontram seu cumprimento na história, nossa fé se fortalece na realização final da palavra profética de Deus.

A profecia do verso 45 refere-se à potência chamada rei do norte. É a potência que domina o território possuído originalmente pelo rei do norte.

Prediz-se aqui que o rei do norte “virá ao seu fim, e não haverá quem o socorra.” Exatamente

como, quando e onde virá o seu fim, é algo que podemos observar com solene interesse, certos de que a mão da Providência dirige o destino das nações.

Logo o tempo determinará este assunto. Quando ocorrer este evento o que se seguirá? Porque virão acontecimentos de maior interesse para todos os habitantes do mundo, como veremos no capítulo seguinte.

Cenas finais

Daniel, capítulo 12

Versículo 1 — *“E, naquele tempo, se levantará Miguel, o grande príncipe, que se levanta pelos filhos do teu povo, e haverá um tempo de angústia, qual nunca houve, desde que houve nação até àquele tempo; mas, naquele tempo, livrar-se-á o teu povo, todo aquele que se achar escrito no livro.”*

Neste versículo se apresenta certo tempo, não um ano, um mês ou dia determinado, mas um tempo definido por certo acontecimento com o qual se relaciona. “Naquele tempo”. Que tempo? O tempo a que somos levados pelo versículo final do capítulo anterior, o tempo em que o rei do norte armará as tendas palacianas no monte santo e glorioso. Quando isto ocorrer, virá seu fim. E *então*, segundo este versículo, havemos de esperar que Se levante Miguel, o grande Príncipe.

Miguel Se levanta — Em trechos anteriores (capítulo 11) explicou-se quem é a Pessoa chamada Miguel. Conclui-se que é o mesmo Ser denominado

Arcanjo (1 Tessalonicenses 4:16). A voz do Filho de Deus é a voz do Arcanjo; portanto, o Arcanjo deve ser o Filho de Deus. Mas o Arcanjo se chama Miguel; logo, Miguel deve ser o nome dado ao Filho de Deus. A expressão do versículo 1: “Miguel, o grande príncipe, o defensor dos filhos do teu povo”, basta para identificar como o Salvador dos homens o personagem aqui mencionado. É o “Autor da vida” (Atos 3:15), e “Príncipe e Salvador” (Atos 5:31). Ele é o grande Príncipe.

“O defensor dos filhos do teu povo” —
Condescende em tomar os servos de Deus em seu pobre estado mortal e remi-os para serem súditos de Seu reino futuro. Levanta-Se a favor de nós, os que cremos. Seus filhos são essenciais aos Seus propósitos futuros e parte inseparável da herança comprada. Hão de ser os principais agentes daquela alegria que Cristo previu, e que o levou a suportar todos os sacrifícios e sofrimentos que assinalaram Sua intervenção em favor da raça caída. Assombrosa honra! Tributemos-Lhe eterna gratidão por Sua condescendência e misericórdia para conosco! Sejam dEle o reino, o poder e a glória para

todo o sempre!

Chegamos agora à segunda pergunta: Que significa o ato de Miguel levantar-Se? A chave para interpretar esta expressão nos é fornecida nestas passagens: “Eis que ainda três reis se levantarão na Pérsia”, “Depois, se levantará um rei poderoso, que reinará com grande domínio.” (Daniel 11:2 e 3) Não pode haver dúvida quanto ao significado da expressão nestes casos. Significa assumir o reino, reinar. No versículo que consideramos, esta expressão deve significar o mesmo. Naquele tempo Se levantará Miguel, tomará o reino e começará a reinar.

Mas não está Cristo reinando agora? Sim, associado com Seu Pai no trono do domínio universal. (Efésios 1:20-22; Apocalipse 3:21). Mas Ele renuncia a esse trono ou reino ao voltar (1 Coríntios 15:24). Então começa Seu reinado, apresentado no texto, quando Se levanta, ou assume Seu próprio reino, o trono há muito prometido a Seu pai Davi, e estabelece um domínio que não terá fim. (Lucas 1:32 e 33).

Os reinos deste mundo passam a ser “de nosso Senhor e do Seu Cristo”. Ele deixa de lado Suas

vestes sacerdotais e veste o manto real. Terá terminado a obra de misericórdia e o tempo de graça concedido à família humana. Então o que estiver sujo não mais terá esperança de ser purificado; o que estiver santo não mais terá perigo de cair. Todos os casos estarão decididos para sempre. Daí em diante, até que Cristo venha nas nuvens do céu, as nações serão quebrantadas como com vara de ferro e despedaçadas como vaso de oleiro por um tempo de tribulação que nunca houve. Uma série de castigos divinos cairá sobre os homens que rejeitaram a Deus. Então aparecerá no céu o Senhor Jesus Cristo “em chamas de fogo, para tomar vingança dos que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho.” (2 Tessalonicenses 1:8; ver Apocalipse 11:15; 22:11 e 12).

Maravilhosos são os acontecimentos introduzidos pelo ato de Miguel ao levantar-Se. Ele Se levanta, ou assume o reino, assinalando certo tempo antes de voltar pessoalmente a esta Terra. Quão importante é, pois, que saibamos que posição Ele ocupa, a fim de poder seguir o processo de Sua obra e reconhecer quando se aproxima esse momento emocionante, em que acabará Sua intercessão em favor da

humanidade e o destino de todos se fixará para sempre!

Como podemos sabê-lo? Como havemos de determinar o que ocorre no santuário celestial? A bondade de Deus é tão grande que nos pôs às mãos o meio de saber isso. Ele nos disse que, quando certos grandes acontecimentos ocorrem na Terra, decisões importantes estarão sendo feitas no Céu que sincronizam com eles. Mediante as coisas que se veem somos instruídos acerca das coisas que não se veem. Assim como “através da natureza chegamos ver o Deus da natureza”, mediante fenômenos e acontecimentos terrestres seguimos os grandes movimentos que se realizam no reino celestial. Quando o rei do norte plantar as tendas do seu palácio entre os mares no monte glorioso e santo, então Miguel Se levantará ou receberá de Seu Pai o reino como preparativo para voltar a esta Terra. Ou poderia expressar-se o assunto nestas palavras: Então nosso Senhor cessa Sua obra como nosso grande Sumo Sacerdote e termina o tempo de graça concedido ao mundo. A grande profecia dos dois mil e trezentos dias com exatidão nos indica o início da etapa final da obra que Cristo há de realizar no

santuário celestial. O versículo que consideramos nos dá indicações pelas quais podemos descobrir aproximadamente o tempo em que terminará.

O tempo de angústia — Em relação com o momento em que Se levantará Miguel, ocorre um tempo de angústia qual nunca houve. Em Mateus 14:21 lemos acerca de um período de tribulação qual nunca houve nem haverá depois. Essa tribulação, que se cumpriu na opressão e perseguição da igreja pelo poder papal, já se acha no passado, ao passo que o tempo de angústia de Daniel 12:1 ainda está no futuro, segundo a opinião que expressamos.

Como pode haver dois tempos de tribulação, separados por muitos anos, sendo ambos maiores do que qualquer que tenha existido antes ou haja de existir depois? Para evitar qualquer dificuldade aqui, notemos cuidadosamente esta distinção: A tribulação mencionada em Mateus é tribulação sobre a igreja. Cristo está falando ali a Seus discípulos e deles em um tempo futuro. Eles iam ser os afetados e por sua causa seriam abreviados os dias de tribulação. (Mateus 24:22). O tempo de angústia mencionado

em Daniel não é um tempo de perseguição religiosa, mas de calamidade internacional. Nunca houve coisa semelhante desde que houve nação; não diz “igreja”. É a última tribulação que sobrevirá ao mundo em sua condição atual. Em Mateus se faz referência a um tempo que transcorrerá depois daquela tribulação, porque uma vez que ela tenha passado, o povo de Deus não voltará a passar por outro período de sofrimento semelhante. Mas aqui em Daniel não há referência a nenhum tempo futuro depois da angústia mencionada, porque esta encerra a história deste mundo. Inclui as sete últimas pragas de Apocalipse 16 e culmina no aparecimento do Senhor Jesus, vindo em nuvens de fogo, para destruir os Seus inimigos. Mas desta tribulação será livrado todo aquele cujo nome se achar escrito no livro da vida, “porque no monte Sião [...] estarão os que forem salvos assim como o Senhor prometeu, e entre os sobreviventes aqueles que o Senhor chamar.” Joel 2:32.

Versículo 2 — *“E muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna e outros para vergonha e desprezo eterno.”*

Este versículo revela a importância do ato de

Miguel Se levantar, ou o começo do reino de Cristo, referido no primeiro versículo deste capítulo, pois nesse tempo haverá uma ressurreição dos mortos. É esta a ressurreição geral que ocorre na segunda vinda de Cristo? Ou há de ocorrer entre o momento em que Cristo recebe Seu reino e Sua manifestação à Terra com toda a glória do Seu advento (Lucas 21:27), uma ressurreição especial que corresponda à descrição aqui feita?

Porque não seria a primeira, ou seja, a ressurreição que ocorre ao se ouvir a última trombeta? Porque somente os justos, com exclusão de todos os ímpios, terão parte nessa ressurreição. Então os que dormem em Jesus sairão, mas os outros mortos não reviverão durante mil anos (Apocalipse 20:5). Portanto, a ressurreição geral de toda a espécie humana fica dividida em dois grandes acontecimentos. Primeiro ressuscitam exclusivamente os justos quando Jesus vier; e em segundo lugar ressuscitam exclusivamente os ímpios, mil anos mais tarde. A ressurreição geral não é uma ressurreição mista, dos justos e dos ímpios ao mesmo tempo. Cada uma destas duas classes ressuscita separadamente, e o tempo que transcorre

entre suas respectivas ressurreições é de mil anos, segundo está claramente indicado.

Mas na ressurreição apresentada no versículo que estudamos, muitos, tanto dos justos como dos ímpios, ressuscitam juntamente. Não pode, portanto, ser a primeira ressurreição que inclui somente os justos, nem a segunda, que se limita distintamente aos ímpios. Se o texto dissesse: Muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão para a vida eterna, então a palavra “muitos” poderia interpretar-se como incluindo a todos os justos e esta ressurreição seria a dos justos, na segunda vinda de Cristo. Mas o fato de que alguns dos muitos são ímpios e ressuscitam para vergonha e desprezo eterno, impede tal explicação.

Ocorre, pois, uma ressurreição especial ou limitada? Indica-se, em alguma outra parte, que haja de ocorrer tal acontecimento antes que o Senhor venha? A ressurreição aqui predita ocorre quando o povo de Deus é liberto do grande tempo de angústia com que termina a história deste mundo; e de Apocalipse 22:11 pareceria deduzir-se que esta libertação ocorre antes do aparecimento do Senhor. Chega o momento terrível em que o sujo e injusto é

declarado injusto ainda, e santo ainda o que é justo e santo. Quando for pronunciada esta sentença sobre os justos deve ser o seu livramento, porque então estarão fora do alcance do perigo e do temor do mal. Mas, naquele momento, o Senhor ainda não veio, porque imediatamente acrescenta: “Eis que venho sem demora.”

Quando se pronuncia esta declaração solene, ela sela o destino dos justos para a vida eterna e o dos ímpios para a morte eterna. Sai uma voz vinda do trono de Deus, dizendo: “Está feito.” (Apocalipse 16:17). Esta é, evidentemente, a voz de Deus, tão frequentemente mencionada nas descrições das cenas relacionadas com o último dia. Joel fala disso, dizendo: “O Senhor brama de Sião, e Se fará ouvir de Jerusalém, e os céus e a terra tremerão; mas o Senhor será o refúgio do Seu povo, e a fortaleza dos filhos de Israel.” Joel 3:16. Uma nota marginal de certas versões da Bíblia diz: “lugar de refúgio, ou porto”. Então, quando se ouve a voz de Deus que fala do céu, precisamente antes da vinda do Filho do homem, Deus é um refúgio para Seu povo, ou, o que é o mesmo, lhes provê livramento. A última cena grandiosa está por manifestar-se a um mundo

condenado, Deus dá às nações assombradas outra prova e garantia do Seu poder e ressuscita dentre os mortos uma multidão de seres que durante longo tempo dormiam no pó da terra.

Assim vemos que há oportunidade e lugar para a ressurreição de Daniel 12:2. Um versículo do livro de Apocalipse claramente indica que há de ocorrer uma ressurreição desta classe. “Eis que vem com as nuvens [descreve-se certamente o segundo advento], e todo olho O verá [das nações que então vivem na Terra], até quantos O traspassaram [os que tomaram parte ativa na terrível obra de Sua crucifixão]. E todas as tribos da Terra se lamentarão sobre Ele.” (Apocalipse 1:7). Se não fosse feita exceção para o seu caso, os que crucificaram o Senhor permaneceriam em suas sepulturas até o fim dos mil anos e ressuscitariam juntamente com os demais ímpios nessa ocasião. Mas aqui se nos diz que eles contemplam o Senhor em Seu segundo advento. Portanto, há de haver uma ressurreição especial para esse fim.

É certamente muito apropriado que alguns dos que se distinguiram por sua santidade, que trabalharam e sofreram pela esperança que tinham

na vinda do seu Salvador, mas morreram sem O haver visto, ressuscitem um pouco antes, para testemunharem as cenas que acompanham Sua gloriosa manifestação pessoal; assim como saiu um bom número do sepulcro para contemplar Sua gloriosa ressurreição e escoltá-lo (Mateus 27:52 e 53) em triunfo até a destra do trono da Majestade nos céus (Efésios 4:8, nota marginal). Também os que se distinguiram na maldade, os que mais fizeram para rebaixar e ofender o nome de Cristo e injuriar Sua causa, especialmente aqueles que Lhe impuseram morte cruel na cruz e dEle zombaram e O ridicularizaram na agonia de Sua morte, alguns destes ressuscitarão como parte de seu castigo judicial, para contemplar Sua volta nas nuvens do céu, como vencedor celestial, com grande majestade que não poderão suportar.

Alguns consideram que este versículo proporciona boas provas de que os ímpios sofrem eternamente em forma consciente, porque os ímpios, aqui referidos, saem para vergonha e desprezo eterno. Como podem sofrer para sempre vergonha e desprezo, a não ser que estejam eternamente conscientes? Na verdade esta vergonha

implica que estão conscientes, mas note-se que isto não há de durar para sempre. Este qualificativo só se aplica ao desprezo, emoção que os demais sentem para com os culpados, e não torna necessário o estado consciente daqueles contra os quais se dirige. A vergonha de sua impiedade e corrupção atormentará suas almas enquanto estiverem conscientes. Quando morrem, consumidos por suas iniquidades, seu repugnante caráter e suas obras culpáveis causarão somente desprezo da parte dos justos enquanto os recordarem. Portanto, o texto não proporciona prova alguma de que os ímpios tenham de sofrer eternamente.

Versículo 3 — *“Os sábios, pois, resplandecerão como o resplendor do firmamento; e os que a muitos ensinam a justiça refulgirão como as estrelas, sempre e eternamente.”*

Herança gloriosa — A nota marginal diz “ensinadores” em lugar de “sábios”. Os que *ensinam* resplandecerão como o brilho do firmamento. É claro que isto se refere aos que ensinam a verdade e levam outros a conhecê-la, precisamente no tempo em que se cumprirão os eventos registrados nos

versículos anteriores. De acordo com a maneira mundana de calcular lucros e perdas, custa algo ensinar a verdade nestes tempos. Custa reputação, comodidade, conforto e frequentemente propriedades. Envolve trabalho, cruces, sacrifícios, a perda de amigos, o ridículo, e muitas vezes perseguição.

Com frequência se pergunta: Como podem guardar o verdadeiro dia de repouso e talvez perder seu cargo, reduzir suas entradas financeiras e até correr o risco de perder seu meio de sustento? Que miopia, fazer da obediência às exigências de Deus um assunto de consideração financeira! Que conduta diferente da seguida pelos nobres mártires que não amaram sua vida até a morte! Quando Deus dá uma ordem, não podemos atrever-nos a desobedecer. Se nos perguntarem: “Como podem guardar o sábado e cumprir outros deveres que significam obedecer à verdade?”, só precisamos perguntar, em resposta: “Como podemos atrever-nos a não fazê-lo?”

No futuro dia, quando aqueles que procuraram salvar a vida, perderem-na, e os que tiverem estado dispostos a arriscar tudo por amor à verdade e seu divino Senhor, receberem a gloriosa recompensa

prometida nesta passagem, e ressuscitarem para resplandecer como o firmamento e como as estrelas para sempre, se verá quem terá sido sábio e quem terá feito sua escolha cega e insensatamente. Os ímpios e os mundanos hoje consideram os cristãos como insensatos e loucos, e se auto elogiam de terem uma inteligência superior para escapar ao que chamam loucura e evitar perdas. Não lhes precisamos responder, pois os que agora tomam essa decisão, dentro em breve desejarão mudá-la, com ansiedade, mas inutilmente.

Enquanto isso, é privilégio do cristão desfrutar as consolações desta maravilhosa promessa. Unicamente os mundos estelares nos podem proporcionar um conceito de sua magnitude. Que são essas estrelas, a cuja semelhança os ensinadores de justiça hão de brilhar para sempre e eternamente? Quanto esplendor, majestade e duração inclui esta comparação?

O Sol do nosso próprio sistema solar é uma dessas estrelas. Se o comparamos com este planeta em que vivemos e que nos proporciona a comparação mais compreensível, verificaremos que é um astro de enorme magnitude e magnificência.

Nossa Terra tem 12 mil quilômetros de diâmetro, mas o diâmetro do Sol é de 1,44 milhões de quilômetros. É 1,3 milhões de vezes maior que nosso globo. E seu peso equivale a 332 planetas como o nosso. Que imensidão! E que sabedoria e poder foi necessário para criar tantas maravilhas!

Contudo, está muito longe de ser o maior ou mais brilhante dos astros dos céus. A proximidade do Sol, que fica apenas a 155 milhões de quilômetros de nós, permite que ele exerça sobre nós uma influência controladora. Porém, na vastidão do espaço, tão distantes que parecem simples pontinhos de luz, fulguram outros astros maiores, de maior glória. A estrela fixa mais próxima, *Próxima Centauro*, no hemisfério sul, fica a uns 40 bilhões de quilômetros de distância. Mas a estrela Polar e seu sistema ficam cem vezes mais distante e fulgura com brilho igual ao de 2.500 sóis como o nosso. Outros ainda são muito luminosos, como por exemplo Arcturo, que emite luz equivalente a 158 sóis como o nosso; Capela, 185 e assim sucessivamente, até que chegamos à grande estrela Rigel, na constelação do Órion, que inunda os espaços celestes com um fulgor 15 mil vezes maior

que o do nosso Sol. ^[129]

Por que não esses astros não parecem ser mais luminosos? Porque sua distância equivale a 33 milhões de vezes a órbita da Terra, que é de 310 milhões de quilômetros. As cifras se tornam fracas para expressar tais distâncias. Basta dizer que sua luz deve atravessar o espaço à velocidade de 300 mil quilômetros por segundo durante um prazo superior a dez anos antes de alcançar nosso mundo. E há muitas outras estrelas que se encontram a milhões e até bilhões de anos-luz de nosso sistema solar.

Alguns destes comandantes dos céus reinam solitários como o nosso próprio Sol. Alguns são duplos, isto é, o que nos parece ser uma única estrela compõe-se de duas estrelas, ou seja, dois sóis com todo o seu acompanhamento de planetas, girando um em redor do outro. Outros são triplos, alguns quádruplos e pelo menos um é sêxtuplo.

Além disso, mostram todas as cores do arco-íris. Alguns sistemas são brancos, outros azuis, outros vermelhos, outros amarelos, outros verdes. Em alguns, os diferentes sóis que pertencem ao mesmo sistema são de cores diferentes. Diz o Dr. Burr: “E,

como para fazer do Cruzeiro do Sul o objeto mais belo de todos os céus, encontramos nessa constelação um grupo de mais de cem astros diversamente coloridos: sóis vermelhos, verdes, azuis e verde azulados, tão estreitamente acumulados que num poderoso telescópio se assemelham a um soberbo ramalhete ou a uma joia fantástica.”^[130]

Alguns anos se passam e todas as coisas terrenas adquirem o mofo da idade e o cheiro da decadência. Mas as estrelas continuam brilhando em toda a sua glória como no princípio. Séculos e idades se foram, reinos surgiram e desapareceram. Retornando no tempo, muito além do sombrio e obscuro horizonte da história, chegamo-nos ao primeiro momento em que a ordem foi chamada do caos, quando “as estrelas da alva juntas alegremente cantavam e todos os filhos de Deus rejubilavam” (Jó 38:7) e encontramos então que as estrelas seguiam em sua soberba marcha. Não sabemos desde quanto tempo o faziam. Os astrônomos nos falam de nebulosas que se encontram nos mais longínquos limites da visão telescópica, cuja luz em seu voo incessante

precisaria de cinco bilhões de anos para chegar a este planeta. No entanto, nem seu brilho nem sua força diminuem. Parecem sempre dotadas do orvalho da juventude. Não há nelas fator algum de decadência, nem movimento vacilante que revele senilidade. Continuam a brilhar com glória indizível por toda a eternidade.

Assim os que a muitos ensinarem a justiça resplandecerão numa glória que causará alegria no coração do Redentor. E assim transcorrerão seus anos para sempre e eternamente.

Versículo 4 — *“Tu, porém, Daniel, encerra as palavras e sela o livro, até ao tempo do fim; muitos o esquadrinharão, e o saber se multiplicará.”*

O livro de Daniel selado — As “palavras” e o “livro” dos quais se fala aqui, são incontestavelmente as coisas que foram reveladas a Daniel nesta profecia. Essas coisas haviam de permanecer encerradas e seladas até ao tempo do fim, quer dizer, não deviam ser estudadas de modo especial, ou entendidas em sua maior parte, até aquele tempo. O tempo do fim, como já foi demonstrado, começou em 1798. Como o livro esteve fechado e

selado até esse tempo, é claro que naquele tempo, ou a partir desse ponto, o livro seria aberto. As pessoas poderiam compreendê-lo melhor e sua atenção seria especialmente atraída para esta parte da Palavra inspirada. Não é preciso recordar ao leitor o que desde aquele tempo se tem feito com referência à profecia. As profecias, especialmente as de Daniel, têm sido examinadas por muitos estudantes deste mundo onde quer que a civilização tenha entendido sua luz sobre a Terra. De modo que o restante do versículo, sendo uma predição do que deve ocorrer após o início do tempo do fim, diz: “Muitos correrão de uma parte para outra, e a ciência se multiplicará.” Isso implica que este “correr de uma parte para outra” se refira ao traslado de pessoas de um lugar a outro e aos grandes progressos nos meios de transporte e de locomoção alcançados no século passado, ou então, como alguns entendem, que percorreriam as profecias, ou seja, buscariam fervorosa e diligentemente a verdade profética. O certo é que nossos olhos contemplam seu cumprimento. Deve encontrar sua aplicação num destes dois modos. E em ambos os aspectos nossa época notavelmente se destaca.

O aumento do conhecimento — “E o saber se multiplicará.” Isto deve referir-se à multiplicação do conhecimento em geral, o desenvolvimento das artes e ciências, ou a um aumento do conhecimento referente às coisas reveladas a Daniel, que haviam de ficar encerradas e seladas até o tempo do fim. Aqui novamente, qualquer que seja a aplicação que dermos, o cumprimento é notável e completo. Consideremos as admiráveis produções da mente e as formidáveis obras das mãos humanas, que competem com os mais ousados sonhos dos magos antigos, mas que se desenvolveram nos últimos cem anos apenas ^[131]. Nesse período se alcançou maior desenvolvimento em todos os ramos científicos, e mais progressos foram feitos nas comunidades humanas, na rápida execução dos trabalhos, na transmissão dos pensamentos e palavras, nos meios de viajar rapidamente de um lugar a outro e até de um continente a outro, que durante os três mil anos anteriores.

Maquinaria agrícola — Comparem-se os métodos de colheita que são praticados em nossa época com o antigo método de colher à mão, feito

nos dias de nossos avós. Hoje uma só máquina corta, debulha e coleta em bolsas os cereais e os deixa prontos para o mercado.

Navios modernos de guerra mecanizada — A guerra moderna usa navios poderosos de superfície, que nem sequer eram sonhados em meados do século passado [século XVIII]. A artilharia motorizada e outros implementos substituíram os animais e aríetes dos antigos.

A estrada-de-ferro — A primeira locomotiva construída nos Estados Unidos foi fabricada na fundição West Point, Nova York, e começou a funcionar em 1830. Atualmente houve tanto progresso nas estradas-de-ferro que os trens aerodinâmicos cortam os continentes em velocidade surpreendente.

Os transatlânticos — Somente um século após o início da navegação a vapor, os maiores transatlânticos podem cruzar o oceano entre a Europa e a América em quatro dias. Oferecem todas as comodidades que se encontram nos hotéis mais luxuosos.

A máquina de escrever — O primeiro modelo

de máquina de escrever moderna foi posto à venda em 1874. Agora, as máquinas velozes e silenciosas destinadas tanto ao escritório como à residência adaptam-se a todo tipo de escrita e tabelas, e vieram a ser uma parte indispensável dos equipamentos comerciais.

A imprensa moderna — Para se ter uma ideia do progresso feito neste ramo, basta pôr em contraste a imprensa manual que Benjamim Franklin usava com as rotativas de alta velocidade que imprimem os diários a um ritmo bastante veloz.

O telefone — A primeira patente de telefone foi concedida a Alexandre Graham Bell em 1876. Desde então se têm estendido redes intrincadas de telefone por todos os continentes para vincular os povos e as pessoas.

Máquinas tipográficas — Estas produziram uma revolução na arte de imprimir. A primeira máquina que compôs tipos mecanicamente foi patenteada na Inglaterra em 1822 pelo Dr. Guilherme Church. Das muitas máquinas introduzidas desde então, as que se usam atualmente são máquinas que fundem seus próprios tipos, como

a linotipo inventada por Mergenthaler (1878), e a monotipo, inventada em Lanston em 1885.

A composição à distância — Mediante uma combinação de télégrafo e máquinas fundidoras de linha, agora é possível que um operário situado numa estação central componha material para a imprensa por télégrafo simultaneamente, a qualquer distância e em tantos lugares quantos estejam vinculados à estação central. Isto permite compor as notícias com uma economia de 50 a 100 por cento.

Eis uma lista parcial dos progressos feitos nos conhecimentos desde o tempo do fim iniciado em 1798:

Iluminação a gás, 1798; penas de aço, 1803; fósforos, 1820; máquina de costura, 1841; anestesia por éter e clorofórmio, 1846; cabo submarino, 1858; a metralhadora Gatling, 1861; navio de guerra blindado, 1862; freios automáticos nos trens, 1872; sismógrafo, 1880; turbina a vapor, 1883; raios X, 1895; radium, 1898.

Que galáxia de maravilhas surgidas na mesma época! Quão admiráveis são as proezas científicas de nossa era, sobre a qual todas estas descobertas e

invenções concentram sua luz! Chegamos realmente à era da multiplicação do saber.

Para honra do cristianismo, notemos em que países e por quem foram feitas estas descobertas que tanto contribuíram para tornar a vida mais fácil e mais cômoda. Tem sido em países cristãos e entre cristãos, desde a grande Reforma. Não podem ser estes progressos creditados à Idade Média, que proporcionou só um disfarce do cristianismo; nem aos pagãos, que em sua ignorância não conhecem a Deus, nem aos habitantes das terras cristãs que negam a Deus. Na verdade, o espírito de igualdade e liberdade individual estimulado pelo evangelho de Cristo, quando pregado em sua pureza original, é o que liberta o corpo e o espírito dos seres humanos, convida-os ao máximo uso de suas faculdades e torna possível uma era de liberdade de pensamento e ação capaz de realizações tão admiráveis.

O aumento do conhecimento da Bíblia — Mas se assumirmos outro ponto de vista e interpretarmos a multiplicação do saber como aumento do conhecimento da Bíblia, apenas importa olharmos para a luz maravilhosa que nos resplandeceu sobre

as Escrituras durante o último século e meio. O cumprimento da profecia se tem revelado na história. O emprego de um seguro princípio de interpretação levou à indiscutível conclusão de que o fim de todas as coisas está próximo. Na verdade, o selo do livro foi tirado e aumentou admiravelmente o conhecimento acerca do que Deus revelou em Sua Palavra. Cremos ser neste aspecto que a profecia mais especialmente se cumpre, pois somente numa era sem paralelo como a atual poderia a profecia cumprir-se.

Apocalipse 10:2 demonstra claramente que estamos no tempo do fim, onde se vê um poderoso anjo descer do céu com um livrinho aberto na mão. Já não podia ficar selado o livro dessa profecia, mas seria aberto e compreendido. Para achar a prova de que o livrinho que ali é dito estar aberto é o livro aqui encerrado e selado quando Daniel o escreveu, e de que o anjo entrega sua mensagem nesta geração, ver os comentários sobre Apocalipse 10:2.

Versículos 5-7 — *“E eu, Daniel, olhei, e eis que estavam outros dois, um desta banda, à beira do rio, e o outro da outra banda, à beira do rio. E ele disse ao homem vestido de linho, que estava sobre*

as águas do rio: Que tempo haverá até ao fim das maravilhas? E ouvi o homem vestido de linho, que estava sobre as águas do rio, quando levantou a sua mão direita e a sua mão esquerda ao céu e jurou, por aquele que vive eternamente, que depois de um tempo, de tempos e metade de um tempo, e quando tiverem acabado de destruir o poder do povo santo, todas essas coisas serão cumpridas.”

Quando será o fim? — A pergunta: “Quando se cumprirão estas maravilhas?” se refere, sem dúvida, a tudo o que foi anteriormente mencionado, inclusive o ato de Miguel levantar-Se, o tempo de angústia, o livramento do povo de Deus e a ressurreição especial, do versículo 2. A resposta parece dar-se em duas partes. Primeiro, é assinalado um período profético específico; segue-se um período profético indefinido antes que se chegue à conclusão de todas estas coisas, assim como o encontramos em Daniel 8:13 e 14. Quando se perguntou : “Até quando durará a visão [...] na qual era entregue o santuário e o exército, a fim de serem pisados?” a resposta mencionou um período de dois mil e trezentos dias, seguido de um período

indefinido que abrangeria a purificação do santuário. Assim, no texto que consideramos é indicado o período de um tempo, tempos e metade de um tempo, a saber, 1.260 anos e logo um período indefinido para continuar a destruição do poder do povo santo, antes da consumação.

Os 1.260 anos assinalam o período da supremacia papal. Por que se introduz este período aqui? Provavelmente porque esta potência é a que tem feito mais que qualquer outra na história do mundo para destruir o poder do povo santo, ou seja, oprimir a igreja de Deus. Mas que devemos entender pela expressão: “Quando se acabar a destruição do poder do povo santo”? ou como diz a Nova Versão Internacional: “Quando o poder do povo santo for finalmente quebrado.” Em algumas versões se traduz esta frase assim: “Quando ele acabar a dispersão” etc., e nesse caso o pronome “ele” parece designar “Aquele que vive eternamente”, ou seja Jeová. Mas, como diz judiciosamente um grande intérprete das profecias, ao considerar os pronomes da Bíblia, devemos interpretá-los de acordo com os feitos do caso e com frequência devemos relacioná-los com um

antecedente compreendido, em vez de um nome expresso. De modo que aqui o chifre pequeno, ou homem do pecado, depois de ter sido introduzido pela menção particular do tempo de sua supremacia, os 1.260 anos, deve ser o poder a que se refere o pronome *ele*. Durante 1.260 anos oprimiu cruelmente a igreja ou lhe dissipou a força.

Depois de lhe ser tirada a supremacia, permanece sua disposição adversa para com a verdade e seus defensores, e continua sentindo até certo ponto seu poder e prossegue sua obra de opressão na medida do que lhe é possível, mas até quando? Até o último dos acontecimentos apresentados no versículo 1, a saber, o livramento do povo de Deus. Uma vez liberto, os poderes perseguidores já não podem oprimi-lo, sua força já não fica dispersa, chega-se ao fim das maravilhas preditas nesta grande profecia e todas as suas predições estarão cumpridas.

Ou, sem particularmente alterar o sentido, podemos referir o pronome “ele” à Pessoa mencionada no juramento do versículo 7, “Aquele que vive eternamente”, quer dizer, Deus, pois Ele emprega os agentes dos poderes terrestres para castigar e disciplinar o Seu povo, e neste sentido se

pode dizer que Ele mesmo lhe destrói o poder. Por intermédio de Seu profeta Ele disse acerca do reino de Israel: “Uma desgraça! Uma desgraça! Eu a farei uma desgraça! Não será restaurada, enquanto não vier Aquele a quem ela pertence por direito; a Ele eu a darei.” (Ezequiel 21:27 – Nova Versão Internacional). Também encontramos que “até os tempos dos gentios se completarem, Jerusalém será pisada por eles.” (Lucas 21:24). Igualmente significativa é a profecia de Daniel 8:13: “Até quando durará a visão [...] na qual era entregue o santuário e o exército, a fim de serem pisados?” Quem as entrega a esta condição? Deus. Por quê? Para disciplinar, purificar, embranquecer e provar o Seu povo. Até quando? Até que o santuário seja purificado.

Versículos 8-10 — *“Eu, pois, ouvi, mas não entendi; por isso, eu disse: Senhor meu, qual será o fim dessas coisas? E ele disse: Vai, Daniel, porque estas palavras estão fechadas e seladas até ao tempo do fim. Muitos serão purificados, e embranquecidos, e provados; mas os ímpios procederão impiamente, e nenhum dos ímpios entenderá, mas os sábios entenderão.”*

O livro selado até o fim do tempo — O esforço de Daniel para entender totalmente tudo o que lhe fora mostrado nos lembra vividamente as palavras de Pedro quando falava dos profetas que diligentemente indagaram e inquiriram, procurando compreender as predições referentes aos sofrimentos de Cristo e a glória que os seguiria. Diz-nos que “a eles foi revelado que, não para si mesmos, mas para” nós ministravam (1 Pedro 1:12). Quão pouco lhes foi permitido entender acerca do que alguns dos profetas escreveram! Mas nem por isso se recusaram a escrever. Se Deus lhes pedia isso, sabiam que oportunamente cuidaria de que Seu povo recebesse de seus escritos todo o benefício que Ele queria que recebesse.

De modo que as palavras aqui dirigidas a Daniel lhe indicavam que, quando chegasse o devido tempo, os sábios entenderiam o significado do que ele havia escrito e o aproveitariam. O tempo do fim era o momento em que o Espírito de Deus haveria de romper o selo deste livro. Era o tempo durante o qual os sábios entenderiam, enquanto os ímpios, que não têm o senso dos valores eternos, por terem o

coração endurecido pelo pecado, continuarão cada vez piores e mais cegos. Nenhum dos ímpios entende. Eles consideram loucura e presunção os esforços que os sábios fazem para entender e perguntam: “Onde está a promessa de Sua vinda?” Se alguém perguntar: De que tempo e de que geração fala o profeta? A resposta sempre deve ser: Do tempo atual e da geração em que vivemos. Esta linguagem do profeta está recebendo notável cumprimento.

A redação do versículo 10 parece especial à primeira vista: “Muitos serão purificados, embranquecidos e provados.” Pode alguém perguntar: Como poderiam ser purificados e depois embranquecidos ou provados (como a linguagem parece implicar)? Quando é a prova que os purifica e embranquece? A linguagem, sem dúvida, descreve um processo que muitas vezes se repete na experiência daqueles que, durante esse tempo, vão sendo preparados para a vinda do Senhor e Seu reino. São purificados e embranquecidos, em comparação com sua situação anterior. Logo são novamente provados. Maiores provas lhes são impostas. Se as suportarem, continua a obra de

purificação até alcançarem um caráter mais puro. Chegando a esse estado são novamente provados, e ainda mais purificados e embranquecidos. Assim o processo continua, até desenvolverem um caráter que suportará a prova no grande dia do juízo e chegam a uma condição espiritual que já não necessite de prova.

Versículo 11 — *“E, desde o tempo em que o contínuo sacrifício for tirado e posta a abominação desoladora, haverá mil duzentos e noventa dias.”*

Os 1.290 dias proféticos — Aqui se introduz um novo período profético, a saber, o dos 1.290 dias proféticos que, segundo a autoridade bíblica, deve representar o mesmo número de anos literais. Pelo contexto, alguns têm deduzido que este período se inicia com o estabelecimento da abominação desoladora, ou seja, o poder papal, no ano 538, e consequentemente se estenderia a 1828. Nesta última data nada encontramos que assinale o término de tal período, mas achamos provas de que tal período se inicia antes do estabelecimento da abominação papal, ou seja, antes de 538 d.C. Um estudo do original hebraico indica que o texto deve

ser lido assim: “Desde o tempo em que o contínuo sacrifício será tirado, para se estabelecer a abominação desoladora, haverá 1.290 dias.”

O ano 508 d.C. — Não nos é dito diretamente até que evento chegam os 1.290 dias, mas pelo fato de que seu início fica assinalado por uma obra que irá preparar o terreno para o estabelecimento do papado, é natural concluir que seu final ficará assinalado pela cessação da supremacia papal. Se de 1798 voltamos 1.290 anos para trás chegamos ao ano 508. Este período é sem dúvida mencionado para revelar a data em que foi tirado o contínuo, e é o único que o revela. Portanto, os dois períodos – o de 1.260 dias e o de 1.290 dias – terminam juntos em 1798. O último começa em 538, e o primeiro em 508, ou seja, 30 anos antes. Abaixo daremos algumas citações históricas a favor da data de 508.

O batismo de Clóvis — “Quanto aos escritos de Anastácio [...], há um que ele dirigiu a Clóvis, rei dos francos, para felicitar a esse príncipe por sua conversão à religião cristã. Porque Clóvis, primeiro rei cristão dos francos, foi batizado no dia de Natal de 496, segundo alguns, no mesmo dia em que o

papa foi ordenado.”^[132]

Tomás Hodgkin diz: “O resultado desta cerimônia foi que mudou as relações políticas de todo estado das Gálias^[133]. Embora os francos se encontravam entre as mais incultas e menos civilizadas tribos que cruzaram o Reno ao oeste, já lhes estava garantida a bem-aventurança do clero católico em toda cidade, e aonde fosse o clero, seguiam os provinciais ‘romanos’, ou em outras palavras os leigos que falavam latim. Clóvis, imediatamente após o seu batismo, recebeu uma carta entusiasta de boas-vindas ao verdadeiro redil, escrita por Avito, bispo de Viena, o eclesiástico mais eminente do reino burgúndio.”^[134]

Clóvis, o primeiro príncipe católico — “É de observar que Clóvis naquele tempo (496), o único príncipe católico do mundo conhecido no sentido então da palavra ‘católico’. Anastácio, imperador do Oriente, professava o *Eutiquismo*^[135] ou *Eutiquianismo*. Teodorico, rei dos ostrogodos na Itália, Alarico, rei dos visigodos, e dono de toda a

Espanha, e da terça parte da Gália, assim como os reis dos burgúndios, suevos e vândalos, nas Gálias, Espanha e África, eram todos dedicados discípulos de Ário. Quanto aos outros reis dos francos estabelecidos nas Gálias, ainda eram pagãos. Clóvis não era apenas o único príncipe católico do mundo nesse tempo, mas foi o primeiro rei que abraçou a religião católica; e isto conferiu ao rei da França o título de ‘Cristianíssima Majestade’, e o de ‘Filho Mais Velho da Igreja’. Mas se tivéssemos que comparar a conduta e as ações de Clóvis, o católico, com as do rei ariano Teodorico, esta comparação não redundaria em honra à fé católica absolutamente.”^[136]

Os príncipes arianos punham os papas em perigo — Efraim Emerton, que foi professor na Universidade de Harvard, disse: “No tempo em que os francos travaram a batalha de Estrasburgo, os bispos da cidade de Roma foram considerados como os dirigentes da igreja do que fora o Império Ocidental. Tinham chegado a chamar-se papas e estavam buscando dominar a igreja do ocidente assim como um rei governava seu povo. Quanto a

este respeito, como um papa venerável como Leão podia infundir a rudes destruidores como Átila e Genserico. Mas os papas sempre tinham sido devotos católicos, opostos ao arianismo aonde quer que aparecesse. No tempo da conversão do rei franco, achavam-se em constante perigo da parte dos ostrogodos arianos que se tinham estabelecido na Itália. Teodorico não tinha incomodado a religião de Roma, mas podia levantar-se um novo rei que buscasse impor o arianismo sobre toda a Itália. Assim o papa grandemente se alegrou ao saber que os francos, ao converterem-se recentemente, tinham aceito sua forma de crença cristã. Dispôs-se a abençoar qualquer empreendimento deles como obra de Deus, uma vez que se dirigisse contra os arianos a quem considerava piores que os pagãos. Assim por volta do ano 500 iniciou, entre o papado romano e o rei franco, um entendimento que havia de amadurecer em íntima aliança e contribuir muito para fortalecer toda a história futura da Europa.”^[137]

A conversão de Clóvis foi um contratempo para os arianos — “O evento que aumentou os

temores de todos os reis arianos, e que não deixou a cada um deles esperança alguma além da que seria o último a ser devorado, foi a conversão de Clóvis, o rei pagão dos francos.”^[138]

Uma aliança bárbara contra Clóvis — “Os reis dos bárbaros foram [...] convidados a se unir em uma ‘aliança de paz’, para deter as agressões ilícitas de Clóvis que os deixava a todos em perigo.”^[139]

“Formar tal confederação e vincular todas as antigas monarquias arianas contra este estado católico ambicioso que ameaçava absorvê-las, foi o principal propósito de Teodorico.”^[140]

Clóvis inicia uma guerra religiosa — “A ação diplomática de Teodorico foi impotente para impedir a guerra; pode até ser que motivou Clóvis a atacar rapidamente antes de formarem uma coalizão contra ele. Em uma assembleia de sua nação (talvez o ‘Campo de Março’), no início de 507, declarou impetuosamente: ‘Considero muito incômodo que esses arianos dominem uma parte tão grande da Gália. Vamos e vençamos com a ajuda de Deus e sujeitemos a Terra.’ A declaração agradou a

multidão e o exército reunido marchou para o sul até o rio Lígier.”^[141]

Clóvis derrota os visigodos — “A próxima campanha do rei franco teve muito maior importância e êxito. Estava empenhado a provar seu destino contra o jovem rei dos visigodos [...]. Em 507 Clóvis declarou guerra aos visigodos.”^[142]

“Não se sabe por que a explosão tardou até o ano 507. Que o rei dos francos foi o agressor é coisa certa. Achou facilmente um pretexto para iniciar a guerra como campeão e protetor do cristianismo católico contra as medidas absolutamente justas que Alarico tomava contra seu clero ortodoxo traidor [...]. Na primavera de 507, ele [Clóvis] cruzou repentinamente o Lígier e marchou rumo a Poitiers [...]. A quinze quilômetros de Poitiers, os visigodos tinham ocupado suas posições. Alarico adiou o início da batalha porque esperava as tropas ostrogodas, mas como estas foram dificultadas pelo aparecimento de uma frota bizantina em águas italianas, resolveu lutar e não bater em retirada, como a prudência aconselhava. Durante a

perseguição o rei dos godos morreu, diz-se, em mãos de Clóvis (507). Com esta derrota terminou para sempre o domínio dos visigodos na Gália.”^[143]

“É evidente, pela linguagem de Gregório de Tours, que este conflito entre os francos e os visigodos foi considerado pelo partido ortodoxo de seu tempo e de outros anteriores, como uma guerra religiosa, da qual, do ponto de vista humano, *dependia que prevalecesse o credo católico ou o ariano na Europa ocidental.*”^[144]

“Pouco depois destes eventos, Clóvis recebeu do imperador grego Anastácio os títulos e a dignidade de nobre e cônsul romano, embora parece que o imperador, ao outorgá-los, foi compelido mais por seu ódio ao ostrogodo Teodorico que pelo amor que tinha para com o franco inquieto e usurpador. O significado destes títulos antiquados, quanto à sua aplicação aos que não tinham nenhuma relação direta com qualquer divisão do Império Romano, não foi jamais completamente explicado [...]. O sol de Roma havia-se posto. Mas ainda descansava

sobre o mundo o crepúsculo de sua grandeza. Os reis e guerreiros germanos recebiam com prazer e portavam com orgulho um título que os ligava àquela cidade imperial, de cujo domínio universal, de cuja habilidade no manejo das armas e nas artes, viam os vestígios por toda a parte.”^[145]

“Em 508 Clóvis recebeu em Tours as insígnias do consulado que lhe enviara o imperador oriental Anastácio, mas o título era puramente honorífico. Clóvis passou os últimos anos de sua vida em Paris, que tornou a capital do seu reino.”^[146]

Fim da resistência ariana — Fora eliminado o reino visigodo, mas faltava ainda a aliança das potências arianas sob Teodorico. Alarico havia contado com a ajuda de Teodorico, mas ela falhou. No ano seguinte, em 508, Teodorico dirigiu-se contra Clóvis e ganhou a vitória, depois da qual inexplicavelmente fez a paz com ele, e terminou a resistência das potências arianas.”^[147]

Significado das vitórias de Clóvis — A eminência que Clóvis tinha alcançado no ano 508 e o significado de suas vitórias para o futuro da

Europa e da igreja, eram tão grandes que os historiadores não podem passar por alto sem fazer comentários.

“A sua conquista não foi uma conquista temporal. O reino dos godos ocidentais e dos burgúndios passaram a ser o reino dos francos. Finalmente chegaram invasores que iam permanecer. Estava decidido que os francos e não os godos tinham de dirigir os desígnios futuros da Gália e Alemanha, e que a fé católica, e não o arianismo, havia de ser a religião desses grandes reinos.”^[148]

“Clóvis foi o primeiro a unir todos os elementos dos quais se formaria a nova ordem social, a saber, os bárbaros, a quem estabeleceu no poder; a civilização romana, à qual tributou homenagem recebendo as insígnias de nobre e de cônsul das mãos do imperador Anastácio; e finalmente a igreja católica, com a que formou a aliança frutífera que continuaram seus sucessores.”^[149]

Preparou a aliança da Igreja com o Estado —
“Nele [Clóvis] uniam-se as religiões, e duas épocas do mundo. Quando ele nasceu, o mundo romano

ainda era uma potência; sua morte assinala o amanhecer da Idade Média. Ele ocupou o cargo vago de imperador oriental e preparou o caminho para o que Carlos Magno aperfeiçoou: a fusão da civilização romana com a germânica, a aliança da Igreja e o Estado.”^[150]

Clóvis “salvou” a igreja do paganismo e do arianismo — “Ele [Clóvis] tinha demonstrado em todas as ocasiões que era um implacável foragido, conquistador ambicioso, tirano sanguinário; mas por sua conversão tinha preparado o triunfo do catolicismo; salvou a igreja romana dos perigos de Escila e Caríbdis, que eram a heresia e o paganismo, firmou-a sobre uma rocha no próprio centro da Europa, e fixou suas doutrinas e tradições nos corações dos conquistadores do Ocidente.”^[151]

Fundamento da igreja medieval — “Os resultados da ocupação da Gália [pelos francos] foram tão importantes, o império que fundaram, sua aliança com a igreja, suas noções legais e suas instituições políticas, tudo isto exerceu uma tão decisiva influência sobre o futuro que sua história

merece consideração à parte [...]. Eles receberam a herança política do Império Romano, na verdade a honra de transmiti-la toscamente e muito menos extensa e eficientemente; entretanto, foi uma continuação real da obra política que Roma fazia. Eles só representam aquela unidade que Roma estabelecera, e enquanto essa unidade permaneceu como fato definido, foram os francos que a mantiveram [...]. Sua carreira inicia apenas no fim do século V, e então, como sucede com frequência em casos semelhantes, é o gênio de um homem, um grande caudilho, o que cria a nação. [...] Clóvis [...] aparece como um dos grandes espíritos criadores que dão uma nova direção ao curso da história [...]. O terceiro passo de grande importância neste processo de união foi dado também por Clóvis. Uma instituição produzida no mundo antigo antes dos germanos nele entrarem, tinha nascido com vida forte e ampla influência, até mesmo com poder que crescia lentamente, através de todas as mudanças deste período caótico. No futuro seria um poder ainda maior a exercer uma influência ainda mais ampla e mais permanente que a dos francos [...]. Era a igreja romana. *Seria uma grande potência*

eclesiástica do futuro. Portanto, era uma questão muito especial saber se os francos, que por sua vez se desenvolveriam numa grande potência política do futuro, seriam aliados desta outra potência ou opostos a ela [...]. Esta questão foi decidida por Clóvis, não muito depois de começar sua carreira, ao se converter ao cristianismo católico [...]. Nestas três maneiras, portanto, Clóvis exerceu uma influência criadora sobre o futuro. Uniu os romanos e os germanos numa base de igualdade, e ambos os povos conservaram a fonte de sua força para formar uma nova civilização. Fundou uma potência política que em si seria quase todo o continente, e acabou com o período das invasões. Estabeleceu a estreita aliança entre as duas grandes forças controladoras do futuro, os dois impérios que continuaram a unidade que Roma tinha criado, o império político e eclesiástico.”^[152]

Assim no ano 508 terminou a resistência unida que se opunha ao desenvolvimento do papado. A questão da supremacia entre os francos e os godos, entre a religião católica e a ariana, tinha ficado decidida a favor dos católicos.

Versículos 12 e 13 — *“Bem-aventurado o que espera e chega até mil trezentos e trinta e cinco dias. Tu, porém, vai até ao fim; porque repousarás e estarás na tua sorte, no fim dos dias.”*

Os 1.335 dias proféticos — Introduz-se aqui ainda outro período profético, que abrange 1.335 anos. Podemos dizer quando começa e termina? A única chave que temos para solucionar a questão é o fato de que se fala dele em ligação imediata com os 1.290 anos, que começaram em 508, como se demonstrou. A partir desse ponto, diz o profeta, haverá 1290 anos. A frase seguinte diz: “Bem-aventurado o que espera até 1.335 dias.” Mas, a partir de que ponto? Indubitavelmente, do mesmo ponto que o do início dos 1.290 anos, a saber, 508. A menos que sejam contados desse ponto, é impossível situá-los e devem ser excetuados da profecia de Daniel, quando lhes aplicamos as palavras de Cristo: “Quem lê, entenda.” Mateus 24:15. Deste ponto se estenderiam até 1843, pois a soma de 508 com 1335 dá 1843. Começando na primavera da primeira data, terminam na primavera da última.

Mas alguém perguntará: Como sabemos que já terminaram, se no fim desses dias Daniel se levanta para receber sua herança, o que alguns entendem ser a ressurreição dos mortos? Esta pergunta se baseia num duplo equívoco. Em primeiro lugar, afirma-se que os dias no fim dos quais Daniel se levanta são os 1.335 dias; e em segundo lugar, que o levantamento de Daniel é sua ressurreição, o que também não se pode afirmar. A única coisa prometida para o fim dos 1.335 dias é uma bênção para os que aguardam e chegam até esse tempo, isto é, aos que então estiveram vivos.

Que bem-aventurança é essa? Olhando para o ano 1843, quando esses anos terminaram, que contemplamos? Vemos um notável cumprimento da profecia na grande proclamação da segunda vinda de Cristo. Quarenta e cinco anos antes começou o tempo do fim, o livro foi aberto e começou a aumentar a luz. Por volta de 1843 grandiosamente culminou toda a luz que fora derramada sobre os diversos assuntos proféticos. A proclamação se realizou com grande poder. A nova e comovente doutrina do estabelecimento do reino de Deus abalou o mundo. Nova vida foi comunicada aos

verdadeiros discípulos de Cristo. Os incrédulos ficaram condenados, as igrejas eram provadas e se despertou um reavivamento sem igual desde esse tempo.

Foi esta a bênção? Escutemos as palavras do Salvador: “Bem-aventurados os vossos olhos”, disse aos Seus discípulos, “porque veem; e vossos ouvidos, porque ouvem.” (Mateus 13:16). Também disse a Seus discípulos que profetas e reis desejaram ver as coisas que eles viam e não as viram. Mas lhes disse: “Bem-aventurados os olhos que veem as coisas que vós vedes.” Se uma nova e gloriosa verdade era nos dias de Cristo uma bênção para os que a recebiam, por que não o seria igualmente em 1843?

Pode-se contestar que os participantes desse movimento ficaram desapontados em sua expectativa. O mesmo aconteceu com os discípulos de Cristo por ocasião de Sua primeira vinda. Eles O aclamaram em Sua entrada triunfal em Jerusalém, esperando que tomasse o reino. Mas o único trono ao qual Ele subiu foi a cruz e em vez de ser admitido como rei num palácio, Seu corpo inerte foi deixado no sepulcro novo de José. Contudo, foram

“bem-aventurados” por haverem recebido as verdades que tinham ouvido.

Pode-se também contestar que essa não foi uma bem-aventurança suficiente para ser marcada por um período profético. Por que não, já que o período em que há de ocorrer o tempo do fim, é introduzido por um período profético; já que nosso Senhor, no versículo 14 de Sua grande profecia de Mateus 24, anuncia este movimento de forma especial; e já que também é apresentado em Apocalipse 14:6 e 7, sob o símbolo de um anjo voando pelo meio do céu com um anúncio especial do Evangelho eterno aos habitantes da Terra? Por certo a Bíblia dá muita importância a este movimento.

Mais duas questões devem notar-se brevemente: A que dias se refere o versículo 13? Que significa, segundo outra versão, estar Daniel em sua sorte? Os que afirmam que os dias são os 1.335 anos são levados a essa aplicação porque não olham atrás, além do versículo anterior, onde os 1.335 dias são mencionados. Ao passo que para interpretar esses dias tão indefinidamente introduzidos, deve certamente considerar-se todo o alcance da profecia desde o capítulo 8 de Daniel. Os capítulos 9, 10, 11

e 12 são claramente uma continuação e explicação da visão de Daniel 8. Daí podermos dizer que na visão do capítulo 8, conforme a temos seguido e explicado, há quatro períodos proféticos: os 2.300, os 1.260, os 1.290 e os 1.335 dias. O primeiro é o período principal e o mais longo; os outros são apenas partes intermediárias e subdivisões do primeiro. Agora, quando o anjo diz a Daniel, ao concluir suas instruções, que o profeta estará em sua sorte até o fim dos dias, sem especificar a que período se referia, a atenção de Daniel não se fixaria naturalmente no período principal e mais longo, os dois mil e trezentos dias, em vez de a qualquer de suas subdivisões? Nesse caso, os dois mil e trezentos dias são o período indicado. A tradução dos Setenta parece apontar claramente nessa direção: “Tu, porém, segue teu caminho e descansa; porque há ainda dias e estações até o pleno cumprimento [destas coisas]; e te levantarás em tua sorte no fim dos dias.” Isto certamente nos faz lembrar o longo período contido na primeira visão, em relação com a qual foram dadas as instruções subsequentes.

Como já se demonstrou, os 2.300 dias terminaram em 1844 e nos levaram à purificação do

santuário. Como Daniel se levantou em sua sorte nesse tempo? Na pessoa de seu Advogado, nosso grande Sumo Sacerdote, que apresenta os casos dos justos para que sejam aceitos por Seu Pai. A palavra aqui traduzida como “sorte” não significa parcela de propriedade imóvel, lote de terra, mas as “decisões” da sorte ou as “determinações da Providência.” No fim dos dias, a sorte seria lançada, por assim dizer. Em outras palavras, decidir-se-ia quem seria havido por digno de entrar na posse da herança celestial. Quando o caso de Daniel se apresenta a exame, ele é achado justo, subsiste e lhe é destinado um lugar na Canaã celestial.

Quando Israel estava para entrar na Terra Prometida, lançaram sortes e a cada tribo foi designada sua possessão. As tribos estiveram assim em suas “sortes” muito antes de entrarem realmente na posse da terra. O tempo da purificação do santuário corresponde a este período da história de Israel. Estamos agora nos limites da Canaã celestial e estão sendo tomadas as decisões que atribuem a alguns um lugar no reino eterno, e privam a outros para sempre daquele. Na decisão de seu caso é assegurada a Daniel a porção de sua herança

celestial. Com ele estarão também de pé todos os fiéis. Quando este consagrado servo de Deus, que preencheu toda a sua longa vida com nobres ações de serviço ao seu Criador, embora sobre ele se acumulassem os mais pesados cuidados desta vida, entrar em sua recompensa pela prática do bem, poderemos também entrar com ele no repouso.

Concluimos nossas considerações sobre este livro com a observação de que nos proporcionou não pouca satisfação dedicar tempo e estudo a suas profecias maravilhosas e contemplar o caráter desse homem muito amado e o mais ilustre dos profetas. Deus não faz acepção de pessoas, e os que desenvolvem um caráter como o de Daniel verão manifestar-se em sua vida o favor divino de forma tão assinalada como ele o recebeu. Cultivemos suas virtudes para, como ele, termos a aprovação de Deus enquanto vivermos nesta Terra, e na vida vindoura possamos habitar entre as criações de Sua glória infinita.

Referências bibliográficas

[1] **Vassalo:** (1) No sistema feudal, indivíduo que, mediante juramento de fé e fidelidade a um suserano (senhor, superior), dele se tornava dependente, rendendo-lhe respeito e tributo (impostos). (2) Aquele que é súdito de um soberano. (3) Que paga tributo a alguém; tributário. (4) Derivação: sentido figurado. Que se subordina a alguém; dependente, submisso.

[2] **Libação:** ato que consiste na aspersão de um líquido em intenção de uma divindade; oferenda, sacrifício a deuses pagãos.

[3] **Gesênio:** Um dos maiores lexicólogos conhecidos. Lexicólogo é um especialista na produção de um dicionário de respectiva língua. *Gesênio* ou *Friedrich Wilhelm Gesenius* criou o famoso *Léxico Hebraico-Caldaico das Escrituras do Velho Testamento*, maior obra neste sentido, publicada em 1846. Ver GESENIUS's *Hebrew and Chaldee Lexicon to the Old Testament Scriptures*. London: Samuel Baxter & Sons, Limited. 1846. Disponível em: <<https://goo.gl/tz2HhF>> Acesso em 31 ago. 2015.

[4] CLARKE, Adam. *Commentary on the Old Testament*, Vol. 4, pp. 564 e 567, notas sobre Daniel 1:1; 2:1. NEWTON, Thomas. *Dissertations on the Prophecies*, Vol. 1, p. 231. BARNES, Albert. *Notes on Daniel*, pp. 111, 112, comentário sobre Daniel 2:1.

[5] “E Cuxe gerou a Ninrode; este começou a ser poderoso na terra. E este foi poderoso caçador diante da face do Senhor; pelo que se diz: Como Ninrode, poderoso caçador diante do Senhor. E o princípio do seu reino foi Babel, e Ereque, e Acade, [...] na terra de Sinar. Desta mesma terra saiu ele à Assíria e edificou a Nínive [...].” (Gênesis 10:8-11).

Esta expressão pode significar exatamente o seu primeiro reino ou o princípio de sua soberania. Ninrode surge no registro das nações como o criador do imperialismo. Depois dele, a sociedade migrou da forma patriarcal à monárquica. É o primeiro homem mencionado na Bíblia como chefe de um reino.

Babel — Babilônia foi, segundo o relato bíblico, o primeiro reino de Ninrode. Ao manterem a ideia de que sua cidade era reflexo terrestre do lugar onde seu deus morava, os babilônios batizaram-na de *Babe-ilu* — “o portal de deus”. As lendas babilônicas identificam a fundação da cidade com a criação do mundo. Levando isso em conta, Sargão, um antigo rei semita da Mesopotâmia, transportou terra sagrada de Babilônia para a fundação de outra cidade construída à semelhança dela. Mesmo durante o período final da supremacia assíria, Babilônia não perdeu sua importância como centro da cultura mesopotâmica. Contudo, sua fama e glória máximas surgiram no tempo de Nabucodonosor, o rei que a converteu na primeira metrópole cosmopolita do mundo da época. Após ter sido destruída por Xerxes, rei da Pérsia, Babilônia permaneceu parcialmente em ruínas.

Ereque — É a Uruk babilônica, a moderna Warka (em árabe). Escavações feitas há algum tempo comprovaram que é uma das cidades mais antigas que já existiram. Encontraram-se ali os documentos mais antigos de que se têm conhecimento. Uruk era conhecida pelos babilônios como a comarca onde ocorreram as façanhas de Gilgamés, um relato que parece confirmar a possibilidade de que as lendas desse personagem foram baseadas em vagas lembranças das primeiras proezas do velho Ninrode.

Acade ou Acádia — Era a sede dos antigos reis Sargão e Naram-Sin. As ruínas dessa cidade ainda não foram localizadas, mas talvez se encontrem nas proximidades de Babilônia. Os antigos

povoadores semíticos da baixa Mesopotâmia ficaram conhecidos como *acádios*.

Sinar ou Sinear — As cidades anteriormente citadas ficavam na planície de Sinear, um termo geralmente usado para identificar Babilônia no Antigo Testamento, que abrangia tanto a Suméria, ao sul, como a *Acádia*, ao norte. Porém, a origem do nome ainda é um mistério.

Assíria — A Assíria é chamada “a terra de Ninrode” (Miqueias 5:6). A migração de Ninrode para a Assíria e a nova atividade que desempenhou ali como construtor constituiu-se num prolongamento de seu império em direção ao norte. O que faltou à Assíria em extensão territorial, Ninrode compensou em sua história com poder político.

Nínive — Por séculos Nínive foi famosa como a capital da Assíria. Os assírios a chamavam *Ninua*, dedicando-a certamente à deusa babilônica *Nina*. Isso mostra que Babilônia foi o primeiro lugar onde Ninrode se estabeleceu, e concorda com o relato bíblico de que ele foi o primeiro rei de Babilônia, bem como fundador de Nínive. Escavações têm comprovado que Nínive é uma das cidades mais antigas da alta Mesopotâmia. Por estar na encruzilhada de concorridas rotas comerciais internacionais, Nínive se converteu em um centro comercial importante. Mudou de dono várias vezes durante o segundo milênio antes de Cristo, pertencendo, nesta ordem, aos babilônios, hititas e mitânios (ou hurritas), antes de ser dominada pelos assírios no século XIV a.C.

[6] BURY, J. B. *The Cambridge Ancient History*, vol. 3, p. 212.

[7] Ibidem, p. 217.

[8] *British Museum Series*, Vol. I, pl. 68, Nº. 1

[9] RAWLINSON, George. *The Seven Great Monarchies of the*

Ancient Eastern World, vol. 2, p. 610. Nota 202.

[10] Ver Heródoto, pp. 67-71; Jorge Rawlinson, *The Seven Great Monarchies of the Ancient World*, vol. 2, pp. 254-259; Humphrey Prideaux, *The Old and the New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 1, pp. 136, 137.

[11] PRIDEAUX, Humphrey. *The Old and the New Testament Connected in the History of the Jews*, vol 1, p. 137.

[12] Eram príncipes do Império Parta ou Parto (247 a.C. – 224 d.C.), também conhecido como Império Arsácida, foi uma das principais potências político-culturais iranianas da antiga Pérsia. O nome desse império vem do termo *Pártia*, uma região do nordeste do atual Irã, conhecido por ter sido a base político-cultural da dinastia arsácida.

[13] NEWTON, Tomas. *Dissertations on the Prophecies*, vol. 1, p. 240.

[14] GIBBON, Edward. *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 3, observações gerais que seguem o capítulo 38, p. 614. A obra de Gibbon aparece em muitas edições além da usada na preparação deste livro. Para o estudante que possui uma edição diferente, foi incluído o capítulo com todas as referências para facilitar a busca das citações.

[15] Ibidem, vol. 1, pp. 99, 100.

[16] O autor, em harmonia com sete comentadores principais, inclui os *hunos* como um dos dez reinos. Outros, porém, com fundamentos históricos, colocam os *Alamanos*, também conhecidos como *suábios*, em lugar dos hunos. A respeito dos *Alamanos*, diz o doutor em História medieval, Antônio Gasparetto

Jr.: “Esse povo germânico recebeu a denominação que se tornou marcante por obra dos romanos. *Alamanos* significa ‘o povo de todos os homens’. [Eles] formavam uma aliança de cunho militar com tribos germânicas que viviam na região em torno do rio Reno. O caráter dessa aliança sempre foi agressivo, pois se uniram com o intuito de atacar a província romana [chamada] Germânia Superior. Desde o século III, os *Alamanos* insistiram em se infiltrar pela fronteira romana do Reno-Danúbio. Durante séculos investiram nesse avanço, mas foram sempre contidos, devido à força de oposição dos francos. Por sinal, na organização da aliança militar dos *Alamanos*, o modelo que foi seguido foi justamente o dos francos. A resistência enfrentada pelos *Alamanos* na tentativa de avançar sobre as fronteiras romanas obrigou-os a se desviarem e se estabelecer em outras localidades. A região que passaram então a ocupar é o que conhecemos hoje como Alsácia, Lorena, Baden-Württemberg e Suíça. A região do rio Reno passou a ser uma fronteira entre a localidade dos romanos e da Germânia tribal. Nas regiões que foram chamadas de Germânia Superior e Germânia Inferior, passaram a viver misturados os germanos, os celtas e outras tribos etnicamente combinadas. Com nova organização e estabilizados em novo território, os *Alamanos* partiram para o contra-ataque contra a Germânia Superior e se tornaram, por fim, uma confederação na região que atualmente conhecemos como Alsácia. Após esta nova conquista territorial, os *Alamanos* continuaram se expandindo e alcançaram o Palatinado e parte das atuais Baviera e Áustria. Com a extensão territorial e o poderio alcançado pelos *Alamanos*, logo se tornaram um Estado. Este oscilava, ora como organização independente, ora como território ocupado pelos francos. Foi durante o domínio dos francos que a referência ao território da *Alamania*, terra dos *Alamanos*, se popularizou como *Allemagne*, isso que, mais tarde, afirmou o nome do território como conhecemos hoje por

Alemanha. Hoje a Alemanha é um território independente e um poderoso Estado europeu. Seu nome está diretamente ligado ao povo germânico *Alamanos*. Entretanto, seus descendentes estão hoje divididos em regiões da França, Alemanha, Suíça e Áustria, locais onde se falam diferentes dialetos da língua alemã.” Disponível em: < <http://goo.gl/Mjge0I> > Acesso em 31 ago. 2015.

[17] NEWTON, William. *Lectures on the First Two Visions of the Book of Daniel*, pp. 34-36.

[18] HIPÓLITO, “Tratado Sobre Cristo e o Anticristo”, Ante-Nicene Fathers, vol. 5, p. 210, par. 28.

[19] Ibidem, par. 32, 33.

[20] WHITE, Ellen G. *Profetas e reis*. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2007, p. 259.

[21] CLARKE, Adam. *Commentary on the Old Testament*, vol. 4, p. 582, nota sobre Daniel 4:1.

[22] JOSEFO, Flávio. *Antiguidades Judaicas*, livro 10, cap. 10, seção 6.

[23] KENYON, Sir Federico. *The Bible and Archaeology*, p. 126.

[24] HENRY, Mathew. *Commentary*, vol. 3, p. 965, nota sobre Daniel 4:34-37.

[25] *The Cambridge Ancient History*, vol. 6. Cambridge University Press. 1994. 1ª ed. pp. 425, 426.

[26] Ibidem, pp. 461-504.

[27] **Miliário:** Que assinala feito, data ou época notável.

- [28] *História da Reforma*, Vol. 1, p. 8
- [29] Ibidem, p. 9
- [30] MOSHEIM, século 4, parte 2, cap. 4; Stanley, *History of the Eastern Church* [História da Igreja Oriental], p. 239.
- [31] NEWTON, Thomas. *Dissertations on the Prophecies*, pp. 217, 218.
- [32] BARNES, Albert. *Notes on Daniel*, p. 327, acerca de Daniel 7:25.
- [33] CLARKE, Adam. *Decline and Fall of the Roman Empire*, Vol. 3, cap. 36, pp. 510, 515, 516.
- [34] Ibidem, cap. 37, p. 547.
- [35] **Godá:** Referente aos godos.
- [36] **Nibelungos:** para maiores informações, consultar <<http://www.consciencia.org/os-nibelungos-mitologia-nordica>>.
- [37] STANLEY. *History of the Eastern Church*, p. 151.
- [38] RANKE. *History of the Popes*, Vol. 1, p. 9.
- [39] *History of Florence*, p. 14
- [40] *An Ecclesiastical History, Ancient and Modern*, vol. 1, pp. 113, 114
- [41] *The History of the Popes*, Vol. 1, p. 271
- [42] Maquiavel, op. cit., p. 6
- [43] BOWER, *History of the Popes*, Vol. 1, p. 325.

- [44] *Baronio's Annals*, A. D. 526, p. 116; Bower, op, cit., vol. III, p. 328.
- [45] GIBBON, op. cit., cap. 37, sec. 2
- [46] *Horae Apocalypticae*, vol. III, p. 152, nota 3.
- [47] GIBBON, op. Cit., cap. 41.
- [48] Teodoreto e Evagrio, *Ecclesiastical History*, Livro 4, capítulo 16, p. 399.
- [49] MOSHEIM. *An Ecclesiastical History Ancient and Modern*, vol. 1, pp. 142, 143.
- [50] *Horae Apocalypticae*, vol. 3, p. 139, nota 1.
- [51] *Student's Gibbon*, pp. 309-319.
- [52] **Vigário:** Mesmo que *substituto*, em latim — *Vicarius*.
- [53] Traduzido de Lucio Ferraris, em sua *Prompta Bibliotheca*, verbete Papa, vol. 6, pp. 26-29.
- [54] ARDUINO, P. Juan. *Acta Conciliorum*, vol. 9, p. 1651.
- [55] CLARKE, Adam. *Commentary on the Old Testament*, vol. 4, p. 596, nota sobre Dan. 7:25.
- [56] Ver *Theological Dictionary*, de Buch, verbete “Persecutions”; *Kingdom*, de Oswald, pp. 107-133, *History of Romanism*, de Dowling.; *Book of Martyrs*, de Fox; *Martyrology*, de Charlotte Elizabeth, *The Wars of the Huguenots*; *The Great Red Dragon*, de Anthony Gavin, que foi sacerdote católico romano em Saragossa, Espanha).

[57] *History of the Rise of the Spirit of Rationalism in Europe*, vol. 2, pp. 35, 37.

[58] GEDDES, Miguel. “A View of the Court of Inquisition in Portugal”, *Miscellaneous Tracts*, vol. 1, p. 408; Ver também Filipe Limborch, *The History of the Inquisition*, Vol. 2, p. 289.

[59] LAPICIER, Alejo M. *The Stability and Progress of Dogma*, p. 195.

[60] DOWLING, Juan. *The History of Romanism*, p. 547.

[61] BAURILLART, Alfredo. *The Catholic Church, the Renaissance, and Protestantism*, pp. 182, 183.

[62] **Hussitas:** O termo Hussita ou Igreja Hussita, também conhecido como “movimento Lolardo”, define um movimento reformador e revolucionário que surgiu na Boêmia, no século XV. O nome vem do teólogo boêmio João Huss. O movimento mais tarde se juntou à Reforma Protestante. No Concílio de Constança, João Huss foi condenado e executado, em 16 de julho de 1415. Ele manteve uma posição muito crítica diante do poder eclesiástico, muito próxima das posições defendidas por John Wycliff e dos valdenses, que influenciaram posteriormente a Martinho Lutero.

[63] CARMENIN, L.M. *The Public and Private History of the Popes of Rome*, vol. 2, pp. 116, 117

[64] Curiosamente, a Bíblia na Linguagem de Hoje, a Bíblia Viva e a versão católica traduzem o texto como “Os fiéis serão entregues em suas mãos por *três anos e meio*” .

[65] WHITE, Ellen G. *Profetas e reis*. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2007, pp. 547, 536, 535, 501, 502, 548.

- [66] CLARKE, Adam. *Commentary on the Old Testament*, vol. 4, p. 598, sobre Daniel 8:1
- [67] NEWTON, Thomas. *Dissertations on the Prophecies*, p. 238.
- [68] Ibidem, p. 306.
- [69] PRODEAUX, Humphrey. *The Old and New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. I, p. 378.
- [70] FOGG, Guaterio. *One Thousand Sayings of History*, p. 210.
- [71] PRIDEAUX, Humphrey. *The Old and New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 2, pp. 106, 107.
- [72] Ver 1 Macabeus 8; JOSEFO Flávio. *Antiguidades Judaicas*, livro 12, cap. 10, sec. 6; PRIDEAUX, Humphrey. *The Old and New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 2, p. 166
- [73] **Tipo:** Objeto ou coisa que serve ou se usa para produzir outro igual ou semelhante; modelo.
- [74] **Antítipo:** Figura que representa outra [no caso, o objeto que lhe serve de tipo].
- [75] HALES, Guilherme. *A New Analyses of Chronology*, vol. 2, p. 517.
- [76] CUSA, Nicolau de. *Conjectures of Cardinal von Cusa Concerning the Last Days*, p. 934.
- [77] ELLIOT, Eduard B. *Horae Apocalypticae*, vol. 3, p. 234, notas 2-6.
- [78] **Nota do revisor:** Os anos do governo de Artaxerxes incluem-se entre as datas históricas que podem ser provadas com mais

facilidade. O Cânon de Ptolomeu, com sua lista de reis e de observações astronômicas, as Olimpíadas dos gregos e as referências aos assuntos persas na história grega são coisas que se combinam para determinar de modo definitivo o sétimo ano de Artaxerxes. Ver também Sir Isaac Newton, *Observations Upon the Prophecies of Daniel*, pp. 154-157.

[79] BLISS, S. *Analyses of Sacred Chronology*, pp. 180, 182; WIESELER, Karl. *A Chronology Synopsis of the Four Gospels*, pp. 164-247.

[80] PRIDEAUX, Humphrey. *The Old and New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 1, p. 322.

[81] **Nota do revisor:** Abundam as provas históricas que autorizam a adoção do ano 27 de nossa era como a data do batismo de Cristo. Ver BLISS, S. *Sacred Chronology*, p. 180; *New International Encyclopedia*, art. Jesus Christ; WIESELER, Karl. *A Chronology Synopsis of the Four Gospels*, pp. 164-247.

[82] **Cita:** Relativo ao indivíduo pertencente aos citas, antigos habitantes da Cítia, região que na Antiguidade abrangia parte do Sudeste da Europa e do Sudoeste da Ásia, desde o Norte do mar Negro até o mar de Aral, ao Sul da Sarmácia; cítico.

[83] HALES, Guilherme. *A New Analysis of Chronology*, vol. I, p. 84. (Veja-se também Samuel J. Andrews, *Life of our Lord Upon the Earth*, pp. 29, 30).

[84] HALES, Guilherme. *A New Chronology*, vol. 1, p. 94.

[85] NEWTON, Thomas. *Dissertations on the Prophecies*, vol. 1, p. 335.

[86] PRIDEAUX, Humphrey. *The Old and New Testament*

Connected in the History of the Jews, vol. 1, p. 378.

[87] NEWTON, Thomas. *Dissertations on the Prophecies*, vol. 1, pp. 345, 346.

[88] *Ibidem*, vol. 1, p. 352

[89] ROLLIN, Carlos. *Ancient History*, vol. 5, pp. 305, 306.

[90] NEWTON, Thomas. *Dissertations on the Prophecies*, vol. 1, p. 356.

[91] *The Cambridge Ancient History*, vol. 9, p. 670.

[92] PRIDEAUX, Humphrey. *The Old Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 2, p. 312.

[93] *The Cambridge Ancient History*, vol. 9, p. 738.

[94] *Ibidem*, p. 738.

[95] *American Encyclopedia*, ed. 1849, vol. 12, p. 251, art. "Tibério".

[96] *Ibidem*.

[97] NEWTON, Thomas. *Dissertations on the Prophecies*, vol. 1, p. 363.

[98] *American Encyclopedia*, ed. 1849, vol. 12, pp. 251, 252, art. "Tibério".

[99] *The Old Testament Connected on the History of the Jews*, vol. 2, p. 423.

[100] *A New Analysis of Chronology*, vol. 3, p. 1.

[101] Ver 1 Macabeus 8; Humphrey PRIDEAUX, *The Old and New*

Testament Connected of the Jews, vol. II, 166.

[102] JOSEFO, Flávio. *Antiguidades Judaicas*, livro 12, cap. 10.

[103] Ver *American Encyclopedia*, verbete “Constantinopla”.

[104] *The Old and the New Testament Connected in the History of the Jews*, vol. 2, p. 380.

[105] CLARKE, Adam. *Commentary on the Old Testament*, vol. 4, pp. 109, 110, nota sobre Isaías 23:1.

[106] WYLIE, J. A. *The Papacy*, pp. 180, 181.

[107] DUPIN, Luis E. *A New History of Ecclesiastical Writers*, vol. 5, pp. 1-3.

[108] **Monofisismo:** Monofisismo (do grego: monos — “único, singular” e physis — “natureza”) é o ponto de vista cristológico que defende que, depois da união do divino e do humano na encarnação histórica, Jesus Cristo, como encarnação do Filho ou Verbo (Logos) de Deus, teria apenas uma única “natureza”, a divina, e não uma síntese de ambas. O monofisismo é contraposto pelo diofisismo (ou “diafisismo”), que defende que Jesus preservou em si as duas naturezas. Ver Martin Lembke, lecture in the course “*Meetings with the World's Religions*”, Centre for Theology and Religious Studies, Lund University, Spring Term 2010. Davis, Leo Donald, *The First Seven Ecumenical Councils (325-787) Their History and Theology*, 1983 (Michael Glazier, Wilmington DE), reprinted 1990 (Liturgical Press, Collegeville MN, Theology and Life Series 21, 342 pp., ISBN 978-0-8146-5616-7), chaps. 4-6, pp. 134–257. Kelly, J.N.D., *Early Christian Doctrines*, 5th edition 1977 (Continuum, London, 511 pp., ISBN 0-8264-5252-3), chaps. XI-XII, pp. 280–343.

- [109] GIBBON, Eduard. *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 4, cap. 47, p. 526.
- [110] *Codex Justiniani*, lib. 1, tit. 1; tradução por R.F. Littledale, em *The Petrine Claims*, p. 293.
- [111] CROLY, George. *The Apocalypse of St. John*, p. 170.
- [112] Ibidem, pp. 170, 171.
- [113] Ibidem, pp. 172, 173.
- [114] Ibidem, pp. 12, 13.
- [115] GIBBON, Eduard. *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 4, cap. 41, pp. 168, 169.
- [116] MADELIN, Luis. *The French Revolution*, pp. 387, 388.
- [117] NEWTON, Thomas. *Dissertations of the Prophecies*, vol. 1, pp. 388-390.
- [118] MADELIN, Luis. *The French Revolution*, pp. 552, 553.
- [119] ALISON, Archibald. *History of Europe*, Vol. 3, p. 22.
- [120] Ibidem, p. 24.
- [121] SCOTT, Sir Walter. *The Life of Napoleon Buonaparte*, vol. 1, pp. 239, 240.
- [122] ALISON, Archibald. *History of Europe*, Vol. 3, pp. 25, 26.
- [123] LOCKHART, John Gibson. *The History of Napoleon Buonaparte*, vol. 1, p. 154.
- [124] *The Cambridge Modern History*, vol. 8, p. 599.

- [125] WHITE, Tiago. *History of France*, p. 469.
- [126] *The Cambridge Modern History*, vol. 8, pp. 597, 598.
- [127] MADDEN, Ricardo Roberto. *Travels in Turkey, Egypt, Nubia, and Palestine*, vol. 1, p. 231.
- [128] CLEMENT, Clara Erskine. *Egypt*, pp. 389, 390.
- [129] JEANS, James H. *The Stars in Their Courses*, p. 165.
- [130] BURR, Enoc Fitch. *Ecce Coelum*, p. 136.
- [131] “Se desenvolveram nos últimos cem anos apenas”. Não deve o leitor se esquecer que esses “últimos cem anos” referem-se ao último século do ponto de vista da edição original deste livro, na última parte do século XIX.
- [132] BOWER, Archibald. *The History of the Popes*, vol. 1, p. 295.
- [133] O **Império Gálico** (em latim: *Imperium Galliarum*), chamado também de **Império das Gálias**, é o nome moderno para o estado rebelde que se formou a partir da secessão de algumas províncias do Império Romano entre 260 e 274 durante a chamada *crise do terceiro século*. Ver Polfer, Michel. Victorinus (269–271 d.C.) *De Imperatoribus Romanis: An Online Encyclopedia of Roman Rulers and Their Families*. < <http://www.roman-emperors.org/victorin.htm>> Acesso em 6 set. 2015.
- [134] HODGKIN, Tomás. *Theodoric the Goth*, pp. 190, 191.
- [135] Como o próprio nome sugere deriva-se do nome EUTIQUES que era abade de um mosteiro em Constantinopla. **Eutiques** fundamentou a heresia do monofisismo. Ele negava que Cristo, após a encarnação, tinha duas naturezas perfeitas. Nasceu no ano

de 378, provavelmente em Constantinopla. Ingressou na vida monástica em um monastério da capital, onde teve como superior um abade de nome Máximo, ferrenho adversário do nestorianismo. Nascia assim, graças à sua formação religiosa, um repúdio intransigente pelas doutrinas que versavam sobre a existência de duas naturezas em Cristo. Já como sacerdote, Eutiques começou a participar ativamente das questões doutrinárias. Pelos idos de 440, ele converteu-se numa figura de grande projeção no monofisismo em Constantinopla e, quando subiu ao poder, em 441, Eutiques principiou uma campanha fulminante contra o nestorianismo, atacando a todos a quem julgava suspeitos. Assim ele denunciou a Teodoreto de Ciro, Ibas de Edessa, Domno II de Antioquia (442-449) e até Flaviano de Constantinopla fora denunciado em uma carta enviada por ele à sé romana. Em 8 de novembro de 448, num sínodo regional em Constantinopla, presidido pelo patriarca Flaviano, Eusébio de Dorileia, um dos primeiros que haviam sido denunciados por ele como adepto ou simpatizante do nestorianismo, acusou-o de heresia. O sínodo, depois de uma turbulenta onda de acontecimentos políticos, concluiu pela condenação de Eutiques como herético. Torna-se muito difícil saber precisamente qual a base fundamental da doutrina cristológica defendida por Eutiques, seja porque nenhum de seus escritos sobreviveu até os tempos presentes ou mesmo pela imprecisão ou inconsistência da mesma. Pode-se considerá-lo, entretanto, como o criador ou inspirador do monofisismo ou seja, a consideração de uma única natureza em Cristo, que as duas naturezas se fundiram em uma única depois da reencarnação e que este não seria humano como nós, os homens. Ver Alban Butler, *Vida dos Santos, 17 de Fevereiro, São Flaviano* [em linha] (edição de 1894). Disponível em: < <http://www.sacred-texts.com/chr/lots/lots061.htm> > Acesso em 6 set. 2015; <http://encyclopedia.jrank.org/NAN_NEW/NESTORIUS_d_c_451_

Acesso em 6 set. 2015; <
http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/doc/church_en.html%7C> Acesso em 6 set. 2015.

[136] BOWER, Archibald. *The History of the Popes*, vol. 1, nota ao pé da p. 295; ver também MILMAN, Henrique Hart. *History of Latin Christianity*, vol. 1, pp. 381-388.

[137] EMERTON, Efraim. *Introduction to the Study of the Middle Ages*, pp. 65, 66.

[138] HODGKIN, Tomás. *Theodoric the Goth*, p. 186.

[139] Ibidem, p. 198, 199.

[140] Ibidem, p. 194.

[141] Ibidem, p. 199.

[142] OMAN, Carlos. *The Dark Ages*, p. 62.

[143] *The Cambridge Medieval History*, vol. 1, p. 286.

[144] PERRY, Gualterio C. *The Franks, From Their First Appearance in History to the Death of King Pepin*, p. 85.

[145] Ibidem, pp. 88, 89.

[146] *Encyclopedia Britannica*, 11^a ed., art. “Clóvis”, vol. 6, p. 563.

[147] HODGKIN, Tomás. *Theodoric the Goth*, pp. 202, 203; ROBINSON, Nugent. *A History of the World*, vol. 1, pp. 75-79, 81, 82.

[148] CHURCH, Richard W. *The Beginning of the Middle Ages*, pp. 38, 39.

[149] DURUY, Victor. *The History of the Middle Ages*, p. 32.

[150] PFLUK-HARTTUNG, Julio Von. *A History of All Nations*, vol. 2, p. 72.

[151] C. PERRY, Gualterio. *The Franks, From Their First Appearance in History to the Death of King Pepin*, p. 97.

[152] ADAMS, Jorge Burton. *Civilization During the Middle Ages*, pp. 137-144.

Table of Contents

Um escravo na corte real de Babilônia
O sonho sobre os impérios mundiais
A integridade provada pelo fogo
O Altíssimo reina
A escritura na parede
Daniel na cova dos leões
Quatro domínios mundiais revelados
A visão simbólica do carneiro, do bode e do
chifre pequeno
A “linha do tempo profética” que atravessa os
séculos
Deus intervém nos negócios do mundo
O futuro desdobrado
Cenas finais